



DIÁRIO

da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Abel Lima Baptista](#)
[Pedro Filipe Gomes Soares](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão Eventual de Verificação de Poderes relativos à substituição, suspensão e assunção do mandato de Deputados do PS.

Deu-se conta do resultado da eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República, realizada na primeira sessão da XI Legislatura, tendo sido eleitos os candidatos propostos: como candidatos efectivos, os Deputados José Lello (PS), Jorge Costa (PSD), João Rebelo (CDS-PP), Helena Pinto (BE), José Soeiro (PCP) e José Luís Ferreira (Os Verdes) e, como candidatos suplentes, Teresa Venda (PS), José de Matos Rosa (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), João Semedo (BE), Bruno Dias (PCP) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

Deu-se igualmente conta do resultado da eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a XI Legislatura, tendo sido eleitos os seguintes Srs. Deputados: como Vice-

Presidentes, José Vera Jardim, Guilherme Silva, Teresa Caeiro e Luís Fazenda; como Secretários, Celeste Correia, Duarte Pacheco, Abel Baptista e Pedro Filipe Soares; como Vice-Secretários, Rosa Maria Albernaz, Maria Paula Cardoso, Miguel Coelho e Paulo Batista Santos.

Após saudar a eleição do Sr. Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, bem como todos os Deputados eleitos, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates) apresentou o Programa do XVIII Governo Constitucional, tendo, depois, dado resposta a questões colocadas pelos Srs. Deputados [Manuela Ferreira Leite](#) (PSD), [Francisco de Assis](#) (PS), [Paulo Portas](#) (CDS-PP), [Francisco Louçã](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Pedro Duarte](#) (PSD), [Manuela Melo](#) (PS), [Pedro Mota Soares](#) (CDS-PP), [Ana Drago](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Rosário Cardoso Águas](#) (PSD), [Inês de Medeiros](#) (PS), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [João Semedo](#) (BE), [Bernardino Soares](#) (PCP), [Pacheco Pereira](#)

(PSD) — que também usou da palavra em defesa da honra —, [Duarte Cordeiro](#) (PS), [Filipe Lobo d'Ávila](#) (CDS-PP) e [Afonso Candal](#) (PS).

O debate do Programa do XVIII Governo Constitucional prosseguiu, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e das Finanças ([Teixeira dos Santos](#)), da Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social ([Helena André](#)) e do Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento ([Vieira da Silva](#)), os Srs. Deputados [Manuela Ferreira Leite](#) (PSD), [Francisco de Assis e Maria de Belém Roseira](#) (PS), [Helena Pinto](#) e [José Manuel Pureza](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Ana Catarina Mendonça](#) (PS), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Miguel](#)

[Frasquilho](#) (PSD), [Assunção Cristas](#) (CDS-PP), [Honório Novo](#) (PCP), [José Gusmão](#) (BE), [Afonso Candal](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [José Manuel Rodrigues](#) (CDS-PP), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Cecília Honório](#) (BE), [Hugo Velosa](#), [Guilherme Silva](#) e [Fernando Negrão](#) (PSD), [Ricardo Rodrigues](#) (PS), [Paulo Portas](#) (CDS-PP), [Pedro Rodrigues](#) (PSD), [Duarte Cordeiro](#) (PS), [Jorge Machado](#) (PCP), [Arménio Santos](#) (PSD), [Mariana Aiveca](#) (BE), [Adão Silva](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Sónia Fertuzinhos](#) (PS), [Bernardino Soares](#) (PCP), [Almeida Henriques](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Pedro Mota Soares](#) (CDS-PP) e [Agostinho Lopes](#) (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 6 minutos.

Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto
Alberto Bernardes Costa
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Paula Mendes Vitorino
Anabela Gaspar de Freitas
António Alves Marques Júnior
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Catarina Marcelino Rosa da Silva
Defensor Oliveira Moura
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
Eurídice Maria de Sousa Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando Ribeiro Moniz
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Frederico de Oliveira Castro
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes
Jaime José Matos da Gama
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
José Albano Pereira Marques
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José João Pinhanços de Bianchi
José Manuel Pereira Ribeiro
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
José Rui Alves Duarte Cruz
João Barroso Soares
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Paulo Feteira Pedrosa
João Paulo Moreira Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
João Saldanha de Azevedo Galamba
Júlio Francisco Miranda Calha
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luís Miguel Soares de França
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José de Faria Seabra Monteiro
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Isabel Solnado Porto Oneto
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida
Mário Joaquim da Silva Mourão
Nuno Miguel da Costa Araújo
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui José Prudêncio
Rui José da Costa Pereira
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio
Vitor Manuel Bento Baptista
Vitor Manuel Brandão de Sousa Fontes

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira
Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto
António Cândido Monteiro Cabeleira
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Egrejas Leitão Amaro
António Fernando Couto dos Santos
António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carina João Reis Oliveira
Carla Maria Gomes Barros
Carla Maria de Pinho Rodrigues
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Henrique da Costa Neves
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis
Fernando Ribeiro Marques
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hugo José Teixeira Velosa
Isabel Maria Nogueira Sequeira
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia
Jorge Fernando Magalhães da Costa
José Alberto Nunes Ferreira Gomes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José de Almeida Cesário
José Álvaro Machado Pacheco Pereira
João Bosco Soares Mota Amaral
João Carlos Figueiredo Antunes
João José Pina Prata
Luís António Damásio Capoulas
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus

Margarida Rosa Silva de Almeida
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
Maria Francisca Fernandes Almeida
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto
Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Paula da Graça Cardoso
Maria Teresa Machado Fernandes
Maria Teresa da Silva Morais
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto
Paulo César Lima Cavaleiro
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Pedro Augusto Lynce de Faria
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Nuno Mazedo Pereira Neto Rodrigues
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho
Sérgio André da Costa Vieira
Teresa de Jesus Costa Santos
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
Altino Bernardo Lemos Bessa
Artur José Gomes Rêgo
Cecília Felgueiras de Meireles Graça
Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo D' Ávila
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
José Helder do Amaral
José Manuel de Sousa Rodrigues
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Manuel de Serpa Oliva
João Rodrigo Pinho de Almeida
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça
Michael Lothar Mendes Seufert
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas
Pedro Manuel Brandão Rodrigues
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
Catarina Soares Martins
Francisco Anacleto Louçã
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro
Helena Maria Moura Pinto
José Borges de Araújo de Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
José Manuel Marques da Silva Pureza
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de iniciarmos a discussão do Programa do Governo, peço à Sr.^a Secretária para ler o expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumpre-me informar que a Comissão Eventual de Verificação de Poderes emitiu um relatório e parecer que se refere a suspensão e assunção de mandatos e substituição de Deputados.

Suspensão do mandato, com efeitos desde 20 de Outubro, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Hugo Pires (circulo eleitoral de Braga) por Frederico de Oliveira Castro, por se verificar impedimento da candidata não eleita que se lhe segue na lista, Palmira Maciel Fernandes da Costa;

Assunções de mandatos, com efeitos desde 26 de Outubro, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Fernando Medina (círculo eleitoral de Beja), cessando Conceição Casa Nova; António Braga (círculo eleitoral de Braga), cessando Frederico de Oliveira Castro; Laurentino Dias (círculo eleitoral de Braga), cessando Manuel Mota; Fernando Serrasqueiro (círculo eleitoral de Castelo Branco), cessando Jorge Seguro Sanches; Carlos Zorrinho (círculo eleitoral de Évora), cessando Bravo Nico; José Miguel Medeiros (círculo eleitoral de Leiria), cessando Odete Alves; Alberto Costa (círculo eleitoral de Lisboa), cessando António Galamba; Ana Paula Vitorino (círculo eleitoral do Porto), cessando Mário Mourão; Manuel Pizarro (círculo eleitoral do Porto), cessando Lúcio Ferreira; José Magalhães (círculo eleitoral do Porto), cessando Maria de Lurdes Ruivo; Idália Moniz (círculo eleitoral de Santarém), cessando João Sequeira; Eduardo Cabrita (círculo eleitoral de Setúbal), cessando Amílcar Romano; Pedro Jesus Marques (círculo eleitoral de Setúbal), cessando Sofia Cabral; Bernardo Trindade (círculo eleitoral da Madeira), cessando Luís França;

Substituições, com efeitos desde 26 de Outubro, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Alberto Martins (círculo eleitoral do Porto) por Maria de Lurdes Ruivo.

O parecer da Comissão é no sentido de que a suspensão e as assunções de mandato bem como a substituição em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em discussão o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A **Sr.^a Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Comissão Eventual de Verificação de Poderes emitiu ainda um outro relatório e parecer relativo a substituição de Deputados.

Substituições com efeitos desde 31 de Outubro de 2009, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Fernando Medina (círculo eleitoral de Beja) por Conceição Casa Nova; António Braga (círculo eleitoral de Braga), por Manuel Mota; Laurentino Dias (círculo eleitoral de Braga) por Frederico de Oliveira Castro; Fernando Serrasqueiro (círculo eleitoral de Castelo Branco) por Jorge Seguro Sanches; Carlos Zorrinho (círculo eleitoral de Évora) por Bravo Nico; Manuel Pizarro (círculo eleitoral do Porto) por Lúcio Ferreira; José Magalhães (círculo eleitoral do Porto) por Mário Mourão; Idália Moniz (círculo eleitoral de Santarém) por João Sequeira; Pedro Jesus Marques (círculo eleitoral de Setúbal) por Sofia Cabral; José Junqueiro (círculo eleitoral de Viseu) por Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas; Elza Pais (círculo eleitoral de Viseu) por Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo; e Bernardo Trindade (círculo eleitoral da Madeira) por Luís França.

O parecer da Comissão é no sentido de que as substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em discussão o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A **Sr.^a Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumpre-me, igualmente, proceder à leitura de duas actas respeitantes às eleições que tiveram lugar na passada sessão, respeitantes, respectivamente, à eleição dos membros para o Conselho de Administração da

Assembleia da República e à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a XI Legislatura.

São as seguintes:

Aos quinze dias do mês de Outubro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição dos membros para o Conselho de Administração da Assembleia da República, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 224

Candidatos propostos — Lista A

Efectivos:

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS)

Jorge Fernando Magalhães da Costa (PSD)

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo (CDS-PP)

Helena Maria Moura Pinto (BE)

José Baptista Mestre Soeiro (PCP)

José Luís Teixeira Ferreira (Os Verdes)

Suplentes:

Teresa Maria Neto Venda (PS)

José Manuel Marques de Matos Rosa (PSD)

José Hélder do Amaral (CDS-PP)

João Pedro Furtado da Cunha Semedo (BE)

Bruno Ramos Dias (PCP)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia (Os Verdes).

Votos «sim» — 212

Votos brancos — 11

Votos nulos — 1.

Nos termos legais aplicáveis, e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os candidatos propostos.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Celeste Correia — Duarte Pacheco*.

Aos quinze dias do mês de Outubro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a XI Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 224.

Vice-Presidentes:

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Votos «sim» — 182

Votos brancos — 42

Votos nulos — 0;

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Votos «sim» — 175

Votos brancos — 49

Votos nulos — 0;

Teresa Margarida F. de V. Caeiro

Votos «sim» — 169

Votos brancos — 55

Votos nulos — 0;

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Votos «sim» — 137

Votos brancos — 87

Votos nulos — 0.

Secretários:

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Votos «sim» — 191

Votos brancos — 33

Votos nulos — 0;

Duarte Rogério Matos V. Pacheco

Votos «sim» — 181

Votos brancos — 43

Votos nulos — 0;

Abel Lima Baptista

Votos «sim» — 159

Votos brancos — 65

Votos nulos — 0;

Pedro Filipe Gomes Soares

Votos «sim» — 136

Votos brancos — 88

Votos nulos — 0.

Vice-Secretários:

Rosa Maria da Silva B. da H. Albernaz

Votos «sim» — 168

Votos brancos — 56

Votos nulos — 0;

Maria Paula da Graça Cardoso

Votos «sim» — 172

Votos brancos — 52

Votos nulos — 0;

Artur Miguel C. da Fonseca Mora Coelho

Votos «sim» — 150

Votos brancos — 74

Votos nulos — 0;

Paulo Jorge Frazão Baptista dos Santos

Votos «sim» — 162

Votos brancos — 62

Votos nulos — 0.

Nos termos regimentais, foram eleitos: para Vice-Presidentes, os Srs. Deputados José Eduardo Vera Cruz Jardim, Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva, Teresa Margarida F. de V. Caeiro e Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda; para Secretários, os Srs. Deputados Maria Celeste Lopes da Silva Correia, Duarte Rogério Matos V. Pacheco, Abel Lima Baptista e Pedro Filipe Gomes Soares; e para Vice-Secretários, os Srs. Deputados Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz, Maria Paula da Graça Cardoso, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho e Paulo Jorge Frazão Baptista dos Santos.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Rosa Maria Albernaz — Duarte Pacheco*.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais, quero avisar que, na sessão de hoje, e possivelmente também na de amanhã, é necessário que os Srs. Deputados procedam ao registo presencial de forma manual porque há ainda alguns colegas nossos que não possuem o cartão de voto electrónico.

Vamos agora dar início à apresentação do Programa do XVIII Governo Constitucional.

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo-me à Assembleia da República neste início de Legislatura com satisfação e com o sentido das responsabilidades. Com

satisfação, porque me apresento diante de vós, como Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional, em resultado da vontade do povo, expressa nas eleições legislativas. Com o sentido das responsabilidades, porque estou bem consciente das dificuldades, da exigência e dos desafios do momento presente.

Permitam-me, antes de mais, saudar, com admiração e com amizade, o Sr. Presidente da Assembleia da República. A sua recente reeleição, Sr. Presidente, por uma maioria tão expressiva, neste Parlamento, foi capaz de superar as fronteiras partidárias e constituiu um facto político da maior importância, merecedor do devido relevo.

Pela minha parte, percebo bem que a Assembleia da República não queira perder o excelente Presidente que tem tido. Ao votar como votou, esta Assembleia prestou uma justíssima homenagem à sua pessoa, Sr. Presidente, à sua vida política e, sobretudo, à forma superior como V. Ex.^a tem sabido desempenhar as suas funções neste Parlamento.

Aplausos do PS.

Saúdo, também, cordialmente, todas as Sr.^{as} Deputadas e todos os Srs. Deputados das diversas bancadas. De entre todos, permitam-me que saúde especialmente os mais de 100 Deputados e Deputadas que, nesta Legislatura, se estreiam neste Parlamento. A renovação que a vossa presença significa vai de par com a renovação que já começou nas autarquias locais e que se intensificará nas próximas eleições autárquicas, em resultado da corajosa lei de limitação dos mandatos executivos que aqui aprovámos na Legislatura passada. Este movimento de renovação é, por si mesmo, um sinal de esperança e, não tenho dúvidas, é mais um serviço que prestamos à qualificação da democracia portuguesa.

Uma palavra ainda para saudar todo o Parlamento, porque é todo o Parlamento que se valoriza pelo facto de, pela primeira vez, ser constituído ao abrigo da nova Lei da Paridade, que promove e garante a indispensável participação das mulheres na vida política portuguesa.

Aplausos do PS.

Estou certo de que mesmo aquelas bancadas que precisaram do impulso da Lei para, finalmente, se abrirem a uma participação significativa de mulheres, compreenderão agora que este era um passo necessário e não mais quererão andar para trás. Doravante, o que vale a pena discutir nesta matéria é como é que foi possível que a democracia portuguesa demorasse tanto tempo a assegurar uma expressiva participação das mulheres no seu Parlamento, a Casa onde se deve realizar a representação de toda a comunidade nacional.

Desejo também, neste momento inicial, dar conta da inteira disponibilidade do Governo para cooperar com a Assembleia da República.

Sei bem quais são as competências legislativas do Governo e as competências próprias do Poder Executivo. E recordo que a Constituição protege a esfera própria do Poder Executivo, através do princípio da separação dos poderes e do seu corolário, que é a «reserva de administração», que a todos cabe respeitar.

Não estou menos ciente das competências legislativas do Parlamento e, em especial, da sua importante função de fiscalização política, importante, de resto para o bom funcionamento da democracia, no quadro do nosso sistema de governo.

Foi justamente por ter plena consciência da relevância democrática da função fiscalizadora da Assembleia que não hesitei em contribuir para a reforma do Parlamento realizada na última Legislatura. Uma reforma que — recordo — alargou os deveres do Governo e reforçou os direitos e as prerrogativas da oposição. Não há memória de alguma vez isso ter acontecido com tal profundidade. Honro-me, por isso, de ser o Primeiro-Ministro que, por sua própria iniciativa, mais vezes veio prestar contas ao Parlamento e não deixarei de o fazer, uma vez mais, ao longo dos próximos quatro anos desta Legislatura.

Aplausos do PS.

Pode, pois, esta Assembleia contar com o melhor espírito de cooperação por parte do Governo, de todos os seus ministros e de todas as suas ministras.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Creio que este é um daqueles momentos políticos em que se justifica começar por sublinhar o óbvio, e o óbvio é que este Governo foi empossado, como manda a Constituição, «tendo em conta os resultados eleitorais». Nem podia ser de outro modo. Mas é muito importante lembrá-lo. O Sr. Presidente da República convidou-me a formar Governo na condição de líder do partido que, no dia 27 de Setembro, ganhou as eleições legislativas.

Sabemos todos que o novo quadro parlamentar não confere a nenhum partido uma maioria absoluta. É verdade! Mas isso não significa que as eleições não tenham tido um partido vencedor, porque tiveram. E os portugueses deram até ao partido vencedor aquilo que se pode considerar uma vitória clara.

É por isso que o Governo que aqui se apresenta diante do Parlamento é o Governo que corresponde à vontade dos portugueses, livre e democraticamente expressa nas urnas. Este é, portanto, um Governo com inteira legitimidade democrática para governar nos quatro anos desta Legislatura.

Aplausos do PS.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo que os portugueses escolheram aqui está para apresentar exactamente o mesmo Programa que os portugueses votaram. O Programa que o Governo submete à apreciação desta Assembleia é aquele que foi apresentado como Programa Eleitoral e de Governo pelo partido que ganhou as eleições, apenas expurgado, naturalmente, das referências partidárias ou de mero balanço da Legislatura passada.

Esta é, sem dúvida, a melhor forma de garantir o respeito integral pela vontade expressa dos eleitores!

É claro que a situação seria totalmente diferente se tivesse sido possível chegar a um acordo com algum dos partidos com assento parlamentar para uma solução política que contribuísse para o reforço da estabilidade política de que o País tanto necessita. Se fosse possível uma tal convergência, então, sim, ela daria origem a uma nova plataforma programática, resultante de um compromisso entre programas distintos. Mas não é esse o caso.

Como os portugueses sabem — e certamente tomaram nota para memória futura —, convidei todos os partidos com mais relevante representação parlamentar para um diálogo político, sem condições prévias, destinado a determinar a viabilidade de um entendimento duradouro a favor da estabilidade. A recusa de todos é conhecida. Nenhum partido quis assumir responsabilidades ou compromissos com a governação. Nenhum dos partidos aceitou sequer dialogar sobre o assunto, incluindo aqueles que nos últimos anos mais apelaram ao diálogo e à convergência.

Assim sendo, confesso que não compreendo — e acho que não há no País quem compreenda — aqueles partidos da oposição que correram a criticar o Governo por apresentar como seu o Programa que o Partido Socialista levou às eleições. É que, ainda que mal pergunte, Srs. Deputados: então o Governo, não apresentando o Programa do Partido Socialista, deveria, afinal de contas, apresentar o Programa de quem?!

A verdade é que os partidos da oposição, no momento em que optaram por recusar qualquer diálogo que pudesse ser destinado a identificar a viabilidade e os termos de um compromisso para a estabilidade governativa, auto-excluíram-se, deliberadamente, de qualquer contributo sobre o teor do Programa do Governo. Não podem, por isso, estranhar que o Governo apresente aqui o Programa, que, afinal de contas, é o seu!

Aplausos do PS.

A atitude do Executivo só podia, portanto, ser esta: apresentar ao Parlamento, como seu Programa, o programa político apresentado às eleições. É esse o Programa que o Governo apresenta. E é esse Programa que o Governo se esforçará por cumprir, cumprindo assim também a vontade dos portugueses!

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sejamos claros: para efeitos desta investidura parlamentar, o que se pede aos partidos políticos aqui representados não é que necessariamente concordem com todo o Programa do Governo, porque, sabemo-lo bem, todos aqui foram eleitos em função de programas próprios, que são diferentes uns dos outros.

A questão é outra: o momento da investidura parlamentar é o momento em que a Assembleia da República participa na institucionalização da solução governativa que se segue à expressão democrática da vontade do

povo. Dito de forma mais simples: este é o momento em que a Assembleia da República reconhece, ou não, a legitimidade do Governo para governar.

Do que se trata é de o Parlamento — que representa a Nação, em resultado das eleições legislativas — reconhecer que este XVIII Governo Constitucional, empossado pelo Sr. Presidente da República, corresponde, de facto, ao resultado das eleições. E trata-se, sobretudo, de, na falta de disponibilidade de outros partidos para qualquer compromisso político duradouro, o Parlamento permitir que o Governo entre em plenitude de funções, para cumprir o Programa que é o seu, tal como os portugueses o sufragaram, quando chamados a escolher o melhor para o País.

Em suma, para que se cumpra esta investidura parlamentar, o que se pede aos partidos da oposição representados no Parlamento é uma atitude de responsabilidade ao serviço do bom funcionamento das instituições democráticas e do interesse do País. Tenho a certeza de que isso não será pedir demais!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Programa do Governo para a Legislatura que agora começa é claro nas suas prioridades e é claro nas suas escolhas.

A primeira prioridade é combater a crise, relançar a economia e promover o emprego.

A segunda prioridade é modernizar o País. Modernizar a economia, modernizar a sociedade e modernizar o Estado.

A terceira prioridade é desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

É dessas prioridades principais do Governo que aqui quero falar.

Assumimos a responsabilidade de governar bem conscientes das enormes dificuldades do momento. De facto, ainda aí estão, bem visíveis, os graves efeitos da maior crise económica internacional dos últimos 80 anos.

É certo que, graças à resposta pronta e determinada que demos a esta situação, a economia portuguesa foi das primeiras a sair da situação de recessão técnica. É certo também que, nos últimos meses, começaram a surgir, com crescente consistência, os primeiros sinais de recuperação económica. A última previsão da Comissão Europeia, revendo em alta o crescimento económico, vem confirmar estes sinais. Mas não tenhamos ilusões: a crise ainda não está superada. Longe disso.

Por isso, quero assumir aqui, com toda a clareza, aquela que é a tarefa primeira do Governo: trabalhar com todos os sectores da sociedade portuguesa para vencer a crise económica e para consolidar uma trajectória de crescimento sustentado da nossa economia.

Sei que alguns, aos primeiros sinais positivos, já se precipitam na ladainha do costume, pedindo ao Estado que dê um passo atrás e sugerindo até, de forma mais ou menos explícita, o abandono dos estímulos à economia. De um modo geral, são os mesmos que, por puro preconceito ideológico, nunca gostaram de ver o Estado a intervir para evitar o pior na economia, para estabilizar o sistema financeiro e garantir o crédito, para apoiar as empresas e proteger emprego ou para ajudar as famílias e os mais atingidos pela crise. A verdade é que se tivéssemos seguido os seus conselhos, a situação agora seria bem pior. Foi a intervenção decidida e coordenada dos Estados europeus que impediu a derrocada do sector financeiro, fez baixar as taxas de juro, evitou muitas falências, conseguiu salvar muitos empregos e ajudou muitas famílias. Foi essa intervenção dos Estados que fez a diferença entre o que o Mundo viveu em 1929 e a situação actual, em que surgem já as primeiras revisões em alta das perspectivas de crescimento.

Creio que o meu dever é ser absolutamente claro nesta matéria, no momento em que apresento o Programa do Governo. E digo que seria um erro — e um erro muito grave — retirar antes de tempo, ainda em plena crise, os estímulos e os apoios especiais do Estado à economia, às empresas e ao emprego. Não estamos em tempo disso! E não cometeremos esse erro!

Aplausos do PS.

Pelo contrário, o dever do Estado continua a ser, hoje como antes, ajudar as empresas a ultrapassar esta situação difícil. Tal como continua a ser dever do Estado promover as iniciativas necessárias a minorar, na medida do possível, o impacto da crise no desemprego e nas condições de vida das famílias.

E digo mais: não haverá relançamento da economia sem o contributo decisivo do Estado e do investimento público!

Aplausos do PS.

É justamente por isso que o primeiro tópico da nossa agenda de política económica é este: avançar com o investimento público modernizador. Foi isso que propusemos ao País, com todas as letras, no programa eleitoral; foi isso que debatemos ao longo da campanha; e é isso que, coerentemente, está escrito no nosso Programa de Governo.

Prosseguiremos, portanto, com os programas de requalificação e modernização do parque escolar; de construção de equipamentos sociais e de saúde; de investimento nas energias renováveis, nos sistemas de saneamento e abastecimento de água e nas redes de nova geração de banda larga.

Mas faremos, também, um investimento modernizador das nossas infra-estruturas de transportes que o futuro do País exige. Isto significa, sobretudo, avançar com as linhas prioritárias de alta velocidade (Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto-Vigo); requalificar o transporte ferroviário convencional; lançar a construção do novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete; e prosseguir a execução do Plano Rodoviário Nacional.

Aplausos do PS.

O nosso Programa para relançar a economia e o emprego aposta, também, em dois instrumentos estratégicos fundamentais: um pacto para a internacionalização e um pacto para o emprego.

O nosso objectivo é convocar todos os agentes económicos e todos os parceiros sociais para um diálogo social estruturado e consequente. Um diálogo capaz de sustentar soluções eficazes para a internacionalização da economia e a valorização das nossas exportações, para a criação de emprego, para a adaptação das políticas laborais, para a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e para a definição das linhas de evolução de médio prazo do salário mínimo.

A par disso, a nossa agenda para relançar a economia inclui, também, uma atenção especial às pequenas e médias empresas (PME). Criaremos um novo fundo, de 250 milhões de euros, para apoiar operações de capital de desenvolvimento das PME junto dos mercados internacionais.

Aplausos do PS.

Contamos apoiar cerca de 30 000 PME por ano usando os mecanismos de apoio ao crédito e os mecanismos de reforço de capitais próprios, para além de outros instrumentos de apoio à sua modernização e à sua competitividade. Prosseguiremos, igualmente, os programas de combate à burocracia e de redução dos prazos de pagamento das entidades públicas.

Reforçaremos, de igual modo, a parceria com as instituições da chamada economia social ou do sector social. E gostaria de destacar três medidas: criaremos uma linha de crédito bonificado especificamente dirigida ao sector social; lançaremos o novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), com uma dotação mínima de 50 milhões de euros; e quero anunciar ao Parlamento que vamos aprovar, já no Conselho de Ministros da próxima semana, aquela que será a primeira medida deste Governo: o Programa Inov-Social, que apoiará a colocação nas instituições sociais de 1000 jovens quadros por ano, de modo a apoiar a sua modernização e a favorecer o emprego dos jovens.

Investimento público; Pacto para a Internacionalização e Pacto para o Emprego; apoio às pequenas e médias empresas; reforço da parceria com o sector social — eis as linhas prioritárias da nossa estratégia para enfrentar a crise, relançar a economia e promover o emprego.

Quero assinalar, todavia, que mantemos a perfeita consciência da importância da consolidação das finanças públicas para a sustentabilidade das políticas sociais e para os objectivos de crescimento sustentado da economia portuguesa. Mas sejamos absolutamente claros neste propósito: a prioridade da política

económica e orçamental será, como tem de ser na hora actual, o relançamento da economia portuguesa. E só uma vez ultrapassadas as actuais dificuldades suscitadas pela crise mundial retomaremos a trajectória de reforço da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas, acompanhando, aliás, a estratégia que será definida a nível europeu.

Fique claro, porém, que mesmo nesta situação de crise não deixaremos de agir com o necessário sentido das responsabilidades, usando de rigor no controlo da despesa e usando de rigor, também, na selectividade no investimento. Como, aliás, sempre fizemos. O que dá credibilidade a este Governo no que diz respeito às contas públicas é o trabalho feito até ao início da crise na redução do défice, no equilíbrio das contas públicas, nas reformas estruturais, ao serviço da sustentabilidade orçamental, sustentabilidade essa que é fundamental no Estado moderno.

Utilizaremos, pois, portanto, os estímulos fiscais com responsabilidade, dirigindo-os de forma selectiva para objectivos específicos de política económica, como sejam a defesa do emprego e a promoção das exportações. E recusaremos definir a agenda da governação em função daquilo que, simplesmente, possa parecer mais agradável e mais popular. O nosso caminho não é esse, o nosso caminho é outro, o nosso caminho é o caminho da responsabilidade.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O mandato do Governo é, também, para modernizar Portugal e fazer avançar o País. Por isso, o horizonte do nosso Programa está para lá da conjuntura e tem os olhos postos no futuro.

O desafio é, sem dúvida, exigente: trata-se de continuar o caminho das reformas, de modo a superar os bloqueios estruturais ao nosso desenvolvimento e à competitividade da nossa economia. E isso faz-se andando para a frente. Isso faz-se com iniciativa, com coragem, com persistência e com ambição.

As nossas escolhas, aqui, são também claras.

Em primeiro lugar, queremos liderar na revolução energética. Isto significa que vamos prosseguir o investimento na eficiência energética e nas energias renováveis mas significa também consolidar a posição de Portugal na fronteira tecnológica da energia. Este é o caminho certo e seguro para combater o aquecimento global, para reduzir a nossa dependência do petróleo, para reduzir o défice externo e para reduzir também o endividamento do País.

O nosso objectivo é duplicar, até 2020, a nossa capacidade de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis; é aumentar para 8500 MW, também até 2020, a potência eólica; é concretizar o Plano Nacional de Barragens; é multiplicar por 10, em 10 anos, a meta actual de energia solar; mas é também, e muito importante, tomar a dianteira na nova fileira tecnológica e industrial dos veículos eléctricos de transporte. O carro eléctrico está, hoje, na vanguarda da investigação na indústria automóvel. Portugal quer estar na linha da frente dessa corrida, tal como estamos na linha da frente das energias renováveis e é na linha da frente que queremos continuar a estar.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, queremos aproximar Portugal do centro económico da Europa, dos mercados europeus. Isto significa contrariar a condição periférica do País, que penaliza gravemente a nossa competitividade. Se há uma visão estratégica acertada para um País como Portugal, ela passa, sem dúvida, pela modernização das infra-estruturas de ligação da nossa economia e da nossa sociedade ao centro da Europa e ao resto do Mundo.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A resposta económica está nos investimentos estratégicos nas infra-estruturas de logística, de mobilidade e de comunicações: concretizar a rede de alta velocidade; construir a terceira travessia do Tejo; construir o novo aeroporto de Lisboa; iniciar a exploração do Aeroporto de Beja; prosseguir a concretização do Plano Rodoviário Nacional e da rede de auto-estradas; afirmar a competitividade dos

nossos portos; implementar um sistema logístico eficiente — são estas as principais apostas do investimento público destinado a aproximar Portugal do centro da Europa e a fazer de Portugal um País que não desiste do seu futuro e da ambição de se tornar um país mais moderno e mais competitivo.

Aplausos do PS.

Em terceiro lugar, Srs. Deputados, queremos prosseguir o esforço de valorização das qualificações dos portugueses. O muito caminho andado nos últimos anos não significa que não haja ainda muito caminho para andar. Vamos, por isso, insistir no combate ao abandono e ao insucesso escolar e vamos assegurar, finalmente, a universalização do ensino secundário. Mas vamos fazê-lo com a nova bolsa de estudos, destinada aos estudantes do secundário que sejam beneficiários dos dois primeiros escalões do abono de família.

Paralelamente, consolidaremos a aposta no ensino profissional, lançaremos um novo ciclo do Programa Novas Oportunidades, prosseguiremos a modernização do parque escolar, continuaremos a reforçar a acção social escolar e proporemos um verdadeiro contrato de confiança às instituições do ensino superior, incluindo a questão do financiamento.

Mas, Srs. Deputados, já que aqui refiro as nossas prioridades no sector da educação, não quero também deixar de dizer uma palavra sobre a questão da avaliação dos professores. Quero que todos saibam que o objectivo do Governo é este: promover o bom desempenho da escola pública, porque a escola pública é muito importante para o futuro do País, para as famílias e para os alunos. É muito importante para todos que a escola pública esteja, de facto, à altura das suas enormes responsabilidades. E é por essa razão que a escola pública não pode passar sem uma avaliação séria e justa dos professores, que permita distinguir e valorizar o mérito e o bom desempenho.

Aplausos do PS.

O Governo deseja um diálogo, e um diálogo com resultados. Um diálogo que recolha os ensinamentos da experiência dos professores e das escolas, que tire partido do trabalho que foi feito e do trabalho que está em curso, que atenda aos pareceres técnicos, que aproxime posições e que identifique, com rigor, os aperfeiçoamentos necessários a introduzir para o futuro.

Uma coisa julgo que ninguém quer: voltar ao passado, em que o bom desempenho não era estimulado nem premiado.

Pela nossa parte, estamos disponíveis para construir, não para destruir, estamos disponíveis para melhorar e aperfeiçoar, mas não estamos disponíveis para ajustar contas com o passado.

Assim sendo, a Sr.^a Ministra da Educação tomará, de imediato, a iniciativa desse diálogo com os sindicatos representativos dos professores, com abertura de espírito mas também sabendo o que quer e o que não quer.

Acredito, sinceramente, que os portugueses desejam que a Sr.^a Ministra da Educação tenha sucesso e que esse sucesso será do interesse dos professores, das escolas, das famílias e do País.

Aplausos do PS.

Uma palavra também sobre a política de cultura, porque conhecimento e cultura fazem parte do mesmo capítulo do Programa do Governo. Um País moderno e bem integrado na sociedade do conhecimento, que tenha uma visão ampla das qualificações, que esteja bem consciente da sua identidade, dos seus valores, da sua língua e do seu património é um País que investe, necessariamente, na cultura. E nós vamos reforçar o investimento na cultura durante esta Legislatura, tal como consolidaremos uma política da língua e de preservação do património histórico e cultural e reforçaremos os incentivos e os apoios aos artistas e aos criadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para a modernização do País, pretendemos, em quarto lugar, renovar a ambição do Plano Tecnológico e avançar na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento.

O reforço do compromisso com a ciência, o aumento do investimento privado em investigação e desenvolvimento, a ligação entre o sistema científico e tecnológico e a economia real, a garantia do acesso de

todos à banda larga, as redes de nova geração, a continuação do processo de modernização tecnológica das escolas e a promoção dos serviços públicos *online* são apenas alguns exemplos de uma ambição de modernidade que veio para Portugal para ficar e ficará nos próximos anos.

Aplausos do PS.

Em quinto lugar, queremos reforçar a competitividade empresarial. Do que se trata é de apoiar a afirmação competitiva das pequenas e médias empresas e de dinamizar um novo ciclo de investimento modernizador nos sectores de produção de bens e serviços transaccionáveis.

Dedicaremos uma atenção muito especial à situação da nossa agricultura, em especial nos sectores mais atingidos pela evolução negativa dos mercados internacionais. Finalizaremos os principais empreendimentos hidroagrícolas, criaremos um programa de apoio à exportação para as empresas agrícolas e agro-industriais, daremos nova agilidade à execução do PRODER e defenderemos os interesses da agricultura portuguesa na discussão da futura política agrícola comum.

Em sexto lugar, queremos continuar a modernizar o Estado. Prosseguiremos as iniciativas contra a burocracia e pela simplificação administrativa. Renovaremos a nossa ambição com o Programa Simplex 2.0 e lançaremos a experiência do licenciamento zero para certas actividades económicas de menor dimensão. Continuaremos a revolucionar o atendimento e a qualificação dos serviços públicos, com a expansão da nova rede de Lojas do Cidadão de 2.ª geração.

A nossa estratégia de modernização inscreve-se numa lógica de desenvolvimento sustentável, que assume o ambiente como um dos seus pilares fundamentais e que se estrutura no quadro de uma programação do ordenamento do território e do desenvolvimento regional que conta com a participação activa das autarquias locais e se orienta para a coesão territorial, o desenvolvimento do interior e a salvaguarda dos valores naturais.

Nesta linha, assumimos, por inteiro, o desafio do combate às alterações climáticas, que convoca a atenção de todos os sectores, em especial do sector energético, do sector dos transportes, do sector industrial e do sector agro-florestal.

Continuaremos também a desenvolver a política de cidades, com uma prioridade clara: a reabilitação urbana.

As autarquias locais e as associações de municípios serão para o Governo parceiros do processo de desenvolvimento e com elas aprofundaremos a política de descentralização de competências, ao serviço das populações.

O Governo prosseguirá também a sua estratégia de desenvolvimento e modernização do País sem nunca esquecer as regiões autónomas e no respeito pelo valor constitucional da autonomia regional. Tudo faremos para assegurar uma boa cooperação com os órgãos próprios de governo das regiões, em benefício da coesão nacional e territorial.

Mas, Sr. Presidente, para ser bem sucedida, uma estratégia de modernização do País, capaz de produzir bem-estar para os cidadãos, não pode dispensar a garantia da segurança de pessoas e bens e um sistema de justiça mais eficiente.

Aplausos do PS.

Em termos internacionais, como é sabido, Portugal continua a apresentar indicadores favoráveis em matéria de segurança. Mas o Estado tem o dever de dar resposta às novas formas de criminalidade, em especial aos fenómenos de criminalidade violenta. Criaremos, por isso, extensões das unidades especiais da PSP e da GNR para funções de patrulhamento nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, lançaremos anualmente concursos para a admissão de elementos para as forças de segurança e não deixaremos de reforçar os meios e os equipamentos colocados à sua disposição. Criaremos também a «Brigada de Investigação Tecnológica», para enfrentar as novas formas de criminalidade cibernética, a pirataria informática e a pornografia infantil.

Mas a nossa aposta continua a ser na prevenção, com o policiamento de proximidade, os contratos locais de segurança e as acções de apreensão de armas ilegais. Paralelamente, reforçaremos a coordenação entre

as forças de segurança e todas as autoridades relevantes, incluindo a cooperação internacional para o combate ao terrorismo, à criminalidade organizada, às redes de imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos.

No que diz respeito à justiça, queremos continuar, como até aqui, a reduzir o número de processos pendentes nos nossos tribunais. Foi isso, aliás, o que sucedeu, pela primeira vez, nos últimos três anos. Simplificar procedimentos, mobilizar as novas tecnologias, promover vias alternativas de resolução dos litígios, investir na melhoria das instalações e das condições de funcionamento e gestão dos tribunais, qualificar o atendimento e melhorar o acesso à justiça — eis alguns dos principais tópicos da nossa agenda de reformas para o sector da justiça.

Uma palavra também sobre o combate à corrupção, que mantemos como uma das prioridades principais da política criminal. O reforço dos meios para o combate à corrupção é um dever a que o Governo não faltará, sem prejuízo da nossa disponibilidade permanente para considerar os aperfeiçoamentos legais que se revelem ajustados e necessários.

Aplausos do PS.

Mas, neste domínio, como noutros, o problema do País não é tanto a falta de leis mas a dificuldade em fazer cumprir, com eficácia, as leis que existem. Por isso, o contributo mais relevante que o poder político pode dar às autoridades competentes diz respeito aos respectivos meios e condições operacionais de funcionamento. Mas há um trabalho a fazer no domínio da prevenção da corrupção. É, portanto, tempo de instituir na administração e nas empresas públicas códigos de conduta e medidas de prevenção dos riscos de corrupção. Daremos, desta forma, seguimento às recomendações que têm vindo a ser formuladas e adoptaremos uma boa prática que outros países têm vindo a implementar para fazer face ao mesmo problema.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A terceira prioridade central do Programa do Governo é desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e combater as desigualdades.

O País precisa de um Estado social forte, capaz de assegurar a protecção social, de atender aos novos riscos, de promover a igualdade de oportunidades e de dar resposta pronta nas situações de crise, como aquela que vivemos. Permaneceremos, por isso, fiéis à defesa e melhoria da segurança social pública e do Serviço Nacional de Saúde, bem como à promoção da escola pública como factor de coesão e de igualdade social. Manteremos uma atenção permanente às políticas sociais para a integração dos imigrantes — que tão elogiadas têm sido a nível internacional —, continuaremos a investir nos equipamentos sociais e reforçaremos as medidas de apoio às famílias e de promoção da natalidade.

Neste domínio, quero destacar duas medidas. A primeira, na área das creches: não só prosseguiremos o programa de construção de novas creches, como duplicaremos para 400 o número de creches com horário alargado, sobretudo nas áreas metropolitanas. E não tenham dúvidas, Srs. Deputados, que este é um dos mais sérios desafios do moderno Estado social: garantir às jovens famílias uma rede à qual possam confiar as suas crianças e que lhes permita compatibilizar a sua vida familiar com a profissional, de modo a poderem ter os filhos que desejam.

Aplausos do PS.

A segunda medida é a criação da conta poupança-futuro. Trata-se, essencialmente, de uma medida de incentivo à poupança e de apoio aos projectos dos jovens: para cada criança que nasce o Estado passará a depositar 200 € numa conta individual, concedendo ainda, anualmente, benefícios fiscais reforçados, correspondentes às poupanças que sejam depositadas nessa conta. O jovem beneficiário poderá mobilizar o saldo dessa conta logo que conclua os estudos obrigatórios, de modo a apoiar o financiamento dos seus projectos de vida.

Mas o nosso esforço principal continuará a centrar-se no combate à pobreza e às desigualdades. Para isso alargaremos ainda mais a cobertura do complemento solidário para idosos. Mas vamos fazer mais: vamos criar duas novas prestações sociais. A primeira prestação destina-se a apoiar as famílias trabalhadoras com filhos a cargo, de modo a garantir a estas famílias um rendimento acima do limiar da pobreza. A segunda

prestação destina-se a garantir, progressivamente, um rendimento acima do limiar da pobreza também para as pessoas com deficiência geradora de incapacidade total ou muito elevada para o trabalho e para a vida activa.

Aplausos do PS.

Mas, Srs. Deputados, quero também entrar no debate sobre o salário mínimo e para afirmar que o Governo está empenhado no cumprimento do acordo celebrado com os parceiros sociais. Estamos disponíveis, como aliás está previsto, para dialogar sobre as condições da sua execução, de modo a atender ao actual circunstancialismo económico. Mas temos também mais ambição: queremos, no âmbito da concertação, definir novos objectivos de aumento progressivo do salário mínimo, num quadro de médio prazo, porque estamos bem conscientes da importância que tem o salário mínimo para combater a pobreza e para aumentar os salários das classes mais necessitadas no nosso país.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Gostaria também de me referir a duas questões políticas, muito actuais — o aumento das pensões e o aumento da protecção social no desemprego.

Em primeiro lugar, vou referir-me às pensões.

Este ano, como é sabido, vai verificar-se uma situação absolutamente extraordinária de inflação negativa. Isto determinaria, se nada fosse feito, uma redução do valor das pensões da generalidade dos portugueses, o que seria inaceitável.

Mas, para situações extraordinárias, respostas extraordinárias. Gostaria de vos comunicar as decisões do Governo relativamente ao aumento das pensões este ano: aumentaremos as pensões até cerca de 630 € em 1,25% e as pensões até 1500 € em 1%. Isto significa aumentar as pensões mais baixas e manter o valor das pensões mais altas. Tendo em conta a inflação verificada, que, como se sabe, é negativa, isto representa um aumento real do poder de compra superior a 2% para os pensionistas com pensões mais baixas.

Trata-se, portanto, de defender um princípio fundamental: mais para quem mais precisa, beneficiando mais os idosos com pensões mais baixas.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, refiro a protecção no desemprego.

Sem prejuízo do entendimento estrutural alcançado na concertação social quanto às regras do subsídio de desemprego, decidimos alargar, até ao final de 2010, e como medida extraordinária, as condições de acesso ao subsídio de desemprego.

Com o objectivo de reforçar a protecção social, mas também para ir de encontro às pretensões de alguns parceiros sociais e de algumas forças políticas, o Governo decide que, neste período — no ano de 2010 —, o subsídio de desemprego seja atribuído a todos os desempregados com pelo menos um ano de descontos nos últimos dois anos antes da situação de desemprego. Trata-se, mais uma vez, de uma resposta extraordinária para uma situação também ela extraordinária.

Aplausos do PS.

Quero também deixar uma palavra sobre a política de saúde, chamando a atenção para cinco pontos essenciais. Em primeiro lugar, para sublinhar a nossa aposta na prevenção, em vários domínios críticos — do tabaco à obesidade, dos hábitos alimentares aos planos de vacinação e, de modo especial, no enfrentar do actual problema da gripe A. Em segundo lugar, para destacar o alargamento a todas as crianças e jovens entre os 4 e os 16 anos dos chamados «cheques-dentista». Em terceiro lugar, para reafirmar o nosso compromisso com a reforma dos cuidados de saúde primários, de modo que, até 2013, as unidades de saúde familiar possam cobrir todo o território nacional. Em quarto lugar, para dar conta de que aumentaremos o investimento e a expansão da rede de cuidados continuados e de apoio domiciliário. Em quinto e último lugar, para sublinhar que estão hoje em construção seis novos hospitais — Braga, Cascais, Guarda, Amarante,

Lamego e pediátrico de Coimbra. E esta operação sem precedentes de requalificação do nosso parque hospitalar vai prosseguir, com a construção dos hospitais de Loures, de Vila Franca, de Lisboa Oriental e do Algarve. É assim que podemos dar aos portugueses boas razões para terem confiança e orgulho no seu Serviço Nacional de Saúde, que continuará a ser gerido com objectivos de rigor, gestão eficiente e combate ao desperdício, que, aliás, caracterizaram a gestão deste Serviço nos últimos quatro anos da última Legislatura.

Concluo a referência às políticas sociais previstas no Programa do Governo sublinhando a nossa determinação na promoção da igualdade e no combate às discriminações. Reforçaremos, com a nova Secretaria de Estado da Igualdade, a nossa atenção à promoção da igualdade de género, em especial no mundo do trabalho, e no combate ao drama da violência doméstica.

Também quero dizer ao Parlamento que, com a legitimidade do mandato popular, o Governo levará mais longe o combate a todas as formas de discriminação, o que quer dizer que apresentará, nesta Assembleia da República, a sua proposta de lei para remover as actuais barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Aplausos do PS.

Se me permitem, Srs. Deputados, neste caso gostaria de dizer que não aceito nenhuma lição de democracia,...

Protestos do PSD.

... nem aceito o argumento de quem se lembra dos referendos apenas quando lhe convém.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

Risos do Deputado do BE Francisco Louçã.

Quero recordar a todos os Srs. Deputados que me opus a que o Partido Socialista votasse um projecto de lei nesse mesmo sentido porque entendia que não tínhamos nem mandato nem legitimidade para o fazer, apesar de concordarmos com essa lei. Acontece que agora temos toda a legitimidade para aprovar essa lei.

Esta proposta, quero recordar, foi a votos. Coloquei-a na minha moção de estratégia, dentro do meu próprio partido, assumi-a no seu programa eleitoral e defendi-a no debate público que travámos durante a campanha. Sinto-me, portanto, totalmente legitimado para fazer essa proposta e para obter a sua aprovação nesta Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É importante que Portugal tenha ideias claras sobre o seu lugar num mundo de incertezas e constantes mudanças.

Os pilares da nossa política externa e da nossa política de defesa mantêm-se naquilo que é essencial: o nosso compromisso com a construção europeia; a nossa aliança transatlântica; o nosso empenhamento especial na cooperação com os países de língua portuguesa. A verdade é que integramos a disponibilidade para assumir a nossa quota-parte de responsabilidades nas necessárias missões humanitárias e de paz. Pela nossa parte, acreditamos no multilateralismo e na referência que é a Carta das Nações Unidas, e estamos determinados a obter sucesso na nossa candidatura, que apresentámos ao Conselho de Segurança, para o biénio 2011-2012. Manteremos uma diplomacia atenta à internacionalização da economia portuguesa, à valorização de uma política da língua e da cultura e não deixaremos de prestar solidariedade e atenção às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Aplausos do PS.

Mas há dois pontos da maior importância que não posso deixar de referir aqui.

O primeiro diz respeito à Europa. É uma grande notícia para a Europa — e é uma grande notícia para Portugal — que o Tratado de Lisboa esteja finalmente em condições de entrar em vigor, ao serviço do reforço do projecto europeu. Desejámos que isto acontecesse e trabalhamos para que isto acontecesse. A Europa terá, assim, novas condições institucionais para poder responder aos desafios que tem pela frente. E o nome de Portugal — o nome de Lisboa — ficará para sempre associado a este passo tão importante da construção do projecto europeu!

Aplausos do PS.

O segundo ponto diz respeito à nova ordem internacional, que a crise económica mundial tornou ainda mais urgente e mais necessária. A reforma das instituições internacionais, o estabelecimento de instrumentos mais eficazes de regulação dos mercados e dos fluxos financeiros, o combate aos *offshore* e às zonas de sombra do sistema financeiro são temas de uma agenda incontornável para quem esteja disposto a levar a sério as lições da recente crise económica mundial.

Esses são, naturalmente, desafios globais, que transcendem em muito a capacidade de decisão de um único Estado. Mas uma Europa mais forte é também uma oportunidade de uma participação mais efectiva de Portugal nessa discussão e nesse movimento de reforma. E Portugal será aí uma voz em defesa de uma globalização mais regulada, que proteja o mundo, as economias e os cidadãos da reedição de crises tão profundas e graves como aquela com que o mundo hoje se confronta.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Têm-me perguntado muitas vezes, nestes últimos dias, se me preocupa a estabilidade política. Prefiro dizer que o que me preocupa é a resolução dos problemas do País — e é isso que tenciono fazer, trabalhar para isso. Sabemos todos, é claro, que a resolução dos problemas beneficia com a existência de condições de estabilidade política.

Mas isso só mostra que não é o Governo que ganha com a estabilidade. É o País que ganha com a estabilidade política.

Aplausos do PS.

Por isso, o mais importante neste início de Legislatura é que as responsabilidades sejam claras. E elas estão muito claras: o Governo, naturalmente, responde politicamente perante esta Assembleia da República. Mas todos respondemos perante os eleitores e, pela minha parte, não tenho nenhuma razão para não confiar no julgamento dos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa que aqui apresentei, em nome do Governo, é um Programa de ambição para o futuro de Portugal. É uma estratégia de modernização do País que vê para lá da conjuntura e dos problemas do presente. É um Programa que visa mobilizar as energias nacionais.

Este Programa aponta um rumo, traduz uma política, mas revela sobretudo uma atitude. A atitude de quem não se resigna e de quem não se conforma. A atitude de quem olha o futuro com confiança. A atitude de quem quer sempre mais e melhor para os portugueses. A atitude, afinal de contas, de quem quer sempre mais e melhor para Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, numa primeira ronda, os pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, bem como as respectivas respostas, terão a duração de 5 minutos.

A primeira interveniente é a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, se V. Ex.^a estivesse aqui hoje, pela primeira vez, a apresentar um programa de um seu governo, talvez tivesse a expectativa de nos

surpreender. Mas como o Sr. Primeiro-Ministro se apresenta aqui já com um passado nesta matéria, basta recordar esse passado para percebermos exactamente o que estamos aqui hoje a discutir.

O facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter sublinhado a importância de o Programa do Governo ser o seu Programa Eleitoral — evidentemente, tem legitimidade para o fazer — facilita-nos a tarefa, porque passamos a olhar o Programa do Governo com a mesma desconfiança com que olhámos o Programa Eleitoral.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — É que o Programa Eleitoral foi feito a pensar nos votos, não foi feito a pensar no que era possível ser cumprido!

Aplausos do PSD.

Para tanto, basta olharmos para a sua história, Sr. Primeiro-Ministro. Quantas promessas do seu último Programa não foram cumpridas, apesar de dispor de uma maioria absoluta? Foram inúmeras, especialmente as mais emblemáticas, desde a promessa de baixar os impostos até à da criação de milhares de empregos. E isso redundou num aumento brutal da carga fiscal e numa taxa de desemprego que não se verificava há mais de 30 anos.

Nessa sua história, o Sr. Primeiro-Ministro adoptou sempre a estratégia de atribuir a causas alheias tudo o que fazia em sentido contrário ao seu Programa. Em primeiro lugar, começou por invocar, até ao absurdo, a «herança» do anterior governo e, por fim, os efeitos da crise internacional.

Para este Governo o Sr. Primeiro-Ministro não tem esses álibis. Não pode invocar a «herança» do governo anterior, porque não quer, como devia, assumir a responsabilidade do estado em que o País se encontra.

Aplausos do PSD.

E, quanto à crise internacional, foi o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do seu Governo que se precipitaram a anunciar o fim da crise.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Já se esqueceram disso!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Porquê? Porque precisavam de simular o êxito das medidas que tinham sido tomadas.

O Sr. Primeiro-Ministro, não tendo esses álibis neste momento, está a preparar, desde já, um novo álibi, porque antecipa mais um fracasso do Programa que está a apresentar-nos aqui hoje e tenta, desde já, culpar a oposição. E, sobre este ponto, respondo-lhe inequivocamente: Sr. Primeiro-Ministro, não conte connosco para o ajudar a fugir às suas responsabilidades!

Aplausos do PSD.

Digo-lhe isto, porque é evidente (depois de o termos ouvido durante este tempo a anunciar o seu Programa) que o Sr. Primeiro-Ministro não vai cumprir este Programa. Mas não é por causa da oposição que não o vai cumprir! O Sr. Primeiro-Ministro não vai cumprir este Programa por causa do seu conteúdo.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Tal e qual!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Este seu Programa não seria exequível mesmo com maioria absoluta! E é por isso mesmo que o senhor não o vai cumprir.

Sei que esse não é um aspecto que preocupe o Sr. Primeiro-Ministro. E não o preocupa porque, no governo anterior, já fez o mesmo. Isso faz parte do seu estilo de fazer política!

Aplausos do PSD.

Por isso, nada do que está escrito no seu Programa me surpreende.

O que me surpreende verdadeiramente é o absoluto desprezo que ele mostra pelos resultados eleitorais, o facto de nem se ter dado ao trabalho de ajustar propostas meramente eleitoristas a uma perspectiva de governação sem maioria absoluta. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, mesmo sem maioria absoluta, é ao Governo, e não à oposição, que compete criar as condições de governabilidade, abrindo caminho a entendimentos, e a fazê-lo de forma séria e construtiva, com convicção e não com encenação.

O PSD sempre alertou para os graves problemas que o País enfrenta e que este Programa se limita a contornar.

O Sr. **Presidente**: — Queira fazer o favor de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Nesse sentido, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: como vai resolver, por exemplo, o problema do insustentável endividamento a que o seu Governo conduziu o País?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Como promete relançar a economia e o emprego se este nível de endividamento irá provocar, seguramente, um aumento significativo dos encargos com juros, de onde resultarão maiores dificuldades para as empresas, para as famílias e para os desempregados? Como persiste no programa de grandes investimentos públicos sem agravar ainda mais o endividamento e provocar a escassez do crédito?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Como é que, por este caminho, vai estancar a nova pobreza social e a falta de oportunidades para os jovens? Como vai combater a corrupção (que alastra de forma impune na sociedade e impede que se recupere a confiança para crescer) e a injustiça social?

Sr. Primeiro-Ministro, o PSD não vai abdicar de lutar por estas questões, para as quais, desde já, muito alerta os portugueses e para as quais apresentou propostas concretas.

A nossa responsabilidade para com os portugueses é a de lutar, com toda a coerência e seriedade, pelas soluções que consideramos essenciais para o progresso do País.

Sr. Primeiro-Ministro, são muitas as questões que o seu Programa suscita, mas espero que ao menos responda com clareza àquelas que lhe formulei. A obtenção dessas respostas seria um bom indício de que o Sr. Primeiro-Ministro leva a sério a sua responsabilidade de governar o País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, gostaria de começar por dizer que acho muito apropriado que se recomende humildade ao partido que ganhou eleições. Penso que se deve exercer o poder, em nome do povo, com humildade. Mas não vejo razão alguma para que idêntico conselho não seja dado a quem perdeu as eleições.

Aplausos do PS.

Pergunto-lhe, pois, se não lhe parece que também a Sr.^a Deputada deve tirar algumas lições do resultado das eleições.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que não ouvi ser feita a mínima alusão a isso durante a intervenção que acabou de produzir.

Protestos do Deputado do PSD Agostinho Branquinho.

Por outro lado, a Sr.^a Deputada referiu-se ao Programa que aqui apresentei como sendo igual ao Programa com que o Partido Socialista se apresentou perante os eleitores.

Quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que entendo que não deve haver um programa do Governo antes das eleições e um programa do Governo depois das eleições.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não vejo razão alguma para que quem se candidatou a eleições com base num programa o mude depois, no momento da investidura parlamentar.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Fica mais um conselho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que é absolutamente extraordinário neste país é que alguns julguem que todos os partidos da oposição devem manter os seus programas mas que o partido que ganhou as eleições, esse, deve mudar o seu programa. Não percebo qual é a lógica disto!

Aplausos do PS.

Bem sei que são insondáveis e misteriosos muitos dos pensamentos e das lógicas que levam às posições políticas do PSD, mas vejo nisto algum salto lógico absolutamente incompreensível.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — E as perguntas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A verdade é que, se tivéssemos apresentado um Programa do Governo diferente daquele com que nos candidatámos às eleições, estaríamos a ser acusados de não respeitar o compromisso com os eleitores. Mas, como apresentámos um programa igual, dizem agora que não estamos a atender ao resultado das eleições.

Vozes do PSD: — E as respostas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acho absolutamente extraordinário que os partidos da oposição tenham passado os primeiros dias pós-eleitorais a recordar que o Governo não tem maioria absoluta e que, portanto, deve ter uma inclinação para negociar, uma inclinação para o compromisso, um espírito permanente de abertura. Pois no momento em que o Governo deu provas disso, no momento em que eu próprio perguntei aos partidos se estavam disponíveis para dialogar, qual foi a resposta? «Dialogar, sim, mas dialoguem com outros, não connosco»!

Ora, também não consigo compreender a coerência daqueles que apelam à negociação, mas imediatamente dizem que não estão disponíveis para negociar.

E é absolutamente extraordinário que o PSD peça ao Governo que apresente um outro Programa. Já agora, talvez não fosse pedir demais que nos dissessem em que sentido mudaríamos o nosso Programa: no sentido do PSD, para não agradar à esquerda, ou talvez no sentido da esquerda, não agradando ao PSD?!

Srs. Deputados, a questão política que se coloca é muito simples.

Claro está que se o Governo tivesse obtido uma resposta positiva dos diferentes partidos da oposição relativamente ao diálogo político com vista a construir uma nova plataforma programática, apresentar-nos-íamos aqui com um outro Programa do Governo, que resultava de um compromisso. No momento em que todos os partidos disseram que não queriam essa negociação não têm legitimidade para pedir ao Governo que se apresente com outro Programa que não seja o Programa com que se candidatou às eleições.

Aplausos do PS.

Não quero, portanto, recordar o passado mais longínquo. Quero apenas recordar à Sr.^a Deputada um passado bem próximo. Foi justamente esse discurso da descrença, do negativismo, um discurso muito destrutivo que levou o PSD a ter o resultado eleitoral que teve.

Protestos do PSD.

Lamento muito que a Sr.^a Deputada não seja capaz de aprender essa lição da história!

Quero também recordar à Sr.^a Deputada que o debate político durante a campanha incidiu justamente sobre as prioridades da política económica. Ora, as prioridades da política económica que defendi durante a campanha eleitoral são aquelas que continuo a defender agora.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No início da legislatura anterior, houve uma altura em que a prioridade que se pedia ao governo era a de pôr as contas públicas em ordem. E pusemo-las.

Protestos do PSD.

Houve uma altura em que o que se pedia ao governo anterior era consolidar as contas públicas. E fizemo-lo.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Desemprego: zero!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A crise mundial exige que se dê uma atenção e uma prioridade ao crescimento económico. Ora, é para esse crescimento económico que estamos a trabalhar.

Os últimos sinais demonstram claramente que a estratégia que seguimos começa a produzir resultados.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — E as respostas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As últimas previsões da Comissão Europeia mostram que Portugal tem hoje uma perspectiva no crescimento económico muito superior à média europeia,...

Protestos do PSD.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Onde viu isso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tendo sido um dos países que saiu em primeiro lugar da recessão técnica que atingiu todos os países.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portugal tem hoje condições para prosseguir — e deve fazê-lo — essa linha política de insistência no crescimento e no emprego. É essa política económica e essa agenda económica que aqui explicitiei que vamos continuar a seguir, a bem do futuro do País, a bem da nossa economia e a bem do emprego.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por saudá-lo, por saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo e saudar todas as oposições no seu sempre estimulante pluralismo e até nas suas insanáveis contradições.

Risos do Deputado do BE Francisco Louçã.

Sr. Primeiro-Ministro, creio que o que há que realçar nesta sua primeira intervenção é o estado de espírito que apresentou a este Parlamento e ao País.

O Sr. Primeiro-Ministro não se quer refugiar no quadro parlamentar complexo que nos é dado viver para se furtar ao seu dever fundamental, que é o de governar Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — E governar não é desistir, governar não é apenas resistir. Governar é fazer coisas, governar é transformar, governar é, muitas vezes, romper.

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro deu hoje, aqui, as garantias de que este Governo tem um programa, tem um projecto e tem uma linha de rumo para o País. Era isso que se exigia a um governo, fosse ele qual fosse, nas actuais circunstâncias políticas e parlamentares.

É, aliás, extraordinário que algumas oposições achem estranho que o Governo apresente como seu programa o Programa do partido que obteve maioria nas eleições recentes, o Programa que foi sufragado pelos portugueses. Não poderia, aliás, ser de outra forma!

Como olharia o País para um governo que governasse de uma forma à segunda e de outra à terça, que nacionalizasse à quarta e privatizasse à quinta, que reforçasse a componente pública da saúde à sexta e valorizasse a componente privada ao sábado?! Como olharia o País para um governo sem rumo e sem orientação, um governo que logo no momento inicial se pusesse a adivinhar o que as oposições pretendiam para fazer disso a sua linha de orientação?!

Protestos do Deputado do PSD Agostinho Branquinho.

Um governo, para o País, não pode ser um «ecrã vazio» por onde passam as mais diversas e contraditórias políticas das oposições.

É por isso necessário ter esta noção de uma forma muito clara. Temos um Governo com vontade de governar, de seguir uma linha de rumo, de travar determinados combates, de seguir por um caminho que foi, claramente, o caminho sufragado maioritariamente pelo País.

É certo que temos uma maioria relativa, mas ninguém aqui dispõe de maioria absoluta! Não há nenhuma maioria absoluta do poder, mas também há nenhuma maioria absoluta da oposição,...

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Por acaso até há!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — ... no sentido de que uma soma de minorias contraditórias em nenhuma circunstância constitui uma maioria alternativa seja para o que for.

Aplausos do PS.

É nesta base que, claramente, saúdo esta primeira atitude. O Governo assume as suas responsabilidades!

É evidente que as assume num contexto particular diferente do contexto particular anterior. Assume num contexto que obriga o Governo e o partido que o sustenta politicamente nesta Assembleia a ter abertura de espírito para uma negociação séria e transparente com os demais partidos da oposição, tendo em vista a aprovação de documentos fundamentais para assegurar a estabilidade política e a governação do País.

O Sr. Primeiro-Ministro também aí fez referência ao valor da estabilidade, que não pode ser, nunca, o valor último da acção política, mas que é, contudo, um valor instrumental importante, se não mesmo imprescindível, para garantir a governação do País.

Por isso também quero aqui afirmar, em nome do Grupo Parlamentar do PS, que estamos disponíveis para participar activamente, em colaboração com o Governo, numa negociação séria e transparente permanente com todos aqueles que, com abertura de espírito, sem arrogâncias e sem sectarismos, estejam disponíveis também para dar o seu contributo para a estabilidade do País e para que seja possível prosseguir a governação, de acordo com os resultados eleitorais verificados nas últimas eleições.

Aplausos do PS.

Essa é a nossa disponibilidade. Não cultivaremos a arrogância, o sectarismo ou o fechamento às propostas, que avaliaremos também caso a caso. Estaremos disponíveis para participar nesse esforço, mas não contem connosco para desistirmos, para renunciarmos aos nossos compromissos, não contem connosco para estarmos todos os dias, aqui, a pedir desculpa pela simples circunstância de termos ganho as últimas eleições legislativas!

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, é claramente este o quadro em que nos devemos entender, um quadro que é especialmente responsabilizante para todos — para o Governo, para o partido que o suporta no plano parlamentar, mas também para os demais partidos da oposição. Naturalmente, temos consciência de que são responsabilidades distintas, de natureza e de grau diverso, mas são responsabilidades importantes.

Estou absolutamente certo de que o País está hoje de olhos postos não apenas no Governo, na sua atitude, na sua postura, nas suas medidas, nas suas iniciativas, mas também no comportamento de todos nós aqui, no Parlamento, ou seja, nos que apoiam o Governo e nos que, não apoiando e não tendo querido fazer parte de qualquer solução governativa, não tendo querido fazer parte de qualquer coligação ou não querendo contribuir para qualquer solução de entendimento parlamentar, quiseram ser oposição, mas disseram, nesse momento, que seriam oposição responsável. Creio, aliás, que o que ficou dessa primeira ronda, desse primeiro encontro que o Sr. Primeiro-Ministro promoveu com vários partidos foi esta ideia. Os partidos da oposição, todos eles sem excepção, à saída das audiências que tiveram com o Sr. Primeiro-Ministro disseram: «Seremos oposição e oposição responsável».

Compreende-se e respeita-se, aliás, que tenham feito essa opção pela oposição, porque no mais fundo deles próprios todos sabem que perderam as eleições e por isso mesmo entendem que devem estar na oposição, mas ao mesmo tempo, porque entenderam o novo quadro parlamentar e político, manifestaram vontade de ser uma oposição responsável.

Pois bem, creio que este é o momento para afirmarmos claramente este desígnio da parte de todos nós. Conte o Sr. Primeiro-Ministro com o Grupo Parlamentar do PS,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — ... sempre disposto para um apoio sereno, um apoio crítico, um apoio exigente, e conte o País com um grupo parlamentar disponível para estabelecer, com todos os demais grupos parlamentares, os entendimentos necessários que a nossa responsabilidade exige para assegurar a estabilidade política e a governação do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco de Assis, não posso estar mais de acordo com a observação que fez segundo a qual não se pode transformar uma maioria relativa do Partido Socialista numa pretensa maioria absoluta da oposição.

Risos do PSD.

É sabido que não há maiorias absolutas de nenhum partido nesta Câmara. Isso impõe e exige diálogo e compromisso políticos, abertura de espírito, imaginação e coragem para assumir responsabilidades governativas. Isso impõe uma assunção da governação com abertura, como referi, mas impõe principalmente uma linha de rumo. Não se estabelece diálogo político sem ser em função de uma orientação e o País precisa dessa orientação, o País deseja ter esse rumo, o País não permitiria, não aceitaria que se governasse não com base nos resultados eleitorais e nas escolhas principais que o eleitorado fez mas apenas com base em entendimentos conjunturais de ocasião para todas as grandes questões nacionais.

Foi por isso que tive oportunidade de descrever, o mais minuciosamente que pude, as linhas de orientação que vão guiar o Programa e a acção governativa nestes próximos quatro anos. Ora, isso consta do Programa do Governo do Partido Socialista, que, quando foi elaborado por altura das eleições, resultava já da nossa experiência no governo durante quatro anos.

Se há questão decisiva nos próximos anos, absolutamente estratégica, onde é preciso fazer uma escolha que, julgo, foi feita nas últimas eleições, essa questão diz respeito à agenda económica para os próximos anos. Qual foi a escolha? A escolha feita foi entre aqueles que, por puro preconceito, acham que o Estado não tem nenhum papel a desempenhar na resolução dos problemas que a crise trouxe e aqueles que, como nós, acham que o Estado tem aqui um papel absolutamente insubstituível.

Ao longo de muito tempo referi que o papel do Estado na dinamização económica e na promoção de mais oportunidades de emprego era não apenas um imperativo político mas até um imperativo moral, porque, neste momento, não há mais nenhuma entidade capaz de oferecer mais oportunidades de emprego do que o Estado.

É por isso que julgo absolutamente essencial que a questão do investimento público surja na agenda económica como uma prioridade para fazermos face aos nossos problemas económicos criados pela crise.

Alguns referem o endividamento. O endividamento faz parte de uma questão estrutural da nossa economia que não surgiu agora, já tem muitos anos. Mas a resposta estrutural a esse problema do endividamento faz-se agindo na estrutura económica, faz-se, como fizemos nos últimos quatro anos e como continuaremos a fazer, reduzindo a nossa factura energética, a nossa dependência do exterior. Mais de metade do nosso défice anual diz respeito à dependência do petróleo. Quanto mais investirmos nas energias renováveis, quanto mais autonomia e independência energética dermos ao nosso País mais reduzimos o nosso défice estrutural e mais reduzimos o nosso défice com o exterior.

É por isso que a resposta ao endividamento deve passar por uma aposta na questão energética e nas exportações.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É aí que se joga o sucesso na resposta ao endividamento. Essa é a boa agenda económica! Responder à crise com mais iniciativa do Estado, com mais investimento público modernizador para dar mais competitividade à nossa economia, mas também com a aposta do Estado orientada para uma nova estratégia no domínio da energia, mais aposta nas renováveis, mais autonomia, mais independência e uma aposta decisiva nas exportações capaz de dar uma alternativa ao paradigma económico e de modernizar a nossa economia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Há-de trocar isso por miúdos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A isto chama-se ter uma linha de rumo, ter uma orientação. Ora, é disto que o País necessita, de uma orientação, de uma linha de rumo. E o Governo não deixará de a ter. Partirá para este

exercício com abertura de espírito, com grandeza, disponível para o compromisso, para o diálogo, mas também para assumir as suas responsabilidades.

Como já disse, a verdade é que no momento inicial, depois dos resultados eleitorais, as consultas que fizemos aos vários partidos destinaram-se a iniciar fases de diálogo sem condições. A resposta que obtivemos é também um contributo para a legitimidade deste Governo.

Estamos aqui, assumindo as nossas responsabilidades de governação. Não viramos a cara nem nos vamos embora! Essa não é nem nunca foi a minha atitude ou a do Partido Socialista! Governamos em situações difíceis, sim, governamos em situações de políticas difíceis, sim, sempre convencidos de que o nosso dever não é utilizar os nossos votos contra ninguém. O nosso dever é utilizar os nossos votos, ao serviço do País, na resolução dos problemas do País.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas governaremos com o nosso Programa, porque ninguém pode pedir a quem ganhou as eleições que governe, sim, mas com o programa dos outros. Não saberíamos, aliás, como fazê-lo. Governar com as ideias dos outros, desculpem, parece-me um exercício impossível. O que sabemos é governar com as nossas ideias e em espírito de abertura e de compromisso com os outros, obtendo, pelo diálogo, plataformas de entendimento que permitam à nossa democracia responder aos problemas do País. Mas isso não dispensa, mais uma vez, uma orientação, uma linha de rumo de que o País, absolutamente, carece.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma saudação com a estima que, sabe, tenho por si.

Sr. Primeiro-Ministro, farei, à tarde, uma intervenção de fundo sobre a avaliação que o CDS faz desta Legislatura, que percorrerá várias das questões que abordou do ponto de vista estritamente político. Agora, não quero deixar de notar que, nas suas intervenções, cessou o argumento de que a culpa é do governo anterior pelo simples facto de que o governo anterior era presidido por V. Ex.^a

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Parece-me que V. Ex.^a quer agora um argumento segundo o qual é vítima das oposições, mas não creio que nenhuma oposição, em particular, ou todas, em conjunto, o tenham ainda martirizado.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Onde, Sr. Primeiro-Ministro, farei aqui o que sempre fiz: um conjunto de perguntas focadas.

A primeira é genérica. O Partido Socialista ganhou as eleições — e felicito-o por isso, como, aliás, já o tinha feito —, mas ganhou-as com maioria relativa. O Sr. Primeiro-Ministro perdeu mais de meio milhão de votos, ou seja, mais de 8,5% dos votos, e 24 Deputados. Nos discursos que fez até agora, só o oiço dizer: «manter o rumo, manter o rumo, manter o rumo». Nunca o ouvi dizer: admito que é preciso rectificar, corrigir, alterar e mudar. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem legitimidade para governar, porque teve a maioria relativa, mas certamente há-de fazer uma interpretação da razão por que perdeu a maioria absoluta.

Está ou não disponível, na sua interpretação do resultado, para mudar políticas, alterar políticas, corrigir políticas?

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, quero também fazer-lhe uma pergunta sobre a questão da avaliação dos professores.

Anunciou aqui — o que, além de ser de bom senso, é de lei — uma negociação entre a Sr.^a Ministra da Educação e os sindicatos. Algo já ganharam aqueles que defendem que essa negociação tem de ser feita e, a meu ver, o Parlamento deve balizar, sem substituir, essa negociação.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, queria perguntar-lhe se está ou não disponível para que o quadro de solução, que, entendo, é o desejo de todos (obter a paz nas escolas, respeitar os professores, ter um ensino com maior exigência), passe, obviamente, pela suspensão do que está errado quer na divisão dos professores titulares e não titulares quer no modelo de avaliação, mas não se limite a suspender, não se limite a dizer o que não está bem, indique um caminho e balize esse caminho. Ou seja, substitua o que não está bem por algo que será melhor.

Assim, queria perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se aceita uma avaliação que, em vez de ser burocrática como esta é, seja simples e tenha apenas um relatório de base; se aceita que, em vez de uma avaliação que prejudica o trabalho lectivo dos professores, haja uma avaliação que apenas acontece depois de terminado o ano escolar e antes de iniciado o ano escolar seguinte; se aceita uma avaliação que em nenhuma circunstância relacione a progressão na carreira dos professores com as notas que os professores dão aos alunos;...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — ... se aceita uma avaliação em que o avaliador seja hierárquico no sentido de que é a direcção pedagógica da escola que avalia os professores, o que termina com o mal-estar de uma avaliação feita por colegas, às vezes sem a competência específica para o fazer; se aceita uma avaliação que contenha um sistema de arbitragem para corrigir injustiças; se aceita uma avaliação que não termine favorecendo a divisão dos professores em titulares e não titulares, porque pode haver uma carreira única com uma opção facultativa entre os professores que têm essencialmente vocação docente e os professores que podem ter uma vocação para a gestão e administração e direcção escolar.

Era isto que lhe queria perguntar: se aceita este caminho.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Concluirei, Sr. Presidente.

Mais duas perguntas que, dado o tempo, terão de ser muito breves.

Sr. Primeiro-Ministro, o aumento de pensões que anunciou é de 1,25%, ou seja, 3 €. Assim, quem recebe 243 € passa a receber 246 €. Queria perguntar-lhe se não considera que tem margem não para gastar mais mas para investir melhor na área social, visto que o próprio instituto tutelado pelo Governo reconhece que no rendimento mínimo há, pelo menos, 15% de abuso e fraude — havendo estimativas oficiosas, também governamentais, que apontam para 20% de fraude —, o que significa que entre 60 000 e 80 000 beneficiários do rendimento mínimo estão indevidamente a recebê-lo e essa verba podia e devia ser usada para um aumento de pensões bem mais justo do que o que anunciou.

Aplausos do CDS-PP.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, noto um progresso no seu discurso: há quatro anos tinha uma palavra sobre a agricultura — era a palavra «agricultura» no meio das alterações climáticas — e agora tem um parágrafo. Tratando-se de matéria muito importante, designadamente para os agricultores, queria que me explicasse o que quer dizer com «readaptar, flexibilizar e simplificar a execução do PRODER» que está no Programa do Governo. Reconhece que houve um fracasso? Como é que tenciona pôr isto a funcionar?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Portas, estou sempre disponível, com abertura de espírito, para fazer melhor. Essa é a minha atitude, a atitude do Governo e a atitude da bancada do Partido Socialista. Iniciamos, com este estado de espírito, esta Legislatura.

Sr. Deputado, percebo muito bem que sublinhe a diferença entre a legislatura anterior e esta. Na anterior legislatura, o Partido Socialista tinha ganho com maioria absoluta; nesta, ganhámos com maioria relativa.

Pergunta o Sr. Deputado: «Por que é que o Sr. Primeiro-Ministro não retira as ilações destes resultados eleitorais? Por que é que não faz uma análise que o leve a identificar as razões de ter perdido votos entre uma eleição e outra?». Sr. Deputado, tenho bem presente as razões que levam um governo, no meio da mais grave e séria crise dos últimos 80 anos, a perder votos.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Será que é só isso? A Sr.^a Merkel foi reeleita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, oiça-me com atenção, se faz favor, tal como eu o ouvi.

Eu tenho bem presente as razões que me levam a isso, mas talvez não fosse mau o Sr. Deputado ter presente as razões que levaram o Partido Socialista a ganhar as eleições.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Perceberá quando eu intervir a seguir ao almoço!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Talvez não fosse mau o Sr. Deputado perguntar-se por que é que o eleitorado não ouviu os seus apelos quando dizia: «É preciso virar a página de José Sócrates! Não o queremos mais quatro anos! Não o queremos mais no governo!». Talvez seja o momento também para que os partidos da oposição tenham um pouco de humildade e reconheçam que, apesar de tantos ataques e de tudo o que disseram de mim, o partido que ganhou as eleições foi o Partido Socialista.

Talvez, portanto, não fosse mau recomendar ao Dr. Paulo Portas que fizesse uma análise das razões que levaram o eleitorado, afinal de contas, a manter-me como Primeiro-Ministro aqui, na bancada do Governo, mais esta Legislatura. Se é exigível humildade a quem ganha, Sr. Deputado, também é exigível humildade para quem perde. Recordo que, apesar de tudo, houve quem ganhasse e quem perdesse.

Sr. Deputado, quanto à questão da educação, eu disse no meu discurso que estamos disponíveis para dialogar, para melhorar, para introduzir as alterações que resultam da experiência, para aproveitar o trabalho dos professores e das escolas e para aperfeiçoar. Sempre assim foi com qualquer sistema de avaliação, em qualquer empresa ou em qualquer organismo público. Partimos com essa vontade e temos consciência de que isso seria benéfico para trazer às escolas um melhor clima e um melhor ambiente. É isso que queremos.

O Sr. Deputado identificou bem o ponto que não queremos. Não queremos que tudo volte ao início, que tudo volte ao passado. Não quero voltar ao tempo em que o Sr. Deputado servia o seu País no governo. Era o tempo em que não havia nenhuma avaliação.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Lá estou eu!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como vê, ainda há forma de recordar o passado num debate político!... E esse seu passado não é assim tão longínquo!...

Penso que todos devemos também aprender as lições. Não apenas nós, mas todos!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Essa já não pega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pega, pega, Sr. Deputado. A avaliação de professores pode ser melhorada, pode evoluir, mas a verdade é que todos reconhecemos que, sem uma avaliação séria e justa, a nossa escola pública empobrece, presta um pior serviço aos portugueses.

É por isso que estamos, neste debate, com o espírito aberto, como disse, para fazer melhor, para construir melhor, para aproveitar a experiência. Consideramos, no entanto, que não é bom para o País deitar, agora,

todo o trabalho feito pelos professores e pelas escolas para o «caixote do lixo da história», apenas porque alguém quer fazer um ajuste de contas político com o Governo e com anterior legislatura.

Tenho a certeza de que não é isto que o Sr. Deputado deseja. E anotei o que disse: o Sr. Deputado não quer a suspensão sem mais.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Suspensão e substituição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora bem, estou muito de acordo com isso, porque suspender a avaliação de professores neste momento era irresponsável, absolutamente irresponsável. Neste momento, há 49 000 professores que já foram avaliados. Não sei como se vai explicar aos professores que tiveram *Excelente* e *Muito Bom* que a melhor situação era a que vivíamos antes quando todos eram classificados como *Regular*. Não sei como se vão explicar.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — São só 5%!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pela minha parte, estou convencido de que isso não é solução, pelo contrário. Considero que a melhor solução é todos reflectirmos sobre como fazer a nova avaliação.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Ah...! A nova!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas devemos levar esta avaliação até ao fim, porque seria absolutamente irresponsável dizer que a avaliação que foi feita não serve e que a que está em curso também já não serve. Desculpem, mas isto seria irresponsável.

Se querem dialogar e construir, então, construamos para o futuro, melhoremos. não façamos ajustes de contas políticos com o passado.

Presumo que a nossa posição está muito clara e vai ao encontro daquilo que o Sr. Deputado disse no sentido de que a ideia da suspensão não é a boa ideia, porque isso seria...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Suspende e substituir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado disse que a suspensão não seria solução. Concordo também com a ideia de que o vazio não é solução e de que regressarmos à situação de não existência de avaliação seria mais negativo para as escolas.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — «Suspende e substituir» foi o que eu disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, em segundo lugar, quero recordar-lhe que a nossa decisão de aumentar as pensões em 1,25% para as pensões mais baixas significa um aumento real de 2% nas pensões, o que quer dizer que é um aumento significativo no ano em que houve uma crise económica que levou à redução do crescimento.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma decisão que vai no sentido de mais justiça social.

Finalmente, quanto à agricultura, o que eu disse a propósito do PRODER, como, aliás, já o disse várias vezes na Assembleia da República, foi que nos primeiros meses deste ano tínhamos uma expectativa — e por isso colocámos 100 milhões de euros no Orçamento — de que o investimento com o PRODER pudesse acelerar, o que não correu bem. Por isso, tomámos medidas para que o PRODER possa ser agora acelerado, para que o dinheiro do Orçamento possa ser posto ao serviço do investimento privado na agricultura. É isso que pretendemos fazer no PRODER e essas medidas foram já tomadas e com resultados.

Se o Sr. Deputado estiver atento, verá que muitos dos agricultores começam agora a obter a aprovação dos seus projectos, em benefício de uma agricultura mais moderna.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-se hoje aqui, ao Parlamento, no debate do Programa do Governo, num novo modo dialogante, simpaticamente anestésico, aliás, que não quero deixar de registar.

Mas é certo que houve uma grande mudança nestas eleições: o Governo perdeu a maioria absoluta e por isso traz-nos uma novidade, uma espécie de remodelação do Governo, que, aliás, em pouco tempo ficaremos a saber se é um Governo ou se é um comité eleitoral.

Na verdade, o Programa do Governo que estamos hoje a discutir é igual ao dos últimos quatro anos, não ao do de há seis meses mas ao de há quatro anos. Na nossa opinião, Sr. Primeiro-Ministro, este Programa tem falhado e falha ao País, porque não resolve problemas.

Veja a questão da avaliação. O Sr. Primeiro-Ministro fez um esforço para corrigir o seu Ministro dos Assuntos Parlamentares — bem o percebi! — mas, na verdade, insiste em que continuemos a perder tempo numa avaliação que é uma declaração de guerra, incompetente e inconclusiva.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É por isso que o desafio colocado ao Parlamento perante o País é o de fazer a sua primeira lei ponderada e concreta para substituir este modelo de avaliação, para o que terá todo o empenho do Bloco de Esquerda. Será a primeira lei do Parlamento!

Mas o seu Programa também não resolve matérias importantes. É certo que apresentou uma cedência e quero sublinhá-la: durante tanto tempo recusou tantas propostas do Bloco de Esquerda para alargar a abrangência do subsídio de desemprego, mas, hoje, aceitou uma primeira alteração. Registo isto e saúdo os desempregados que hoje tiveram ganho de causa, porque quem luta pelo seu emprego e pela sua dignidade e merece o apoio da protecção e da solidariedade social deve ser valorizado, porque essas pessoas lutaram, ganharam e devem continuar a manter a sua razão.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, ficam tantos trabalhadores com desemprego estrutural, trabalhadores precários, pessoas ainda com contratos precários na função pública, pessoas vulnerabilizadas por quem continuaremos a bater-nos. Aliás, o Governo não muda o Código do Trabalho, que é a regra da precarização. Esse não quer mudar. Não resolve, portanto, tantas questões essenciais e vou colocar-lhe algumas.

O Sr. Primeiro-Ministro disse, por duas vezes — espantou-me, mas disse-o por duas vezes —, que a projecção da União Europeia para o crescimento português era maior do que a da média europeia. Está enganado! O Governo tem de saber que uma coisa é ser maior, outra coisa é ser mais pequeno.

Tenho aqui as projecções da União Europeia. O crescimento português para os próximos anos é: 8% a 9% de défice a três anos; aumento de desemprego; um crescimento do Produto, metade do da zona euro, repito, metade da zona euro. Está aqui, Sr. Primeiro-Ministro! Não queira enganar-se nos números! Isto é importante, porque este Governo está perante um colapso económico da sua política. O Sr. Primeiro-Ministro gasta três vezes mais no BPN do que nas medidas de reanimação económica.

Quer confiança do País para combater a crise?

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Três vezes mais! Nenhum accionista foi responsabilizado! Mas cada contribuinte já tem comprometidos 700 € naquele Banco e naquele «buraco».

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): — É mentira!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Não é mentira, Sr. Ministro! Não se irrite. Não perturbe este clima de diálogo tão interessante que o Sr. Primeiro-Ministro aqui tem querido manter.

Risos do BE.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — É mentira!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, assumimos toda a responsabilidade. Nestas questões sociais e económicas, o Governo não resolve, não responde e não assume responsabilidade.

Quero, por isso, colocar-lhe duas últimas questões e estou a falar para si, Sr. Primeiro-Ministro, suponho que se dá conta.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou a ouvir!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Estamos perante um País em que o rendimento máximo garantido se tornou a regra. Os bancos declaram com orgulho ter tido 9% de IRC pago no 1.º semestre, com 9 milhões de euros de lucro por dia. Quero saber se nos garante, Sr. Primeiro-Ministro, que não vai aceitar as taxas nas operações no Multibanco próximo das pessoas, que é um serviço que fazem a si próprias e também ao banco. Quero essa garantia sua, aqui.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Finalmente, quero falar-lhe da questão da corrupção, que não é uma questão menor, é, talvez, das mais importantes da vida da República.

O Governo recusou tudo o que era sensato. Recusou medidas preventivas e medidas aflitivas, recusou emergência e recusou meios.

O Sr. Primeiro-Ministro diz-nos, hoje, que vai propor códigos de conduta para as empresas públicas!? Sr. Primeiro-Ministro, que surpresa! Mas não devia haver regras de conduta, códigos, normas e verificação?! O Sr. Primeiro-Ministro quer garantir-nos que em todas as empresas públicas, todas, são prosseguidas as políticas necessárias ao combate efectivo, preventivo, à corrupção?! Quer garantir-nos que o Estado aplica as suas leis?! Mas diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro que nas leis não se mexe!

Sr. Primeiro-Ministro, houve um único empresário em Portugal condenado por corrupção que quis comprar a maior câmara do País e pagou 5000 € de multa. Vai dizer-me que a lei não tem de ser alterada, perante estes resultados?!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vai-me dizer que as regras, os procedimentos, os instrumentos, os meios, o combate, a coragem não têm de ser alterados?! É claro que sim! Tem de haver um controlo preventivo das contas bancárias. Tem de haver a punição do enriquecimento injustificado. Tem de chegar à atenção das autoridades de investigação judiciária todo o enriquecimento injustificado, e nisso o Partido Socialista não quis que se mexesse.

Mas oiça, Sr. Primeiro-Ministro: é o Presidente do Tribunal de Contas, aliás, Presidente da Comissão de Prevenção da Corrupção, que nos diz que no Estado não estão os dispositivos necessários para o combate à corrupção.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Concluo, Sr. Presidente.

Se, hoje, vemos tantas formas, desde as formas «pilha-galinhas» até à grande corrupção tentacular organizada, a atacar a democracia do País, pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se se quer contentar com esta política que vai fechando os olhos ou se, hoje, aceita que uma prioridade republicana é esse princípio da transparência, da verificação, da prevenção e, portanto, da punição da utilização de todos os recursos para alguns.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Louçã, é um prazer regressar aos debates consigo! A última vez que debatemos foi, salvo erro, na televisão, durante a campanha eleitoral.

Risos do PS.

Ainda me lembro do que o Sr. Deputado dizia nessa campanha eleitoral: «Eu quero ser Primeiro-Ministro, eu quero a esquerda grande». Pois aqui estamos, Sr. Deputado: eu aqui, o senhor aí. Talvez fosse altura de o Sr. Deputado tirar as conclusões desse resultado eleitoral.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Olhe para trás de mim e veja o número de Deputados que temos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sei que tem todos os motivos para estar satisfeito... Mas, afinal de contas, Sr. Deputado, tenha um pouco mais de humildade. Nós ganhámos as eleições, o Governo ganhou as eleições e talvez não fosse mau que tivesse isso presente. Sei que quer ser Primeiro-Ministro e quer uma esquerda grande, como diz, mas, Sr. Deputado, quem ganhou as eleições fomos nós! Apesar de tudo, um pouco mais de humildade também não lhe ficava mal.

Sr. Deputado, quanto à avaliação de professores, o nosso País tem muitas escolhas a fazer, muitas decisões a tomar e em áreas muito importantes, em particular na economia e na sociedade.

Porém, o Sr. Deputado seleccionou a avaliação de professores. Também considero essa matéria da maior importância e quero deixar esta palavra a todos os Srs. Deputados: considero a questão da avaliação de professores muito importante. É muito importante para a escola pública, para as famílias portuguesas, para o futuro educacional do nosso País, para o sistema público de ensino que haja uma avaliação séria e justa dos professores portugueses.

O que é que, afinal de contas, o Bloco de Esquerda nos propõe neste domínio? Tenho comigo o projecto de lei que os Srs. Deputados apresentaram e o que propõem é, em primeiro lugar, no artigo 2.º, a suspensão. Primeiro, suspendemos.

Sr. Deputado, estão neste momento, como já disse, avaliados quase 49 000 professores. Esta avaliação está a chegar ao fim, faltam dois meses para chegar ao fim, mas o que o Sr. Deputado quer é suspendê-la.

Depois, diz que é preciso fazer uma nova avaliação, desta vez com outros critérios. Mas o Sr. Deputado não propõe nada disso. O Sr. Deputado propõe a constituição de uma unidade de missão que elaborará uma proposta de um novo modelo de avaliação. E até dizem ao Governo: façam isso em 30 dias!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Leu mal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, desculpe, mas isto não é de quem quer construir, isto é próprio de quem quer apenas tirar desforço relativamente ao passado.

Aconselho o Bloco de Esquerda a, se quer ter uma posição dialogante e construtiva, perceber que seria, neste momento, absolutamente irresponsável interromper e suspender a avaliação, criando um vazio nas escolas portuguesas.

Como disse, estamos disponíveis para melhorar, para aperfeiçoar, mas com base na experiência que tivemos, com base no trabalho dos professores e das escolas.

Mais uma vez, Sr. Deputado, se quer diálogo, oiça também o que a outra parte tem para dizer e, se se quer encontrar com os que querem fazer um esforço honesto e sério para melhorar, o Sr. Deputado deverá reconhecer que não se melhora deitando todo o trabalho dos últimos anos para o lixo. A isso não se chama melhorar nem dialogar. A isso chama-se apenas querer ajustar contas políticas com o passado. Sr. Deputado, entendo que esse não deve ser o caminho!

Depois, o Sr. Deputado notou bem, porque o que o Governo decidiu foi aproximar-se das posições de forças sociais no que diz respeito às regras para o acesso ao subsídio de desemprego. Continuamos a considerar que foi bom o entendimento que obtivemos na concertação social com os sindicatos e com as entidades patronais. Acho que o seguro social do desemprego deve ser...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Subsídio!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Subsídio, sim. Mas é um seguro. Falei em seguro para que se perceba que este subsídio é um seguro social.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que baralhação!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como estava a dizer, penso que deve ser estabelecido por forma a que quem tenha acesso a ele possa ter contribuído de alguma forma e entendo que os 540 dias são a boa solução, mas estou disponível para aceitar que, no momento de crise que vivemos, se pode e deve melhorar a situação de acesso ao subsídio de desemprego. Por isso, anunciei no meu discurso que, no ano de 2010, valendo de forma extraordinária, o acesso ao subsídio de desemprego seria obtido não com 540 dias de descontos mas com 360 dias, portanto um ano, nos últimos dois anos antes da situação de desemprego, indo ao encontro das posições à esquerda do Partido Socialista e também de algumas centrais sindicais. Vamos fazer um esforço orçamental para melhorar essa situação de protecção no desemprego, dada a situação excepcional.

Reparei também que o Sr. Deputado não se referiu àquela que me parece ser a questão mais importante com que as economias mundiais estão confrontadas e relativamente às quais também é preciso fazer uma escolha, que é a questão do investimento público — aliás, sobre isso o Sr. Deputado não disse uma palavra.

Esta é a questão estratégica essencial: mais ou menos investimento público. Mas sobre isto reparo que Sr. Deputado não a considera na sua agenda.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Não tenho 1 hora para intervir!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E diz o Sr. Deputado que as previsões da Comissão Europeia são más para o nosso País.

Ó Sr. Deputado, não sei onde é que viu essas previsões, porque se olhar para 2009, verá qual é a perspectiva de decréscimo económico do nosso País: 2,9%. Qual era a perspectiva do Governo? 3,4%. Quais eram, na Primavera, as perspectivas da Comissão? Cerca de 3,7%...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Acima da média europeia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Oiça, Sr. Deputado! Não se excite logo no primeiro debate...! Não se excite logo no primeiro debate!

Para a União Europeia eram 4%.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Continue!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora, isto quer dizer que a União Europeia vai declinar em 4% no seu crescimento e Portugal declina 2,9%. A isto chama-se estar em melhor situação que a União Europeia, mas o Sr. Deputado insiste...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — E no ano seguinte?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em transformar aquela que é uma boa numa má notícia para Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Queria concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Afinal de contas, nós temos umas previsões de Outono na Comissão Europeia que melhoram, que revêem em alta as previsões, mas o Sr. Deputado, do alto do seu bom critério e de acordo com a sua isenção e objectividade, vem dizer aos portugueses que, afinal de contas, isso é uma má notícia. Não, Sr. Deputado!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É fantástico!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mais uma vez lhe digo: as boas notícias são boas notícias e essas previsões da Comissão Europeia são excelentes notícias para reforçar a confiança na economia portuguesa e na nossa capacidade para enfrentar a crise.

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — E a corrupçãozinha também é boa notícia?!...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por uma questão já aqui levantada que tem a ver com o seu discurso no qual, tal como no da tomada de posse, não assumiu nem assume o facto político relevante: o PS, quando escreveu o seu Programa de Governo, tinha maioria absoluta, que perdeu nas eleições legislativas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É verdade e lembramo-lo, porque o Sr. Primeiro-Ministro se esqueceu de o dizer.

Sendo certo que num quadro de bipolarização o povo português lhe deu a legitimidade para governar, recusou-lhe, no entanto, a legitimidade para fazer o que quisesse e que fez durante o mandato anterior.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Porque à legitimidade do Executivo para decidir e executar, como disse, acresce a legitimidade não só de fiscalizar, como disse, mas de legislar por parte desta Assembleia da República.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E dou-lhe um exemplo concreto: a questão dos professores. Não vale a pena tentar dizer que se vai alterar para, no essencial, deixar tudo na mesma!...

Nós, por exemplo, colocamos a necessidade de eliminar a divisão dos professores em professores titulares e professores não titulares; a necessidade de haver um modelo formativo orientado para a melhoria do

desempenho e não para impedir a progressão na carreira; a necessidade de alteração do regime dos horários dos professores, cada vez com mais carga burocrática.

Ora aqui estão alguns exemplos daquilo que deve ser feito e não apenas uma manobra dilatória de, tocando aqui ou acolá, deixar tudo na mesma.

Aplausos do PCP.

Também quero realçar uma ideia do Sr. Primeiro-Ministro, que considero importante, ao dizer que ficou à frente nas eleições. Mas, fazendo vista grossa em relação à perda da maioria absoluta, suavizou a arrogância, referiu, até à exaustão, o verbo do diálogo com todos não a partir de uma nova política a realizar mas, sim, a partir da mesma política, no essencial, naquilo que é estruturante, dos últimos quatro anos e que conduziu o País ao estado em que está.

Disse, então, que o PS vai prosseguir o rumo e quem não alinhar assume as responsabilidades, independentemente da natureza das políticas e do inevitável agravamento desses mesmos problemas.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, queria compromissos de outros — e por nós falamos, obviamente! —, recusando alterar aquilo que é estruturante na política económica e social?

O discurso que fez aqui hoje é um discurso geral, de boas intenções, com esta ou aquela medida positiva — não para hoje —, mas que não respondem à realidade dos problemas candentes da sociedade portuguesa: sair da crise, combater o desemprego, mais justiça social, como afirmou.

Então, comecemos por aqui. O elemento que afere a justiça ou a injustiça social é a forma de repartição da riqueza produzida por via da política de apoio social, dos salários, da fiscalidade.

O nosso País é dos países mais desiguais em termos da repartição da riqueza...

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... e nesse sentido pergunto: vai ou não haver valorização dos salários, consequentemente do salário mínimo nacional, para acabar com o modelo falhado sustentado nos baixos salários?

Propõe-se o Sr. Primeiro-Ministro alterar os critérios de atribuição do subsídio de desemprego. Está a ver, Sr. Primeiro-Ministro, vale sempre a pena lutar...! Ao fim de sete vezes acordou com o essencial de uma proposta do PCP, alargando o critério de acesso ao subsídio de desemprego.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas eu queria aqui recordar-lhe o drama daqueles trabalhadores e trabalhadoras que estão prestes a esgotar o subsídio de desemprego, velhos demais para encontrar emprego e novos demais para ir para a reforma. Não acha que era justo, neste quadro de crise, alargar o tempo de subsídio de desemprego?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, uma outra pergunta concreta, que poderia ser feita mais à frente no quadro da discussão do Orçamento do Estado, é esta: vai alterar a política fiscal deixando de haver benefícios e isenções para os poderosos, aliviando e apoiando as pequenas e médias empresas e as famílias?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — A propósito, lemos as 24 páginas que falam sobre a revolução energética, mas nem uma palavrinha ouvimos sobre a necessidade de baixar a factura da energia, o que seria um elemento importantíssimo para aumentar a competitividade das nossas micro, pequenas e médias empresas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ora aqui está uma proposta para a sua revolução energética.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sobre o desemprego, num quadro de encerramento, de falências, de deslocalizações das multinacionais, que ficam sempre impunes, num quadro em que se destrói o nosso aparelho produtivo e a nossa produção nacional e dispara o desemprego, que combate é que vai ser feito? Que combate é esse, Sr. Primeiro-Ministro? Repartir sacrifícios entre os que têm emprego e os que não têm? Aplicar refinadamente a flexigurança com consequências na organização do tempo de trabalho e da retribuição do trabalho?

Ora, sabe tão bem como eu, Sr. Primeiro-Ministro, que é no tempo de trabalho e na retribuição do trabalho que se define o grau de exploração e nesse sentido colocamos este problema: vai haver uma nova distribuição da riqueza nacional ou, antes, uma nova distribuição da pobreza entre os quase pobres e quem trabalha, porque esta é uma questão central do futuro?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz o Sr. Deputado que o PS, quando escreveu o seu Programa, tinha maioria absoluta. Está enganado, Sr. Deputado! Não! Quando o PS escreveu o seu Programa estava no início da campanha eleitoral. Não tínhamos nem maioria absoluta nem maioria relativa, nem sabíamos que íamos ganhar as eleições...

Risos do PCP.

Recordo-me bem de ouvir, nessa altura, o Partido Comunista dizer que já tínhamos perdido as eleições, que não era possível irmos ganhar de novo as eleições.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Onde é que ouviu isso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E uma das coisas que sempre me espantou foi ver o discurso do Partido Comunista antes e depois das eleições. Realmente, como é que foi possível termos ganho as eleições depois de tudo o que o Partido Comunista dizia do Partido Socialista?

O Sr. Deputado diz que eu mudei. Bom, Sr. Deputado, não sei, mas uma coisa lhe digo: o senhor é que não muda! O senhor não muda nada, nem o seu discurso muda uma vírgula.

Depois o Sr. Deputado vem dizer: afinal de contas, o Sr. Primeiro-Ministro fala muito de diálogo, mas a verdade é que não mostra nenhuma abertura ao compromisso vindo aqui com o seu programa eleitoral.

Sr. Deputado, mais uma vez lhe pergunto: o senhor gostaria que eu viesse aqui com que programa? Afinal de contas, eu quero lembrar-lhe que o Sr. Deputado recusou qualquer diálogo com vista a qualquer compromisso com o Partido Socialista. Recusou...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Nós pusemos as questões políticas à frente!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Desculpe, Sr. Deputado — e digo isto para memória futura também —, mas foi sem condições prévias.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Foi, foi...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O senhor foi um dos que, como os outros, não quis falar. E desculpe que lhe diga: o Sr. Deputado acha que tem legitimidade para dizer ao Governo que devia vir com outro programa de governo quando o Sr. Deputado recusou qualquer conversa, diálogo ou negociação que conduzisse a uma nova plataforma programática? O Sr. Deputado não tem, portanto, legitimidade para dizer aos outros que não quer negociar quando foi o senhor que disse que não queria negociar nada.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Agora, só lhe faltam as asinhas...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, quero ainda referir-me a três pontos.

Em primeiro lugar, quero recordar ao Sr. Deputado que deve anotar no seu caderninho das medidas positivas, que o senhor refere sempre com uma velocidade estonteante, passando por cima disso como se tivesse quase vergonha de o referir, a questão das pensões...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O senhor já fala tanto disso...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, oiça-me com atenção, por favor.

Recordo que o Partido Comunista já tinha proposto aumentar as pensões do primeiro escalão em 0,3% e 0,5%...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — No mínimo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e o aumento é de 1,25%. Num momento destes, é um aumento significativo que está de acordo com os melhores princípios de justiça social, ou seja, apoiar quem precisa e mais do dobro daquilo que o próprio Partido Comunista tinha proposto. Bom, isto é só para apontarem no caderninho.

Quanto à avaliação, Sr. Deputado, o que eu defendo é uma avaliação que tenha consequências, porque a melhor garantia que podemos dar aos cidadãos portugueses é que temos um sistema de ensino que avalia e permeia o bom desempenho e o mérito nos professores. O melhor que podemos dizer aos pais e às famílias, neste momento, é que eles têm um sistema público de ensino que permeia o bom professor do seu filho, e isto é absolutamente essencial.

Podemos não estar de acordo com todos os detalhes da avaliação — isso é normal. Nós também queremos uma avaliação séria e justa e para que a avaliação seja séria e justa tem de ter consequências. Nós queremos uma avaliação que sirva a escola pública, que melhore a escola pública; o que não queremos é que volte tudo ao passado e que se deite fora toda aquela que foi a experiência e o bom trabalho realizado pelos professores e pelas escolas.

Suspender, neste momento, a avaliação, como já tive ocasião de dizer, seria irresponsável e um péssimo serviço que prestaríamos à escola pública portuguesa e um péssimo sinal que daríamos às famílias portuguesas, que esperam que o Estado e os órgãos do Estado sejam capazes de definir um sistema público de ensino que, como digo, permeie os bons professores dos seus filhos.

Finalmente, Sr. Deputado, nós demos um passo no subsídio de desemprego e nas regras de acesso ao subsídio de desemprego — aliás, eu há pouco disse 540 dias, mas são 450 dias neste momento, enganei-me, desculpem. Recuamos agora para 360 dias, para um período extraordinário, porque a situação é extraordinária.

Quero recordar a todos que as regras de acesso ao subsídio de desemprego foram acordadas na concertação social e beneficiaram do consenso de todos, da CGTP e da UGT...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não foi bem assim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi, foi!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Está enganado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os senhores é que estão enganados. Isto é matéria de facto, não é matéria de opinião. Eu sei que vos desagradou, mas, enfim, o que posso dizer?... Isso é conversa que deverão ter com a CGTP e não comigo. A verdade é que eles concordaram com isso...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas essa não é a nossa posição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e ao concordarem estruturaram aquilo que é uma condição indispensável para que o subsídio de desemprego possa ter também um carácter de seguro e de contribuição para esse seguro, que é absolutamente indispensável.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Reconheço que numa situação excepcional, pode haver circunstâncias excepcionais que exijam respostas políticas excepcionais. Estando nós a viver a crise que estamos a viver e havendo entre 8000 e 10 000 pessoas que poderão ter acesso ao subsídio de desemprego com novas regras — 360 dias de descontos nos últimos dois anos —, julgo que o Estado pode e deve fazer esse esforço financeiro para apoiar essas pessoas, mas durante um período limitado.

Por isso acho que é razoável e está de acordo com aquilo que são as medidas anticrise ter uma situação excepcional no acesso ao subsídio de desemprego que permita a esses desempregados, entre 8000 e 10 000, terem agora também um apoio de toda a sociedade a fim de poderem encarar com mais optimismo o seu futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, um programa de governo idêntico a um programa eleitoral creio que faz todo o sentido num quadro de maioria absoluta.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Essa é boa!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Num quadro de maioria relativa é até estranho não encontrar no Programa do Governo qualquer referência a esse novo quadro, designadamente a esse novo quadro parlamentar, porque isto torna, de alguma forma, irrealista alguns pontos do Programa. É que, tendo em conta a experiência do passado, é facilmente verificável que alguns pontos do Programa não vão poder ser concretizados da forma como lá estão, e nós não podemos apagar o passado dessa forma. O exemplo flagrante é, de facto, o da avaliação de professores.

A pergunta muito concreta que quero fazer ao Sr. Primeiro-Ministro, face, de resto, àquilo que já disse, é a de saber se tem alguma dúvida de que esta avaliação de professores vai ser objecto de uma suspensão, acaso todas as oposições sejam responsáveis com aquilo que defenderam no passado. Não há volta a dar, Sr. Primeiro-Ministro! Esta avaliação é uma aberração! Ela sustenta-se em quotas que minimizam os bons professores! Ela não avalia os bons professores! Não foi para isso que ela foi criada! Ela foi criada para poupar dinheiro! Ela foi criada para não permitir a progressão dos professores na carreira!

Portanto, sendo uma aberração, tem de ser, pura e simplesmente, eliminada e, com certeza, vamos partir para uma avaliação do nosso sistema de ensino com o objectivo de detectar o que está mal para melhorar e pôr bem. É, pura e simplesmente, isto!

Gostava de saber se o Sr. Primeiro-Ministro tem alguma dúvida sobre o rumo a dar a esta avaliação de professores.

Em segundo lugar, em relação à questão que o Sr. Primeiro-Ministro aqui anunciou sobre o subsídio de desemprego, gostava de saber porquê só no ano de 2010. É porque o Sr. Primeiro-Ministro tem a plena convicção de que, no final do ano de 2010, o número de desempregados será substancialmente menor?! Gostávamos de conhecer a convicção do Sr. Primeiro-Ministro, porque parece que a União Europeia não

entende assim. Há 300 000 pessoas que não recebem subsídio de desemprego e que estão na condição de desemprego. O Sr. Primeiro-Ministro quer solucionar o caso de 8000 a 10 000 durante o ano de 2010. E depois de 2010?!

É importante também que os portugueses tenham uma justificação relativamente a esta matéria.

Em terceiro lugar, em relação à corrupção, também é importante falar hoje aqui dos motivos que todos conhecemos e de mais alguns.

O que está proposto no actual Programa do Governo é aquilo que já estava no anterior, ou seja, reforço de meios de combate à corrupção. Mas hoje nós já conhecemos os resultados do anterior compromisso e eles não foram grande coisa, quer em termos de legislação, quer em termos de meios, em que o PS, em maioria absoluta, ficou aquém daquilo que era possível e desejável.

O que vai resultar deste novo compromisso? É um código de conduta para quem não tem conduta, Sr. Primeiro-Ministro, é a solução para as nossas empresas públicas?! Precisamos também de mais pormenores relativamente a esta questão.

Sr. Primeiro-Ministro, eu analisei muito atentamente o Programa do Governo e, naquilo que se refere à regionalização, deparei-me com o seguinte texto: «A criação de condições para o apoio político e social necessário para colocar com êxito, no quadro da próxima legislatura (...) a regionalização administrativa do País (...)». Só quero saber uma coisa: isto é uma gafe da cópia do programa eleitoral para o Programa do Governo e, na verdade, aquilo que o Governo quer é implementar a regionalização nesta Legislatura ou isto é, subrepticamente, a passagem desta concretização para a outra legislatura, procurando nesta apenas angariar alguns apoios à causa?! É preciso também saber isto, Sr. Primeiro-Ministro.

Para Os Verdes, a questão da regionalização é determinante para este País. Ela urge! Ela é fundamental para o combate às assimetrias regionais!

Explique, portanto, por favor, Sr. Primeiro-Ministro, se se trata de uma gafe ou se se trata de uma plena convicção por parte deste Governo esta remissão para uma próxima legislatura.

A última questão tem a ver com a não transversalidade das matérias ambientais neste País. Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, é triste verificar no Programa do Governo a inexistência de qualquer referência à necessidade de reformular um dos principais institutos ambientais deste País, que são os estudos de impacte ambiental.

Quem anda no terreno e os conhece vê claramente que eles são de tal forma falseados para garantir que as decisões já tomadas são cumpridas que até — desculpem-me a expressão — metem dó. É importante alterar os estudos de impacte ambiental e o regime que os norteia, de modo a credibilizá-los e a garantir transversalidade das políticas ambientais, designadamente nas obras públicas e na economia.

E talvez não seja por acaso que o Programa do Governo também não faz qualquer referência aos PIN, aos projectos de potencial interesse nacional. Na verdade, acho que o Sr. Primeiro-Ministro se envergonha dessa solução criada pelo anterior governo e não quis, no seu programa eleitoral, falar deles, porque procurou omitir muitas questões, como é natural, de modo a ganhar alguns votos dos eleitores. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, agora discutimos o Programa do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Concluí, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, relativamente à avaliação de professores, matéria a que todas as bancadas dedicam muita atenção e muito interesse, tal como o Governo, embora não seja, naturalmente, a única questão na governação, quero chamar a atenção de todas as bancadas para o facto de, ao longo dos próximos quatro anos, termos muito mais que fazer, para além de também melhorarmos a escola pública e o sistema público de ensino.

A Sr.^a Deputada diz que a avaliação de professores é uma aberração.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Esta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que lhe digo é que aberração era não haver avaliação de professores! A aberração vai no sentido daqueles que acham que o melhor que têm a fazer para o País e para as famílias portuguesas é terem um sistema público de ensino que não tem a mínima condição para premiar o bom desempenho, o mérito e o esforço.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Este não premeia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é assim que se constrói uma escola pública de sucesso!

Aqueles que acreditam num sistema público de ensino devem ser os primeiros a ter consciência que devem ser exigentes com esse ensino público, porque esse ensino público é fundamental para o sucesso económico do País e para garantir a igualdade de oportunidades.

Por isso, digo, Sr.^a Deputada, que aberração era não haver avaliação de professores.

Quanto ao subsídio de desemprego, mais uma vez digo que sou dos que acham que a regra estabelecida de forma estrutural na concertação social de 450 dias de trabalho como mínimo exigível, nos últimos dois anos, para ter acesso ao subsídio de desemprego é uma boa regra. Mas estou disponível, como já anunciei, para alterar essa regra para responder a uma situação excepcional, que é a situação de 2010.

De facto, estamos a viver uma situação de grave crise mundial, onde o emprego é uma questão social da maior importância e onde as oportunidades de emprego escasseiam. Por isso, estamos de acordo em alterar, durante o ano de 2010, essa regra de acesso ao subsídio de desemprego, mas tenhamos consciência de que o subsídio de desemprego precisa de regras no acesso a essa prestação de seguro social, porque é importante que os portugueses saibam que gastamos o dinheiro público nesse apoio social de forma exigente para com todos.

Quero recordar à Sr.^a Deputada tudo o que fizemos a propósito da corrupção na anterior legislatura, porque recuso a ideia de que, na anterior legislatura, não fizemos um esforço para a combater. Foi, aliás, com gosto que, recentemente, ouvi uma magistrada referir-se, com satisfação, ao facto de agora terem meios para responder a esse flagelo.

Quero recordar-lhe que, na anterior legislatura, aprovámos as novas regras respeitante à Lei-Quadro da Política Criminal, e isso foi e é muito importante porque a Assembleia da República passou, a partir dessa altura, a definir as prioridades e as orientações; fizemos também a lei da responsabilidade penal por corrupção no desporto — aí está uma lei que não existia antes e, passando a existir, melhorou muito esse sector da nossa vida social; consagramos no Código Penal a responsabilidade penal das pessoas colectivas, que antes não existia mas que agora existe; consagramos as novas regras de transparência na Lei Geral Tributária; transpusemos para a ordem interna o novo regime penal da corrupção no comércio internacional público e privado respeitante ao branqueamento e ao financiamento do terrorismo; ratificámos a Convenção contra a Corrupção da ONU; e criámos o Conselho de Prevenção da Corrupção.

Por isso, Sr.^a Deputada, quando a oiço repetir, nesta Assembleia, algumas frases sobre a corrupção, que, aliás, vêm no jornal, em relação à anterior legislatura, lamento mas tenho de lhe dizer que não tem razão. E não tem razão porque o facto de invocar a questão do enriquecimento ilícito apenas vem reforçar a nossa convicção de que fizemos aquilo que tínhamos de fazer e não pusemos em causa nem entre parêntesis aquilo em que acreditamos, que é o Estado de direito português, para que a lei do enriquecimento ilícito, que inverte o ónus da prova, pudesse ser aprovada. Isso não é necessário e, invertendo o ónus da prova, põe em causa um dos pilares essenciais em que acredito e em que todos acreditamos. Não é possível, para combater a corrupção, alterar aquilo que é uma presunção, que faz parte da matriz de todos os Estados democráticos de direito.

Sr.^a Deputada, é por isso que, em matéria de corrupção, concentrar-nos-emos na prevenção, e a prevenção exige e impõe que prossigamos a agenda de criação de normas de conduta no Estado, nos organismos públicos e nas empresas públicas por forma a que essas normas de conduta possam impedir e limitar os danos da corrupção.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E sobre a regionalização?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputado, passamos à segunda fase de perguntas. Cada uma terá a duração de 2 minutos, assim como a resposta do Sr. Primeiro-Ministro, a não ser que responda em conjunto a mais do que uma pergunta, situação em que disporá de 3 minutos.

O Governo já indicou que o Sr. Primeiro-Ministro responderá a conjuntos de três perguntas.

Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vou colocar-lhe três questões muito directas sobre o nosso sistema educativo, para as quais gostaria de obter respostas igualmente directas.

Em primeiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, tenciona o Governo tomar alguma iniciativa que vise estagnar, parar, a verdadeira sangria de milhares de professores que se aposentaram nos dois últimos anos, designadamente por não suportarem mais o clima de instabilidade e de crispação nas nossas escolas? Recordo que estes são os professores tendencialmente mais experimentados, melhor preparados e mais qualificados para ensinarem os nossos alunos nas nossas escolas. Pergunto: sim ou não, Sr. Primeiro-Ministro?

Em segundo lugar, há uma crítica, hoje consensual na sociedade portuguesa, que é feita à governação anterior, da sua responsabilidade, que tem a ver com a quebra de exigência no nosso sistema de ensino. A política facilitista que tem sido seguida nos últimos anos tem e terá consequências muito nefastas para as novas gerações. Está o Governo disponível para inverter esta tendência dos quatro últimos anos?

Ponho-lhe concretamente uma questão muito específica, até para aferirmos dessa disponibilidade do Governo: aceitará o Governo apoiar ou ajudar a aprovar uma alteração ao Estatuto do Aluno que vise restituir um regime de faltas verdadeiramente sério, que incuta princípios e valores de exigência, de esforço e de trabalho nas nossas escolas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Uma terceira e última questão, Sr. Primeiro-Ministro, ainda relativamente à avaliação dos professores. E se retomo este tema já hoje aqui abordado é porque, de facto, as respostas que o Sr. Primeiro-Ministro tem vindo a dar não são ainda conclusivas.

O Sr. Primeiro-Ministro trouxe um anúncio de abertura de um processo negocial. Mas isso é pouco. Tivemos muitas reuniões negociais no passado, mas, infelizmente, não significaram nada de positivo.

O que pretendemos saber e o que o País quer saber é se vai haver alguma alteração na atitude do Governo, designadamente no que se refere à intransigência e arrogância com que enfrentou estas reuniões negociais no passado.

Concretamente, gostaríamos de saber se a atitude do Governo vai mudar no que se refere à divisão artificial, injusta e infundada na carreira entre professores titulares e professores não titulares, questão a que o Sr. Primeiro-Ministro ainda não respondeu.

Gostaríamos também de saber se vai alterar a sua concepção de modelo de avaliação, que, como dizem os relatórios técnicos a que fez alusão, é um processo que não é desejado e que é «meramente legislado», conforme expressão utilizada pelo Conselho Científico.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, reafirmo a postura construtiva do Partido Social Democrata. Para nós, ter uma atitude construtiva não é empatar o jogo, é resolver o problema e é desbloquear o impasse e o clima de crispação que se vive nas nossas escolas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Aquilo de que os nossos alunos precisam é de um clima de paz, favorável à qualidade do ensino. Para isso, poderá sempre contar com uma atitude construtiva, mas também proactiva, da parte do PSD, enquanto partido líder da oposição.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Melo.

A Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registamos com satisfação que coloca a avaliação dos professores onde ela deve ser colocada: na esfera do Governo e no diálogo entre o Ministério da Educação e os representantes dos docentes.

O princípio da avaliação de todos os elementos do sistema de educação – alunos, professores, escolas – está hoje solidamente implantado não só nas comunidades educativas como na sociedade de onde emergem. Todos concordam que a avaliação é fundamental para melhorar qualquer processo cuja qualificação é essencial. É o caso do processo de ensino e aprendizagem. E porque a avaliação pode detectar fragilidades e resolvê-las, restaurar a valorização social das escolas e dos professores e premiar o mérito e o esforço, seria um erro e um retrocesso deixá-la cair no vazio, o que provocaria uma ruptura que demoraria sempre demasiado tempo a recuperar e prejudicaria as dezenas de milhares de professores que já foram avaliados.

Acompanharemos, por isso, com atenção as negociações que agora se encetam, porque cremos que qualquer avaliação deve ser incorporada normalmente nas dinâmicas dos sistemas a avaliar. É o que desejamos que seja reforçado nesta negociação.

Mas há muito mais na educação, para além da avaliação. De facto, há muito caminho a percorrer, mas temos já um longo caminho percorrido com a qualificação das escolas. Temos mais alunos nas escolas, temos melhor oferta educativa, temos mais apoio às famílias e aos alunos, temos um programa de qualificação de adultos que teve uma adesão e uma dimensão excepcionais, temos, portanto, hoje, todas as condições para universalizar o ensino entre os 5 e os 12 anos de idade.

Tudo isto deve ser considerado porque, além do mais, apostar na educação é apostar num aspecto essencial da democracia, que é a igualdade de oportunidades.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que nos dissesse que avaliação faz do interesse, da importância e do desempenho da escola pública no desenvolvimento integral dos cidadãos e, claro, no aprofundamento da democracia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quanto à avaliação dos professores, pareceu-nos, nesta bancada (diria mesmo que nos pareceu a todos), que o senhor, pela primeira vez, admitiu que o único caminho que é possível seguir é aquele que o CDS tem vindo a propor: suspender o que está errado, quer no Estatuto quer na avaliação, e substituir por algo melhor, que pode ser balizado, aqui, no Parlamento, e que depois, como é de lei, é negociado pela Sr.^a Ministra com os representantes dos professores.

Penso que é uma novidade. Vamos ver a seguir se na *flash interview* esta admissão ainda vai ser mais esclarecida, Sr. Primeiro-Ministro.

Mas a pergunta que quero colocar-lhe é sobre um outro assunto, Sr. Primeiro-Ministro, um assunto essencial hoje e que diz respeito ao Código Contributivo.

Sr. Primeiro-Ministro, se nada for feito, no dia 1 de Janeiro entra em vigor um Código Contributivo que, num cenário de crise, vai obrigar todos, quer trabalhadores quer empregadores, a pagar mais. É um Código Contributivo que é mau para a economia, é mau para os trabalhadores, é mau para a geração de emprego e até mau para a manutenção de emprego.

Vou dar-lhe alguns exemplos concretos, Sr. Primeiro-Ministro.

Um trabalhador que receba hoje 900 €, (nos quais se incluem elementos como as despesas de transporte, subsídios de almoço, seguros de saúde e despesas de representação), paga normalmente qualquer coisa como 60 € de taxa social e a sua entidade empregadora paga 130 €. Com o novo Código, esse trabalhador vai passar a pagar quase 100 € e a entidade patronal vai passar a pagar 214 €, porque a base de incidência foi alargada, o que se traduz num aumento de 64%.

Parece-lhe, Sr. Primeiro-Ministro que, numa altura de crise, isto é justo?

Outro exemplo, Sr. Primeiro-Ministro. Há sectores da nossa economia que são muito afectados com este Código Contributivo, como é o caso do sector agrícola.

Um agricultor que pague hoje cerca de 150 € de taxa social vai passar a pagar quase 300 €, o que é um aumento extraordinário, quer seja um ano bom quer seja um ano mau, quer tenha lucros quer não tenha. Pode ser, por exemplo, um produtor de leite, que nem sequer tem lucros hoje porque está a vender ao preço de custo ou abaixo do preço de custo, ou ainda o caso do pequeno comerciante, que tem um volume de negócios de 20 000 € e que provavelmente terá pouco lucro (cerca de 500 € ou 600 €), que pagava cerca de 150 € e vai passar a pagar 340 €, um aumento de mais de 100%.

Numa altura de crise, Sr. Primeiro-Ministro, acha que isto é justo?

Quero fazer-lhe uma pergunta muito concreta. Ouvi-o falar muito de diálogo. O Sr. Primeiro-Ministro falou de «diálogo, diálogo, diálogo». A minha pergunta é se está ou não disposto a fazer um diálogo social, com os parceiros sociais, em sede de concertação social, perguntando-lhes, única e exclusivamente, o seguinte: querem que o Código Contributivo entre em vigor já no dia 1 de Janeiro ou querem encontrar uma nova data para que o mesmo possa entrar em vigor, porventura em 2011, que é aquela em que há uma única medida positiva que vai entrar em vigor, que é a descida de 1% da taxa social única?

A pergunta que lhe faço, muito concretamente, Sr. Primeiro-Ministro, é se está ou não disponível para, em sede de diálogo social, negociar com os parceiros sociais no sentido de que a entrada em vigor do Código Contributivo possa ser diferida no tempo.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, julgo que o melhor esforço que o Estado pode e deve fazer para melhorar as condições de trabalho dos professores portugueses é fazer o investimento que estamos a fazer na requalificação do nosso parque escolar.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Todas por ajuste directo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No momento em que vos falo, mais de 100 escolas públicas secundárias estão a ser requalificadas. No próximo ano, mais 100 escolas entrarão em obras.

Neste mesmo momento, as autarquias portuguesas estão a fazer também um investimento muito significativo na melhoria das condições de trabalho dos professores, melhorando a escola pública do 1.º ciclo.

Por outro lado, o apetrechamento tecnológico das nossas escolas é, sem dúvida, a melhor contribuição que podemos dar para a melhoria do ensino e também para a melhoria das condições de trabalho dos professores portugueses.

Srs. Deputados, quero também deixar claro que a questão da avaliação dos professores é um contributo para a melhoria da escola pública e julgo que a suspensão deste processo nada traria de bom. Não sei se o CDS ouviu bem ou mal, mas espero que agora ouça bem. Eu não sou a favor de qualquer suspensão.

Protestos do Deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares.

Sugiro que isso não seja feito pela simples razão de que isso seria absolutamente irresponsável. Entender que agora, a dois meses do final da avaliação, se pode suspender uma avaliação que está a decorrer, deitando para o lixo todo o trabalho que foi feito, mais, deitando para o lixo a avaliação daqueles professores que foram avaliados e que tiveram «excelente» (3% deles) ou que tiveram «muito bom», sinceramente, penso que não é uma visão que se traduza num contributo para a melhoria da escola pública, pelo contrário, acho que é um retrocesso que não tem qualquer sentido.

Depois, quero também que o CDS ouça (e neste domínio é importante que ouça) o seguinte: estamos sempre disponíveis para o diálogo social. O Código Contributivo foi feito em diálogo com os parceiros sociais, por isso, quero garantir ao CDS que esse diálogo com os parceiros sociais será continuado e desenvolvido.

Uma última palavra para dizer a todos os Srs. Deputados que se há tarefa que temos pela frente e que é da maior importância para o nosso futuro é fazer o investimento que devemos fazer para tornar o ensino secundário obrigatório. Esta é a nossa principal tarefa e o desafio da escola pública portuguesa. O Estado vai dar um contributo ao nível de bolsas de estudo para garantir às famílias que ter o seu filho a estudar no secundário é a melhor opção que podem fazer, tendo em vista o futuro do seu filho mas tendo em vista também o futuro do seu País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — E quanto à entrada em vigor do Código Contributivo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, trouxe-nos aqui hoje, no seu primeiro discurso, as palavras «cooperação» e «diálogo» — quase como que uma «pele de cordeiro» que o Sr. Primeiro-Ministro traz sobre a sua autodefinição de identidade de «animal feroz». Tem de concordar, Sr. Primeiro-Ministro, que, passado algum tempo, quando a oposição está a avaliar a espessura da sua nova «pele de cordeiro», se percebe que ela não é lustrosa, que ela está baça e já está a esgarçar.

Gostaria por isso mesmo que nos pudéssemos concentrar sobre o que significa exactamente a sua palavra, o que significa para o Sr. Primeiro-Ministro a palavra «diálogo»?

Permita-me que regresse ao tema da educação. Isto porque o que acontece hoje nas escolas é que as escolas e os professores estão a viver uma enorme instabilidade por saberem que têm de fazer calendários de um processo de avaliação que está morto e que toda a gente sabe que não pode continuar, por saberem que vão ter os resultados de um processo de avaliação que é injusto e que foi desenhado para punir os professores na sua progressão na carreira e não para melhorar o sistema educativo, e por saberem que isto não pode continuar.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Portanto, responsabilidade é saber como é que pomos um ponto final nesta situação de instabilidade e de incerteza que existe hoje no sistema educativo, para avançarmos.

Sr. Primeiro-Ministro, certamente que já sabe (creio que o afirmou hoje) que o problema na área da educação não foi um problema de delicadeza no anterior mandato mas, sim, um problema de sucessivos erros políticos, nomeadamente o de dar prioridade a uma guerra feita a uma classe profissional. Foi um problema de desgoverno da anterior tutela.

Portanto, irresponsabilidade é a do novo Governo, do Ministro dos Assuntos Parlamentares que vem manter a arrogância e a teimosia do Governo, dizendo «nós não vamos suspender o processo de avaliação», e de uma nova Ministra da Educação que, perante a incerteza das escolas, foi capaz de manter, durante todos estes dias, um silêncio absolutamente ensurdecedor.

Diálogo, Sr. Primeiro-Ministro, é criar as condições para que o mesmo seja possível, e o Sr. Primeiro-Ministro sabe exactamente quais são. Primeiro, acabar com uma divisão arbitrária que em nada melhora o sistema educativo, que é a divisão entre professores titulares e não titulares. Segundo, suspender, desde já, o modelo de avaliação e os seus efeitos.

E porque o Bloco de Esquerda assume essa responsabilidade, já apresentou no Parlamento uma proposta para suspender o actual modelo de avaliação, para que se faça a revisão do Estatuto da Carreira Docente para acabar com a categoria titular.

O Sr. Primeiro-Ministro, com certeza, tem estado desatento aos jornais (eu compreendo!), mas o Bloco de Esquerda foi o único partido que já anunciou uma proposta de um modelo de avaliação, que não foi ainda entregue no Parlamento mas que vai hoje ser entregue na Mesa. E, Sr. Primeiro-Ministro, tenho a honra de pedir aos serviços da Assembleia da República que lhe façam chegar a nossa proposta, o nosso contributo para que haja um novo modelo.

O que hoje tem de sair aqui absolutamente claro é se o Governo e o Partido Socialista são parte da solução, criando as condições para o diálogo, ou se continuam a ser o problema do sistema educativo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, uma breve consideração e algumas perguntas.

A breve consideração refere-se precisamente a este tema da avaliação dos professores. O Sr. Primeiro-Ministro afirmou estar disposto a construir e não a destruir. Muito bem, Sr. Primeiro-Ministro! Há, de facto, nesta matéria, uma posição construtiva e uma posição destrutiva, simplesmente, Sr. Primeiro-Ministro, a posição destrutiva é a de insistir em manter aquilo que está...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ...e a posição construtiva é a de discutir já uma alternativa ao mal que foi feito.

O Sr. Primeiro-Ministro fala aqui sobre esta matéria como se o Governo, em matéria de Estatuto da Carreira Docente e de avaliação dos professores, tivesse alguma obra de mérito que fosse elogiada por alguém. Mas não é assim, Sr. Primeiro-Ministro, e o senhor sabe disso! O Governo, nesta matéria, não deixa obra, deixa escombros e a questão que, agora, se coloca é a de saber o que fazemos sobre os escombros que o Governo deixou.

Aplausos do PCP.

Aquilo que importa saber é se o Governo aceita substituir este modelo por um regime de avaliação que seja formativo, que seja, de facto, orientado para melhorar o desempenho. Todos queremos avaliação, Sr. Primeiro-Ministro! Todos queremos avaliação dos professores!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Oh!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O problema é que não queremos este modelo de avaliação.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — «Avaliação outra»!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E se o Governo vem para este debate dizer que o seu modelo de avaliação, que tão más provas deu, é o único possível, Sr. Primeiro-Ministro, esta é uma posição destrutiva, não tem nada de construtivo neste processo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — As perguntas que lhe quero fazer, Sr. Primeiro-Ministro, dizem respeito ao combate à corrupção.

O Sr. Primeiro-Ministro admitiu aperfeiçoamentos legais. Vamos, então, discutir os aperfeiçoamentos legais, concretos, que o Governo está disposto a aceitar.

Primeira questão: gostaríamos de saber se o Governo está disposto a corrigir o regime do segredo de justiça que aprovou na última reforma do Código de Processo Penal e que, objectivamente, prejudica a investigação da criminalidade mais complexa.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A primeira questão é, pois, a de saber se, em nome do combate à corrupção, o Governo aceita emendar a mão e corrigir o regime do segredo de justiça.

A segunda questão que se coloca é a de saber se o Partido Socialista vai deixar de se opor à criminalização do enriquecimento ilícito. É um tipo de crime que está previsto na Convenção das Nações Unidas que esta Assembleia ratificou há bem pouco tempo e, por isso, queremos saber se o Governo está disposto a dar o exemplo em Portugal, aceitando tipificar o crime de enriquecimento ilícito, o que seria, obviamente, um grande passo, um grande aperfeiçoamento legal no combate à corrupção.

A última questão tem a ver com o seguinte: o Programa do Governo fala no combate aos *offshore* e faz muito bem. Simplesmente, o Programa do Governo esquece-se de referir que existe um *offshore* em território nacional. Por isso, gostaríamos de saber se a ideia do Governo é apenas a de combater retoricamente os *offshore* dos outros ou se querará começar por dar o exemplo relativamente ao *offshore* da Madeira.

Faço estas perguntas concretas, Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vou terminar de imediato, Sr. Presidente.

Faço estas perguntas concretas, Sr. Primeiro-Ministro, para que se perceba se o Governo está disposto a combater a corrupção meramente pela retórica ou se está, de facto, disposto a dar alguma tradução concreta a esse combate.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Cardoso Águas.

A Sr.^a **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de contribuir para sair, agora, um bocadinho do tema da educação e, por isso, quero falar-lhe da saúde, que é um tema particularmente omissos no Programa do Governo e também hoje, aqui, no seu discurso de apresentação.

A questão é que o nosso sistema de saúde tem um conjunto de ineficiências e o Governo não aponta qualquer estratégia para as ultrapassar nem aponta um modelo de financiamento capaz de suportar a crescente subida da despesa pública com que nos confrontamos.

Na realidade, ao contrário do que o Governo tem dito, a despesa na saúde disparou, especialmente em 2007, e as dívidas dos hospitais continuam a apresentar um atraso crónico.

É verdade que, no princípio deste ano, o Governo regularizou algumas dessas dívidas mas também é verdade que o fez recorrendo a verbas indevidas, porque eram verbas do capital social dos hospitais EPE. Portanto, o que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi pagar a dívida de uns hospitais gerando um défice noutros hospitais, ou seja, tapou de um lado e destapou do outro.

Por isso, o problema estrutural da dívida mantém-se, como o prova, aliás, a dívida actual de medicamentos e meios de diagnóstico, que ascendia, no final de Setembro, a 600 milhões, com um prazo médio de pagamentos de 12 meses ou, melhor, de 380 dias.

Posto isto, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta que lhe faço vai no sentido de saber como é que vai cumprir o compromisso que assumiu na campanha eleitoral, de que o Governo iria reduzir o prazo de pagamento para 30 dias. No caso destas dívidas da saúde à indústria, isto significa passar de um prazo médio de 12 meses para um prazo de apenas 1 mês, pelo que era importante que o Sr. Primeiro-Ministro nos explicasse como o vai fazer.

Sr. Primeiro-Ministro, se pudesse, gostava que desenvolvesse um pouco o sentido da política de saúde deste Governo, que ficou marcado por dois momentos diametralmente opostos durante o anterior mandato, que foram a fase do Ministro Correia de Campos e a fase da Ministra Ana Jorge.

A verdade é esta: ao fim de quatro anos e meio de Governo, ao fim de quatro anos de encerramento de serviços, de aumentos de taxas moderadoras e de aumento de preço dos medicamentos, Portugal está classificado, hoje, pelo HCP, em 25.^o lugar, como tendo um dos piores sistemas de saúde da Europa. Em 2006, ocupávamos o 16.^o lugar mas, daí para cá, a descida tem sido em queda livre: primeiro, de 16.^o para

19.º, depois, para 21.º e, em 2009, para uma desonrosa 25.ª posição, que torna Portugal o País mais ineficaz da Europa ocidental.

Sr. Primeiro-Ministro, que sentido tem esta política de saúde, em que aumenta a despesa, se deteriora a prestação dos serviços e se agravam as desigualdades para os cidadãos?!

Quero pegar apenas num exemplo ilustrativo, até para passarmos da responsabilidade teórica e subjectiva para a responsabilidade real: o que pensa, Sr. Primeiro-Ministro, da situação que se vive em oncologia, com listas de espera que ultrapassam todas as recomendações clínicas, com taxas de sobrevivência ao cancro que variam de acordo com o código postal de cada cidadão?!

Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de nos explicar todas estas questões.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pese embora a importância que atribuo, e que todas as bancadas atribuem, à avaliação de professores, julgo que é muito redutor que façamos um debate sobre o Programa do Governo, sobre a estratégia de desenvolvimento do País nos próximos quatro anos, exclusivamente centrado na avaliação dos professores. É caso para perguntar se as bancadas não têm outra coisa a dizer sobre a matéria a não ser em relação à avaliação de professores...

Protestos do PSD e do PCP.

Mas, relativamente à avaliação dos professores, quero reafirmar aquilo que já disse: seria um erro e um desrespeito por todo o esforço feito pelas escolas que suspendêssemos esta avaliação a dois meses de acabar e num momento em que mais de 48 000 professores já estão avaliados.

Não estou de acordo com a perspectiva daqueles que entendem que esta avaliação é um mal. O que era errado, o que foi um mal, o que contaminou e limitou a progressão e a melhoria da escola pública foi não ter avaliação no passado,...

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — A responsabilidade é do Governo do Eng.º Guterres!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... foi não ter uma avaliação com consequências, foi não ter uma avaliação justa, foi o facto de termos todos os professores classificados como regulares ao longo dos últimos 20 anos. Isto não é boa solução para os dias de hoje! Hoje, temos professores classificados como excelentes,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Se couberem na quota!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... como muito bons, como bons e devemos considerá-lo um passo em frente. Devemos tomar isto como uma progressão e uma melhoria elogiada por muita gente, até pela coragem que o Governo teve de enfrentar o descontentamento que isso poderia criar para servir o nosso sistema educativo, para servir o nosso País, para servir as famílias portuguesas, não deixando que a sua acção governativa fosse condicionada ou limitada por aqueles que querem que tudo fique na mesma. Tudo ficar na mesma é um erro para qualquer serviço público.

Claro que há sempre gente disponível para dizer «queremos uma outra avaliação». Oh, como eu os percebo!... É uma «avaliação outra»! É um pouco como sucede em relação à Europa: primeiro, eram contra a Europa; agora, dizem que são por uma outra Europa e, de forma mais poética, até dizem «por uma Europa outra»,...

Risos do Deputado do PS Francisco de Assis.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não desconverse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tal como «por uma avaliação outra».

Não, Srs. Deputados! O nosso dever é olhar para o que existe e melhorá-lo. Estamos disponíveis para isso, não estamos disponíveis para regressar ao passado, em que não havia uma avaliação que tivesse em conta o bom desempenho e fosse justa para com os professores, em particular para com os bons professores.

Quanto à corrupção, Srs. Deputados, fizemos um progresso ao longo desta última Legislatura. Já tive ocasião de referir as leis que aprovámos e quero também dizer que estamos disponíveis para, com base...

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

Sr. Deputado, importa-se de ouvir com um mínimo de silêncio, para que a sua bancada também possa ouvir e por forma a que possa concentrar-me na resposta que tenho a dar à sua bancada?! Se o Sr. Deputado não se importa, então, vou continuar.

Como estava a dizer, estamos disponíveis para rever as leis processuais penais de acordo com a experiência que nos deram, de acordo com os relatórios que nos permitiram obter. Temos espírito de abertura para isso, o que não temos é espírito de abertura para pôr em causa os princípios basilares do nosso Estado democrático de direito. Isso não quer dizer que não queiramos, porque queremos, combater o enriquecimento ilícito, o que não queremos é combatê-lo invertendo o ónus da prova, que, como digo, é uma base do nosso direito.

Finalmente, em relação à saúde, Sr.^a Deputada Rosário Águas, se for ao meu discurso, aí encontrará a página 25 inteiramente dedicada à saúde, como, aliás, não poderia deixar de ser. Quem não referiu o Serviço Nacional de Saúde no seu programa não foi o meu partido, foi outro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E referi as cinco prioridades que são essenciais para a saúde: unidade de cuidados continuados; políticas de prevenção; reforma dos cuidados de saúde primários; criação das unidades de saúde familiar; e investimento na modernização do nosso parque hospitalar.

Estamos, neste momento, a construir seis hospitais – nunca se construíram tantos hospitais ao mesmo tempo – e vamos construir mais quatro, por forma a que o nosso Serviço Nacional de Saúde melhore e progrida. Mas ele será gerido, como disse, com rigor,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Estamos para ver!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com uma gestão eficiência e combate ao desperdício, que caracterizou a nossa gestão nos últimos quatro anos. Foi essa gestão que permitiu que, durante estes anos todos, não tivéssemos orçamentos rectificativos, que sempre se ficaram a dever à saúde, e tivéssemos os ganhos de eficiência que são hoje visíveis quando fazemos as contas do Serviço Nacional de Saúde.

O serviço está todo feito? Não! Podemos melhorar, aprofundar a boa gestão, mas seguindo esta linha de reforço e modernização do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros.

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais começo por saudar o Sr. Presidente da Assembleia da República e todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados e dizer o quanto me honra estar aqui hoje.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vejo com apreço que uma das três grandes prioridades do Programa do Governo que hoje aqui se discute é a modernização de Portugal, que passa forçosamente pelo prosseguir das políticas de requalificação dos portugueses.

Como o demonstram vários estudos, as transformações sociais, nomeadamente o alongamento do tempo de escolaridade e o aumento dos tempos de lazer e das sociabilidades, têm trazido uma nova perspectiva à

cultura, também designada por «culturalização» da economia. Isto significa que se valorizam factores como as competências e potencialidades do sector cultural e artístico na criação de emprego e de produtos e serviços inovadores, na correcção de assimetrias regionais, na promoção da imagem de uma cidade, região ou país.

Desde os anos 90 que se tem vindo a tomar consciência de que uma actividade cultural regular e dinâmica é um factor essencial não só em termos de coesão social como em termos de revitalização e requalificação do território, pois favorece a democratização e o acesso das populações aos bens e serviços da cultura, combate a desertificação e marginalização de certos territórios, sejam eles urbanos ou rurais, desenvolve o turismo local e a competitividade económica e, por fim, é sinónimo de afirmação de uma identidade local, melhorando a auto-estima das respectivas populações.

Uma população culturalmente enriquecida e participativa é também campo de recrutamento de trabalho e empreendedorismos qualificados, é a expressão de uma sociedade com qualificações elevadas e capacidades criativas alargadas, condição, por excelência, de competitividade, na era actual.

Fazer da cultura uma prioridade do Governo não é, pois, corrigir apenas um erro do passado, é, sim, ter uma visão de futuro.

Importa salientar que, para que a cultura possa ser considerada um sector estratégico para o desenvolvimento e modernização do País, isso implica um investimento mais consequente do que o que se tem verificado nos últimos anos.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Congratulamo-nos, por isso, com o facto de que o reforço do orçamento da cultura esteja previsto no Programa de Governo como o primeiro dos compromissos para a cultura, assim como a necessidade de uma política integrada e transversal para o saudável e eficaz desenvolvimento do sector.

A aquisição, a activação e a difusão das referidas capacidades criativas e inovadoras não se compadecem com o relativo isolamento do sector da criação artística e da produção cultural em relação a outros sectores. No entanto, queremos ainda salientar que só se pode valorizar o sector cultural como importante factor de desenvolvimento económico e criação de emprego se a diversidade dos trabalhadores dominantes do sector for devidamente enquadrada em termos de protecção social e de imposição.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Sendo o desenvolvimento das políticas sociais e a redução das desigualdades também uma das três grandes prioridades claramente expressas no Programa de Governo, permita-me, Sr. Primeiro-Ministro – e, assim, vou concluir, Sr. Presidente –, salientar a importância dada no Programa de Governo ao aperfeiçoar do estatuto das carreiras artísticas, ao aprofundar dos mecanismos de apoio no desemprego, na doença e na reforma de todos os profissionais ligados ao sector cujas actividades estão sujeitas a permanentes intermitências e, assim, prevenir situações de precariedade, por vezes de grande gravidade quando se trata de reformados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe falar sobre uma matéria essencial, segundo o CDS, que é a política de segurança.

Sr. Primeiro-Ministro, notámos no seu discurso que agora o Partido Socialista e V. Ex.^a já querem admissões anuais para a GNR e para a PSP, que V. Ex.^a já fala de unidades especiais destinadas ao combate à criminalidade em Lisboa, no Porto ou em Setúbal e até já fala em criminalidade violenta em Portugal, facto que constitui uma evolução.

Mas também notámos e anotámos, Sr. Primeiro-Ministro, que não disse uma palavra, em 55 minutos de discurso, sobre leis penais ou, mais concretamente, sobre leis processuais penais, sobre leis que libertam quem devia estar preso, não detêm quem devia estar detido ou não condenam quem devia ser condenado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Percebemos, Sr. Primeiro-Ministro – e ainda agora o disse –, que o Governo está disponível, no Programa de Governo, para fazer as correcções que se apurem necessárias. Ora, Sr. Primeiro-Ministro, as correcções que se apurem necessárias há muito que já são conhecidas, há muito já são enunciadas pelo CDS, e há pouco e a muito custo constam do relatório encomendado pelo seu anterior governo, pelo anterior Ministro da Justiça, a uma entidade independente e coordenado pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos.

Nele se diz claramente, Sr. Primeiro-Ministro, que há que alterar a detenção fora de flagrante delito, incentivar o julgamento rápido, em 48 horas, e mudar a prisão preventiva. Ora, é isto o que consta de um projecto de lei apresentado pelo CDS.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro – e, com isto, termino – a minha pergunta é muito clara: está em condições de garantir que, até ao final do ano, apresenta ou aprova um projecto de lei do CDS que, finalmente, mude leis penais que desautorizam as polícias, tornam inútil e, muitas vezes, fazem cair no descrédito o trabalho da justiça e dos operadores judiciários?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o combate à corrupção mereceu, no Programa do Governo que o Sr. Primeiro-Ministro aqui apresenta, simples 30 linhas, sete singelos parágrafos. E as suas palavras confirmam que isto não aconteceu por acaso.

O Sr. Primeiro-Ministro quer convencer este Parlamento e o País que o combate à corrupção se situa apenas no terreno da prevenção e dos códigos de conduta. É minha convicção que, sendo importantes os códigos de conduta, eles terão no combate à corrupção exactamente o mesmo efeito que o Código da Estrada tem em relação aos acidentes nas estradas e nas auto-estradas: os corruptos ficarão satisfeitos apenas com a publicação dos códigos de conduta.

Para além dos códigos de conduta, gostava de o interpelar directamente sobre a conduta dos gestores e dos administradores de empresas públicas ou da Administração Pública e, nomeadamente, pergunto-lhe como é que acha que esses gestores e administradores se deveriam comportar, como é que deveriam cooperar com a justiça quando as suas empresas estão debaixo de investigações criminais ou judiciais. Esta é uma pergunta a que o País gostaria de o ver responder directamente.

Para além dos códigos de conduta, qual deve ser a conduta desses gestores e desses administradores nessas situações concretas em que essas empresas estão debaixo de averiguação e de investigação criminal e judicial?

Também gostava de voltar ao tema das *offshore* para lhe perguntar, muito directamente, o seguinte: nesta matéria, não bastam lindas palavras e boas intenções. O Governo e os seus parceiros europeus andam há ano e meio a fazer esse tipo de discurso sem que, no entanto, ninguém veja qualquer medida prática no combate às *offshore*, nomeadamente no sentido do seu fecho e encerramento.

As minhas perguntas são duas e muito simples: a primeira é se o Sr. Primeiro-Ministro admite tomar alguma iniciativa política junto dos seus parceiros da Comissão Europeia para que a União Europeia, de uma vez por todas, ponha cobro a este escândalo dos paraísos fiscais. Ou seja, com tanta vontade de combater as *offshore*, sente-se ou não motivado para ter essa iniciativa junto dos seus parceiros europeus?

A segunda pergunta, também muito concreta e para a qual lhe peço uma resposta tão concreta quanto possível, é a seguinte: o contrato de concessão do *offshore* da Madeira acaba durante o mandato do actual Governo e a pergunta, simples, é se sim ou não o Governo pensa renovar a concessão da Zona Franca da Madeira.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por responder à Sr.^a Deputada Inês de Medeiros, dizendo que o sector cultural é, hoje, um sector económico da maior importância nas sociedades desenvolvidas.

Também é nesta perspectiva que olhamos para uma economia do conhecimento, porque isso é importante para a estratégia de desenvolvimento do nosso país. Os países progridem e melhoram, as suas cidades progridem e melhoram – e, atenção, é também das cidades que vem o sucesso económico para o País –, se tiverem mais oferta cultural, mais riqueza cultural.

O investimento cultural é, portanto, o investimento na cidadania, mas também na economia e no desenvolvimento do País. E quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que partilhamos o seu ponto de vista relativamente à protecção social, em particular na doença e na reforma, dos trabalhadores artísticos.

O novo código já prevê respostas especiais para situações especiais. Temos presente que os trabalhadores artísticos têm uma intermitência que faz parte das suas vidas profissionais e queremos responder a essas situações, definindo, nestes casos da doença e da reforma, respostas também à altura dessa intermitência e por forma a melhorarmos essa protecção social.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A gente viu isso!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, vejamos a visão de diálogo do CDS. É assim: «O Governo está disponível para aprovar os projectos do CDS até ao final do ano?»

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães.

Bom, Sr. Deputado, a isso não se chama diálogo, chama-se imposição. Talvez, Sr. Deputado, lhe possa responder...

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães.

Sr. Deputado, só um momento, não se excite! Estamos ainda no primeiro debate da Legislatura.

Talvez não seja mau recordar ao Sr. Deputado que, para dialogar, é preciso uma atitude de compromisso, de abertura e não de imposição.

Ora bem, eu já disse, em resposta a outras bancadas, que estamos disponíveis para, com base nos relatórios e na experiência, podermos olhar para as soluções penais que definimos e melhorá-las, desde que todos estejamos convencidos de que essa melhoria resulta da experiência em concreto, porque recorro, por exemplo, na prisão preventiva, que todas as bancadas aprovaram...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não, não!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sei se todas...

Protestos da Deputada do BE Helena Pinto.

Um momento, um momento!...

Não todas, mas a bancada do CDS foi uma das que aprovou essas mudanças da prisão preventiva. Bem sei que na campanha eleitoral fizeram o possível por disfarçar isso, mas lá que votaram, votaram!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é verdade!

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em relação às medidas de combate à corrupção, consideramos que o mais importante são os meios, os meios postos à disposição das autoridades para fazer esse combate. Esta é a primeira das nossas prioridades.

Depois, queremos também que a organização judiciária para instruir e julgar o faça com mais eficácia e celeridade, mas queremos reforçar a prevenção, porque a resposta no domínio da prevenção é absolutamente essencial, e não desvalorizemos aquilo que é uma recomendação de todos os que acompanham este fenómeno, que é a institucionalização de códigos de conduta que possam responder melhor a essa prevenção.

Naturalmente, quero que o Sr. Deputado saiba que apoiamos todos os gestores que dão prova de carácter e de rigor e todos os gestores que fazem o possível para combater essas situações. Foi, aliás, o que fizemos a propósito da Refer, relativamente um caso que o Sr. Deputado invocou recentemente e que motiva, aliás, a actualidade dessa política.

Quanto ao mais, o Governo mantém-se atento para responder, se for caso disso, a iniciativas que possam repor tudo aquilo que é exigível nas empresas públicas, que devem ser empresas que se apresentam perante a sociedade e o mercado como empresas que estão disponíveis para fazer tudo aquilo que seja melhorar e combater os fenómenos de corrupção e de ilicitude nas transacções comerciais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero referir-me, em primeiro lugar, a uma questão que ainda agora abordou, para lhe lembrar – e ainda bem que o Governo admite uma alteração nessa matéria – que foi o Partido Socialista que, quando se legislou sobre a matéria da protecção dos artistas, quis excluir a área da protecção social.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Foi o Partido Socialista, na anterior legislatura, que tomou essa opção.

Aplausos do PCP.

Vamos, agora, procurar corrigi-la – esperemos que o Governo tenha abertura para isso –, mas é preciso lembrar, sem ser um ajuste de contas com o passado, que foi essa a postura do partido que apoia este Governo.

Quero ainda referir-lhe a questão da tributação dos lucros da banca. Numa situação de crise, em que o Estado injecta dinheiro na banca, temos a continuação das baixas taxas efectivas de IRC sobre os lucros da banca; enquanto que qualquer pequeno comerciante paga 25% de IRC, a banca atreve-se a pagar 9% ou, no máximo, metade da taxa nominal de IRC, o que é escandaloso!

Nos últimos quatro anos, a banca teve 9500 milhões de euros de lucro e paga metade de imposto daquilo que qualquer pequeno comerciante paga na sua pequena exploração comercial, e isso é inaceitável. Por isso, desafiamos o Governo a que aceite impor uma taxa mínima efectiva de IRC – mesmo não sendo 25% – de 20% para a banca, para que abaixo disso não seja possível que os lucros não paguem o imposto que é justo.

Quanto à questão das pensões, o Sr. Primeiro-Ministro fez aí uma confusão, certamente involuntária: é que uma coisa é a proposta urgente que fizemos para corrigir uma fórmula mecânica de aumento, que é a vossa, que levaria a um resultado desastroso de diminuição das pensões no próximo ano; outra coisa será a proposta, em concreto, de aumento das pensões que o PCP vai fazer para 2010 e que lhe garanto que não será tão tímida como aquela que o Sr. Primeiro-Ministro hoje aqui apresentou.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Finalmente, quanto à questão do subsídio de desemprego, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou aqui uma diminuição do prazo de garantia. Mas quando o Sr. Primeiro-Ministro diz que «isso vai abranger apenas 8000 a 10 000 desempregados» é legítimo perguntar se isso significa que aquela regra que põe o contador a zero na contagem do prazo de garantia de cada vez que alguém passa da situação de emprego para a de desemprego vai ser eliminada ou não.

O que acontece hoje, especialmente com os jovens, é que eles trabalham durante uns meses e, depois, vão para o desemprego. Ora, se numa primeira situação podem ter acesso ao subsídio de desemprego por já terem o tal ano de descontos, se voltarem a cair no desemprego e se o contador for posto a zeros – como é actualmente, na lei –, então, não terão mais direito ao subsídio de desemprego e aí está uma grande iniquidade desta lei.

Já agora, pergunto-lhe também se o Sr. Primeiro-Ministro está ou não disponível, como lhe perguntou o meu camarada Jerónimo de Sousa, para prolongar, nesta situação dramática de crise que se vive, a duração do subsídio de desemprego, nem que seja de forma excepcional, e para, como propomos, majorar em 25% o subsídio de desemprego naquelas situações em que, na mesma família, as duas pessoas estão desempregadas, devendo, portanto, ter um apoio acrescido, mesmo em matéria do subsídio de desemprego.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela sua vitória. Nós sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro ganhou as eleições e nós sabemos que as perdemos – oh... se sabemos!

Mas sabemos mais coisas, Sr. Primeiro-Ministro: sabemos que esta Assembleia, deste lado, não é a de 2005, é a de 2009, e sabemos que se o Sr. Primeiro-Ministro, desse lado, olhar para este vê que só há um grupo parlamentar que «encolheu», todos os outros ou estão iguais ou aumentaram. E o grupo parlamentar que «encolheu» foi o que apoia o Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Também queria agradecer-lhe a sua lição de humildade.

Os estados de alma, quando usados conforme nos convém, em função da popularidade ou dos votos, são, enfim, estados de alma. O Sr. Primeiro-Ministro entende aparecer agora com um estado de alma de humildade, mas talvez fosse bom deixar os estados de alma e compreender que a diferença fundamental entre ter uma maioria absoluta e uma maioria relativa é que se o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro chegam aqui a comportar-se como se continuassem a estar em maioria absoluta tornam-se um factor de instabilidade para a vida pública nacional, e isso é algo que nós, inevitavelmente, temos de pagar.

Aplausos do PSD.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não transporte, pelas suas atitudes políticas, a instabilidade que nenhum de nós necessita nem deseja. É que, ao comportar-se como tendo uma maioria absoluta e como estando convencido de que ainda está em 2005, o senhor provoca, de facto, uma reacção desta Assembleia, que é a de ensinar-lhe, num ápice, que não tem maioria absoluta mas apenas maioria relativa.

Vamos à pergunta, Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Finalmente!

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — A pergunta diz respeito à questão da corrupção, corrupção a que o Sr. Primeiro-Ministro não deu qualquer importância no seu Programa do Governo: não chega sequer a ocupar uma página em 130! E uma página, de um modo geral, preenchida com generalidades.

Temos hoje dois problemas fundamentais de corrupção, um antigo e um novo, um que tem de ser atalhado de uma maneira e outro que tem de ser, essencialmente, prevenido. O antigo diz respeito a casos como o caso «Face Oculta», que está a decorrer neste momento, que tem de ser visto do ponto de vista político e não apenas do ponto de vista judicial.

A pergunta que queria fazer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, é se entende que, quando se verifica a existência de uma rede tentacular em empresas públicas, que são, em última instância, responsabilidade dos primeiros responsáveis políticos, ministros e secretários de Estado, há, também, uma responsabilidade política dos governantes que fizeram as escolhas políticas para a gestão dessas empresas.

Protestos do PS.

Sim, responsabilidade política,...

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Claro!

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — ... na medida em que as opções de escolha dos gestores e a tutela têm a ver com as responsabilidades dessas empresas. Quando existem casos de corrupção que, efectivamente, perturbam o funcionamento dessas empresas de forma sistemática — e não são conjunturais, mas, sim, estruturais —, há responsabilidade política nesses casos.

O Sr. **Presidente**: — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Segundo aspecto, e esse, sim, mais preocupante para o futuro: uma das tendências dos governos, e não é só em Portugal, é a introdução, cada vez mais, do mundo do negócio e dos interesses nos gabinetes ministeriais, é a existência de um conjunto de decisões que envolvem interesses económicos e que são tomadas dentro dos gabinetes ministeriais.

Vi com preocupação o Sr. Primeiro-Ministro referir-se à reserva da administração e espero que, neste mandato, possamos ter o esclarecimento cabal das relações de ministros, gabinetes ministeriais e primeiros-ministros com as empresas e interesses económicos que permitem ao Sr. Primeiro-Ministro — que escusa de estar a fazer essa cara de surpreendido — chegar aqui e dizer, por exemplo, que o aeroporto custará zero (com certeza, porque falou com empresas e grupos económicos que lhe garantiram que custará zero), ou que lhe permite distribuir computadores *Magalhães*, cuja escolha da empresa, discricionária, nunca foi verdadeiramente explicada ao Parlamento.

A pergunta que lhe faço é a seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: está disposto a fornecer ao Parlamento português (que até agora tem tido pequeno escrutínio, por acção e omissão do Governo) toda a informação, em tempo real, necessária para podermos acompanhar as relações entre o Governo e os grupos económicos nesta fase actual da governação, em que, insisto, há pouca transparência sobre essa matéria?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Cordeiro.

O Sr. **Duarte Cordeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o valor da igualdade tem ganho importância numa sociedade moderna, evoluída, exigente, e exigir mais igualdade passa, no fundo, por defendermos a diminuição das desigualdades sociais e o combate a todas as formas de discriminação.

Nos últimos anos, Portugal tem feito um caminho nesse sentido. Reduziu as desigualdades sociais entre os mais ricos e os mais pobres, diminuiu o número de pessoas que está abaixo do limiar da pobreza e tem feito um combate intenso às discriminações. Há vários exemplos disso.

Desde logo, para podermos reduzir as desigualdades sociais, criámos medidas, prestações sociais, sem as quais nunca teríamos obtido esses resultados — o complemento solidário para idosos, o reforço do salário mínimo e o reforço da acção social escolar.

Também no combate às discriminações, temos exemplos muito práticos, como a Lei da Paridade, a Lei da Imigração, Lei da Nacionalidade e, ainda, a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez. Estes são exemplos do nosso passado, o passado da última Legislatura.

É particularmente inspirador, especialmente para a minha geração, a possibilidade de defender uma sociedade que seja mais igual, mais justa, mais solidária, em que todos sejam tratados por igual. E é particularmente fundamental diminuir as desigualdades e acabar com as discriminações, restituir a dignidade, garantir a liberdade e corrigir as injustiças em relação a todos os cidadãos.

É um imperativo moral evitar que as novas gerações, que os jovens de hoje sofram o que, infelizmente, outras gerações sofreram.

A bancada do Partido Socialista não ignora, ao contrário das demais bancadas, os sinais evidentes e claros que o Governo deu em relação a matérias de igualdade. Hoje, foram anunciadas novas prestações sociais, exactamente para evitar que mais pessoas fiquem abaixo do limiar da pobreza, tal como foi criada, com a nova orgânica do Governo, a Secretaria de Estado da Igualdade, que, acreditamos, vai dar um impulso muito grande no combate às discriminações.

Tendo em mente que a igualdade é um valor fundamental para todos os socialistas e, também, para qualquer sociedade evoluída e moderna, de uma forma mais detalhada, transmita-nos, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a sua estratégia, as suas principais medidas para reduzir as desigualdades sociais e combater as discriminações com base na orientação sexual, com base em identidade de género e com base na origem das pessoas, nomeadamente, a imigração.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, finalmente, informou-nos que já sabe quem ganhou as eleições. Esse era, nos seus discursos, um segredo bem guardado! Já percebi que o senhor sabe quem ganhou as eleições, mas percebi igualmente que o senhor ainda não sabe quem perdeu estas eleições.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É claro que falar de humildade ao Sr. Deputado talvez seja um pouco excessivo – eu sei!

Risos do PS.

Humildade, realmente, é conselho que o Sr. Deputado considera até provocatório. Eu percebo: uma vez revolucionário, revolucionário toda a vida!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Tem ao seu lado alguns!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado acha que os fins justificam os meios e, então, da sua condição de educador da classe operária, passou agora à condição de educador da classe política.

Aplausos do PS.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: se o Sr. Deputado compreendesse o significado das duas derrotas eleitorais do PSD, talvez não fosse mau dedicar alguma da sua capacidade de análise a isso. Mas tenho a certeza que o seu partido não deixará de fazer essa reflexão, e é muito importante para a democracia que o faça, para que se saiba, finalmente, que estas linhas políticas da pretensão da superioridade ou da verdade, da pretensão de alguém que acha que pode construir uma linha política apoucando os outros, não vencem. Felizmente, não vencem na democracia portuguesa.

Sabe, Sr. Deputado, a Assembleia da República não é a *Quadratura do Círculo*.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O Sr. Deputado traz para aqui as suspeições habituais que costuma debitar na televisão, só que, Sr. Deputado, há a política e há a justiça, e nós respeitamos essa separação. Mas o Sr. Deputado faz todo o esforço para que isso não seja separado.

Sr. Deputado, desculpe ter de dar-lhe esta lição: desculpar-me-á, mas não percebeu o que é a reserva da administração. Não, não percebeu! A reserva da administração é um conceito constitucional, diz respeito à separação de poderes e não à opacidade – aliás, está sentado ao lado de um Deputado que pode explicar-lhe isso.

Enganou-se, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Referi-me à reserva da administração como um corolário da separação de poderes – está a abanar com a cabeça em sinal de concordância... Espero que tenha concordado comigo.

Sr. Deputado, o que o Governo fará é agir sempre de acordo com aqueles que são os princípios do Estado de direito para combater e prevenir a corrupção, e essa prevenção da corrupção é, sem dúvida, a prioridade que devemos estabelecer na nossa conduta. E é o que faremos, mas sem lançar suspeições indevidas para tudo e para todos.

Rejeito essa sua forma doentia de ver as coisas, que, realmente, não tem outra classificação!

Aplausos do PS.

Já agora digo-lhe, Sr. Deputado, o ressentimento, em particular o ressentimento político, torna-nos infelizes.

Portanto, se quer um conselho, liberte-se disso, Sr. Deputado!

Risos do PS.

O senhor perdeu as eleições, é certo. A sua linha política perdeu as eleições, mas tenha um pouco de grandeza e olhe para o futuro com mais confiança, sem estar sempre a pretender ajustar contas com o passado.

Sr. Deputado Bernardino Soares, é verdade que construímos um Código Contributivo que pretende distinguir situações e estamos, agora, em condições de olhar para todas essas situações específicas, especiais, que possam permitir, também, respostas específicas e especiais.

Também reparei que o Sr. Deputado, ao verificar que o Governo decidiu um aumento de 1,25%, decidiu cobrir esse aumento, porque, afinal, as vossas propostas eram mais modestas antes.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não! Está a misturar duas coisas!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas, já que o Governo dá um aumento de 1,25%, percebo muito bem que o Partido Comunista «corra» a oferecer muito mais!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso não é sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Aí está um dos pontos: não custa nada, estando sentado aí, propor um aumento superior a 1,25%; custa mais sentado aqui, porque é preciso responsabilidade, é preciso aceitar que alguém pagará isso e que o Estado assumirá essa responsabilidade.

Portanto, Sr. Deputado, é preciso que o poder esteja junto à responsabilidade porque, depois, temos de responder por isso.

Sr. Deputado, como já lhe disse, não estou de acordo com as alterações que o seu partido propõe, há muito tempo, para o subsídio de desemprego,...

O Sr. **Presidente**: — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque, afinal de contas, temos uma duração do subsídio de desemprego que é das mais altas das sociedades desenvolvidas. Não há, portanto, razão para actuarmos aí.

Actuámos no subsídio social de desemprego, podemos actuar (como actuamos) nas regras para o acesso ao subsídio de desemprego, mas a verdade é que a duração do subsídio de desemprego, sendo uma das mais altas, oferece uma protecção social à altura daquela que é a situação que hoje vivemos na sociedade e na economia portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nesta minha primeira intervenção no Plenário da Assembleia da República gostava de cumprimentar V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aproveitar a oportunidade para dirigir-me a si, Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, já percebemos que uma das suas principais prioridades e do seu Governo naquilo que intitulam de modernização da sociedade é a consagração do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esta não é a prioridade do CDS. A prioridade do CDS são as pessoas que estão no desemprego, são as empresas que neste momento têm enormes dificuldades de tesouraria e algumas delas estão a fechar portas, são as pessoas que, infelizmente, são cada vez mais assaltadas, são os jovens que têm de procurar novas oportunidades no estrangeiro, é a estabilidade nas escolas, é a protecção dos mais pobres e é o funcionamento da justiça.

Aplausos do CDS-PP.

Estas são as prioridades do CDS.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, já que o seu Governo pretende alterar a noção de casamento que se encontra prevista no Código Civil, utilizando as suas palavra, ao «(...) remover as barreiras jurídicas do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (...)», gostava de aproveitar esta oportunidade para lhe perguntar o seguinte: como o pretende fazer sem que com isso «abra a porta» à possibilidade automática da adopção? Mais: como pretende fazê-lo? É certo que VV. Ex.^{as}, designadamente o Governo, assumiram esse compromisso no programa eleitoral, mas também é certo, caso se verifique o que verdadeiramente está em causa quer do ponto de vista jurídico quer do ponto de vista constitucional, que constatarão rapidamente que o que está em cima da mesa é o casamento entre pessoas do mesmo sexo com a possibilidade automática da adopção.

Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe directamente: tem mandato para esse efeito? Onde está o mandato para prever também a adopção nestas situações? Era bom que esclarecesse o País e esta Câmara. Esperamos que o faça.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, ilustres Deputadas e Deputados: Como é normal e decorre da sua obrigação, o Governo apresenta-nos o Programa com que pretende conduzir os destinos do País.

É um Programa do Governo coerente com as propostas e a postura na campanha eleitoral. É um Programa coerente e que decorre da metodologia de busca de entendimentos e do alargamento da plataforma de estabilidade e programática, como já foi enunciado.

A verdade é que ninguém da oposição se mostrou disponível para participar nesse reforço de estabilidade do País, nesse reforço e aumento da plataforma programática.

O Governo, coerentemente, de forma determinada, séria e responsável, apresenta o seu Programa. Mas vai mais longe. Apresenta já medidas concretas e decisões no âmbito daquelas que foram elencadas como as prioridades para a governação.

O Governo não está à espera de ninguém para fazer com que o País avance, mas, Sr. Primeiro-Ministro, estou certo que estará disponível para procurar as melhores soluções e uma maior estabilidade se alguém avançar no sentido de ajudar o País.

Esta manhã ainda não ouvimos nenhum partido da oposição dizer aquilo que porventura seria mais útil ao País, e eles também têm essa obrigação. Ou seja, das propostas constantes do Programa do Governo já apresentado, com quais é que concordam, no sentido de começarmos já a gerar consensos e a trabalhar a sério em nome do País?

O que temos ouvido é porventura aquilo com que discordam. Alternativas? Também não! Elas surgirão ao longo do tempo!...

Sr. Primeiro-Ministro, não perguntarei a V. Ex.^a o que faria se estivesse na oposição – enfim, seria um mero exercício sem qualquer interesse prático imediato –, mas gostaria, sim, de perguntar a V. Ex.^a se hoje, da parte da tarde, com as intervenções dos vários grupos parlamentares, esses grupos parlamentares avançarem a sua posição de consenso relativamente às medidas hoje anunciadas e constantes do Programa do Governo, qual será a sua postura? Se tivéssemos uma linha de oposição responsável e construtiva que fizesse uma elencação dizendo «com esta, esta, esta e esta medida nós concordamos, vamos em frente, vamos resolver já estes problemas» era melhor do que estar a destruir, a suspender, a parar, a inventar, muitas vezes, problemas que não existem.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, relativamente ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, peço licença para dizer que não estou de acordo com esse argumento do CDS. E não estou de acordo porque esse argumento levou, durante anos a fio, a que esta discussão nunca fosse oportuna.

Não percebo por que não poderemos tratar do desemprego, da economia e ao mesmo tempo remover estas barreiras jurídicas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, dando cumprimento àquilo que é um princípio constitucional. Não vejo razão para isso! Isso será mais fácil de fazer do que o Sr. Deputado provavelmente imagina e tornará mais pessoas felizes em Portugal.

Esse é um gesto de quem estende a mão e de quem reconhece, como devo reconhecer, que a minha geração e a sociedade em que vivi tratou mal os homossexuais, perseguiu e ostracizou os homossexuais. Eu sou dessa geração. É por isso que considero que é meu dever moral, também, se me permite, fazer aquilo em que acredito, ou seja, transformar esta sociedade numa sociedade mais igual.

Com isso daremos um passo no sentido da igualdade, daremos um passo contra a discriminação e não daremos um passo para a vitória de ninguém. Não será uma vitória de uma minoria contra os outros, será uma vitória de todos, e este passo enche-me de alegria e dá-me a consciência de que contribuiu para que mais pessoas, em Portugal, sejam felizes. É isto que me motiva, Sr. Deputado.

Mas noto também que da bancada do CDS houve uma evolução. O Sr. Deputado já não põe em causa que eu não tenha mandato para a questão do casamento, só põe em causa que tenha mandato para a da adopção. Concorde consigo. É simples também estabelecer um acordo. Concorde que temos mandato para o casamento e o que vamos fazer é tratar do casamento.

Obviamente, há quem na sua bancada não concorde com isso; parece que, pelo facto de querermos avançar com esta medida, seria exigível o referendo. Pois não estou de acordo. Assumi esta questão na moção de estratégia que apresentei dentro do meu partido, durante a campanha eleitoral referi-me inúmeras vezes a este ponto. A verdade é que este ponto foi também um dos pontos votados pelos portugueses. Bem sei, dirá, que há uma maioria relativa, mas aguardemos pela vontade da Câmara nesse domínio.

Sr. Deputado, julgo que no final deste debate resulta claro que aqueles que consideram que se resolve algum problema na educação suspendendo, também nada aprenderam com a última campanha eleitoral.

Podemos ter análises mais finas do que aconteceu, é certo, mas penso que há algo que se impõe com clareza a qualquer espírito: é que o que resultou das últimas eleições foi que os portugueses rejeitaram as linhas políticas de quem lhes propôs apenas rasgar, destruir e andar para trás. Os portugueses não querem isso! Os portugueses querem andar para a frente, querem melhorar, querem construir, não querem andar para trás, não querem rasgar nem romper, querem construir.

O diálogo serve para construir, não serve nem deve servir para ajustar contas com o passado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, queria desde já dizer que temos de actualizar os termos das nossas figuras regimentais porque aos ataques pessoais não se refere necessariamente a defesa da honra. No entanto, como é a figura regimental pela qual se pode responder a ataques pessoais...

O Sr. **Presidente**: — Não, não! Sr. Deputado, temos de nos entender...

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Então, eu faço a defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Aqui não há figuras regimentais invocadas em vão.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Não, não é invocada em vão, Sr. Presidente. É apenas uma nota quanto à desactualização eventual da terminologia que usa a figura regimental, coisa que penso que não haverá qualquer problema em fazer.

Mas eu faço a defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra e dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, a questão que se coloca é que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu a uma única questão, limitou-se a fazer ataques pessoais – algo que vai acontecer, provavelmente, mais vezes – e queria responder-lhe a dois desses ataques.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Responder?!

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Primeiro, o Sr. Primeiro-Ministro pensa que me intimida chamando-me revolucionário. Talvez seja bom olhar para a sua bancada do Governo e para uma parte importante da bancada do PS para ver que o mesmo qualificativo, nas mesmas condições, pode servir para designar vários Ministros e vários membros da bancada do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Conhecem-se bem!

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Mas não me preocupa!

Segundo, gostava de lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que, certamente, o meu colega de bancada Mota Pinto, invocado quanto à questão da reserva da administração, não terá dificuldades em explicar-lhe por que razão é que a utilização do termo é correcta.

De facto, se a reserva da administração tem condições de mutações políticas importantes no sistema de governação, em que cada vez mais interesses económicos e decisões com reflexos sobre os interesses económicos são tomadas por responsáveis políticos, talvez aí seja importante compreender que a Assembleia da República tem de alargar o seu escrutínio e não pode permitir que o Sr. Primeiro-Ministro venha aqui afirmar-se de decisões que envolvem interesses económicos sem que a Assembleia da República saiba como elas foram tomadas, por que razão foram tomadas discricionariamente, por que razão não foram levadas a concurso público, com que empresas, em que circunstâncias e que contrapartidas o Sr. Primeiro-Ministro lhes ofereceu.

Este é um elemento fundamental desta Legislatura e o Sr. Primeiro-Ministro terá ocasião de verificar que a Assembleia certamente o vai utilizar de forma bem correcta e exigente para que haja maior transparência na Administração Pública e na governação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, limito-me a formular votos para que as próximas intervenções corram melhor ao Sr. Deputado Pacheco Pereira, porque não fez outra coisa a não ser «meter os pés pelas mãos».

Sr. Deputado, boa sorte para a próxima!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Ribeiro e Castro pede a palavra, mas não sei para que finalidade.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, manifestamente não vejo em que é que a honra do Sr. Deputado foi atingida. Por isso não lhe poderei dar a palavra.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Eu explico, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, não, Sr. Deputado! Eu não lhe dou a palavra porque não verifico onde é que a honra foi atingida.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, ...

O Sr. **Presidente**: — A sua bancada não invocou a defesa da honra da bancada, o Sr. Deputado não foi referido expressamente por ninguém e, portanto, não lhe poderei dar a palavra. Não lhe vou dar a palavra.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, posso dirigir-me ao Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode dirigir-se para que finalidade?

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Posso, Sr. Presidente? Para uma interpelação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, deixe-me cumprimentá-lo.

Protestos do PS.

É a primeira vez que uso a palavra nesta Legislatura...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vai usar figuras regimentais...

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — ... desnecessárias...

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Eu não estou a usar...

O Sr. **Presidente**: — ... para conduzir uma intervenção para a qual não se inscreveu adequadamente! Nem o seu grupo parlamentar o inscreveu!

Teremos mais oportunidades, durante o debate na parte da tarde, para retomar as intervenções.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a reunião.

Retomamos os trabalhos às 15 horas.

Eram 13 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

A primeira oradora inscrita é a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, a quem concedo a palavra.

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com a apresentação do Programa do Governo inicia-se uma Legislatura que assenta em circunstâncias bem diferentes daquelas com que se iniciou a anterior Legislatura há 4 anos e meio.

É diferente na situação económica, na situação social e na situação política. E a diferença é toda para pior.

É diferente e toda para pior porque o Eng.^o Sócrates desbaratou condições excepcionais de governação de que dispôs, gastando os primeiros anos a iludir ou ignorar os sinais de graves desvios do caminho do desenvolvimento, incluindo a altura em que já se evidenciava a crise internacional que se avizinhava.

Quando os efeitos da crise já não podiam ser iludidos, o Governo serviu-se dela como pretexto de todos os falhanços e quis mesmo fazer crer que acudia a tudo e a todos sem meios, sem estratégia, sem qualquer linha de orientação que não fosse a de salvar a todo o custo a imagem da sua governação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — No programa eleitoral manteve-se essa estratégia de ficção. Prometeram-se mundos e fundos e manteve-se a agenda como se o programa político do partido fosse mais importante do que a realidade do País ou os problemas que afligem os portugueses. Ficcionaram-se, até às eleições, empregos e viabilidade de empresas. E isto, porque o PS preferiu, uma vez mais, ignorar a evidência dos sinais e convencer-se de que poderia continuar a explorar uma estratégia de passa culpas ou de vitimização, usada até à exaustão.

Agora, apresentou a esta Assembleia um Programa do Governo que reedita, sem mais, o programa eleitoral.

Apresentou um Programa do Governo que insiste em omitir estratégias para enfrentar os temas mais prementes da vida nacional, com especial destaque para o gravíssimo e insustentável nível de endividamento

externo, mas também para o desemprego e para a retoma do desenvolvimento económico e competitividade do tecido empresarial.

Um Programa do Governo ditado pela má consciência, porque assumir que há um forte agravamento das condições de vida e das expectativas de futuro seria admitir que o governo anterior falhou. Falharam, efectivamente, as suas políticas, falhou a sua leitura da realidade, falhou o compromisso com os portugueses porque lhes ocultou a situação e manteve as ilusões.

Falhou, finalmente, porque, não sabendo nem querendo mudar as suas políticas erradas, resta-lhe, agora, insistir na bondade do que propõe, do que só poderá esperar-se o agravar dos problemas.

O Sr. Agostinho Branquinho (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite (PSD):** — Não surpreende pois que o Programa do Governo seja a cópia integral do que o Partido Socialista apresentou em campanha. Não surpreende porque o Partido Socialista nunca admite os seus erros. Não surpreende porque o Partido Socialista não gosta de assumir as suas responsabilidades, preferindo deturpar as estatísticas ou promover leituras oficiais dos indicadores para justificar os maus resultados.

Por isso, era também muito previsível que o Partido Socialista trouxesse já preparada a nova estratégia para a Legislatura: manter os seus erros, reafirmar as suas políticas erradas, insistir em ignorar a realidade. E, ao mesmo tempo, atribuir as responsabilidades aos outros, antes que alguém pudesse, sequer, adiantar alguma reserva.

Por isso, é com mediana clareza que se assiste ao espectáculo, no mínimo, insólito: um Governo recém-empossado que não se preocupa, sequer, em explicar como vai executar o que promete, como vai criar condições que invertam o que parece ser um ciclo inexorável de pobreza, de endividamento, de desemprego e de suspeição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Primeiro-Ministro proclama e reafirma que o Programa do Governo é o programa eleitoral.

Já conhecemos as características dos programas eleitorais do Partido Socialista. Não são para levar a sério. Tanto podem executar aquilo que lá está como o seu contrário. Foi o que aconteceu com o programa anterior.

Em todo o caso, este excede as expectativas, porque faz tábua rasa da situação do País, do seu principal e grave problema que é o endividamento externo, sem cuja solução o País não ultrapassará qualquer dos problemas com que se confronta actualmente.

Aplausos do PSD.

Quem não entende isto fala de um País que não conhece.

E é este o aspecto mais preocupante deste Programa do Governo. Não fala dos verdadeiros problemas do País, o que anuncia é a introdução de melhorias significativas em todos os sectores de actividade.

Claro que não o vai fazer porque não tem forma de o fazer sem agravar ainda mais a situação em que nos encontramos.

De resto, quando o Primeiro-Ministro não responde à questão de como vai fazer, o que se propõe no seu Programa é a prova de que ele próprio não acredita nesse Programa, caso contrário saberia dizer como vai pagar tudo o que lá anuncia.

Mas considero preferível que este Programa seja uma ficção do que se transforme numa realidade. Se ele fosse executado, seria a nossa ruína.

Aplausos do PSD.

E sublinho esta afirmação: se este Programa fosse executado, quando não tem meios para tal, traduzir-se-ia em ainda maior endividamento, o que seria a perda da nossa independência económica.

E esta ausência de meios é proclamada pelo próprio Governo quando afirma que o descalabro das contas públicas se deve à actual perda de receita, o que quer dizer que nada foi feito pela despesa e que, não havendo perspectivas de maior riqueza, vamos continuar a endividar-nos.

O que o Programa do Governo não diz é que vamos continuar a empobrecer.

Não aceitaremos tal estratégia! O PSD reafirma o que sempre disse aos portugueses: que esta política é enganosa, que a ela se deve a consistente perda de riqueza nacional, de capacidade produtiva, de mais pobreza. O PSD alertou para o absurdo dos grandes investimentos em infra-estruturas, que não contribuem para a nossa inserção na economia global nem para a elevação do potencial de crescimento da economia. Mas o Governo prefere deslumbrar-se com o seu efeito local a curto prazo, remetendo a pesada factura aos empresários de hoje que ficam privados do crédito, às populações que continuam a empobrecer e a perder empregos, aos jovens que têm de emigrar ou às gerações futuras que pagarão as dívidas.

Aplausos do PSD.

Em Portugal, com um tecido social frágil, fracos índices de crescimento e elevados défice e endividamento, a questão dos critérios para os investimentos e a transparência da actuação dos poderes públicos põe-se com redobrada importância. Tanto mais que o nível de confiança nas instituições públicas tem diminuído drasticamente e não foi substituído pelo reforço dos laços de cidadania ou de maior pujança da sociedade civil. Pelo contrário, fomentou-se e justificou-se o êxito individual, quebraram-se cadeias de solidariedade e de cooperação, fazem-se ameaças à liberdade de expressão e o exercício do poder surge aos olhos dos cidadãos como um circuito fechado do qual se sentem excluídos.

Este profundo sentimento de desconfiança agrava-se com o enfraquecimento e o desprestígio dos sectores mais críticos da administração, incluindo o da justiça, envenenando a sociedade com a convicção de que há protegidos e perseguidos, de que há favores e teias de interesses e de que nunca se conseguirá saber a verdade das coisas.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Na falta de instituições sólidas e credíveis, confia-se nas pessoas, favorecendo o exercício de poderes autocráticos na Administração Pública, despudoradamente politizada e colocada ao serviço do partido do poder.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Esta é, de facto, a pesada herança que o Partido Socialista herda do Partido Socialista anterior, da sua teimosia e da sua arrogância.

Aplausos do PSD.

Não se diminui a despesa, mas tornou-se muito mais difícil identificá-la e medi-la; não se combateu a corrupção, antes se tornou mais sofisticada e difícil de controlar.

O PSD não vai abdicar de lutar por todas estas questões para as quais desde há muito alerta os portugueses e para as quais apresentou propostas concretas no seu programa eleitoral.

É uma luta pelas soluções que consideramos essenciais ao progresso do País. Temos essa responsabilidade para com os portugueses.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, quero, com toda a simpatia, colocar-lhe algumas questões.

No entanto, quero começar por dizer que o que contribui fortemente para desprestigiar as instituições democráticas são as mudanças de posição sem qualquer fundamento da parte dos principais responsáveis políticos. É um responsável político dizer que a política da educação de um governo é boa até ao momento em que é eleito líder do seu partido, altura em que passa a dizer exactamente o contrário.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — É fazer parte de um governo e negociar com outro governo a concretização de importantes infra-estruturas então consideradas vitais para a economia portuguesa e a seguir vir dizer que essas infra-estruturas em nada concorrem, como agora foi dito, para a internacionalização da economia e para melhorar o nível e a qualidade de vida dos portugueses.

O que contribui para o desprestígio é, numa primeira fase, considerar que o Governo até concorreu fortemente para enfrentar o problema do desequilíbrio das finanças públicas e alterar radicalmente de posição não porque o Governo tenha mudado a sua orientação mas porque mudou a posição de quem critica: deixou de ser oposição interna no seu partido, passando a liderá-lo.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — E o que contribui, certamente, para o desprestígio das instituições políticas em Portugal é considerar que aqui, no País, em geral, e no Continente, em particular, se cultiva a asfixia democrática, que agora voltou a referir, e que a Madeira é para todo o mundo um exemplo de uma sociedade aberta, de uma sociedade democrática e de uma sociedade tolerante, o verdadeiro exemplo da sociedade aberta de Karl Popper — o que seria, de facto, extraordinário...! Isso é que contribui!

Aplausos do PS.

Sr.^a Deputada, há, porém, uma questão fundamental: existe, de facto, uma divergência, que aqui foi anunciada, em relação à política económica. Mas não é uma divergência que separe, hoje, o PSD deste Governo. É uma divergência que hoje separa o PSD de praticamente todos os governos europeus, mesmo dos que fazem parte da vossa família política, do centro e do centro-direita, porque, perante a emergência da gravíssima crise internacional — e a Sr.^a Deputada, como reputada economista que é, não tem o direito, sequer, de relativizar a importância desta crise —, a maior parte dos governantes europeus de centro-esquerda, de esquerda ou de centro-direita compreenderam que o objectivo fundamental era a adopção de medidas que permitissem o relançamento da economia, que pusessem em causa o risco real da recessão. Para isso, aumentaram a despesa pública e o investimento público em todo o lado. Hoje em França, o grande tema de discussão é saber qual é o montante do empréstimo a que o Estado francês vai recorrer para financiar investimentos públicos fundamentais para modernizar a sociedade francesa e para relançar a economia de França, com o Presidente de França, Nikolai Sarkozy, que é um presidente da sua família política, com quem pode falar nas conferências internacionais em que participa...

Na globalidade dos países, foi isto que aconteceu.

Por isso, a questão que lhe coloco é esta, Sr.^a Deputada: hoje, o PSD não está apenas na política em oposição a este Governo. O PSD está em oposição clara a tudo o que se está a fazer, hoje, na Europa.

Quais seriam as consequências da opção pelas vossas políticas? Quais seriam as consequências do desinvestimento público? Quais seriam as consequências de, neste momento, valorizarem excessivamente a preocupação com o endividamento, que é uma preocupação que todos temos de ter, mas que é uma preocupação que tem de ser nestas circunstâncias históricas especificamente relativizada face àquela que é a grande questão que se coloca a Portugal e à Europa, que é a de relançarmos a nossa economia?

É porque, Sr.^a Deputada, o equilíbrio das finanças públicas é um valor que tem de estar ao serviço da economia e a economia tem de estar ao serviço da sociedade! Talvez seja isso que nos diferencia claramente do PSD...!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento também com simpatia o Dr. Francisco de Assis.

Quero dizer-lhe que começou muito bem a sua intervenção quando tentou enunciar os aspectos que prestigiavam e que desprestigiavam a classe política. Fez muito bem e quero relembrar-lhe — e penso que tem disso memória suficiente porque é relativamente recente — qual foi a posição do Partido Socialista quando o governo do Partido Social-Democrata apresentou ao País o problema do défice das contas públicas.

Quais foram o problema e a forma como o Partido Socialista o enfrentou?

Aplausos do PSD.

Enfrentou-o com uma luta titânica contra a política que estava a ser seguida pelo Governo e nós saímos e, no dia a seguir, o problema fundamental já era o das contas públicas...!

Portanto, Sr. Deputado, tem toda a razão no que disse: nada há, nada que mais desprestigue a classe política do que fazer aquilo que o Partido Socialista fez ao Partido Social-Democrata!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Francisco de Assis, nada mais desprestigia a classe política do que haver um Sr. Primeiro-Ministro que decide — e muito bem! — vir frequentemente à Assembleia, que conta o número de vezes que cá vem, mas não conta o número de respostas que dá e que é zero!

Aplausos do PSD.

A democracia e o prestígio da classe política não se medem pelo número de presenças em determinado local! Medem-se pelo nosso comportamento nesse local e, nesse local, o comportamento do Sr. Primeiro-Ministro é lastimável!

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado Francisco de Assis falou na questão da crise económica. Sr. Deputado, peço-lhe desculpa — e agora talvez vá usar um pouco de falsa modéstia —, mas a primeira pessoa que anunciou que vinha lá uma crise económica e que era necessário tomar medidas, contra o que todos se levantaram e criticaram, fui eu própria.

Aplausos do PSD.

Risos do PS.

Anunciávamos a crise ainda o Governo a negava. Vários ministros negavam a existência da crise e já ela estava instalada.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Um ligeiro abalo!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Não tenha dúvidas de que qualquer ligeiro abalo abanava a nossa economia, não precisávamos de grande abalo. Eu disse isso e mantenho...

Sr. Deputado, quando diz que todos os países da Europa estão a ter intervenções em termos de despesa pública, é verdade. É verdade também que o senhor não pode fazer comparações entre os vários países quando estamos numa situação completamente diferente — não há ninguém que esteja com o nosso nível de endividamento a não sermos nós.

Sr. Deputado, não queria que o senhor confundisse défice orçamental com défice externo.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Não confundi. Não se preocupe com isso.

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Quando falo do endividamento externo não estou a pensar no nível de défice orçamental. O nível de défice orçamental está elevadíssimo e eu estaria calada em relação a ele, dadas as medidas de intervenção que era necessário fazer nesta crise económica, se esse agravamento do défice não fosse resultado da receita. Se fosse resultado da despesa, não diria nada, mas é resultado da receita. E sabe o que é que aconteceu à despesa? O investimento foi o que teve a maior queda em toda a execução.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Cortaram-se apoios à agricultura. Portanto, andou-se a cortar despesa onde ela era necessária para fomentar o crescimento.

Desde o investimento aos apoios à agricultura, foram perdidos vários fundos estruturais, o que significa que a política de intervenção foi totalmente errada. Todos os dias entram pequenas e médias empresas em falência, todos os dias estão a ser intervencionadas e apoiadas empresas que, ao fim de algum tempo, acabam por fechar as suas portas. O que tem acontecido depois das eleições é obviamente paradigmático.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Por isso é que não há crédito!

A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Portanto, Sr. Deputado Francisco de Assis, gostaria que ponderasse estas questões e verificasse que não tem razão no que disse.

Há ainda um ponto em que não tem razão, que é uma certa deselegância relativamente ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que todos nós tanto consideramos. É que o que eu disse em relação à Madeira não é comparável com que o que disse o Sr. Presidente!

Aplausos do PSD, de pé.

Risos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, com toda a estima e amizade, na parte que me toca, agradeço-lhe mais uma crítica às minhas declarações...

Risos.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Como em todos os processos que fizeram com que a Humanidade verdadeiramente avançasse, começou-se, com grande antecipação, com o sonho de filósofos e intelectuais e chegou o momento certo de ir transformando o sonho em realidade através da atitude ousada de estadistas com nome grande, que souberam cruzar na dose certa o simbolismo com o pragmatismo, dando substância à concretização das ideias.

Na verdade, a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, avançada por Jean Monnet em 1950, possibilitava, tal como se afirmou na altura, a conversão das matérias-primas da guerra em instrumentos de reconciliação e de paz.

Quase 60 anos decorridos, um enorme caminho trilhado e um mundo completamente mudado. Um mundo simultaneamente mais próximo, mas mais diferenciado, mais interdependente mas com maiores clivagens, mais visível e mais opaco. Necessariamente um novo desenho para a União.

O actual contexto de crise financeira e económica mundial veio bem demonstrar a acertada opção estratégica feita por Portugal na integração deste espaço europeu, primeiro, e de inclusão na zona euro, depois. Podemos hoje avaliar bem em que situação nos encontraríamos com uma política monetária nacional sujeita a todos os ataques e especulações, devastadores para a nossa economia e, simultaneamente, destruidores de emprego e incapacitadores da geração de recursos para a construção de soluções de apoio à economia e de minoração dos efeitos destruidores da crise.

Também o papel do País na construção de novos instrumentos de regulação mundial seria absolutamente irrelevante, para não dizer inexistente. Neste contexto, a integração no projecto europeu constituiu um reforço da soberania nacional.

Ora, para responder às novas configurações dos equilíbrios mundiais, aos novos confrontos geoestratégicos e aos problemas da sustentabilidade ambiental, não chegam os velhos desenhos institucionais.

Como alguém disse, não podem desenhar-se rotas novas em mapas velhos. É preciso construir novos caminhos, conceptualizados no quadro de uma estrutura de valores universais, construídos ao longo de séculos e séculos e que constituem a nossa identidade comum, que permitam habilitar-nos com chaves de solução para os problemas que, hoje, a Europa e o mundo enfrentam.

O Tratado de Lisboa pretende isso mesmo e, finalmente, está em condições de entrar em vigor.

É certo que o texto final do Tratado é o resultado de compromissos duramente conquistados; é fruto de encontros e desencontros que desembocam num texto final que não é perfeito; mas, no seu conjunto e em aspectos essenciais para a construção do nosso futuro colectivo, ele corresponde a um passo em frente significativo que pode sustentar a nossa confiança na capacidade de construirmos um mundo mais democrático, mais justo, mais seguro, mais solidário e mais sustentável.

Desde logo, a afirmação à cabeça do Tratado de um quadro axiológico de respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, primado da lei, direitos humanos e minorias. E, ao atribuir estatuto legal à União Europeia, o Tratado de Lisboa habilita-a a aprofundar o seu papel na cena interna à União e internacional, promovendo os seus valores, quer para efeitos do seu próprio alargamento quer para a criação de *standards* internacionais que regulem a globalização, bem como no que respeita ao comércio internacional e à política de desenvolvimento e ajuda humanitária.

Este enquadramento é importantíssimo porque significa a evolução de um acordo inicial entre Estados com objectivos meramente económicos — de livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços — para uma construção europeia que reforça, entre outros aspectos, a sua dimensão social: conferindo valor jurídico vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais; introduzindo uma cláusula social que obriga à avaliação do impacto social das políticas da União; reforçando o papel dos parceiros sociais e do diálogo social; inovando o processo de decisão nos assuntos sociais, designadamente a protecção dos trabalhadores, a representação colectiva e defesa dos interesses de trabalhadores e empregadores e os termos de emprego de cidadãos oriundos de países terceiros; enfatizando a importância dos serviços sociais de interesse geral para a construção do modelo europeu de sociedade e mantendo nas competências nacionais a fundação e estabelecimento de serviços públicos.

Mas aquilo que me interessa mais aqui realçar é o reforço das competências dos parlamentos nacionais à luz do Tratado de Lisboa.

É certo que, na legislatura anterior, este Parlamento deu passos importantes na adaptação a este novo papel.

Mas, com a entrada em vigor do Tratado, o exercício dessas competências passa a constituir uma exigência permanente que não podemos ignorar.

O mecanismo introduzido de alerta prévio permite ao Parlamento sinalizar o risco de não cumprimento do princípio da subsidiariedade ou de violação desse mesmo princípio pelas instituições europeias.

Também opiniões negativas de, pelo menos, um terço dos parlamentos nacionais obriga a Comissão a rever as suas propostas.

Para além disso, cada Parlamento nacional poderá recorrer ao Tribunal de Justiça em caso de violação do princípio da subsidiariedade.

Esta competência é relevantíssima do ponto de vista dos conteúdos e do ponto de vista dos conceitos.

Analisemos um exemplo: o Tratado de Lisboa mantém como competência nacional a organização dos sistemas de saúde e a protecção e melhoria da saúde humana. No entanto, e com o objectivo assim anunciado, de atribuir conteúdo ao estatuto de cidadania europeia, a Comissão trabalha há anos na construção de uma Directiva Europeia relativa à livre circulação de pacientes no acesso a tratamento em centros de referência europeus a cargo dos sistemas nacionais.

Ora, se a formulação final desta directiva não prevenir mecanismos de justificação prévia para essa circulação, ela poderá pôr em causa o princípio da subsidiariedade, porque, potencialmente, colide com a organização e o funcionamento do sistema, que é de reconhecida competência nacional, e põe em causa os valores da União porque agrava as desigualdades.

Mas, no que respeita aos conceitos, esta questão é também relevante.

Sabemos que, nos dias de hoje, grande parte das diferenças ideológicas que caracterizam os partidos que se submetem a sufrágio assenta nos modelos de protecção social.

Ora, se as opções sufragadas forem postas em causa por intervenção das instituições europeias, é o próprio cerne do funcionamento democrático que é posto em causa também. Por isso, é importante que a arquitectura desses modelos seja competência nacional e, por isso, é também fundamental que essa competência seja rigorosamente salvaguardada através dos mecanismos previstos no Tratado.

Enfim, o que o Tratado de Lisboa consagra é uma nova arquitectura para enfrentar também uma nova organização de espaços no interior da União e um melhor e mais eficaz relacionamento com a envolvente externa a ela própria; mais transparência no funcionamento das instituições europeias através de maior escrutínio democrático e regras explícitas de funcionamento; maior capacitação para desempenho pela União de um papel cimeiro e preponderante na cena mundial, enquanto espaço praticante e construtor dos mais elevados *standards* de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo primado da lei, através de mecanismos de funcionamento que reforçam a capacidade de decisão e de representação.

Como afirmou Eduardo Lourenço, «a Europa sem unidade já foi o centro da História e só recuperará um lugar análogo ao que aí teve durante séculos se, como União Europeia digna desse nome, se impuser no novo tabuleiro político e geoeconómico do planeta».

Nesta construção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, todos e cada um de nós temos um papel a desempenhar. Exerçamo-lo! Estaremos também assim a dar sentido à ambição do projecto europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, gostaria de começar este meu pedido de esclarecimento por registar a posição que expressou naquela tribuna em relação à chamada directiva de reembolso dos cuidados médicos nos países da União Europeia.

De facto, os alertas insistentes que o BE, quer em Bruxelas quer em Lisboa, tem feito sobre esta matéria tiveram algum eco e eu quero registar isso como um factor positivo, porque é preciso defender, acima de tudo, a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e recusar esta Directiva. É, pois, preciso que isso seja feito e registamos a posição hoje, aqui, assumida pelo PS.

Sr.^a Deputada, o PS tem dito insistentemente — e hoje até pela voz do Sr. Deputado Francisco de Assis — que está disponível para o diálogo que é preciso construir — aliás, tem sido muito enfático nesta postura, nesta nova Legislatura.

Vamos, então, falar na disponibilidade do PS em relação a questões muito concretas e não na disponibilidade do PS em tese, mas, sim, repito, na sua disponibilidade em relação a assuntos muito concretos.

A Sr.^a Deputada falou na nova configuração mundial, falou da crise internacional e da crise nacional, disse até que não podem existir «rotas novas em mapas velhos» e isso é verdade, Sr.^a Deputada.

Então, falemos de uma coisa que marca os mapas velhos e que hoje já foi objecto de debate nesta Assembleia. Falemos da corrupção, que é uma coisa que, de facto, comprime os mapas que são velhos e é preciso ter rasgo, ter arrojo e resolver este problema.

Por isso o desafio é muito simples, Sr.^a Deputada: a disponibilidade do PS nesta Legislatura chega para que se ponderem, nomeadamente, as propostas que aqui foram trazidas por um Deputado do PS, o Deputado João Cravinho, e que resultaram, após um ano de debate na Assembleia da República, em cinco artigos de um projecto de lei? Está o PS disposto a rever a diferenciação entre corrupção para acto lícito e corrupção para acto ilícito, que tem dado, nomeadamente em relação a algum tipo de crimes, penas que são completamente injustificáveis e irrisórias?

Por último, está ou não o PS disposto a avançar, de vez, em relação à criminalização do enriquecimento ilícito e não simplesmente taxar parcialmente o enriquecimento injustificado, fechando os olhos e aceitando que «o crime compensa» em 40%, como foi o resultado das propostas do PS na última Legislatura?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, aproveito para cumprimentá-la e sublinhar que é natural que a Sr.^a Deputada não tenha conhecimento do meu discurso recorrente sobre a directiva da livre circulação dos pacientes.

Fi-lo nesta Assembleia muitas vezes, fi-lo fora da Assembleia sempre que tive oportunidade e fui sempre uma promotora da discussão com os titulares da pasta da saúde do apoio que tem de ser dado ao Governo na sua participação nos Conselhos Europeus de ministros da saúde no sentido de reconduzir a directiva àquilo que ela, efectivamente, deve conter, ou seja, no sentido de garantir os melhores cuidados de saúde em tudo aquilo que cada um dos países não consegue assegurar, mas não contribuir para um agravamento das desigualdades em saúde, porque sabemos que são os cidadãos mais informados que recorrem aos mecanismos mais sofisticados e não podemos pôr os cidadãos mais informados, que, neste momento, já têm indicadores de saúde superiores, a beneficiar daquilo que, potencialmente, poderia ser individualmente interessante mas que, do ponto de vista colectivo, põe em causa a sustentabilidade do sistema de saúde.

Também não podemos garantir que seja através de financiamentos nacionais de países que não tenham, eventualmente, capacidade para inscrever os seus serviços nos mapas da excelência e de referência europeus que estejam a sustentar os sistemas nacionais dos países que não abdicam deles, porque sabem da sua importância para a sustentação dos seus regimes democráticos.

Portanto, vamos a ver se somos claros: quem tem sistematicamente feito este discurso, designadamente em reuniões com a presença do actual Presidente da União Europeia, Dr. Durão Barroso, tenho sido eu e recorrentemente...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Ainda bem! Ainda bem!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — ... a ponto de me considerar repetitiva.

E não abduco, porque considero que a actuação que o Ministério da Saúde tem desenvolvido neste domínio, insistindo, reinsistindo, garantindo que não seja aprovada uma directiva com a formulação pretendida pela União Europeia, através da propalada construção da cidadania europeia, porque todos os políticos europeus conhecem a valorização que os europeus dão à saúde, reforçando, fiscalizando e dando apoio ao Governo quando participa nos Conselhos Europeus da saúde, esta postura garante que, efectivamente, o desenho desta directiva venha a ser bom, não seja mau e não ponha em causa o princípio da subsidiariedade — e aí somos intransigentes!

Em relação à luta contra a corrupção, será também a Sr.^a Deputada muito injusta se não reconhecer os enormes avanços que na Legislatura anterior se concederam.

Mas há aqui, porventura, uma coisa que nos divide, Sr.^a Deputada, mas que ainda hoje foi reforçada porventura por vozes independentes, que tem a ver com a importância da prevenção da corrupção. Criou-se o Conselho de Prevenção da Corrupção na legislatura anterior por iniciativa do PS e a verdade é que esse órgão tem desempenhado um papel considerado absolutamente indispensável na construção dos mecanismos e dos instrumentos que reforçam a luta contra a corrupção a par de muitos outros meios que não tenho, por limitações de tempo, capacidade para lhe indicar.

Agora, há uma coisa que nos divide, Sr.^a Deputada: é que eu sou uma defensora acérrima dos princípios do Estado de direito e sou uma defensora acérrima de que nós não temos de provar que somos sérios. Nós não podemos partir do princípio do justicialismo de que todos somos corruptos e de todos temos de provar que somos sérios, porque somos todos corruptos. Não somos, Sr.^a Deputada!...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Não somos! Mas que os há, há!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Há gente que não é e que não tem, à partida, de provar que não é corrupta e que está sempre a dizer que não é corrupta aprovando legislação que considera que cada um de nós é um ser potencialmente corrupto a começar pelos políticos,...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Mas que os há, há!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — ... adaptando e aprovando todos os mecanismos no sentido de reforçar os meios policiais, os meios instrumentais ao serviço da luta contra a corrupção e de dotação do sistema judicial com os mecanismos que lhe permitam com rapidez, porque justiça que não é rápida não é justiça, com celeridade, com segurança e com certeza jurídica condenar todos aqueles que devam ser condenados, porque fugiram às regras que o Estado de direito lhes impõe nos comportamentos sociais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Pureza.

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: No início desta Legislatura é grande a expectativa de que algo vai finalmente mudar no País.

Quero, em nome do BE, registar neste início de intervenção duas notas de confiança: primeira, a cedência, anunciada, finalmente, esta manhã pelo Sr. Primeiro-Ministro, à reivindicação de há tanto tempo dos desempregados e de todos os que têm a solidariedade como bandeira do alargamento dos critérios de atribuição do subsídio de desemprego.

Há ainda muito por esclarecer nesta decisão que o Governo anunciou e ela virá tarde demais para muitos dos que sofreram nas suas vidas a injustiça da política do Governo nesta matéria, mas é um bom sinal.

Como bom sinal é a expectativa de que vamos poder, a curto prazo, pôr fim a uma discriminação insuportável contra cidadãos, em função da sua orientação sexual.

Ao cumprir o comando constitucional da igualdade e ao tornar iguais os direitos de todos e de todas, independentemente das suas escolhas pessoais, não estaremos aqui a decidir por ninguém mas apenas a abrir o espaço da liberdade e da igualdade para que o território dos direitos seja, como deve suceder num país decente, partilhado por todos e por todas de igual forma. E, para isto, não há subterfúgios, nem se diga que não é urgente.

Aplausos do BE.

Sobretudo não se diga que não é urgente, porque isso é uma ofensa grave para com todos e todas os que são vítimas de uma discriminação que só o preconceito tem justificado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: O Programa de Governo que temos diante de nós é o de um governo remodelado e não o de um novo governo. É, portanto, assumidamente um Programa de continuidade, de manutenção do rumo — para usar as palavras tão caras ao Sr. Primeiro-Ministro —, mas não um Programa de mudança, que o povo exigiu nas urnas e que o apodrecimento económico e social do País torna cada vez mais imperativo.

Que, no mesmíssimo dia em que os trabalhadores e trabalhadoras da Delphi receberam as cartas de despedimento e em que os trabalhadores e trabalhadoras da Rhode souberam que o *lay-off* é para continuar, numa antecipação dolorosa do despedimento anunciado, o Governo tenha entregue a esta Câmara um

Programa de manutenção do rumo do passado é muito mais do que uma infeliz coincidência, é uma escolha política carregada de significado.

Mais do que tudo, temos uma situação económica e social, com um desemprego que não pára de atingir, de mês para mês, novos *records* que nos envergonham, com valores de pobreza absoluta escandalosos, com a precarização indecente das relações laborais a atingir níveis incontrolados. A tudo isto o Programa do Governo responde com uma única máxima: continuidade, manter o rumo. Precisamente o rumo que nos conduziu a um País inadmissivelmente desigual e em que ser pobre ou ser rico é cada vez mais decisivo para o direito a ter direitos efectivos.

Precisamos de uma linha de rumo, sim, Sr. Primeiro-Ministro, mas não esta!

O País a que este Programa se vai aplicar lança-nos já hoje três desafios essenciais e a nenhum deles o Governo dá uma resposta minimamente capaz.

O primeiro desses desafios é o da corrupção, que alastra no País. Nem uma linha no Programa do Governo sobre enriquecimento ilícito; nem um vislumbre de coragem na europeização do nosso regime jurídico em matéria de sigilo bancário; apenas uma tão singela quanto idílica frase: «combateremos a existência de paraísos fiscais». Que isto, ou seja, nada seja afinal tudo o que o Governo planeia fazer no combate à corrupção é muito revelador! Moderado em tudo aquilo em que deveria ser arrojado, o Governo é extremista no vazio de políticas sérias e eficazes de combate à corrupção em Portugal. Esta é uma opção que registamos.

Mas já hoje, no debate desta manhã, o Sr. Primeiro-Ministro optou pelo silêncio nesta matéria. Depois debitou uma lista de medidas genéricas para manifestar o seu auto-comprazimento com a situação. Mas há dois aspectos a que não pode deixar de responder:

O primeiro diz respeito aos paraísos fiscais. Os paraísos fiscais — bem o sabe o Governo — são os paraísos do crime económico organizado. Sabe, aliás, bem o Governo que o contrato de concessão da Zona Franca da Madeira expira em 2011. O próprio Governo já informou o País de que, só no ano corrente, se registou uma perda de 1796 milhões de euros em impostos não pagos naquela zona franca. O País perdeu, portanto, o equivalente a uma ponte sobre o Tejo...!

Que perante isto o Sr. Primeiro-Ministro entenda nada dizer sobre se vai ou não renovar o contrato de concessão da Zona Franca da Madeira, poder esse que é exclusivamente do Governo, é um silêncio particularmente grave e sonoro!

Aplausos do BE.

Um segundo ponto a que o Governo não pode deixar de dar resposta é o seguinte: o Governo anuncia no seu Programa códigos de conduta nas empresas públicas para efeitos de combate à corrupção. Quais são os seus conteúdos? Qual é o seu alcance? Qual é o seu grau de vinculação? O que é que vão prevenir? Registamos que, questionado sobre de que forma os gestores públicos deveriam colaborar com o combate à corrupção, o Sr. Primeiro-Ministro disse que o Governo deve apoiar os gestores públicos que assumam medidas de prevenção, como no caso da REFER.

Sr. Primeiro-Ministro, porquê só o caso da REFER? Há outros casos? Contrastantes com o da REFER? Dignos ou não dignos do apoio do Governo?

Compreenderá o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo que a resposta a estas questões é o que está hoje a preocupar o País e que nesta matéria o vosso silêncio não é mais admissível.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Em segundo lugar, o País que está lá fora é um País de injustiça e desigualdade extremas. E contra o extremismo e a violência social da injustiça e da desigualdade não valem soluções moderadas e mornas. Ora, este Programa abdica de acabar a sério com a injustiça, quer apenas suavizá-la. Este Programa tece hinos e louvores à modernização, mas moderniza um País desigual e perpetua a desigualdade.

Que os 3500 milhões de euros injectados no BPN sejam três vezes mais do que o valor executado no plano de combate à crise adoptado há já tanto tempo é um indicador claro de que para o Governo a

modernização e a desigualdade coexistem tranquilamente!... Foi para «aplar o risco sistémico», invocou o Governo. Pois é, falta ao Governo a lucidez de assumir que sistémico verdadeiramente é o risco que marca a vida dos 2 milhões de pobres e dos 600 000 desempregados e escasseia-lhe a coragem de ter perante os pobres e os desempregados a mesma desenvoltura que teve perante o BPN.

Aplausos do BE.

Por fim, a terceira marca de um Programa falho de coragem para mudar é o estridente silêncio que faz sobre a guerra social que o Governo, ele próprio, protagonizou na última legislatura. A agressão aos professores e professoras não merece uma única palavra de mudança neste Programa de Governo. O Sr. Primeiro-Ministro, esta manhã, advogou o diálogo, desde que tudo ficasse exactamente na mesma e, depois, logo se veria. Mas não deixamos de registar que a Sr.^a Ministra da Educação, entrevistada à saída do debate desta manhã, afirmou que é tempo de terminar com a divisão esdrúxula entre professores titulares e não titulares, tal como o Bloco de Esquerda sempre defendeu.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — A pouco e pouco, o Governo vai reconhecendo a razão, mas para as escolas o fim da prossecução da punição dos professores não pode esperar mais tempo!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: Este é um Programa de Governo deliberadamente sem a ambição de atacar o maior dos défices que o nosso país enfrenta — o défice da gigantesca dívida acumulada para com os pobres. A esta avaliação juntamos, como nos cumpre, os desafios mais urgentes que ela determina para uma Assembleia em que deixou de existir maioria absoluta de um só partido:

- O desafio do combate à corrupção, eliminando o atavismo do regime vigente sobre o sigilo bancário e impondo a aplicação efectiva do registo dos movimentos de capitais destinados a *offshore*;

- O desafio da imediata substituição de um regime de avaliação do desempenho dos professores que só serve para os agredir;

- O desafio da universalidade efectiva do subsídio de desemprego e da justiça para com quem, ao fim de uma vida inteira de trabalho, tem à sua frente ainda mais anos de trabalho para uma reforma mais curta.

É isto que o País nos exige que resolvamos já. O Programa do Governo enjeitou por inteiro esta exigência. Por nós, não regatearemos esforços para construir soluções justas para estes desafios.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje o Programa do XVIII Governo Constitucional, da responsabilidade do PS, suportado numa maioria relativa desta Assembleia, o Programa de um Governo que se apresenta numa situação distinta da do governo precedente: uma situação qualitativamente nova em resultado da perda da maioria absoluta por parte do PS; uma situação nova que não se vê reflectida no Programa do Governo, que faz a clara opção de manter intocável o núcleo essencial das políticas que têm conduzido o País à estagnação e à crise — uma opção fundamentada, assente na errada e mistificadora ideia de que os portugueses validaram, no passado dia 27 de Setembro, o rumo seguido pelo anterior governo do PS e o seu programa eleitoral.

O Governo, ao apresentar um Programa que repete as linhas essenciais do seu Programa Eleitoral, não só se recusa a tirar ilações da nova realidade política que emergiu das últimas eleições legislativas como pretende, acima de tudo, naturalizar e legitimar uma opção de continuidade que o povo português quis derrotar ao recusar a maioria absoluta ao PS, recusa que constituiu uma clara exigência de mudança, que não pode, nem deve, ser ignorada — muito menos quando se continua a assistir ao avolumar dos problemas nacionais,

nomeadamente ao inquietante declínio económico nacional, ao contínuo agravamento do desemprego, em resultado de uma acelerada destruição da capacidade produtiva nacional!

Escuda-se ainda o Governo e o PS na falta de correspondência às suas propostas de diálogo para justificar a opção de manter intactas as suas orientações e políticas, ao mesmo tempo que expressa públicas lamentações pela inexistência de condições para firmar acordos, que, evidentemente, nunca quis, tentando passar para outros a responsabilidade de garantir as condições de estabilidade ou de governabilidade do País, que são exclusivamente suas.

Não se pode acenar com diálogo e, ao mesmo tempo, afirmar que nada mudará no essencial da sua política. Não se podem levar a sério propostas de diálogo com quem diz querer governar à esquerda, mas propõe convergências à direita em pé de igualdade com as que propõe à esquerda.

Agora que estamos perante a proposta concreta do Programa do Governo, não há mais espaço para escamotear a natureza das suas opções e políticas fundamentais: um programa que é de continuidade, agravada com o aprofundamento de algumas das mais penosas políticas do anterior governo.

E não será o logro propagandístico que se vai procurando incutir na opinião pública de que será um Governo ao centro-direita na economia e à esquerda no social, fazendo os correspondentes acordos nesta Assembleia, que pode encobrir a nudez crua de um Programa que é uma versão recauchutada do programa do anterior governo, um Programa que, nos seus conteúdo e forma, os grandes grupos económicos e os grandes interesses instalados não desdenhariam e vão apoiar com certeza.

Na verdade, não são apenas as opções programáticas que apontam para o aprofundamento da ofensiva contra os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, que põem em causa o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos; é já a prática governativa, a resposta que não se vê de um Governo conformado perante as decisões implacáveis das multinacionais e o anúncio dos despedimentos na Delphi e na Qimonda, da grave situação da Rhode, da Covina/Saint-Gobain, da Aerosoles, no recurso a novos *lay-off* que indiciam novos e inquietantes sinais de agravamento para o futuro próximo.

O Governo PS não tem uma política para o combate ao desemprego porque dá a força do exemplo pela eliminação de postos de trabalho no sector público — que, aliás, se propõe continuar — e porque é complacente com encerramentos sem justificação, com *lay-off* ilegais e com todas as tropelias do patronato sem escrúpulos que se arroga do arbítrio, sabendo que fica impune.

Aliás, o Governo propõe-se, no seu Programa, ser aliado do patronato na chantagem de retirar direitos com a ameaça do posto de trabalho, como se para criar emprego fosse preciso aumentar a exploração. Isto é, num momento de especial fragilidade, face à crise e ao desemprego, o Governo responsabiliza, no seu Programa, os trabalhadores efectivos pela situação de precariedade em que muitas centenas de milhares de trabalhadores se encontram e os trabalhadores no activo pelo desemprego dos jovens.

É a velha tese neoliberal, que faz crer que as causas do desemprego e da precariedade estão na estabilidade do emprego e na existência de trabalho com direitos.

O Governo propõe-se avançar mais ainda na desregulação dos horários, para que a mais trabalho corresponda menos salário, e afirma querer fazê-lo através da contratação colectiva, que deixaria de ser um direito dos trabalhadores para passar a ser um instrumento do Governo ao serviço dos objectivos das confederações patronais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Quanto à precariedade, o que se propõe é tão-só legalizá-la através da diferenciação das taxas contributivas e da normalização do recurso ao trabalho temporário, inclusive no Estado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro deveria dizer ao País se vai eliminar os recibos verdes da Administração Pública, integrando esses trabalhadores nos quadros ou se vai despedi-los, para os contratar depois através de empresas de trabalho temporário ou de outras que os contratem, elas próprias, a recibo verde.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Boa pergunta!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O Governo fala hipocritamente de um novo equilíbrio social, mas o que propõe, de facto, é um novo e agravado desequilíbrio social, na sequência da alteração, para pior, do Código do Trabalho!

Este Governo não tem uma política económica que dê resposta aos problemas do País.

Os últimos anos foram marcados por uma severa quebra no investimento público, padrão que certamente se manterá quando já se fala novamente de redução da despesa pública para corrigir o défice.

Continuou a política de abandono da produção nacional e de desvalorização da produção para o mercado interno, agravando a nossa dependência externa de bens essenciais, designadamente de bens agro-alimentares.

Ao mesmo tempo que injectou milhões no sector bancário, o Governo permitiu a manutenção de elevados custos do crédito — em especial para as micro, pequenas e médias empresas — que poderia ter contrariado, se tivesse dado orientações para limitar o custo do crédito no banco público.

É responsável por elevadíssimos custos energéticos, bem patentes na continuada fraude para a economia nacional que é a fixação dos preços dos combustíveis e o aumento do custo da electricidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O Programa do Governo tem, num capítulo a que chamou «revolução energética», 812 palavras, 26 alíneas e 11 subalíneas, mas nem uma só que seja é sobre o escandaloso preço da energia paga pelas empresas e também pelas famílias, que enche os bolsos aos accionistas da EDP e da GALP e lança na ruína a economia nacional, em particular as micro, pequenas e médias empresas.

Aplausos do PCP.

Era preciso que os portugueses soubessem se o Governo vai aceitar mais um escandaloso aumento do preço da electricidade proposto para 2010 ou se, como exige o PCP, vai pôr os interesses do País à frente dos lucros da EDP e congelar os preços da energia eléctrica.

Fica bem à vista o resultado da privatização de empresas essenciais para a economia e para o País — aliás, como acontecerá se prosseguir a linha de privatização que até agora tem estado definida para a TAP e para a ANA, entre outras empresas, como, por exemplo, no sector das águas, matéria que não está clarificada neste Programa do Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O resultado desta política está bem à vista: é o aumento do desemprego, o agravamento dos défices estruturais e a perspectiva da continuação no futuro da divergência com a média da União Europeia.

Em relação à questão do défice, mais do que o quanto é o quando, é decisivo que o Governo diga ao País como vai corrigi-lo. É apostando no desenvolvimento económico para, a partir daí, corrigir as contas públicas ou fazendo pagar os mesmos de sempre, com baixos salários e pensões, com a destruição de serviços públicos e o aumento das desigualdades?

Este Governo não tem uma política para uma melhor distribuição da riqueza. E é aí, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, que está o cerne do combate às injustiças e às desigualdades, através da melhoria dos salários e das reformas.

O nosso País precisa, por razões da mais elementar justiça social mas também por incontornáveis razões de política económica, de definir como objectivo uma melhoria dos salários dos trabalhadores portugueses.

Mas este Governo, sempre do lado dos mais fortes, recusa assumir compromissos nesta matéria, a não ser a criação de um novo subsídio que, independentemente do seu valor em concreto, não substitui a imperiosa

necessidade de aumentar os salários para que os portugueses não empobrecam trabalhando, como está a acontecer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O Governo chegou ao pormenor de definir, por exemplo, o objectivo para a fileira da energia geotérmica para 2020, mas não foi capaz (porque, obviamente, não o quis) de estabelecer um objectivo de aumento do salário mínimo até ao fim da legislatura, que, para o PCP, deve ser de pelo menos 600 €.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O mesmo se diga em relação à situação das pensões e reformas em que se mantém a política de penalização dos que trabalharam e descontaram mais de 40 anos.

Este Governo não tem uma política de justiça fiscal porque continua a tributar metade ou menos da taxa normal os lucros da banca; porque mantém uma tributação reduzida das mais-valias bolsistas; porque sobre os *offshore* continua a «sacudir a água do capote», sem assumir qualquer compromisso em concreto.

Este Governo quer continuar a degradar a Administração Pública e os serviços públicos e fá-lo mantendo o ataque aos direitos dos seus trabalhadores, que pretende continuar a diminuir com a regra de uma entrada por duas saídas e continuando a prever a diminuição da despesa pública.

A escola pública é um motor do progresso social e do desenvolvimento. Não pode continuar no plano inclinado em que as políticas de direita a colocam nem pode continuar a ser marcada pelo ataque cerrado à gestão democrática e à profissão docente.

Por isso, já propusemos o agendamento da imprescindível suspensão do actual modelo de avaliação, para que se possa abrir uma negociação séria com vista à alteração do Estatuto da Carreira Docente. Uma alteração que, na opinião do PCP, entre outras questões, tem de eliminar a divisão dos professores entre titulares e não titulares, deve reconduzir o modelo de avaliação a um modelo formativo e orientado para a melhoria do desempenho e não para impedir a progressão na carreira, e que não pode deixar de incluir uma alteração do regime de horários dos professores, com cada vez maior carga burocrática e cada vez menos tempo para as questões pedagógicas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — De nada serviram as diversas alterações pontuais que o Governo foi fazendo a um modelo comprovadamente irracional. É preciso uma alteração mais profunda. É preciso que, nesta matéria, o Governo perceba que a solução não pode ser mudar alguma coisa para que fique tudo na mesma.

Aplausos do PCP.

O mesmo se diga em relação às carreiras dos enfermeiros, que têm o processo de negociação parado.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Esta política, que agrava as injustiças, é uma política que corrói o regime democrático e aumenta o desencanto popular. E tanto mais é assim quanto mais se agrava a desigualdade também no acesso à justiça e na sua acção; quanto mais se percebe que faltam os meios e os resultados para o combate à corrupção e ao crime económico e financeiro, que existe de facto um manto de impunidade para os mais poderosos e que as decisões políticas e legislativas tomadas nos últimos anos contribuem para essa situação, como acontece com a recusa da consagração do crime de enriquecimento ilícito ou com as alterações feitas no regime do segredo de justiça.

Este Programa do Governo não dá resposta aos principais problemas do País e mantém a linha política que é responsável pela situação a que chegámos.

É por isso que os portugueses podem contar com o PCP para continuar a lutar por uma ruptura e por uma mudança! Não há outro caminho para dar resposta aos problemas que afectam o nosso povo, na persistente luta por uma vida melhor.

Temos esperança, sim, mas uma esperança que não fica à espera, porque continuamos a confiar no povo português.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, verifico que, no início desta Legislatura, o discurso do PCP em nada mudou: quanto pior, melhor, e o Partido Socialista é sempre o malfeitor.

Só que há uma questão sobre a qual gostaria que o Sr. Deputado reflectisse: é que, ao nível internacional e Europeu, Portugal vive uma crise económica grave para a qual é preciso encontrar soluções, sendo que o Sr. Deputado e o seu partido têm também a oportunidade de contribuir para as soluções. Já o rejeitaram num primeiro momento, veremos o que farão ao longo desta legislatura.

Protestos do Deputado do PCP João Oliveira.

Depois, há aspectos que os Srs. Deputados não podem ignorar. Há situações de desigualdade e para elas o Governo tem trabalhado para ter as melhores respostas. Além disso, há outra questão que não pode ser ignorada: é que a pobreza está a diminuir em Portugal. A situação é grave, mas as soluções que têm sido encontradas e as políticas que têm sido seguidas têm contribuído para que a diminuição da pobreza seja uma realidade em Portugal. Isto os Srs. Deputados não podem desmentir.

Protestos do PCP.

Ouvindo a sua intervenção, diria que o Sr. Deputado nada tem a dizer sobre o Programa do Governo e muito menos sobre aquilo que já hoje foi referido pelo Governo, na voz do Sr. Primeiro-Ministro.

Gostava de ouvi-lo, Sr. Deputado, sobre algumas medidas, designadamente sobre o acordo celebrado com os parceiros sociais para definir novos objectivos de aumento progressivo do salário mínimo, num quadro de médio prazo. Gostaria também de ouvir o que pensa sobre os aumentos previstos para as pensões em 2010 e sobre o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego para a protecção daqueles que mais precisam, que são os que estão neste momento desempregados em Portugal.

Sobre estas medidas que hoje foram apresentadas, o Sr. Deputado nada quis dizer. Para o PCP, mais vale dizer sempre que está tudo mal, porque assim não é preciso fazer rigorosamente nada nem contribuir para as melhores soluções de que os portugueses precisam.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, estava mais habituado a vê-la aqui à frente, mas, com esta ligeira inclinação, respondo-lhe à pergunta...

Risos.

Em relação à questão do conteúdo da nossa intervenção, é importante que fique a saber que não mudaremos nem alteraremos a nossa denúncia, as nossas propostas e o nosso combate a uma política que é igual à do anterior governo, uma política que, no essencial, é de continuidade.

Pergunto-lhe, Sr.^a Deputada, como é que quer que alteremos esse combate, essa denúncia, as nossas propostas, se este Governo deu aqui um exemplo cabal, com o seu Programa, de que, no essencial, no que é estruturante, vai prosseguir a mesma política?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Depois, em relação à questão dos salários e dos horários, não se preocupa, Sr.^a Deputada, que um Governo, que se afirma de esquerda — que até teve uns leves traços de Keynesiano quando a crise estalou no plano financeiro — em relação à questão de dois elementos determinantes que definem o grau de exploração (que muitas vezes é matéria que é de fronteira entre a esquerda e a direita), que são a valorização dos salários e dos horários, se agarre ao que o neoliberalismo tem de pior, designadamente à concepção da flexisegurança, decidida ou em gestação na União Europeia, para a aplicar aqui, através do Código do Trabalho?!

É por isso que nós criticamos tanto este Governo, pelas suas opções de classe, designadamente em relação à questão dos salários e dos horários. Parece uma heresia na boca do Sr. Primeiro-Ministro falar aqui da questão da necessidade da valorização dos salários, quando a vida provou que o modelo económico assente em baixos salários, e que este Governo quer retomar, fracassou rotundamente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Em relação à questão do salário mínimo nacional, sabemos que se trata de um compromisso importante. A dúvida, para nós, é que se tenham calado, perante aquelas vozes que surgiram, designadamente das confederações patronais, a dizer que era melhor não aumentar o salário mínimo nacional. Na altura, não ouvimos o Governo dizer nada! Hoje, ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro dizer que é preciso aumentar o salário mínimo nacional. Só não disse uma coisa que consideramos importante: como, quanto e para quando. Creio que esta é a questão que precisa de ser esclarecida.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Em relação ao subsídio de desemprego, registamos o avanço no que diz respeito aos critérios de atribuição, mas colocamos uma outra questão importante — e não a colocámos apenas hoje —, que é a do alargamento do subsídio de desemprego.

A Sr.^a Deputada andou na campanha eleitoral e sabe bem que, hoje, há milhares e milhares de homens e mulheres sem saída para as suas vidas, porque esgotaram o subsídio de desemprego, não encontram emprego em lado algum e se recorrerem à reforma sofrem uma penalização brutal. São pessoas sem saída! Então, não era justo que o Governo, o tal Governo da consciência social, atendesse a esta situação, alargando, mesmo que extraordinariamente, o período do subsídio de desemprego?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Era justo!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Fica a questão e esperamos uma resposta.

Relativamente às pensões e reformas, registo que a Sr.^a Deputada também fica satisfeita com o anúncio de um aumento de 1,25%, mas nós não ficamos. Mais: consideramos que, também aqui, num quadro tão difícil de desemprego, em que, por exemplo, uma trabalhadora têxtil, que trabalhou uma vida inteira — 40 anos e mais —, não consegue ir para a reforma, porque sabe que vai ser penalizada, neste quadro de crise, era justo reconsiderar e atender à reivindicação dessas pessoas.

Como vê, temos, de facto, divergências, mas também podemos ter aqui, nesta Assembleia, muitas convergências, se conseguirmos responder aos anseios do povo português e àquilo que levou à condenação deste Governo, quando lhe foi retirada a maioria absoluta, com outra política social. Não se pode andar na campanha eleitoral a dizer que se é de esquerda e, depois, no Programa do Governo, adoptar soluções neoliberais, particularmente no plano da justiça social.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por retomar uma questão que coloquei há pouco ao Sr. Primeiro-Ministro, a qual não obteve resposta. E por algum motivo não obteve resposta — gostava de a obter mas, não a obtendo, gostava de saber por que razão.

Refiro-me à questão da regionalização. O texto do Programa do Governo é muito confuso em relação a esta matéria, porque refere «A criação de condições para o apoio (...)», para, na próxima legislatura, a concretizar.

A pergunta que fiz foi tão simples quanto isto: a transposição do programa eleitoral para o Programa do Governo levou a este lapso, a referir a próxima legislatura, ou trata-se, afinal, da remissão de uma questão relevantíssima, como a da concretização da regionalização, para uma próxima legislatura, com a convicção de que o Governo não vai fazer absolutamente nada em relação a esta matéria nesta Legislatura, que se pressupõe de quatro anos?! É importante saber isto, porque é importante falarmos sobre a organização do nosso território e sobre os objectivos que temos para o combate, designadamente, às assimetrias regionais. Espero, ainda no decurso do debate, obter uma resposta por parte do Sr. Primeiro-Ministro ou de qualquer outro membro do Governo em relação a esta matéria, no que se refere à clarificação do texto do Programa, porque, na verdade, é isto que aqui estamos a discutir, apesar de alguns Srs. Deputados do Partido Socialista já terem acusado não quererem realizar a discussão do Programa.

Todos nos lembramos, certamente, porque acompanhámos bem a campanha eleitoral, de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, então candidato, numa determinada altura, fazer esta declaração tão simples e tão profunda e significativa: «um novo governo corresponde a novos ministros». O que é que o Sr. Primeiro-Ministro queria dizer com isto? Queria dizer que sabia que os portugueses estavam nitidamente insatisfeitos com a situação do País e com as consequências da política do Governo e que entendia, então, ser necessário criar uma ilusão de ruptura com essas políticas.

Constituído o Governo, aquilo que verificamos é que o Sr. Primeiro-Ministro manteve metade dos seus membros e que os ministros mais polémicos saltaram fora. Cria a ilusão da ruptura e, entretanto, apresenta um Programa do Governo que nitidamente transporta continuidade em relação aos objectivos da anterior Legislatura. Isto é preocupante! E é preocupante, porque, quando mudamos de um quadro de maioria absoluta para um quadro de maioria relativa, os portugueses querem dizer alguma coisa, querem dizer, designadamente, que não pretendem a continuidade daquilo que lhes foi oferecido no passado. É importante fazer esta leitura.

Entretanto, o Governo, também no seu Programa e no seu discurso — isto é recorrente —, aliás, tal como sucede com os Deputados do Partido Socialista, remete tudo o que correu mal para a crise internacional. Para o Governo a crise internacional é responsável por tudo aquilo que se passou neste País.

Pela nossa parte, sempre dissemos que não era assim. Consideramos que a crise internacional tem, com certeza, repercussões negativas concretas sobre o nosso País, mas o pior é que, auxiliada por medidas concretas do Governo, se intensificaram os seus efeitos negativos. É isto que importa ter presente. E para quê? Para não se repetirem os erros do passado.

Há três questões que Os Verdes, e estamos seguros de que também os portugueses, não gostariam de ver repetidas em relação ao passado.

Primeiro, devem ser tomadas as medidas certas no momento certo. Aquilo que verificámos foi exactamente o contrário: já a crise estava a bater à porta e o Governo dizia que ainda não havia crise à vista; a crise desenvolvia-se, em Portugal, e o Governo já anunciava o fim da crise. Ou seja, quando as medidas eram anunciadas nunca batiam certo com a situação que se vivia no País e com as necessidades concretas do País, porque o Governo andava sempre atrás ou à frente e nunca estava no momento certo.

Agora, por exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro veio anunciar a alteração das regras do subsídio de desemprego, mas fez questão de dizer, para não criar grandes ilusões, como se isso não fosse justo, que a medida se reporta, única e exclusivamente, ao ano de 2010. E aquilo que perguntámos, ao que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu, foi: então, e depois de 2010? Quais são as previsões concretas do Governo para o

final do ano de 2010? Os números do desemprego vão diminuir substancialmente no final do ano de 2010? Não é isso que as organizações internacionais nos dizem, em termos de previsão.

Acordemos para a realidade concreta do País, para se tomarem medidas certas e atempadas no momento certo!

Outra questão que Os Verdes não gostariam de ver repetida no País era a de o Governo voltar a contribuir para o agravamento das situações. Quando o Governo construiu um Código do Trabalho que facilita a precariedade e o desemprego, contribuiu para agravar a situação; quando o Governo decidiu eliminar postos de trabalho na Administração Pública, no momento em que o desemprego, em Portugal, galopava, contribuiu para o agravamento da situação; quando o Governo construiu um quadro de mobilidade, com vista a «chutar» trabalhadores para fora da Administração Pública, o Governo agravou a situação do desemprego em Portugal; quando o Governo, até 2008, quebrou significativamente o investimento público, aquilo que fez, e sabia que o estava a fazer, foi gerar mais desemprego. Portanto, aquilo que o Governo não pode fazer é dizer que não contribuiu com a sua própria mão para o agravamento de uma situação que se construiu em Portugal e que já era, ela própria, extraordinariamente difícil.

Terceira questão que Os Verdes consideram não poder voltar a repetir-se: criar privilégios! É impossível, é insustentável continuar a assistir ao sacrifício que tantos portugueses fazem no seu dia-a-dia e à facilidade com que a banca «navega», neste País que é Portugal. Não é mais sustentável esta situação!

Não é mais sustentável que uma área tão relevante para o desenvolvimento do País, como a do ambiente, continue a marcar-se única e exclusivamente por aquilo que gera negócio, como a co-incineração, a água e a sua lógica de privatização, a energia ou os projectos de potencial interesse nacional, sacrificando-se, ao nível do investimento público, tudo aquilo que pode gerar melhor qualidade de vida para os portugueses e que está nas mãos do Estado ou que o Estado pode, significativamente, «empurrar». Veja-se o estado do nosso litoral, de que tivemos notícias infelizes durante este Verão; veja-se o estado dos resíduos das suiniculturas; veja-se o estado das nossas áreas protegidas, que continuam inscritas no papel mas, na prática, têm pouca relevância.

Quando falamos de ambiente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, entendam bem, falamos de segurança das populações, falamos de saúde pública e falamos da valorização do território, com nítidas consequências, também, ao nível do desenvolvimento da nossa economia. É, pois, importante não secundarizar este aspecto e relevá-lo para o nosso crescimento e para o desenvolvimento do País.

Na verdade, creio que aquilo que os portugueses esperam é outra lógica de desenvolvimento, outra atitude, outro olhar sobre os problemas do País e, evidentemente, outra presença do Governo, real e efectiva, na resolução desses problemas. Infelizmente, não é nisto que se traduz o Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças (Teixeira dos Santos): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Programa do XVIII Governo Constitucional define três prioridades: relançar a economia e promover o emprego; reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações e modernizar Portugal; e desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

Conforme o Sr. Primeiro-Ministro evidenciou no seu discurso desta manhã, tais prioridades implicam avançar com o investimento público modernizador, prosseguir o apoio às pequenas e médias empresas e apostar na internacionalização da economia portuguesa.

A necessidade de manutenção das medidas de estímulo e apoio à economia continua a exigir um esforço extra do Governo, em termos de despesa adicional, em particular de investimento, face à inércia revelada pelo investimento privado durante a crise que nos tem afectado. É, aliás, consensual entre os governos europeus e nas várias instâncias internacionais que este esforço se deverá prolongar durante o ano de 2010. Com efeito, apesar dos sinais de recuperação recentemente evidenciados, há que garantir a sustentabilidade desse cenário, nomeadamente a nível de crescimento e emprego.

Cumpre-nos, assim, identificar quais os investimentos que devem ser lançados. Tais investimentos devem produzir o estímulo contracíclico necessário para contrariar os efeitos da crise, apoiando a recuperação do crescimento económico e do emprego; devem reforçar a competitividade da economia e a sua capacidade

exportadora, aumentando o potencial de crescimento de médio e longo prazo; e devem dotar o País de equipamentos colectivos que melhorem o bem-estar dos portugueses.

Os encargos orçamentais destes investimentos terão de ser compatíveis com uma evolução sustentável das finanças públicas, garantindo um saldo orçamental próximo do equilíbrio no médio e longo prazo. Para tal, daremos particular atenção à análise custo/benefício de cada projecto, à identificação dos meios de financiamento necessários, bem como à avaliação dos seus impactos orçamentais presentes e futuros.

Neste âmbito, o Governo pretende igualmente incrementar a coordenação e acompanhamento das parcerias público-privadas (PPP), criando, no Ministério das Finanças e da Administração Pública, uma unidade operacional responsável pela negociação e gestão dos contratos de concessão relativos às PPP. Esta medida é de crucial importância para melhorar o controlo da despesa com estes contratos e para monitorizar melhor a evolução dos encargos orçamentais por estes criados ao longo do tempo.

Importa salientar que o esforço orçamental em curso — apenas possível no contexto do progresso de consolidação alcançado na Legislatura anterior — exige a continuação do aperfeiçoamento do processo orçamental. Quer isto dizer que esse esforço orçamental deve ser acompanhado de um aumento da eficiência da utilização dos dinheiros públicos, aprofundando a cultura de gestão por objectivos, de avaliação dos resultados e de remuneração baseada no desempenho e no mérito.

Neste âmbito, propomo-nos modernizar o quadro orçamental, implementando uma orçamentação por programas, na linha das boas práticas identificadas pela OCDE e pela Comissão Europeia para o processo orçamental em Portugal. Será estabelecido um ciclo plurianual de planeamento, programação, orçamentação, controlo e avaliação do desempenho da actividade do Estado, no cumprimento dos limites de despesa anuais definidos.

Nesta Legislatura, iremos prosseguir um esforço de melhoria e simplificação de procedimentos administrativos, bem como da qualidade de serviços prestados aos cidadãos e às empresas. O processo de modernização do Estado requer, por um lado, a racionalização das despesas públicas através do aproveitamento do potencial da gestão partilhada de recursos financeiros, patrimoniais e humanos da Administração Pública e, por outro lado, a melhoria na formação disponibilizada aos trabalhadores que exercem funções públicas.

Pretendemos, neste âmbito, alinhar a matriz de formação e valorização dos recursos humanos da Administração Pública portuguesa com as boas práticas internacionais e a experiência recolhida no sector privado.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — No sentido de alargar as oportunidades para os jovens quadros que procuram entrar no mercado de trabalho, iremos criar 5000 estágios na Administração Central do Estado.

Aplausos do PS.

Trata-se de um contributo também a prazo para a requalificação técnica dos serviços e organismos públicos e rejuvenescimento gradual de alguns sectores da Administração Pública.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em consequência do esforço orçamental desenvolvido para enfrentar a crise financeira e económica mundial, os défices e as dívidas públicas dos vários países verão o seu peso no PIB acrescido. Os mercados financeiros tenderão, inevitavelmente, e por isso, a efectuar um escrutínio mais exigente das nossas economias e das nossas finanças públicas.

A avaliação que farão incidirá não tanto nos resultados orçamentais dos anos da crise, mas principalmente na capacidade de controlo orçamental que demonstrarmos e na orientação que pretendemos dar às finanças públicas nos anos posteriores à crise.

O orçamento para 2010 deve, assim, responder às exigências de resposta à crise, num quadro de não agravamento da situação das finanças públicas portuguesas no contexto europeu. Por outro lado, a estratégia da política orçamental a médio prazo, a definir no Programa de Estabilidade e Crescimento, deverá retomar a

rota de consolidação orçamental necessária para que Portugal, tal como os seus parceiros europeus, reduza o seu défice para um objectivo a médio prazo, compatível com a sustentabilidade das finanças públicas.

Este é um caminho que se impõe para que o País continue a granjear da reputação e credibilidade que recuperou entre os agentes económicos, nacionais e internacionais, para reforçar a confiança no futuro da sua economia, para estimular o investimento privado, interno e externo, e poder aceder aos meios de financiamento indispensáveis para o seu progresso e desenvolvimento.

A política orçamental proposta pelo Governo assenta, assim, no controlo da despesa pública, mas também em não aumentar impostos. As reformas já implementadas na anterior Legislatura contribuem para este reforço de controlo da despesa pública. A política de modernização da economia, de apoio às pequenas e médias empresas (PME), de apoio à internacionalização, de reforço da nossa competitividade, ao estimular e reforçar o crescimento económico, é fundamental para garantir a consolidação orçamental no médio e longo prazo.

A prioridade dada por este Programa do Governo ao relançamento do crescimento económico é, assim, um contributo indispensável para a consolidação e reforço da sustentabilidade das nossas finanças públicas.

Em matéria fiscal, gostaria de referir três linhas essenciais de intervenção.

A primeira, a de apoio fiscal ao relançamento económico, com particular atenção às pequenas e médias empresas, nomeadamente pela redução dos prazos médios de pagamento das entidades públicas, visando atingir a meta dos 30 dias no final da Legislatura. Trata-se de aperfeiçoar os resultados já alcançados no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, oportunamente lançado com vista a reduzir os prazos de pagamento das entidades públicas a fornecedores de bens e serviços.

O relançamento económico passa também por encurtar os prazos de reembolso dos vários impostos e pela agilização dos procedimentos de prestação de garantias à administração fiscal, associados a processos de reembolso de impostos e de regularização da situação fiscal.

Uma segunda linha de actuação fiscal prende-se com a sua dimensão social. Pretende-se, neste domínio, obter maior equidade, reforçar o apoio à família e construir um sistema fiscal que apoie mais claramente a natalidade.

A terceira linha de intervenção fiscal inclui medidas de estímulo à inovação tecnológica e à sustentabilidade ambiental, que passam pela aposta nos estímulos fiscais ao investimento em novas tecnologias, na investigação e desenvolvimento e que passam pelo aprofundamento da tributação ambiental, procurando reforçar estímulos fiscais, positivos e negativos, às opções quer das famílias quer das empresas, quer em sede de impostos directos quer em sede de impostos indirectos.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A crise financeira internacional veio ressaltar a necessidade de reforma da supervisão e regulação financeira, devendo esse esforço ser conduzido na dupla vertente de reforço da estabilidade financeira e alargamento do perímetro da supervisão. Esta reforma é essencial para reforçar o papel crucial do sistema financeiro no apoio à actividade das empresas e das famílias.

O Governo propõe-se: aprofundar a adopção das melhores práticas internacionais de regulação e supervisão financeira; reformar o modelo de supervisão nacional, através da criação de um sistema dualista, assente numa autoridade responsável pela supervisão prudencial — reforçando, assim, os poderes do Banco de Portugal — e numa autoridade responsável pela supervisão comportamental, com responsabilidades transversais em todo o sector financeiro; colocar Portugal como participante activo no processo de reforma do sistema financeiro internacional, para a regulação dos fluxos financeiros e o combate aos *offshore*; adequar o modelo de supervisão às transformações em curso na União Europeia e, neste âmbito, introduzir a supervisão macroprudencial, alargando o mandato do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira e reforçando o mandato do Banco de Portugal, potenciando a participação activa das autoridades nacionais nas instituições internacionais; alargar o perímetro da supervisão financeira a novas entidades e operações, potenciadoras de risco sistémico, como sejam os *hedge funds* e os veículos de investimento alternativos na área do *private equity*, fundos de infra-estruturas, etc., bem como à actividade dos analistas financeiros e das agências de *rating*; e, ainda, reforçar a capacidade de cobertura de risco sistémico, no âmbito de um esquema integrado e solidário de protecção da poupança.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um Programa que assume a prioridade de relançar a economia e promover o emprego, reforçando a competitividade, valorizando as exportações e apostando na modernização do País.

Continuaremos a melhorar a Administração Pública, qualificando os seus funcionários, de modo a prestarem serviços de melhor qualidade aos cidadãos e às empresas.

Reforçaremos os mecanismos de controlo orçamental, que garantem a eficiência e a qualidade da despesa pública, o que será de crucial importância para conseguir metas de consolidação mais ambiciosas nos anos que se seguem.

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição essencial para a prossecução de uma política social mais abrangente, para continuar o processo de qualificação dos serviços públicos e para a aposta na redução das desigualdades em Portugal.

A confiança no sector financeiro português sai reforçada com uma boa gestão das finanças públicas, sai reforçada com um quadro de melhor regulação e de supervisão mais eficaz e eficiente do sector financeiro. É assim que podemos assegurar o crédito às nossas empresas, atrair capital para o reforço da sua robustez financeira e financiar, assim, a actividade económica num crescimento mais forte, gerador de emprego e de mais bem-estar para os portugueses e portuguesas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa registou a inscrição de 10 Srs. Deputados para pedirem esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças. O Governo indicará como pretende responder.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado Miguel Frasquilho, a quem dou a palavra.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, as projecções da Comissão Europeia reveladas esta semana mostram um défice de 8% em 2009 e 2010 e de 8,7% em 2011, prevendo-se que a dívida pública suba, imparavelmente, para mais de 90% do PIB até 2011.

Quando estas projecções foram conhecidas, o Sr. Ministro disse que teríamos um défice histórico para enfrentar uma crise histórica. Mas, Sr. Ministro, isso era se a acção do Governo fosse no sentido de combater a crise! A verdade é que, até Setembro, os dados da Direcção-Geral do Orçamento mostram que, do pacote anti-crise que os senhores aprovaram, só foram executados 42%, ou seja, menos de 500 milhões de euros para um total de cerca de 1200 milhões de euros.

Isto significa que, a três meses do fim de 2009, que, supostamente, é o pior ano da crise internacional, o Governo não executou sequer metade do plano anti-crise que tinha delineado.

Esta é uma situação inaceitável, Sr. Ministro, que mostra que a actuação do Governo no combate à crise é pouco mais do que residual. Porque a crise internacional até pode ser histórica, mas as ajudas prometidas pelo Governo ficaram «em casa». E estão muito, muito longe daquilo que seria desejável para ajudar a economia, para reforçar a competitividade do sector empresarial, para aumentar as exportações e defender o emprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Como a Comissão Europeia prevê, os portugueses vão continuar a empobrecer até, pelo menos, 2011, e o Governo fez muito pouco para inverter essa trajectória.

Portanto, Sr. Ministro, gostava que nos explicasse de onde vem este défice histórico! Não pode ser só da quebra da receita, porque ela não chega para levar o défice para os projectados 8% do PIB.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Claro!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Mas, se a despesa sobe, não é certamente pela ajuda que devia estar a ser concedida à economia (e que, manifestamente, não está a ser concedida), é por outros motivos.

E, Sr. Ministro, que dizer das projecções da Comissão para 2010 e 2011? Quando a crise internacional perde força — é o que acontece —, Portugal continua a empobrecer face à Europa, o défice público sobe ainda mais e a dívida pública dispara. Trata-se de um cenário que eu diria que é dantesco.

Gostava de saber se o Sr. Ministro também acha, como o Primeiro-Ministro ainda hoje referiu, que se puseram as contas públicas em ordem. De forma inacreditável, ouvimos esta manhã o Sr. Primeiro-Ministro dizer isto de novo!

Não podemos esquecer que o défice de 2008 só foi inferior a 3% porque os senhores recorreram a receitas extraordinárias. Agora, as projecções apontam para que, depois de 2009, com a crise internacional a desvanecer, o défice suba ainda mais e a dívida pública dispare para mais de 90% do PIB! E se a isto juntarmos um endividamento externo superior a 100% da riqueza nacional percebemos que a situação é absolutamente insustentável e, diria mesmo, lamentável.

Sobre esta realidade, Sr. Ministro, não ouvi sequer uma única palavra no seu discurso.

Eu diria que Portugal, infelizmente, parece o *Titanic* a afundar-se, com a orquestra, que é o Governo, continuando a tocar as mesmas músicas sem perceber para onde vamos... Triste fado para que havíamos de estar guardados, Sr. Ministro!

Era sobre tudo isto que muito gostaria de o ouvir, Sr. Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Assunção Cristas.

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Nesta minha primeira intervenção parlamentar, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia da República e os Srs. Deputados e dizer do gosto que é estar aqui.

Cumprimento ainda o Governo e, em particular, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, a quem passo a dirigir dois conjuntos de questões muito concretas.

O primeiro conjunto de questões nasce da leitura do Programa do Governo, do qual concluo as boas intenções deste Governo em matéria de relançamento da economia, de apoio às empresas e de apoio às famílias. Mas, quando procuro os meios de concretização dessas boas intenções, diria que noto, nalguns pontos, algum avanço, alguma tentativa de aproximação do que foi sendo dito pelos partidos, nomeadamente pelo CDS, mas noto também um resultado decepcionante. E é sobre isso que gostaria de pedir esclarecimentos em relação a três pontos em concreto.

Na página 11 do Programa, o Governo promete criar mecanismos de compensação fiscal entre os diversos impostos. Pergunto: que situações estão a ser pensadas? Para que impostos? Por que razão não se admite a compensação também de créditos, de impostos e de débitos à segurança social? E por que não, também, relativamente a dívidas de fornecimentos de bens e serviços ao Estado?

Segundo ponto: na página 45, o Governo assume o compromisso de reduzir os prazos de reembolso do IVA, o que registo com apreço. Mas, pergunto: sabendo que há empresas asfixiadas à espera da devolução do IVA, o Governo está ou não disposto a ir ao encontro da proposta do CDS e a assumir o objectivo de reembolso no prazo de 30 dias?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Terceiro ponto: o Governo assume, na página 44, os objectivos de «eficiência, simplicidade e equidade do sistema fiscal» e, mais adiante, realça a importância do apoio à família e à natalidade (aliás, também aqui realçadas pelo Sr. Ministro), mas a página 44 é decepcionante e revela a exiguidade das linhas da reforma do IRS neste domínio. Pergunto ao Sr. Ministro: para si, uma família sem filhos é igual a uma família com um filho, ou é igual a uma família com dois filhos, que, por seu turno, é igual a uma com três ou com mais filhos?

A medida fiscal mais eficiente e que maior impacto pode ter nos orçamentos das famílias tem um nome técnico: quociente familiar.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Essa, sim, conjugada com outras medidas, tem provas dadas na Europa de promoção efectiva da família e da natalidade.

Pergunto, pois, com particular ênfase: qual é a abertura deste Governo para dialogar seriamente sobre o apoio às famílias no domínio fiscal e passar a considerar um quociente familiar de 0,1 por filho no início da Legislatura, extensível a 0,5 no final da Legislatura?

O segundo conjunto de questões é breve, e a primeira prende-se com o seguinte: Sr. Ministro, passa agora um ano sobre a nacionalização do BPN, na altura com um custo estimado e assumido de 425 milhões de euros, que rapidamente passou a 700 milhões e, depois, entre financiamentos e avales, chegou a mais de 3000 milhões de euros.

Neste momento, pergunto: quanto é que, na verdade, custou ou ainda vai custar ao contribuinte a nacionalização do BPN?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Dir-me-á que a notícia de hoje já não é a nacionalização, é a privatização. Então, pergunto: em que termos será feita essa privatização e como pode contribuir para minimizar os danos para o contribuinte?

Para finalizar, uma questão muito rápida. Falou aqui, hoje, da dimensão das obras previstas no Programa do Governo e eu pergunto se foi estimado o impacto, o custo que essas obras terão ao nível do afrouxamento do montante disponível para o recurso ao crédito por parte das empresas.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, da parte da manhã, o Sr. Primeiro-Ministro disse, e bem, que estamos no primeiro debate de uma nova Legislatura. Mas, devo dizer-lhe, Sr. Ministro, ouvido o seu discurso e lido o Programa do Governo, o Programa, afinal, tem coisas velhas, muito, muito velhas, de facto!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Na sua intervenção, o Sr. Ministro relançou o tema da consolidação orçamental e ficámos a saber, desde agora, que a obsessão pelo controlo do défice vai regressar «a todo o vapor» ao debate político logo que o senhor tenha oportunidade!

Da nossa parte, não é tanto o quanto nem o quando que nos preocupa, mas, sim, como vai cortar e quem vai penalizar com esse corte. Era importante perceber, desde já, se aqueles que vão sofrer com esse corte orçamental que o senhor aqui pré-anuncia são os trabalhadores que já sofreram antes da chegada da chamada crise internacional, que continuaram a sofrer durante a chamada crise internacional e que, pelos vistos, o senhor quer continuar a fazer sofrer logo que tenha oportunidade.

Refiro-me aos trabalhadores, aos reformados, aos pobres deste país, mas também, Sr. Ministro, ao país, ao desenvolvimento do país, ao corte nos investimentos públicos, exactamente aquilo com que, agora, os senhores «enchem a boca» a propósito da crise internacional.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Há uma outra coisa, velha também, Sr. Ministro: o problema da equidade fiscal neste país.

Vou ler-lhe o que dizia o Programa do Governo, não o deste, o daquele de que o senhor fez parte há quatro anos: «Aproximação do regime de tributação das mais-valias mobiliárias ao praticado na generalidade dos países da OCDE». Isto era o que dizia em 2005.

Sabe o que diz agora o Programa? Diz o seguinte: «Aproximar o regime de tributação das mais-valias mobiliárias ao praticado na generalidade dos países da OCDE». Isto não é engano, é a mesma frase repetida!

Agora, diga-nos: os senhores tiveram uma maioria absoluta, por que não avançaram? Pior: porque é que, sistematicamente, votaram contra as propostas que o PCP apresentou neste Parlamento para, de facto, tributar as mais-valias conforme os países da OCDE?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP). — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E o que vão fazer agora, daqui para o futuro? Vão continuar a dizer uma coisa, nos dois Programas que acabei de referir, e outra coisa aqui, nesta Casa, quando se tratar de votar as propostas nas quais vamos voltar a insistir, certamente?

Ainda sobre a equidade fiscal, pergunto, Sr. Ministro: vai continuar a tributar uma mercearia, um quiosque de jornais ou uma microempresa a 25% de IRC e a banca a 14%, 15% ou 16%, ou vai aceitar, finalmente, as nossas propostas nesta matéria? E não venha dizer, Sr. Ministro, como é habitual, que isto não é verdade, porque toda a gente diz que é verdade, excepto uma pessoa: o Ministro das Finanças, Prof. Teixeira dos Santos! Até os administradores de bancos reconhecem que o que nós dizemos é verdade.

Sr. Ministro, para terminar, vou à agenda escondida deste Programa do Governo — e, se quiser, à agenda escondida do Governo. Qual é, afinal, o programa de privatizações deste Governo? Já nem falo do BPN, falo do que está sobre a mesa! A TAP vai ser privatizada, conforme diz o Presidente da TAP, ou não? E a ANA, vai ou não ser privatizada? O Governo vai fazer a vontade ao Deputado Alberto Martins, agora transformado em Ministro da Justiça e defensor, durante a campanha eleitoral, repetidamente, de que a ANA não ia ser privatizada?

É importante que percebamos qual é o programa concreto do Governo nesta matéria! É que nós não acreditamos que não haja lugar a privatizações, conforme diz o Programa do Governo. Portanto, queremos que o senhor, o Governo esclareça o País, desde já, sobre o que vai acontecer ao programa de privatizações do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, pela intervenção e pelas considerações que fez, parece ignorar de forma propositada uma diferença importante sob o ponto de vista económico, que é a diferença entre execução física e execução financeira. Ora, o Sr. Deputado sabe muito bem que o ritmo a que projectos, obras, podem ser efectuados não é, necessariamente, o ritmo a que a execução financeira e os pagamentos são feitos às entidades envolvidas.

O Sr. Deputado, ao querer olhar exclusivamente para uma óptica meramente de caixa, de pagamentos efectivamente efectuados, ignora os compromissos que foram assumidos em termos de obra, de projecto e de obra que já está em curso. Portanto, há uma falácia na forma como apresenta a sua argumentação, mas o Sr. Deputado não quer saber disso, porque quer insistir numa tese que cai pela base, que é a de querer dar a entender que as medidas do Governo não estão a ter qualquer impacto ou efeito na economia.

Quanto a isso, gostaria de recordar ao Dr. Deputado que, na execução do Orçamento do Estado (e basta olhar para o boletim da execução de Setembro), por exemplo, as despesas de capital do Estado aumentaram 32,5% em comparação com o período homólogo do ano passado. Isso quer dizer alguma coisa, Sr. Deputado! Refiro-me a despesas de capital, que é onde estamos a centrar, de facto, muita da nossa atenção e do nosso esforço, tal como, obviamente, no subsídio de desemprego, que é, no fundo, um estabilizador automático, dado o agravamento das condições do mercado de trabalho que resultam da crise.

Com o seu argumento de que o Estado não está a fazer nada para combater a crise, o Sr. Deputado não consegue explicar, pelo menos, três pontos que me parecem importantes: primeiro, por que é que Portugal foi

dos primeiros países a sair da recessão técnica no contexto europeu; segundo, por que é que Portugal, em 2009, vai cair menos do que o esperado e menos do que os outros países no seio da União Europeia; e, terceiro, por que é que o desemprego em Portugal está estabilizado (e perspectiva-se estabilizado nos próximos anos) quando vai aumentar em toda a Europa, de acordo com as previsões.

Não sei se isto é o resultado da inacção do Governo!? Não, não me parece. Creio que há medidas que foram tomadas, medidas que estão a resultar e a ajudar as empresas e a economia.

Durante o período em que fui Ministro da Economia, contactei com muitos empresários, com muitas empresas e pude, de facto, testemunhar a forma bem visível como eles sentem e se apercebem dos apoios que o Governo tem vindo a proporcionar às empresas, nomeadamente no domínio do financiamento.

Sr.^a Deputada Assunção Cristas, colocou a questão da compensação fiscal. Apresentaremos medidas concretas, com a densificação necessária do ponto de vista técnico, sobre a forma como essa compensação será feita, mas devo desde já esclarecer a Sr.^a Deputada que falamos exclusivamente de créditos e débitos fiscais, não de outros que envolvam outras entidades que não o fisco,...

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Porquê?!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — E a segurança social?!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... até por imperativo da lei, inclusive por imperativo constitucional, quanto à indisponibilidade da receita fiscal que a Administração tem que respeitar.

No que se refere aos prazos de reembolso do IVA, respondo-lhe o seguinte: sim, temos o compromisso de reduzir de reduzir os prazos de reembolso. Este ano fizemos um grande esforço no sentido de reembolsar bem cedo quer o IVA quer o IRS e temos um compromisso, que já aqui foi anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro ainda no anterior governo, de reduzir o prazo de reembolso do IVA para 20 dias, no regime mensal, e para 60 dias, no regime trimestral.

Quanto à questão suscitada sobre o apoio à família, gostaria de lembrar à Sr.^a Deputada que não podemos pensar que o apoio à família se faz exclusivamente através da fiscalidade ou da dedução fiscal.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Não. Nós temos políticas de transferências e subsídios que dependem da dimensão das famílias e que são apoios às famílias mais necessitadas.

Temos, isso sim, é que ser criteriosos na forma como usamos os recursos públicos apoiando as famílias, aquelas que mais necessitam, e entendemos que o abono de família, por exemplo, e outros apoios que são dados às famílias mais numerosas — e há aí diferenciação que foi introduzida muito recentemente — são a forma correcta de apoiarmos as famílias, aquelas que mais precisam e não, de uma forma indiscriminada, todas as famílias, mesmo as que não precisam.

Sr. Presidente, termino referindo a questão do BPN.

Em primeiro lugar, é falso que o Estado tenha injectado 3000 milhões de euros no BPN. É falso e espero ter oportunidade de explicar melhor porquê.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vai ter, com certeza!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Uma coisa é obter liquidez e empréstimos no exterior com aval, outra coisa é ser o Estado a injectar dinheiro. O Estado não injectou dinheiro. É falso que o Estado tenha injectado 3000 milhões de euros do BPN. O Estado, até este momento, não injectou 1 cêntimo, sequer, no BPN.

Protestos do CDS-PP.

Quanto ao BPN, já anunciei que vamos privatizá-lo e muito em breve este Governo irá aprovar o respectivo decreto de privatização e estarão esclarecidas as questões que colocou.

No que respeita à questão colocada pelo Sr. Deputado Honório Novo, gostaria de referir que o Sr. Deputado continua na mesma lógica de gastar, gastar, gastar...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É o contrário!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não. Ele falou de receita!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Não se preocupa em saber onde é que o País vai buscar os recursos para gastar em tudo o que Sr. Deputado acha que deve continuar a gastar.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Chamo a atenção do Sr. Deputado para vários pontos.

Quanto à equidade fiscal, demos avanços significativos combatendo a fraude e a evasão fiscais e chamando ao pagamento dos impostos muitos dos que se estavam a evadir;....

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Excepto a banca!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... na banca, a taxa efectiva de tributação aumentou...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Aumentou? Para quanto?!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... durante o mandato do governo anterior; e, quanto a privatizações, não tenho preconceitos ideológicos, entendo que o Estado deve privatizar sempre que a entrada de privados nas empresas traga valor acrescentado em termos do desenvolvimento do negócio, do desenvolvimento da sua estratégia, do reforço da sua estrutura de capitais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Gusmão.

O Sr. **José Gusmão** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, não irei falar sobre as intenções que estão neste Programa do Governo, esperaremos que elas se manifestem no Orçamento para as discutirmos com base em números reais e não em promessas que sabemos o que valeram no passado.

Queria falar-lhe de uma medida concreta, já aprovada, não por este Governo mas pelo anterior, em horas extraordinárias, no dia 3 de Setembro, que transpõe uma directiva comunitária sobre sistemas de pagamentos no mercado interno e introduz, pela primeira vez explicitamente, a possibilidade de taxação dos pagamentos electrónicos em Portugal.

É uma medida que, em primeiro lugar, como compreende, afecta milhões de portugueses e vem num momento em que constitui uma sobrecarga para os rendimentos das famílias, pois estamos num contexto de crise económica; em segundo lugar, abre caminho à introdução de uma taxa Multibanco, que é uma reivindicação antiga da banca em Portugal; e, em terceiro lugar, desincentiva a utilização de sistemas de pagamento electrónico, ou seja, reduz o registo automático das transacções dificultando o combate à fraude fiscal, questão que estamos convictos de que deve preocupar o Sr. Ministro das Finanças.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **José Gusmão** (BE): — Por isso, gostaria de fazer apenas uma pergunta, se o Sr. Ministro das Finanças quiser prestar atenção, na esperança de que não a evite, como fez o Sr. Primeiro-Ministro da parte da manhã. Aliás, essa pergunta tem a ver única e exclusivamente com as responsabilidades do Governo, porque a directiva comunitária que este Decreto-Lei transpõe em nada obriga o Governo a implementar a taxa.

O artigo 52.º, sobre «Encargos aplicáveis», desta directiva diz que «(...) os Estados-membros podem proibir ou limitar o direito de cobrar encargos tendo em conta a necessidade de incentivar a concorrência e de promover a utilização de instrumentos de pagamento eficazes.»

Porventura, o Sr. Ministro das Finanças considera que, em Portugal, não é preciso incentivar a concorrência ou os instrumentos de pagamento eficazes. Nós pensamos que é!

E sendo esta uma prerrogativa que a directiva comunitária deixa ao arbítrio dos Estados-membros, sabendo que a directiva não obriga à aplicação desta taxa; que vários fiscalistas já vieram dizer que não aconselham a sua aplicação; que as associações de comerciantes já vieram dizer que não querem esta taxa; que os consumidores, esses, querem tanto esta taxa como querem um furo no bolso, queríamos perguntar, muito concretamente, ao Sr. Ministro das Finanças e ao Governo se estão disponíveis para retirar deste Decreto-Lei, em sede de apreciação parlamentar que já foi requerida pelo Bloco de Esquerda, a possibilidade de introdução desta taxa, mantendo o resto do conteúdo do Decreto-Lei, ou se a intenção do Governo é impor esta medida contra tudo e contra todos abrindo caminho a uma taxa Multibanco que poderá vir a pôr todos os portugueses a pagar o dízimo à banca.

É uma pergunta concreta para a qual gostaríamos de ter resposta.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, nesta parte do debate fica já evidente que, não havendo uma maioria absoluta de suporte ao Governo, também não há uma maioria homogénea de oposição ao Governo.

Protestos do PCP.

Se da intervenção do Partido Comunista Português se percebeu a crítica ao Governo pela obsessão pelo défice e pelo combate ao défice, da parte do PSD ouve-se a crítica de que o Governo tem sido demasiado moderado e pouco exigente no controlo do défice e do equilíbrio das contas públicas. Esta é uma questão basilar, é uma condicionante fortíssima de todas as políticas que se podem pôr em prática. Portanto, no essencial, naquilo que é primário não há entendimento entre as oposições.

Mas esta divergência também deixa claro que o caminho que o Governo tem trilhado e se propõe continuar a trilhar é de atenção e de rigor na gestão das contas públicas, mas não de obsessão e de cortes cegos na despesa ou de carga nas receitas através do aumento de impostos.

A particularidade de Portugal no que diz respeito ao défice não é o facto de ter estado e de estar, hoje, com o défice acima dos 3%. Diz-se muitas vezes — e é verdade — que outros países também estiveram e estão com o défice acima dos 3%. A particularidade de Portugal é que nunca conseguimos estar francamente abaixo dos 3%, nunca conseguimos estar próximos do 0%, de 1% ou de 2%. Essa é a nossa particularidade, que decorre de uma enorme rigidez da despesa no País, porque, de facto, o Estado tem que fazer despesa. E a verdade é que houve um esforço grande, na legislatura passada, de controlo, racionalização e reorganização da despesa, porque, se a despesa diminuiu em função do PIB, a realidade é que as despesas na área social sempre foram aumentadas de acordo com o acréscimo das necessidades.

Neste momento, o défice é superior e há uma grande discussão sobre se tudo o que foi feito no passado está ou não desperdiçado neste momento, porque é um momento de viragem, um momento que apela ao dito «se andaste a poupar para dias maus, está na altura de começar a gastar». E a verdade é que se, na primeira parte da legislatura, o governo fez um esforço de saneamento das finanças públicas, na parte final, perante a situação dramática da crise e dos problemas sociais, teve que existir um aligeiramento dessa preocupação.

No entanto — e o Sr. Ministro das Finanças tem referido essa matéria e pedia-lhe que a aprofundasse —, o Sr. Ministro não se tem mostrado excessivamente preocupado, uma vez que afirma que a despesa está controlada. Ou seja, o que é mais difícil, aquilo que tem carácter mais estrutural e politicamente é também mais difícil, é corrigir a despesa, continuar a não deixar que ela dispare, como tem sido feito.

Na parte das receitas — e todos sabemos as dificuldades que o País, a Europa, enfim, o mundo atravessam —, é normal que, com o arrefecimento da actividade económica, haja uma diminuição. Ora, essa recuperação só se pode fazer por três vias: pelo aumento dos impostos, via que o Governo manifestamente já disse que não vai seguir — porventura, outros partidos da oposição pensarão nessa hipótese mas não o dizem; pelo aumento da base de tributação, que é o combate à fraude e à evasão fiscais, que tem sido uma prioridade do governo anterior e é e será, manifestamente, uma prioridade deste Governo, como o Sr. Ministro já teve oportunidade de dizer; ou, então, pelo estímulo e pelo aumento da actividade económica.

Esta última via é coerente com o que o Sr. Primeiro-Ministro nos disse hoje, de manhã, relativamente à primeira prioridade para este mandato e que consta do Programa do Governo, que é criar maior dinamismo na economia, dar maior apoio às pequenas e médias empresas, dar maior apoio à qualificação dos portugueses, ao valor acrescentado, porque daí advirá maior receita para o Estado e, logo, um défice mais baixo, podendo ainda ser assumidos, porque a despesa está controlada, novos compromissos de despesa, novos instrumentos de despesa, para situações que verdadeiramente careçam desse aumento de despesa, porque há uma diminuição da mesma noutras áreas onde havia desperdício.

Sr. Ministro, é uma boa oportunidade para deixar claro que, apesar de o défice estar elevado, a despesa não está descontrolada e que a correcção feita no passado não se perdeu, apesar de os números serem hoje manifestamente diferentes.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, referiu-se, na sua intervenção, às pequenas e médias empresas, mas o meu pedido de esclarecimento é relativo às grandes empresas, mais concretamente no que respeita aos benefícios fiscais.

O Programa do Governo refere a necessidade de promover uma repartição justa da carga fiscal entre os contribuintes. É, a nosso ver, um propósito louvável, porque também pensamos que é necessário colocar o sistema fiscal a combater as desigualdades.

Segundo números do governo anterior, entre 2005 e 2008, portanto em quatro anos, o Estado, devido aos benefícios fiscais concedidos, deixou fugir um volume de receitas fiscais que deverá rondar os 14 000 milhões de euros. Deste valor, quase 10 000 milhões, ou seja, cerca de 70%, resultam de benefícios fiscais concedidos às empresas, sobretudo às grandes empresas. É uma realidade que tende a aumentar, conforme sugerem os números da previsão para este ano.

Parece-nos, pois, no mínimo sensato que exista uma redução de uma parte dos elevados benefícios fiscais atribuídos às grandes empresas, muitos deles, aliás, sem qualquer justificação económica.

Por essa via, aumentar-se-iam as receitas fiscais, o que possibilitaria reduzir a pesada carga fiscal que recai sobre a generalidade dos contribuintes, promovendo-se assim uma maior e desejável justiça fiscal.

Sr. Ministro, gostava que nos dissesse se o Governo pondera rever os benefícios fiscais conferidos às grandes empresas no sentido de introduzir maior justiça (já para não dizer moralidade) no nosso sistema fiscal ou se as grandes empresas vão continuar a ser destinatárias destes benefícios nos moldes actuais, apesar de muitas delas continuarem a somar fabulosos lucros, mesmo em tempos de crise.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Deputado José Gusmão, quanto à questão que suscitou relativa à directiva sobre os sistemas de pagamento no âmbito europeu, nós, através do Decreto-Lei n.º 317/2009, procedemos à transposição dessa directiva para a ordem jurídica interna e, nos termos desse decreto, fica reservada, através de dispositivo legal subsequente, a possibilidade de podermos regulamentar a opção que a directiva define de cobrança ou não de taxas no uso dos meios de pagamento em causa.

Gostaria de dizer de forma muito clara ao Sr. Deputado que, quanto a esta matéria, não mudei de opinião em relação ao que sempre defendi, em particular no que se refere ao Multibanco. Ao longo de vários anos, temos vindo a assistir por parte do sector bancário a tentativas de introduzir uma taxa pelo uso do cartão Multibanco. Felizmente, o facto de termos um banco influente no nosso sistema financeiro do qual o Estado é accionista tem-nos permitido manter, nesta matéria, uma linha muito importante de defesa de uma política de não cobrança de taxas no uso do Multibanco. Iremos prosseguir com esta orientação e usar a faculdade que a lei nos dá para que se torne bem claro que não serão cobradas taxas com o uso do Multibanco.

No que se refere à questão do défice e da despesa, suscitada pelo Sr. Deputado Afonso Candal, gostaria de referir que é com muito espanto que ouço vários partidos da oposição reclamarem e apontarem para o défice elevado que se registará na nossa economia em 2009 (e tudo leva a crer que o nível será também elevado no ano de 2010), ignorando a situação de crise que tem afectado o mundo inteiro, que tem afectado a Europa e que tem afectado o nosso País.

Recordo que a vizinha Espanha e a Irlanda, países que foram sempre apontados como grande exemplo e um modelo a imitar para a economia portuguesa, tinham excedentes significativos a nível orçamental e, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, a Irlanda terá um défice de 12,5% do PIB e a Espanha acima dos 11% do PIB. Posso dar ainda o exemplo da Grécia que será de 12,7%, do Reino Unido que será de 12,1% e dos Estados Unidos que será de 11,3%. Trata-se de países que sempre tiveram um historial de finanças públicas em ordem — o que, há que recordar, não é infelizmente o caso português! — e que até tiveram excedentes orçamentais.

A nível europeu, Sr. Deputado, e olhando para a média dos défices na Europa e, em particular, na zona euro, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, entre 2007 (antes da crise) e 2009, os défices agravam-se cerca de 6,1 pontos percentuais na Europa e de 5,8 pontos percentuais na zona euro. Em Portugal, o agravamento do défice fica abaixo deste agravamento médio a nível europeu e o agravamento da dívida alinha com o agravamento médio no contexto europeu.

Portanto, Portugal, ao enfrentar esta crise sem precedentes, tem de levar a cabo um esforço financeiro muito similar ao que está a ser feito em todo o mundo e, em particular, na Europa, não se desviando do que foi o padrão europeu, ficando no défice até um pouco abaixo.

A despesa está, de facto, sob controle. Nesta altura do ano, temos graus de execução da despesa que estão abaixo do padrão de segurança. Com efeito, o problema que temos ao nível das contas públicas tem a ver com a quebra de cobrança da receita devido às dificuldades que a economia tem vindo a sentir.

Quanto aos benefícios fiscais, Sr. Deputado José Luís Ferreira, eles são usados como uma forma de atrair investimento.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Muitos dos benefícios fiscais são concedidos a empresas de forma contratualizada para atrair investimento, para que haja instalação de equipamentos e para que haja criação de emprego. Continuaremos a usar os benefícios fiscais para que haja investimento, criação de emprego e crescimento económico em Portugal, porque não podemos querer criar emprego e que haja crescimento económico se não formos capazes de atrair investimento. E, se for preciso usar benefícios fiscais para que isso aconteça, continuaremos a fazê-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, saúdo V. Ex.^a, nesta minha primeira intervenção parlamentar.

Sr. Primeiro-Ministro, esperemos que o seu tão apregoado diálogo chegue também às relações com a Região Autónoma da Madeira.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diga isso ao Governo Regional!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Ministro das Finanças, o Programa do Governo fala na consolidação do estatuto de autogoverno da Madeira e dos Açores e do seu percurso de convergência com os índices de produtividade e rendimentos nacionais e garante que essa convergência assenta em três vectores decisivos: a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores e, a prazo, do Estatuto da Madeira; a defesa dos interesses das Regiões junto da União Europeia; e, finalmente, o apoio financeiro à Madeira e aos Açores para a cobertura dos custos de insularidade.

Ora, estes três objectivos falharam redondamente na última legislatura com o governo socialista.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — O Estatuto dos Açores ficou esvaziado depois de o Tribunal Constitucional ter chumbado as normas que permitiriam fazer avançar a autonomia e só uma nova revisão constitucional poderá terminar com a permanente querela a propósito dos poderes das regiões autónomas.

Quanto ao segundo objectivo — a defesa dos interesses regionais na União Europeia —, o resultado para a Madeira foi desastroso, já que a Região perdeu 400 milhões de euros no Quadro Comunitário de Apoio entre 2007 e 2013 por via de uma má negociação feita quer pelo Governo da República quer pelo Governo Regional que, aceitando como bom o critério do produto interno bruto, fizeram com que a Madeira saísse do grupo das regiões Objectivo 1 da União.

Seguindo o mesmo critério do PIB, que não traduz a realidade socioeconómica da Madeira porque está emolado pelos negócios da praça financeira, o Governo da República procedeu a uma revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas em 2007 que voltou a ser injusta para a Madeira.

Neste Programa do Governo, escreve-se que será feita uma avaliação desta lei. Ora, Sr. Ministro, a avaliação está feita, pois, na prática, revelou-se muito penalizadora para os madeirenses. Precisamos de uma revisão com novos critérios que reparem as injustiças cometidas em 2007. A Assembleia Legislativa da Madeira aprovou, na semana passada, uma proposta a enviar a esta Assembleia para rever a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, a qual contou com os votos a favor do Partido Socialista.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Essa é que é essa!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Ministro, vai o Governo passar da avaliação à revisão da Lei ou vai continuar a discriminar a Madeira apenas por questões políticas?

É que, Sr. Ministro, não é o Governo Regional do PSD que sai prejudicado com este contencioso, são todos os madeirenses e porto-santenses e é a própria Região que corre o sério risco de não aproveitar os fundos europeus ao seu dispor por falta de recursos financeiros.

Esta é a questão que deve ser respondida neste debate com clareza, sem mais avaliações e prorrogações.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, na sua intervenção de cerca de 15 minutos dispensou alguns, poucos, segundos naquele que devemos considerar como um dos problemas fundamentais do nosso País: o endividamento externo.

O Sr. Ministro deve saber que já este ano, em 2009, o endividamento do País vai ultrapassar 100% da riqueza criada. No entanto, a sua indiferença perante esta situação é constrangedora.

A situação é grave não só para o presente como para as futuras gerações, que irão pagar o resultado das políticas erradas dos governos socialistas e conduz, como muito bem sabe o Sr. Ministro, a uma perda da independência económica de Portugal.

O problema é conhecido de todos há muito tempo mas, recentemente, o facto de agências de *rating* terem analisado a situação e enfatizado que era necessário baixar a avaliação da dívida pública portuguesa de «estável» para «negativo» veio mais uma vez mostrar a gravidade da situação. Só o Governo permanece

indiferente a este problema. E esta indiferença é de tal modo gritante que já hoje aqui, nesta Casa, a uma questão muito directa colocada pela líder do PSD, o Sr. Primeiro-Ministro nada respondeu.

Assim, temos de saber como é que o Governo pretende inverter uma estratégia que conduz ao declínio do País, porque se for anunciar ou repetir que já foram tomadas medidas para esse efeito, nomeadamente na área energética, conclui-se que o resultado é nulo, é zero, porque infelizmente, para cada um de nós, ano após ano, o endividamento externo de Portugal só se tem vindo a agravar.

A questão é só uma, Sr. Ministro, e todos gostaríamos de a ver respondida. Quando é que o Governo desperta para a realidade que tem à sua frente? Quando é que o Governo assume uma estratégia directa de inversão deste rumo de endividamento do País que só conduz ao empobrecimento de Portugal? A pergunta é: quando, Sr. Ministro?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não gosta o Sr. Ministro de falar do plano de privatizações do Governo, mas sabe muitíssimo bem que o Programa do Governo anuncia a continuidade das privatizações dos aeroportos, sabe muito bem que vai privatizar a ANA, mesmo que não goste de falar do assunto.

Os portugueses e as portuguesas têm o direito de saber hoje que empresas públicas em sectores estratégicos este Governo vai privatizar — esta é a questão de fundo, Sr. Ministro, que merece uma resposta hoje — ou se, diversamente, nos dão garantias de que esta política de privatizações não tem continuidade.

Não é, no entanto, aceitável — e eu presumo que os senhores estejam a acertar o discurso porque é exactamente isso que se exige! — o Sr. Primeiro-Ministro de manhã sorrir à bondade da acção do Estado na esfera económica e fazer o elogio da importância da intervenção do Estado e do seu papel regulador e à tarde e nos dias seguintes abrir a porta a uma política de privatizações dos sectores públicos fundamentais, disputando o primeiro lugar no *ranking* das privatizações em sectores públicos determinantes.

É esta a questão de fundo a que o Sr. Ministro tem de dar resposta hoje.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — A segunda questão tem a ver com os conceitos abertos pelo Programa do Governo, como o anúncio de que os subsistemas de saúde serão autofinanciados.

Pergunto qual é o futuro destes subsistemas de saúde, nomeadamente, e entre outros, da ADSE e se este palavra significa que a cobertura face a estes subsistemas de saúde vai ser reduzida, Sr. Ministro, porque os trabalhadores que dependem destes direitos fundamentais não podem aguardar por respostas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, sabe o grande apreço que tenho por V. Ex.^a, que se cimentou nestes últimos quatro anos em que foi Ministro de Estado e das Finanças. Mas houve uma matéria em relação à qual V. Ex.^a sabe que a divergência é total, que é a que diz respeito à Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Neste momento, enquanto Deputado eleito na Região Autónoma da Madeira, continuo a entender que a razão está do nosso lado.

Sr. Deputado José Manuel Rodrigues, felicito-o pela sua intervenção e gostaria de fazer dois breves comentários.

Primeiro: a forma como colocou a pergunta demonstra que esta é uma questão entre governos. É uma questão entre o Governo da República, que teve a teimosia de impor uma maioria absoluta em relação a uma lei injusta para a Região Autónoma da Madeira, e o Governo Regional da Madeira. Isto ficou claro da sua intervenção.

Gostaria ainda de lembrar que, aquando da votação desta Lei, o CDS-PP se absteve. Foi o único partido nesta Assembleia, para além do Partido Socialista, que não votou contra a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E bem!

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — A questão que gostaria de colocar é muito clara e simples. O Programa do Governo diz, a certa altura, que vai garantir o cumprimento e avaliar a Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Não há dúvida de que há uma nova composição neste Parlamento. Já foi dito que, no Parlamento regional, o Partido Socialista da Madeira votou favoravelmente um projecto de resolução que já terá dado entrada nesta Assembleia sob a forma de proposta de lei de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Portanto, há uma composição diferente nesta Assembleia e há algo que é bom lembrar: o critério do PIB. Por vezes, ataca-se o Governo Regional da Madeira pelo facto de o PIB ser o que é, mas houve muita gente que entendeu... Aliás, o próprio Presidente do grupo de trabalho da anterior lei de finanças das regiões autónomas defendeu que o PIB estava empolado em relação à Região Autónoma da Madeira por força da zona franca. Portanto, um governo de boa-fé, nas relações com a Região Autónoma da Madeira, não devia ter utilizado o critério do PIB como utilizou para essa lei de finanças das regiões autónomas e devia ter reduzido ou aplicado as respectivas deduções.

É muito simples a questão que deixo. Entrámos agora numa nova Legislatura. No que diz respeito ao que consta do Programa do Governo quanto à avaliação da lei de finanças regionais, o Governo e o Partido Socialista de boa-fé, vão «dar o dito pelo não dito» em relação à lei aprovada por imposição de uma maioria absoluta e de poder absoluto contra a Madeira e contra o Governo Regional da Madeira? Aceitam ou não inverter a injustiça que foi feita em relação à Região Autónoma da Madeira?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que os Srs. Deputado José Manuel Rodrigues e Hugo Velosa não me levem a mal, mas aproveito para responder a ambos, dado que suscitaram a mesma questão relativa à lei das finanças regionais.

Gostaria de começar por dizer que entendo que a lei das finanças regionais é uma lei justa,...

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — É justa para os Açores, não é justa para a Madeira!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... é uma lei equilibrada. Em termos da sua aplicação, avalio-a como uma lei que tem vindo a dar resultados positivos no domínio do relacionamento financeiro entre a República e as regiões autónomas.

É uma lei que não traduz uma injustiça para com ninguém. É uma lei justa para muitas regiões deste País que, tal como a Madeira e, principalmente, os Açores, são regiões isoladas e com muito fraco desenvolvimento económico.

Portanto, a solidariedade nacional tem de ser encarada a todos os níveis e não estritamente no relacionamento da República com as regiões autónomas.

Gostaria também de recordar os Srs. Deputados que, quando a anterior lei das finanças regionais foi aprovada, há pouco mais de 10 anos, no âmbito de um acordo feito com as regiões autónomas, em particular a Madeira, participei no trabalho preparatório como secretário de Estado da lei das finanças regionais, tendo havido um compromisso político assumido entre a República e as Regiões, em particular a Região Autónoma da Madeira. Assumimos a dívida pública da Madeira para começarmos um novo relacionamento com o compromisso de, a partir daí, haver rigor e disciplina financeira na Madeira. Isso não aconteceu. Assumimos a dívida da Madeira há mais de uma década, a Madeira continuou a aumentar o seu endividamento de uma

forma desregrada ao longo desta década e corremos o risco de, novamente, terem de ser os contribuintes do Continente a suportar e a assumir a dívida que entretanto continua a existir na Madeira.

Ora, criamos um sistema de apoio às regiões que tenha em conta o seu nível de desenvolvimento e o único critério fidedigno que conheço para medir o nível de desenvolvimento é o do PIB.

Sr. Deputado, não vale a pena vir dizer que a Madeira está a ser prejudicada por causa da zona franca da Madeira, porque isso empola o valor do PIB. Então, Sr. Deputado, proponho o seguinte: acabem com a zona franca da Madeira e, então, vamos dar verdade ao PIB da Madeira. Não sei se querem fazer isso, Sr. Deputado?!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Não é essa a questão!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Não me parece que seja esse o interesse do Governo Regional da Madeira, que pretende renovar o Estatuto dessa Região Autónoma.

Sr. Deputado Duarte Pacheco, há uma diferença muito grande entre o ponto de vista do Governo e o do PSD quanto à questão da economia, do crescimento económico, da competitividade e do investimento. Os Srs. Deputados do PSD, ou o PSD em geral, tal como o Governo — tenho de reconhecê-lo —, concordam que o País precisa de reforçar a sua capacidade exportadora, que o País precisa de reforçar a sua competitividade para poder ganhar mercados externos. Mas, Sr. Deputado, isso não se consegue sem que haja investimento modernizador, investimento que crie factores de competitividade à económica portuguesa.

Os Srs. Deputados fazem-me lembrar a história em que alguém diz: «Se estás com necessidades, o melhor é dedicares-te à pesca», o indivíduo diz: «Bem, mas vou ter de comprar uma cana de pesca» e os senhores dizem: «Não, porque te vais endividar e não podes comprar».

Sr. Deputado, sem cana de pesca não há peixe. Em boa verdade, é preciso ter uma cana de pesca para termos peixe para comer e peixe para pagar a cana de pesca, que entretanto tivemos de comprar.

É esta a nossa perspectiva, Sr. Deputado. Não ganhamos competitividade sem modernizar o País! Não ganhamos competitividade sem nos aproximarmos do centro dos mercados internacionais! Não ganhamos produtividade sem valorizarmos os recursos humanos, a ciência, a tecnologia, a inovação! E isso exige investimento. Sr. Deputado. É essa a grande diferença que existe entre nós.

Os Srs. Deputados estão preocupados com as gerações futuras. Eu também estou, Sr. Deputado. Mas o que entendo é que se não comprarmos a cana de pesca agora,...

O Sr. **Presidente:** — Queira concluir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — ... não há peixe para ninguém, nem há gerações futuras que possam algum dia beneficiar do que estamos hoje a fazer. Esse é, de facto, o caminho do empobrecimento, do nada fazer e de não enfrentar com realismo e coragem os desafios do mundo de hoje.

Protestos do BE.

Sr.^a Deputada Cecília Honório, finalmente, conforme disse, não temos preconceitos quanto às privatizações. Privatizaremos sempre que isso se traduza numa melhoria, num contributo positivo para o País, em empresas mais dinâmicas, com maior capacidade de estar nos mercados, produzindo melhor e com melhor qualidade. E a privatização da ANA não é um preconceito. A entrada de privados na ANA será necessária para viabilizar o novo aeroporto de Lisboa. Mas o Estado, ao dizer que privatiza, não quer dizer que entrega a ANA a privados. Trata-se de uma participação privada, não perdendo o Estado a maioria do capital na empresa. Mas será necessária uma participação e o envolvimento de privados no projecto do novo aeroporto, que também passa pelo seu envolvimento na ANA.

Vi a Sr.^a Deputada Cecília Honório muito preocupada com as privatizações, mas não falou nas propostas de nacionalização do Bloco de Esquerda, que quer nacionalizar tudo: a EDP, bancos, a Galp, etc. Esqueceram-se disso...!

Protestos do BE.

Creio que será bem mais nefasto para o progresso da economia portuguesa a obsessão de nacionalizar que demonstraram no passado do que esta política de privatizações, que é uma política de valorização de recursos nacionais e de colocação desses recursos ao serviço do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — O Sr. Ministro das Finanças referiu-se ao pagamento da dívida da Região pelo governo socialista da altura. Não é essa a verdade histórica. A verdade histórica é que o governo anterior a esse governo do Eng.º Guterres tinha assumido o compromisso de afectar à Região a parte que lhe cabia nas receitas das privatizações e foi isso que foi feito.

Em relação à questão do PIB, gostaria que a Mesa solicitasse ao Sr. Ministro das Finanças as actas do grupo de trabalho em que o Sr. Presidente do grupo de trabalho que trabalhou na nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas propôs que se deduzisse a parcela proveniente da zona franca para que a Região não fosse prejudicada e o Sr. Ministro e o seu Governo fizeram «letra morta» dessa proposta.

Portanto, se está com preocupações de verdade e de tratar a Região com justiça, tinha seguido essa proposta do Presidente do grupo de trabalho. Era muito simples porque o Instituto Nacional de Estatística tem esses números e tinha-se evitado esta situação gravosa para a Região.

Não é preciso extinguir a zona franca. É seguir essa proposta do Presidente do grupo de trabalho, pelo que peço ao Sr. Presidente que sejam enviadas à Assembleia as actas do grupo de trabalho para se comprovar esta verdade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, ainda relativamente a esta questão da assunção da dívida da Região Autónoma da Madeira, gostaria de ser muito claro quanto ao que há pouco afirmei, para que não haja dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — A interpelação é sobre a condução dos trabalhos, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Gostaria de dizer a esta Assembleia que estive na reunião com o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, com a Sr.ª Secretária de Estado do Orçamento, com o Sr. Ministro das Finanças e com o Sr. Primeiro-Ministro da altura em que esta matéria foi decidida. Não sei onde estava o Sr. Deputado Guilherme Silva, mas eu estive nessa reunião!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Regresso ao tema da corrupção, e faço-o por três razões: a primeira tem a ver com o facto de este fenómeno se ter generalizado na sociedade portuguesa; a segunda tem a ver com o facto de nós, Deputados, termos especiais responsabilidades no combate ao fenómeno da corrupção; e a terceira relaciona-se com o facto de todas as propostas por nós apresentadas para o combate à corrupção na anterior Legislatura terem sido chumbadas pelo PS – aliás, o PS também chumbou as propostas apresentadas pelos outros partidos da oposição, bem como as propostas apresentadas por um seu Deputado, o Eng.^o João Cravinho, que eram propostas importantes para este combate e que o seu grupo parlamentar chumbou. Estas são as três razões.

E não voltamos a este tema porque andamos a reboque dos acontecimentos, porque na Legislatura anterior – já aqui o referi – apresentámos propostas concretas para este combate. Por isso, não estamos a reboque de qualquer acontecimento, estamos, sim, novamente, a focar o tema da corrupção.

Todavia, não queremos leis para a corrupção para amanhã ou para hoje, porque achamos que este fenómeno transversal à sociedade portuguesa é tão grave e assumiu proporções tão graves que exige o mais largo consenso possível, o que quer dizer que o PSD vai insistir nas suas propostas aberto e disposto a falar e a chegar a um consenso, aguardando por parte dos outros partidos, designadamente do PS, a mesma atitude.

Relativamente ao Programa do Governo e no que respeita à justiça, não podemos estar mais de acordo com os princípios, ou seja, quando existe má justiça, existe fraco e mau desenvolvimento; quando existe boa justiça, existe aumento da confiança, aumento do investimento e, por isso, aumento do desenvolvimento económico.

Porém, este Programa falha em dois pontos essenciais: primeiro, na apresentação de propostas concretas, que não as tem a não ser a do combate aos paraísos fiscais, quando todos nós sabemos que essa é uma luta transnacional e não se resume nem está nas mãos de um governo; segundo, aborda o problema da independência dos tribunais com um sinal de grande preocupação para o Estado de direito.

Passo a ler duas passagens do Programa do Governo, onde se diz, a folhas 103, o seguinte: «As sentenças, sem prejuízo da necessária fundamentação, devem ser de dimensão razoável».

Ora, é inadmissível esta intromissão naquele que é o ponto fulcral da essência da função jurisdicional de quem aplica a justiça. Esse é um sinal de intromissão do Governo nas soluções jurisdicionais.

Leio uma segunda passagem: «O Governo promoverá novas políticas para melhorar a qualidade do serviço público de justiça, pugnando por uma justiça que seja vista pelos cidadãos mais como um serviço do que como um poder.» Isto é beliscar a natureza do poder judicial. O poder judicial necessita, «como de pão para a boca», de autoridade e transformar, como se pretende, aquilo que é poder num serviço é beliscar a natureza da judicatura, é beliscar a natureza das funções jurisdicionais.

E aqui temos o ponto essencial: o Sr. Primeiro-Ministro tem de ter consciência que, enfraquecendo o funcionamento dos tribunais, enfraquece o combate à corrupção. Nós precisamos de saber, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a ideia, o que pretende, se quer ou não combater este fenómeno tão grave na sociedade portuguesa.

Aplausos do PSD.

E mais: precisamos de medidas concretas para a área da justiça, precisamos de medidas que tenham a ver com a eficácia das decisões. E no âmbito das medidas para a eficácia das decisões podemos avançar com algumas, designadamente na área social e na área económica que respeitam aos tribunais.

Na primeira área, por que é que o seu Governo não avança no seu Programa com a medida de especialização dos magistrados na área dos tribunais de família e de menores, que, como temos assistido, bem necessita de especialização por parte de quem intervém nesta área? No Programa do Governo não há nenhuma medida a este respeito.

Na área económica, por que é que o Governo, no seu Programa, não apresentou uma medida de especialização dos magistrados, dos procuradores e dos funcionários para que os tribunais de comércio funcionem com outra eficácia?

E, falando de celeridade nos tribunais, é fundamental atacar a montante este problema. A montante, este problema deve ser resolvido com medidas simples – a justiça precisa de medidas simples, tem sido objecto de

medidas complexas, em demasiado número, que nada têm resolvido. Por exemplo, por que é que não se articula devidamente a colocação de juízes, de procuradores e de funcionários nos tribunais, de maneira a que não aconteça aquilo que todos conhecemos: onde há juízes, por vezes, não há procuradores, onde há juízes e procuradores, por vezes, não há funcionários judiciais. E o que é que acontece aos processos? Param no gabinete do juiz, no gabinete procurador ou na secção dos funcionários judiciais.

Estas são medidas simples, são medidas que o Governo não avançou a não ser em termos gerais, demasiado gerais, para nós percebermos o que o Governo quer fazer com os tribunais.

Relativamente às medidas concretas na área do combate à corrupção, sistematicamente, o PS, chumbou as iniciativas do PSD, e insisto neste ponto, sobre a criminalização do enriquecimento ilícito. Apresentámos estas propostas duas vezes! Sei que são propostas controversas em termos jurídicos, sei que o Sr. Primeiro-Ministro tem como cassete – e desculpe-me a expressão – a inversão do ónus da prova, mas a iniciativa legislativa que apresentámos respeitou a não inversão do ónus da prova. Todavia, os Srs. Deputados do PS e os Srs. Membros do Governo não quiseram ler, não quiseram estudar, ou seja, mais uma vez, não demonstraram vontade de combater a corrupção.

Aplausos do PSD.

E há mais medidas, como a de apreensão de bens aos autores de crimes de corrupção, que foi chumbada quando ela é fundamental para quem pratica estes crimes, porque vamos atacar o coração dos seus interesses, que é o dinheiro e os bens patrimoniais adquiridos de forma ilícita.

Quanto a uma outra medida, o fim da distinção entre corrupção por acto ilícito e corrupção por acto lícito, é tempo de acabar com esta distinção.

E por que não discutirmos, igualmente, a moldura penal relativamente a alguns crimes de natureza económica, designadamente o suborno, cuja pena máxima a aplicar é de 2 anos? Esta é uma chaga de toda a sociedade portuguesa, da Administração Pública, da administração local, e não pode ser aplicada a medida de coacção de prisão preventiva porque a pena é manifestamente insuficiente.

Aqui ficam estes dados para reflectirmos e o PSD avançará, de novo, com todas estas iniciativas.

Finalmente, queria só dizer que, a avançar-se com este Programa, quero crer que este Governo conseguirá o seu objectivo, o de substituir o órgão judicial pelo serviço judicial.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Fernando Negrão acabou de fazer uma intervenção, devo dizer, um pouco inflamada sobre um tema que nem sequer é novidade nem tratava de nada que não conhecêssemos.

Mas a primeira questão que gostava de lhe colocar é talvez uma questão de personalidade e é a seguinte: o Sr. Deputado mudou de opinião? É que das últimas vezes que, em sede de Comissão, tratámos desse tema o Sr. Deputado era contra o enriquecimento ilícito. Achava que havia inversão do ónus da prova e isso, como ex-magistrado, ficou-lhe bem, porque, na altura, tínhamos um pacto para a justiça. Mas já estamos habituados a que o PSD rasgue todos os seus compromissos e de um momento para o outro, de líder em líder de oposição, vai colocando questões que antes eram do passado e que quer rever como se fossem novas questões.

Sr. Deputado, isso não lhe fica bem, peço desculpa por o afirmar. E também não lhe fica bem, nem para si nem para o bom nome desta Casa, que o senhor diga que não fizemos nada na última Legislatura. O Sr. Primeiro-Ministro já recordou, e bem, os diplomas que aprovámos nesta Casa, quer os da vossa iniciativa, quer os da nossa iniciativa, quer os da iniciativa do Eng.^a João Cravinho.

De facto, aprovámos diplomas sobre a responsabilidade das pessoas colectivas no Código Penal; aprovámos a responsabilidade penal da corrupção no desporto; aprovámos as novas regras de transparência na Lei Geral Tributária e algumas referentes a *offshore*, como todos nos lembramos; aprovámos um novo

regime penal da corrupção no comércio internacional; ratificou-se a Convenção contra a Corrupção; criou-se o Conselho de Prevenção da Corrupção.

Então, meus senhores, e para não ser exaustivo, porque o tempo não me permite e terei oportunidade de fazer uma intervenção sobre este tema, isso não foi nada para o Sr. Deputado? Andámos a brincar às leis e o senhor foi conivente com essa aprovação, ou trabalhámos e quisemos debelar esse flagelo que afecta o País e perante o qual todos temos de nos unir, não com populismos nem com demagogias?

Isto serve a conjuntura mas vai, a final, voltar-se contra si, Sr. Deputado. Tenha bem nota disso!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que não me senti ameaçado por essa sua última frase, porque tenho a certeza que não se virará contra mim.

Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, o seguinte: a inflamação da minha intervenção tem a ver com a indignação que sinto pela generalização da corrupção em Portugal.

Aplausos do PSD.

E mais, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues: a inflamação da minha intervenção tem a ver com a indignação face à passividade do Governo e do PS relativamente a este fenómeno.

Aplausos do PSD.

Passividade, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues!

Os portugueses não perdoarão a esta Casa e aos Deputados que a constituem que continuem nesta atitude de passividade e, principalmente, não perdoarão ao PS o chumbo sistemático das iniciativas legislativas importantes para o combate à criminalidade.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, inicialmente, eu era contra...

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Ah!...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — ... a criminalização do enriquecimento ilícito, mas dediquei-me a estudar o assunto, dediquei-me, eu e outras pessoas, a resolver o problema e a encarar uma solução e achámos que encontrámos essa solução, tendo-a apresentado aqui a Plenário para discussão por duas vezes, e por duas vezes o PS, isolado, votou contra a iniciativa.

Por último quero dizer-lhe, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, que aprovámos, efectivamente, algumas iniciativas na área da corrupção, mas foram todas elas laterais e nenhuma dizia respeito ao coração do problema. Essas, os senhores chumbaram-nas todas!

É esta a razão da minha indignação e da minha inflamação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Para defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — E digo-lhe, Sr. Presidente, se me permite, qual é o fundamento.

Sr. Presidente, aquilo que o Sr. Deputado Fernando Negrão acabou de fazer foi confundir e querer envolver o PS e esta bancada com a corrupção. Ora, isso é inadmissível para nós e, por isso, se V. Ex.^a o permitir, tenho de defender a honra da bancada.

O Sr. **Presidente**: — Já lhe tinha dado a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, não tinha percebido.

Sr. Deputado Fernando Negrão, não lhe admitido isso, nem esta bancada lhe admite: em primeiro lugar, as expressões que utilizou de passividade que temos quanto a legislação anti-corrupção não lhe ficam bem e, em segundo lugar, são caluniosas e exigem esta defesa da honra.

Na verdade, o Sr. Deputado confunde o que são princípios com o tacticismo. Aquilo que lhe dissemos, desde o princípio, foi que somos a favor de um Estado de direito democrático, somos contra a inversão do ónus da prova e somos a favor da presunção da inocência até condenação pelos tribunais.

Sabe, Sr. Deputado, nos Estados de direito e nos Estados livres quem pune são os tribunais e não a comunicação social e aquilo que o Sr. Deputado quer é que toda a gente passe a ser condenada por via da comunicação social. Não iremos por aí, porque continuaremos a defender o Estado de direito. E, Sr. Deputado, estamos bem acompanhados.

Se o Sr. Deputado consultar a jurisprudência mais recente de tribunais superiores e constitucionais internacionais, como, por exemplo, uma recente decisão do Tribunal Constitucional Italiano, verificará que eles também consideram que há uma violação do direito da igualdade e do princípio da igualdade na criminalização daquilo que o senhor pretende em Portugal.

Nós defendemos princípios e não admitimos, nem a si, Sr. Deputado, nem a ninguém, que ponha em causa aquilo que é o bom nome do Partido Socialista e dos seus membros.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, limitei-me a expressar uma opinião política, legítima e séria. Mas se, para defender a verdade e aquilo em que acredito profundamente, eu tiver, eventualmente – o que não aconteceu –, de ofender a honra de alguém, não hesitarei em fazê-lo.

Para terminar, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, quero dizer que reitero a afirmação da vossa passividade. Só não foram passivos numa coisa: em chumbar as iniciativas da oposição para combater a corrupção.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No dia 27 de Setembro, o senhor venceu as eleições, não com o meu voto, como compreenderá, mas com o voto de uma maioria relativa de portugueses, que eu respeito.

A primeira utilidade deste debate é convidá-lo a fazer o que até hoje V. Ex.^a evitou fazer: esclarecer o País sobre a sua interpretação de um resultado eleitoral que lhe deu mandato para governar mas que lhe retirou a maioria absoluta dos Deputados, porque, como creio que já terá reparado, o político é o mesmo mas as circunstâncias mudaram. V. Ex.^a é Primeiro-Ministro mas o povo estabeleceu limites ao seu modo de governar.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Isso é que era bom!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Ora, com a presciente excepção do novo Ministro da Defesa Nacional, que, num assomo de modéstia, reconheceu que perder a maioria absoluta implicava renunciar a alguns aspectos do Programa do Partido Socialista, o Primeiro-Ministro, até hoje, ainda hoje, recusou tirar as consequências dessa prosaica evidência dos factos.

Tenho ouvido os seus discursos com atenção e oiço-o aplicar ao seu mandato verbos como «manter», «continuar», «insistir» e «prosseguir», mas não lhe ouvi, até hoje, empregar — nem no plural majestático — os verbos, que também são necessários, «corrigir», «rectificar», «alterar» ou «mudar».

Aplausos do CDS-PP.

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro, certamente, não ignora que, no dia 27 de Setembro, o PS ficou em primeiro — tem, por isso, legitimidade para governar —, mas perdeu 517 000 votos, 24 Deputados, 8,5% dos sufrágios, portanto, perdeu a maioria absoluta, o que significa que não poderá, nos próximos quatro anos, usurpar o poder legislativo, que é essencialmente do Parlamento, nem prejudicar a função fiscalizadora, que é desta Câmara.

V. Ex.^a governará desde que saiba para onde vai, negoceie com sinceridade, procure compromissos e aceite ceder quando é necessário. O que não pode V. Ex.^a é pretender que tudo fique como dantes.

É certo que a história regista o caso de um governo que começou com maioria relativa e, por mérito próprio e demérito alheio, obteve, depois, a maioria absoluta, mas o seu caso é exactamente o oposto: o senhor já teve a maioria absoluta e perdeu-a, tem agora apenas a maioria relativa. E se não souber colocar em primeiro lugar o interesse nacional, uma cultura de negociação, uma atitude de compromisso, procurando mais o que une do que aquilo que divide, V. Ex.^a mostrará pouco respeito pelos sinais do povo, escassa preocupação pela situação difícilima de Portugal e perder-se-á.

Aplausos do CDS-PP.

O CDS foi o primeiro partido a esclarecer que este debate não devia ser palco para radicalismos. Por isso, recomendámos que não se lembrasse o Governo de suscitar uma moção de confiança, não fosse V. Ex.^a querer forçar o Parlamento a dar-lhe exactamente o que o povo lhe retirou. De caminho, acrescentámos que não teríamos disposição para iniciativas de rejeição. Basta ter presente que os portugueses votaram há pouco mais de um mês, fizeram as suas escolhas, dispensam crises, para além da crise que já sofrem todos os dias, desejam, politicamente, sossego e, sobretudo, exigem soluções. Bastava isso ou ler a Constituição e o que ela diz, vedando a dissolução após eleições, para perceber que o CDS teve a posição responsável sobre este debate.

Se recordo esse facto é para me dirigir ao Primeiro-Ministro e reclamar que cumpra a sua parte no que ao sentido de responsabilidade diz respeito.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sendo directo: V. Ex.^a ainda não definiu o seu rumo. Os sinais que deu, até aqui, merecem, por isso, um curto mas sério reparo.

O primeiro sinal foi o de uma encenação, carente da mais remota autenticidade.

Decidiu V. Ex.^a fazer de conta que sondava para uma coligação o PSD, matinalmente, o CDS, por altura da sesta, o Bloco, já à tardinha, e o PCP, pela hora do jantar. A sua intenção era que os portugueses o julgassem, por momentos, surpreendidos, um político cordato, generoso e atencioso. Tem V. Ex.^a uma parca ideia sobre a intuição dos portugueses: é que quem convida toda a gente para uma coligação não convida, verdadeiramente, ninguém; quem convida todos para uma coligação, não está a pensar em nenhuma; e quem é tão indeciso nos convites, manifestamente, ainda não decidiu para onde vai.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Ocorre-me até perguntar o que teria sucedido se, por acaso, o PSD e o PCP tivessem dito que sim. O que faria? Uma coligação entre Sócrates, Manuela e Jerónimo? Com que misteriosas políticas em comum? E o que sucederia caso o CDS ou o BE tivessem tido a peregrina ideia de o surpreender afirmativamente? Quem excluiria V. Ex.^a? E porque razão? Em nome de que valores? Por causa de que políticas? Bem se vê, Sr. Primeiro-Ministro, que essa encenação não foi mais do que política virtual. Ora, os problemas de Portugal são reais.

Quem sou eu para o aconselhar, Sr. Primeiro-Ministro? Mas pedir, posso pedir: seja realista, faça o que é possível, não fantasie!

Aplausos do CDS-PP.

O segundo sinal não foi melhor augúrio. Empreendeu o Governo na ideia de que o Programa aqui apresentado havia de ser a cópia exacta do Programa Eleitoral do PS. A sua opção volta a ser a da aparência e não a da realidade. O senhor pretendia, e até obteve, um apoio pueril da opinião publicada: mas, então, não haviam de coincidir os Programas?! Sucede que o senhor sabe, nós sabemos e todos os Portugueses sabem que o seu programa eleitoral foi pensado para a maioria absoluta que o PS queria – queria! – mas não teve. E se não teve, algo mudou. Em vez de assumir isso e definir para onde quer ir e com quem, adaptar-se aos factos e pensar na melhor forma de servir o País, o Programa aqui apresentado é como as estátuas de sal: prossegue a ilusão de um poder absoluto que simplesmente já não existe. Convença-se disso, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

A tal ponto assim é que este Programa vem imune aos próprios factos objectivos que aconteceram depois de 27 de Setembro.

Por exemplo, ao facto de as entidades europeias confirmarem que o nosso défice está nos 8% e não naqueles 5,9% pelos quais o Governo jurava, como se estivesse a fazer o preço na loja dos chineses, agarrado a uma décima que tornasse o caso mais parecido com 5% do que com 6%. O Programa reflecte essa alteração? Não! Nem a obrigação de, mais semana, menos semana, terem de rever previsões conscientemente subestimadas, vos comoveu.

Outro facto que aconteceu e não vos fez meditar foi o anúncio, pela Alemanha, que é o motor económico da Europa, e pela Suécia, que assegura a presidência da União, de que a respectiva estratégia para sair da crise, apesar dos défices que também têm, sofreu uma alteração: decidiram baixar selectivamente impostos para restabelecer a confiança, devolver poder de compra, estimular o crescimento e assim gerar receita e, sobretudo, promover o emprego.

Não creio que o Primeiro-Ministro possa aplicar a esses parceiros europeus o elenco de epítetos com que costuma caricaturar as propostas fiscais do CDS, mas convença-se de que a sua obsessão em manter a carga fiscal e, na prática, aumentá-la começa a tornar-se uma autarcia ideológica no espaço europeu: ela atrasa a retoma, não responde ao desemprego e acentua, ainda mais, o nosso atraso. Esmiuçando o Programa, reparamos que é mudo e quedo também quanto aos exemplos fiscais que chegam de fora.

Outro exemplo, ainda, revelador de um Programa que não é pró-activo: o Observatório da Reforma das Leis Penais, por vós nomeado e liderado por alguém que é insuspeito de ser próximo de nós, acaba de reconhecer que, no ambiente de criminalidade que vivemos, as leis penais não podem ficar como estão.

Cada dia que passar sem consagrar o julgamento rápido do delinquente apanhado em flagrante, sem agravar o castigo dos que reincidem e sem alargar o tipo de crimes a que se aplica a prisão preventiva, é mais um dia em que os delinquentes se sentem impunes, quem devia ser julgado não o é, quem devia estar preso não está e quem não podia ser solto é solto. É o vosso próprio Observatório que o diz. Mas, ao escrever o Programa, o Governo também aqui não se impressionou, nem sequer para admitir uma nova prioridade.

Enfim, foram as próprias instâncias oficiais a reconhecer que, só em 2008, com a amostra disponível, pelo menos 15% dos beneficiários do rendimento mínimo estão a recebê-lo indevidamente, com fraudes e abusos, que, oficiosamente, se sabe – e já foi dito aqui no Parlamento por quem de direito – atingirem os 20%.

Os redactores do Programa dedicaram um segundo que fosse a cogitar no que isto significa? Não! O que isto significa é que, num País onde o salário médio está bem abaixo dos 1000 euros, o Estado, à custa do contribuinte, financia, pelo menos, 60 000 a 80 000 abusadores do rendimento mínimo, com uma despesa superior a 100 milhões de euros, que seria muito melhor aplicada nas pensões de quem não fez outra coisa na vida senão trabalhar, e muito.

Aplausos do CDS-PP.

Estes exemplos mostram que o Programa podia e devia ter sido actualizado, por razões políticas e por razões de facto, mas não foi, segue a linha de ignorar factos incómodos mas verdadeiros e, portanto, de não proceder às mudanças que esses factos obrigam.

Por fim, um terceiro, último e insólito sinal, dado, desta vez, pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares na muito sensível questão da avaliação dos docentes. Ainda a nova Ministra da Educação não tinha dito uma palavra sobre os professores nem aos professores e já o Sr. Ministro se atravessava no seu caminho – evidentemente secundarizando-a – e, em vez de sugerir um compromisso, tomar a iniciativa de procurar, nesta Câmara, os denominadores comuns, preferiu «entrar a pés juntos», revelar intransigência e, nada menos, ameaçar-nos e ameaçar o País com querelas constitucionais.

Sr. Primeiro-Ministro, responda-me a uma «perguntazinha»: se V. Ex.^a substituiu a anterior Ministra da Educação, por que foi?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Se já duas vezes teve de rever aquele modelo de avaliação, por que foi? É assim tão difícil para si reconhecer o óbvio, ou seja, que na questão dos professores não há meros erros de comunicação, há erros de política. E os erros corrigem-se.

Aplausos do CDS-PP.

Pela parte do CDS, digo-lhe que não somos sensíveis a ameaças; proponho-lhe, vivamente, pôr de lado o orgulho; convido-o a perceber que a paz nas escolas é o que todo o País quer, até porque já falta a paciência para tanta beligerância no *bunker* da 5 de Outubro.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, em conselho ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, não troque o conhecido «malhar, malhar, malhar», por um novo «ameaçar, ameaçar, ameaçar».

Aplausos do CDS-PP.

Haja bom senso e procure-se uma solução de consenso, que é possível e que é necessária.

Quando o PS perdeu a maioria absoluta, esperar-se-ia um tempo de digestão dessa evidência, mas sobretudo a rectificação de um homem de Estado. Os três sinais que aqui referi evidenciam uma espécie de «recaída», uma nostalgia daquele «quero, posso e mando» que os portugueses, simplesmente, esvaziaram. A bem de todos, Sr. Primeiro-Ministro, rectifique.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esclarecidos estes pontos, passo a enunciar algumas regras que, para nós, ajudam a construir uma legislatura boa para Portugal.

O senhor usará os argumentos que entender, mas o argumento do anterior governo, que foi panaceia para tudo, caducou. O anterior governo é o seu, as anteriores políticas são as suas. Não o queira agora substituir por uma vitimização sem motivo.

VV. Ex.^{as} andam fascinados com a expressão «coligação negativa». Bem sei que o Sr. Primeiro-Ministro, quando foi eleito líder do PS, não teve mais do que um semestre na oposição, e já conta com muitos anos de governo, enquanto Primeiro-Ministro, Ministro e secretário de Estado. Talvez esse facto explique um equívoco: é que V. Ex.^a parece achar que a oposição só é legítima quando não se opõe.

Risos do CDS-PP.

Desengane-se, Sr. Primeiro-Ministro! Em parte alguma do mundo, excepto nas autocracias, é assim!

Por outro lado, não crie fantasmas. Os quatro partidos de oposição que directamente foram a votos são muito diferentes entre si. Ninguém no seu perfeito juízo imagina um programa comum entre o PSD, o CDS, o BE e o PCP. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, se acontecer, e certamente acontecerá, que toda a oposição vote contra este ou aquele diploma do Governo, pode ter a certeza que isso sucederá quando e se V. Ex.^a fizer opções ou tiver atitudes típicas do «animal feroz», extremando ou radicalizando posições e constituindo-se, por isso, no verdadeiro factor de instabilidade,...

Aplausos do CDS-PP.

... ou quando o senhor e o seu Governo abusarem, porque contrariar o abuso não é uma questão ideológica, é uma questão democrática.

Donde, convém clarificar as águas. V. Ex.^a tem toda a legitimidade para exercer o poder executivo, mas não pretenda substituir ou paralisar o poder legislativo: a Assembleia da República é fundamental no poder legislativo.

Deixei claro, depois das eleições, que nunca fui partidário do «governo de Assembleia». Por isso também sou claro ao dizer-lhe, hoje, que não ameace a Assembleia no exercício da função legislativa. A todos os governos do mundo acontece ganhar ou perder votações. E, acontecendo perder, paciência, é a vida. Muda-se, melhora-se, tenta fazer-se melhor ou passa-se ao assunto seguinte.

Aplausos do CDS-PP.

Também é importante deixar nítido um pensamento sobre a função da fiscalização do Parlamento. Deve ser intensa e profícua.

Dou-lhe um exemplo do que não deverá voltar acontecer: é impensável que uma Comissão de Inquérito como a do BPN trabalhe dia e noite, como os Srs. Deputados trabalharam, apure factos e relações que só enobrecem a autenticidade e isenção desta Assembleia e, depois, uma maioria, só porque é absoluta, transforme as conclusões numa pálida ideia do que foi descoberto, não porque a verdade seja inatingível mas tão só porque a verdade dói a um Governador do Banco de Portugal que é camarada e a quem a maioria acudiu para, literalmente, evitar e apagar as suas responsabilidades em erros – em erros que são muitos, que são caros – no plano da supervisão.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O estado de Portugal não é bom.

O que V. Ex.^a tem pela frente é um País onde o desemprego cresce todos os dias e o número de falências não estanca; um País em que a emigração de jovens com talento é cada vez mais a sua única opção e onde já nos centros de emprego cresce, mês após mês, o número de imigrantes sem emprego, vítimas de leis facilitistas e máfias depredadoras; é um País em que tantos e tantos empresários não conseguem pagar ao trabalhador, como é seu primeiro dever, e ao mesmo tempo ao Estado, cheque após cheque, numa espiral fiscal e contributiva totalmente contraproducente em tempo de crise; é um País em que os mais pobres, que são os mais velhos, recebem muito pouco da sociedade para a qual trabalharam imenso, enquanto demasiada gente já onera a sociedade, descobrindo mesmo um modo de vida à custa dela, sem ter a mais pequena intenção de trabalhar; um País em que o endividamento está a atingir proporções que são preocupantes mas a criação de riqueza vem há décadas a cair, a cair lentamente, a cair até bruscamente, colocando-nos na posição de sociedade pouco viável e de economia em declínio, que se endivida para empobrecer e até na saída da crise volta a divergir do resto da Europa; é um País oficialmente obcecado com as grandes obras mas que sufoca, desperdiça e despreza os seus sectores produtivos, em especial a agricultura e o mar; um País em que a insegurança e a criminalidade não são combatidos com firmeza e, se necessário, com dureza, porque ainda é moda, no ambiente político, desculpar a delinquência, culpabilizar a sociedade, ignorar as vítimas e, assim, mesmo que involuntariamente, atraí-lo ao trabalho da polícia; um País em que a confiança

na justiça, seja para combater a corrupção, seja para cobrar uma dívida, seja para resolver um litígio fiscal, é praticamente nula; um País que tem capacidades instaladas, por exemplo no sector social, para fazer mais consultas e mais cirurgias, mais rapidamente a mais doentes, e prefere, por mera rigidez ideológica, remetê-los para as listas de espera; um País em que só os ricos escolhem a escola dos filhos e todos os outros ficam à mercê de uma escola sem exigência e muito vocacionada para as estatísticas;...

Aplausos do CDS-PP.

... um País em que o catálogo de direitos é sempre maior e o elenco dos deveres é cada vez mais exíguo; um País que não está motivado, em que a «esperança» é um bem raro, um País que, ainda assim, tem notáveis exemplos de generosidade, dádiva, espírito de iniciativa, talento artístico, mérito científico, e que espera de nós, de todos nós, apenas uma coisa: que sejamos capazes de dar o melhor e de o ajudar a sair desta desoladora circunstância.

Aplausos do CDS-PP.

Quanto mais não seja por isso, Sr. Primeiro-Ministro, perceba por que é que, para nós, importante, vital, prioritário é mesmo tudo o que une, não é o que fractura.

Sr. Primeiro-Ministro, vem aí o debate do Orçamento do Estado para 2010. Convém antecipar algumas questões antes que V. Ex.^a queira vitimizar-se, optando por políticas exclusivamente suas face a um Parlamento em que é, apenas, relativamente maioritário.

Se estivesse no seu lugar procuraria aquilo que, surpreendentemente, não encontrei no seu discurso de hoje: um novo acordo social, capaz de mobilizar os empregadores e os trabalhadores, para dar solução a um gravíssimo problema económico, o da produtividade, e atender, com justiça, à valorização do factor trabalho.

É necessário um esforço para dotar a economia e as empresas de maior produtividade e para remunerar adequadamente, e não tributar barbaramente os que querem trabalhar mais e melhor. Vá por aqui, Sr. Primeiro-Ministro, e não se esqueça que se a produtividade de hoje é uma questão das empresas e dos direitos laborais, a questão da produtividade de amanhã começa nas escolas e no grau de exigência que têm na preparação dos alunos.

Aplausos do CDS-PP.

Mas não só, Sr. Primeiro-Ministro. Vá à concertação social perguntar se faz algum sentido, neste momento de crise, de falências, de desemprego, de declínio económico, fazer entrar em vigor, no próximo dia 1 de Janeiro, um Código Contributivo que põe os trabalhadores a pagar mais ao Estado, as empresas a pagar mais ao Estado, as prestações de serviços a pagar mais ao Estado, os agricultores e os comerciantes a pagar mais ao Estado. Pura e simplesmente, este Código Contributivo pode ser o golpe de misericórdia numa economia que já está débil e doente.

Sei que lhe custa ouvir, mas, Sr. Primeiro-Ministro, oiça, oiça agora, enquanto é tempo, e, se não me quiser ouvir a mim, oiça os parceiros sociais. Se V. Ex.^a permanecer naquela atitude do «eu fiz, eu é que sei, eu é que mando», preocupadamente lhe digo que o CDS tentará evitar o pior, em matéria de Código Contributivo, aqui, na Assembleia.

Aplausos do CDS-PP.

O Orçamento do Estado, por sua vez, há-de estar a ser concluído por estas semanas. O que com toda a boa fé e sentido de responsabilidade lhe sugiro é que dê os sinais certos e não dê os sinais errados. Refiro-me a sinais certos ou errados, com tradução orçamental.

Sinal certo é apresentar números do crescimento, do défice, do endividamento, do desemprego, entre outros, que sejam credíveis e não virtuais.

Sinal certo é preocupar-se não apenas com as grandes obras mas também com o pagamento especial por conta e os pagamentos por conta das pequenas e médias empresas, que, ficando como estão, são um genocídio de empresas e empregos.

Sinal certo é não querer antecipar tanta receita com as retenções na fonte, porque isso também esmaga o poder de compra.

Sinal certo é ver o que pode fazer para que, realmente, o número de filhos comece a descontar alguma coisa mais no IRS que as famílias têm de pagar.

Sinal certo é encontrar uma solução estrutural para que o Estado pague a horas, pague mais quando se atrasa, não exija garantias para pagar o que deve nem exija eternidades para reembolsar o que tem de reembolsar.

Sinal certo é apresentar a este Parlamento uma solução rápida, prática e eficaz para pôr o PRODER a funcionar e a agricultura a contribuir para a riqueza nacional.

Sinal certo é dar mais aos pensionistas e fiscalizar muito mais o rendimento mínimo.

Sinal certo é não discriminar os antigos combatentes e os deficientes das forças armadas.

Sinal certo é aceitar, sem preconceito ideológico, contratualizar cirurgias e consultas a mais doentes, começando por fazê-lo com o sector social.

Sinal certo é comprometer-se, a quatro anos, com a admissão de agentes da PSP, militares da GNR e investigadores e auxiliares da Polícia Judiciária que, claramente, compensem as aposentações e permitam reduzir a insegurança.

Sinal certo é cuidar do endividamento, sendo transparente de um ponto de vista geracional, esclarecendo o ónus que as parcerias têm e o que iniciativa simultânea das grandes obras significa.

Aqui tem alguns dos sinais certos. Desejo profundamente que reflita neles. O ónus está do seu lado, porque, como VV. Ex.^{as} gostam de repetir, algo tautologicamente, o Governo é que governa.

E é tempo de terminar, Sr. Presidente. Faço-o invocando o sentido de Estado que sempre caracterizou todos os líderes do CDS quando abordaram os interesses permanentes do Estado na política externa e na política de defesa. Faremos o que pudermos e estiver ao nosso alcance para manter os consensos essenciais. Pelo bem de Portugal, que é só o que interessa e a única lealdade a que obedecemos.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Debateremos hoje o Programa do Governo, que, como se sabe, já foi afirmado e reafirmado, corresponde ao programa eleitoral do PS.

Este facto, o mais natural e esperado em democracia, foi alvo de críticas de toda a oposição.

Alegam, de forma invariável, que o Governo deveria incluir alguns aspectos parcelares introduzidos por outros ou, como dizem, que o resultado eleitoral foi o de mudar de rumo.

A isto chama-se hipocrisia política. Chamados para assumirem responsabilidades de governo disseram que não porque têm de alimentar clientelismos e muitos populismos, mas querem que o Governo execute os programas deles, ou que siga o rumo por eles pretendido.

Vamos, naturalmente, executar o nosso Programa, sem que isto signifique autismo ou menor vontade de consenso.

Como se sabe, foi a maioria absoluta do PS que reforçou os poderes de fiscalização deste Parlamento. Vimos reforçados os poderes de fiscalização no que diz respeito ao direito potestativo de chamar membros do governo ao Parlamento e vimos reforçado o direito das oposições com a vinda a esta Casa do primeiro-ministro para um debate quinzenal.

Quero recordar aos que cá andaram na última Legislatura e informar os recém-chegados que mais de 80% dos diplomas aprovados nessa Legislatura foram-no com o voto do PS e de outro grupo parlamentar, ou por unanimidade.

Temos um passado que nos honra, pela forma como respeitamos o Estado de direito — e isto também significa respeitar as oposições.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que ninguém se iluda: quem governa é o PS, porque foi esta a vontade dos portugueses. Os portugueses optaram pelas nossas propostas de forma maioritária: preferem o investimento público à estagnação e ao rasgar do que está feito; preferem o Estado social ao Estado exíguo. Mas também disseram, de forma muito clara, que não querem as novas nacionalizações que a esquerda radical preconizava.

Os portugueses fizeram a sua opção e disseram que queriam o PS a governar e não outro partido. Mas também disseram que não queriam a direita a governar e que qualquer governo ou era do PS, como é, ou era do PS com outro.

Há, sim, uma alternativa matemática possível: que a direita e o centro-direita se unam à esquerda radical para fazer parar o País. Eu diria que esta era a aliança espúria, não querida pelos portugueses, mas que nós, Partido Socialista, não receamos.

A história portuguesa, não muito longínqua, demonstrou o que os portugueses pensam desta aliança espúria... Arriscam-se, naturalmente, a que o Partido Socialista possa obter nova maioria absoluta.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Ah! Ora aí está!

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Arriscam-se, sim, Srs. Deputados!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Agora, sim! Finalmente, alguém explicita a coisa!

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — A última Legislatura também demonstrou que o PSD não é confiável em acordos parlamentares. Rasgou todos os acordos que firmámos, inclusive os que foram feitos por escrito, nomeadamente — recordo-o — na justiça e no poder local. Mas aqui estamos de novo, com nova esperança de que este PSD tenha compreendido a lição das urnas e que, desta vez, possa disponibilizar-se para contribuir para a estabilidade governativa de que o País necessita e exige. De *leader* da oposição em *leader* da oposição, o PS tem sabido seguir o seu rumo.

Temos a convicção de que encontraremos consensos nesta Câmara — assim foi no passado. Veremos, casuisticamente, quais os consensos possíveis. Esta também foi a vontade de toda a oposição, ao não aceitar qualquer coligação governativa. Mas, reafirmo-o, o Programa do Governo é o do PS, aqui e hoje não se discute outro programa!

No campo da justiça, afirmaremos o nosso propósito da correcção necessária aos Códigos Penal e de Processo Penal, na sequência da avaliação do impacto, de que esta Câmara já dispõe. Mas estas alterações, sendo pontualmente necessárias, carecem de outras que, como aponta o Programa do Governo, iremos pôr em prática, em alguns casos, e cuja aplicação iremos acelerar, noutros.

O mais grave problema da justiça é a demora na sua aplicação. Assim, a celeridade e a eficácia da investigação criminal assumem relevo primordial. Por isso, reafirmamos o reforço dos meios para a investigação criminal, para que não haja desculpas nesta matéria.

O funcionamento e a gestão mais eficaz dos tribunais devem impulsionar a redução dos prazos de decisão dos processos.

A formação, a par da especialização, constitui pilares de uma melhor justiça. Assim, surgirão, como prevê o Mapa Judiciário, mais tribunais especializados, incluindo um de direitos de autor e patentes, o qual aliviará os tribunais de comércio já existentes.

Em termos de produção legislativa, sobre matéria a que vulgarmente se designou chamar, embora de forma tecnicamente incorrecta, de «corrupção», quero recordar — e permitam-me que o repita, pois vale a pena fazê-lo — o que fizemos na anterior Legislatura.

Desde logo, definimos prioridades na lei de política criminal; aprovámos a responsabilidade das pessoas colectivas no Código Penal; aprovámos a responsabilidade penal por corrupção no desporto; aprovámos novas regras de transparência na lei geral tributária e algumas referentes a *offshore*; aprovámos um novo regime penal da corrupção no comércio internacional público e privado, respeitante ao branqueamento e financiamento do terrorismo; ratificou-se a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção; criou-se o Conselho de Prevenção da Corrupção, que já desencadeou a sua acção através dos planos de prevenção da corrupção.

O Programa do Governo, na página 108, também dedica um capítulo particular a esta matéria.

Por isso, nesta matéria, o PS não recebe lições moralistas de aproveitamentos conjunturais de cariz populista e demagógico, que visam «atirar areia para os olhos» dos portugueses.

Reafirmamos os nossos princípios que se confundem com os de um Estado de direito, como todos aqueles que vigoram na Europa a que pertencemos.

Apreciaremos todos os projectos que possam eventualmente surgir. Os portugueses deram-nos a vitória sabendo o que esperavam de nós nessa matéria: que continuássemos fiéis aos direitos fundamentais e à presunção de inocência até à condenação pelos tribunais.

Gostaria de recordar a alguém mais incrédulo que falar de corrupção não é propriamente criminalizar actos que ainda não estejam criminalizados. Há um variadíssimo leque de actos ilícitos que, hoje, no Código Penal, constituem crimes tipificados. Recordo o peculato, a prevaricação, o branqueamento ou a corrupção propriamente dita — tudo isto são crimes já existentes no Código Penal.

Não se pense — ninguém se iluda! — que o eventual enriquecimento ilícito, se tipificado, constituiria a panaceia para resolver todos os problemas da nossa sociedade nesta matéria. Desenganem-se! A verdade é que a nossa investigação criminal precisa de ser mais apoiada. A verdade, aos olhos de todos, é que também muitos dos actos que são denunciados e publicitados na comunicação social redundam na absolvição das pessoas — e isto é grave para o nosso sistema.

Nos países livres são os tribunais que punem em nome do povo, e não a comunicação social.

Porém, e no reverso da medalha, temos de reforçar a segurança, principalmente prevenindo e punindo os crimes mais graves. Aqui, os meios humanos e técnicos são também essenciais, pelo que continuaremos o reforço nestes dois domínios.

O reforço no combate às causas da criminalidade é uma tarefa de todos, mas que o Governo assume como uma das suas prioridades, reforçando os apoios sociais indispensáveis à paz pública. Aqui, mais uma vez se reafirma o bem fundamentado das nossas políticas sociais. Porém, temos de enfrentar e combater a criminalidade mais grave para proteger a sociedade e as pessoas.

O Programa do Governo aponta para a revisão dos regimes de punição da reincidência, bem como das medidas de segurança para imputáveis especialmente perigosos.

As polícias especializadas no combate ao crime violento vão ser colocadas nos locais onde são necessárias,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Até que enfim!

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — ... ou seja, onde ocorrem mais crimes desta natureza, a saber, em Lisboa, no Porto e em Setúbal.

Esta realidade dos crimes violentos existe porque praticados, em regra, contra pessoas mais vulneráveis e que precisam de ajuda. As vítimas de crimes violentos já beneficiam de atenção legal, mas o Governo irá reforçar esta obrigação.

A justiça é, e será ainda por algum tempo, um sector onde muito há a fazer. É, no entanto, inegável que muitos foram os progressos feitos na última Legislatura. Concretizámos, com êxito, a reforma das leis de execução de penas e reformámos e qualificámos os estabelecimentos prisionais, eliminando o balde higiénico desses estabelecimentos.

Mas temos de prosseguir. A justiça só é digna deste nome se for mais acessível, no sentido em que os que têm menos recursos não se vejam impossibilitados de usá-la por falta de recursos financeiros.

Os tribunais passarão a dispor de um serviço único de atendimento dirigido aos utentes.

Vai ser agilizada a forma de comunicação entre os tribunais e o cidadão.

Continuaremos o esforço nas vias alternativas para a resolução de conflitos, pelo que será aumentada a rede de julgados de paz, bem como outras formas mais rápidas e mais baratas de realizar a justiça.

Gostaria de fazer um parêntesis — pois este debate e a «conjuntura» deste debate solicitam-no — para falar de regiões autónomas. Na verdade, há uma diferença evidente: falar dos Açores com nove ilhas é diferente do que falar da Madeira com duas ilhas. São realidades bem distintas, pelo que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas repõe a justiça relativa entre as duas regiões, pondo cobro a essa injustiça que vigorava há décadas no nosso País.

Recordo a todos que conhecem quer os Açores quer a Madeira que, na realidade açoriana, existem nove ilhas e por isso nove sistemas independentes de energia e por isso também pelo menos um centro de saúde em cada ilha e por isso também um aeroporto em cada ilha e por isso também muitos mais custos com a administração regional. Isto merece, e mereceu, naturalmente, a justiça deste Parlamento, ao reconhecer que se tratava de realidades diferentes.

Nada temos contra a Madeira. E a diferença pode até ser a discriminação positiva para a Madeira, como já foi, Srs. Deputados. Recordo que, quanto à atribuição de créditos para pagamento de fornecedores, a Região Autónoma da Madeira, ainda recentemente, recebeu do continente 250 milhões de euros, enquanto a Região Autónoma dos Açores recebeu 50 milhões de euros.

Nada contra, Srs. Deputados! É justiça. Efectivamente, a Madeira deve muito mais do que os Açores — e deve porque a administração opera de forma desregrada, porque gasta o que não tem e porque ainda faz desse gasto uma forma orgulhosa de administrar os dinheiros públicos. Isso os Açores não fazem! Nos Açores administramos com parcimónia os dinheiros públicos; somos, e continuaremos a ser, uma região diferenciada da Madeira.

Quero terminar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, voltando aos domínios da justiça e da segurança, onde há sempre muito a fazer e onde contamos, naturalmente, poder encontrar consensos. O País e os senhores conhecem o Partido Socialista e a sua forma de trabalhar. Não mudámos de método, nem de ideologia. Executando o nosso Programa do Governo, continuaremos a contar com todos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Rodrigues.

O Sr. **Pedro Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O último governo liderado pelo Eng.º Sócrates e pelo Partido Socialista foi o governo que, nos últimos 30 anos, mais desprezou a juventude portuguesa.

Nunca os jovens em Portugal tiveram tão pouca esperança no seu futuro! Nunca os jovens portugueses sentiram a necessidade de sair do seu próprio país para desenvolver os seus projectos profissionais por falta de existência de soluções em Portugal. Aliás, voltou a verificar-se, em Portugal, um novo fenómeno de emigração que afecta, em especial, os jovens e de que já não havia memória em Portugal — um fenómeno derivado da falta de soluções, um fenómeno derivado da falta de esperança, um fenómeno derivado da falta de perspectivas, hoje, sentida pelos jovens portugueses!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nos últimos quatro anos e meio, o desemprego jovem subiu dramaticamente! Subiu de tal forma que é hoje uma das taxas de desemprego entre os jovens licenciados mais altas da Europa. Perante a promessa do Eng.º Sócrates, da última legislatura, da criação de 150 empregos para os jovens licenciados, ao fim do mandato — refira-se que foi o mais longo da história da democracia —, com uma maioria absoluta, com um Presidente da República cooperante, não só o desemprego aumentou, atingindo, hoje, já cerca de 507 000 portugueses, como fecharam, nos últimos quatro anos e meio, cerca de 150 pequenas e médias empresas! É caso para dizer que o Sr. Primeiro-Ministro acertou no número, não acertou foi na solução!

No último trimestre de 2009, o desemprego aumentou, face ao período homólogo de 2008, cerca de 23,9%, perante a absoluta e completa insensibilidade do governo que, ainda por cima, se diz socialista. Mas mais preocupante, Sr. Presidente, é o facto de termos hoje em Portugal cerca de 60 000 jovens licenciados que se encontram no desemprego, conduzindo este facto a uma frustração de expectativas dos nossos jovens, mas conduzindo também ao facto de se defrontarem com a necessidade de sair do nosso país para encontrarem soluções de vida, desperdiçando o nosso país capital humano de que tanto precisamos para potenciar o nosso desenvolvimento económico e social.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Do Programa do Governo decorre uma ideia louvável, que o PSD apoiaria em circunstâncias normais: decorre do Programa do Governo a celebração de um contrato de confiança com as instituições do ensino superior. Significaria isto que o Governo, do nosso ponto de vista, estaria disponível para, com as instituições do ensino superior — universidades e politécnicos —, construir uma plataforma de intervenção para o futuro do sector.

O certo, todavia, é que o XVII Governo Constitucional, liderado pelo mesmo Primeiro-Ministro, foi o mesmo governo que aprovou, sem discussão, nas costas dos professores, dos alunos e dos funcionários, o regime jurídico das instituições de ensino superior.

O último governo, o XVII Governo Constitucional, liderado pelo mesmo Primeiro-Ministro que lidera o XVIII Governo Constitucional, registou um manifesto desinvestimento no ensino superior: baixámos mais 15% do investimento do ensino superior, com claras consequências para a vida das universidades, que, hoje, vivem numa asfixia financeira dramática.

Mas foi também V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro — e o seu governo — que, numa altura de crise, que o Partido Socialista tanto invoca, não quis ajustar a lei de acção social escolar; e não quis ajustá-la mesmo perante propostas feitas pela bancada do PSD, rejeitadas, em primeiro lugar, por razões eleitoralistas e, depois, aprovadas pela maioria «autista» do Partido Socialista, numa versão mais *light*. É caso para perguntar: que confiança quer o Governo construir quando, nos últimos quatro anos e meio, asfixiou financeiramente as instituições? É caso para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro que confiança quer, agora, criar o XVIII Governo Constitucional, liderado por quem liderou o XVII Governo Constitucional, e que foi responsável pela deterioração das condições de funcionamento das instituições universitárias? Quem foi responsável pela asfixia das instituições? Quem não ouviu os alunos? Quem desprezou os professores? Quem não aceitou as opiniões dos parceiros na determinação e na definição de diplomas fundamentais quer, agora, construir confiança?!...

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A confiança não se pede, a confiança conquista-se! A confiança não se proclama! E este Governo não tem a confiança do sector do ensino superior em Portugal.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Os jovens portugueses continuam à espera de que o Governo cumpra as expectativas criadas, que tanto tem proclamado aos jovens portugueses, de que transforme as promessas em realidades. Já não vamos na conversa dos anúncios!

No programa do anterior governo, de 2005, prometia-se a universalização do acesso à educação pré-escolar. Ora, no Programa do Governo, de 2009, volta a prometer-se exactamente o mesmo. Mas o Sr. Primeiro-Ministro já não nos surpreende com os anúncios, aliás, é pródigo nos anúncios e nas promessas, mas não é pródigo na acção nem na resolução dos problemas, sobretudo dos jovens portugueses.

Será que o Sr. Primeiro-Ministro e este Governo não perceberam, ainda, que não é com anúncios que se governa? Será que o Primeiro-Ministro e o Governo ainda não perceberam que as futuras gerações, a minha geração — a geração empreendedora — é uma geração que aguarda resultados, que quer realizações, que não quer anúncios, nem promessas, nem apenas proclamações?! Não nos satisfazemos com a velha política das promessas e dos anúncios. Exigimos ao Primeiro-Ministro que os anúncios sejam substituídos por acção.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O último governo, o XVII Governo Constitucional, foi também responsável por fechar a porta do acesso aos incentivos ao arrendamento jovem a cerca de 20 000 jovens; foi o responsável por ter diminuído, em cerca de 29 milhões de euros, o Programa Incentivo ao Arrendamento Jovem. O que se esperava era que o XVIII Governo Constitucional, no seu Programa de Governo, propusesse alternativas sérias ao acesso ao arrendamento; mas o que este Governo fez no Programa do Governo foi limitar-se a uma mera proclamação, sem apresentar soluções sérias, credíveis a um problema que foi criado pelo XVII Governo Constitucional.

Portugal é, ainda hoje, um dos países da OCDE que investe menos em crianças até aos seis anos de idade. E nós não somos sensíveis ao anúncio do Primeiro-Ministro, ainda hoje reafirmado, de que vai reforçar o investimento no ensino pré-escolar... Aliás, não só somos um País que investe pouco em crianças com menos de seis anos de idade como somos um País da OCDE onde os jovens com menos de 18 anos vivem em piores condições de vida — 21% dos jovens com menos de 18 anos vivem abaixo do limiar da pobreza!!

E será que o Governo considera que o aumento gritante da delinquência juvenil — que, no último ano, aumentou cerca de 35% — não tem que ver também com o facto de vivermos numa situação de extrema pobreza encapotada?!...

Os jovens portugueses sabem que o último governo esqueceu a juventude; esperávamos que este Governo tivesse uma postura diferente, mas os jovens portugueses já perceberam que o XVIII Governo Constitucional tem a mesma postura, a mesma atitude relativamente aos jovens. Aliás, a decisão de manter a tutela da juventude subjugada ao desporto significa exactamente o óbvio: este Governo e este Primeiro-

Ministro não acreditam na juventude portuguesa! E quem não acredita nos jovens não acredita no futuro do País.

Sr. Presidente: Este é o Governo, e o Primeiro-Ministro, que faz gala de pôr as contas públicas em ordem! Este é o Governo que faz gala da contenção da despesa pública como uma prioridade! Este é o Governo que diz que a contenção do défice e a prioridade da diminuição da despesa pública é um desígnio fundamental, o último mandado... O certo é que, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, a dívida pública atingiu, em 2008, 66% e, em 2010, atingirá 81,5%.

Sr. Primeiro-Ministro, se me permite, ao invés de investir no investimento de obras faraónicas e de reprodutividade duvidosa, tenha a noção de que a factura da sua desgovernação e do seu Governo são as futuras gerações que irão pagá-la.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Duarte Cordeiro, a quem dou a palavra.

O Sr. **Duarte Cordeiro** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pedro Rodrigues parece esquecer que tivemos eleições legislativas depois da mesma intervenção — porque já o ouvi antes das eleições legislativas...

Este é um mandato em que temos de encontrar soluções e eu dou-lhe resultados: a última legislatura foi a legislatura em que aumentou o número de alunos no ensino secundário; foi a legislatura que aumentou o número de alunos no ensino superior público; de todas as legislaturas que tivemos em democracia, a anterior foi a legislatura em que houve o maior número de estágios profissionais para jovens de sempre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Duarte Cordeiro** (PS): — Mas nós não estamos satisfeitos, consideramos que é preciso fazer mais!

Por isso é que propusemos no Programa do Governo: mais estágios profissionais — nomeadamente o Inov-Social que foi apresentado hoje —, estágios para as pequenas e médias empresas; a possibilidade de alargar o 12.º ano com uma bolsa de estudo; o reforço da acção social escolar, como foi feito na última legislatura.

E aquilo para que temos de estar disponíveis, Sr. Deputado, é para encontrar respostas conjuntas!

Também relativamente ao arrendamento jovem, o que o Sr. Deputado disse não é verdade porque não foi reduzido em 20 000 o apoio para jovens ao nível do arrendamento jovem! O que aconteceu foi que ainda temos em simultâneo e em execução dois programas, isto é, jovens a receber apoio de dois programas em simultâneo — o Incentivo ao Arrendamento Jovem (os jovens ainda recebem apoio desse programa) e o novo programa que é o Programa Porta 65, também de incentivo ao arrendamento jovem.

O que temos de encontrar nesta Legislatura são respostas conjuntas e é para isso que o desafio. Nesse sentido a minha questão é no sentido de saber se o Sr. Deputado — a bancada do PSD — está disponível para, mais do que ter a mesma postura que tinha antes das eleições, encontrar essas respostas conjuntas, para apoiar os estágios profissionais que foram lançados e criados, para reforçar a acção social escolar, para combater o abandono e o insucesso escolares dos jovens, para reforçar a duplicação de Bolsas Erasmus no ensino superior e para encontrar respostas conjuntas que permitam que os jovens portugueses acabem os estudos, que se qualifiquem, pois esse é o problema estrutural da juventude portuguesa, é esse o gerador de desigualdades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Duarte Cordeiro** (PS): — Foi para isso que fomos eleitos para esta Legislatura e é para isso que nós vos desafiamos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Rodrigues.

O Sr. **Pedro Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, ouvindo o Sr. Deputado Duarte Cordeiro, fiquei um pouco espantado: é porque, na verdade, é necessário encontrar soluções, mas a verdade também é que os senhores estiveram no governo quatro anos e meio e não encontraram soluções nem para o arrendamento jovem, nem para a resolução do desemprego dos jovens portugueses, nem para a falta de perspectivas que os jovens portugueses, hoje, sentem, pelo que se vêem obrigados a sair do nosso país para encontrarem soluções fora de Portugal.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Rodrigues** (PSD): — Mas, com certeza, Sr. Deputado, a bancada do PSD e eu próprio estaremos disponíveis para alertar para os problemas que enfrentam o País e os jovens em particular e para, em conjunto, tentarmos encontrar soluções, na certeza de que — como o Sr. Primeiro-Ministro muito gosta de dizer —, como os senhores ganharam as eleições, espero também que ajudem a resolver os problemas dos jovens portugueses.

Mas não me esqueço, Sr. Deputado, de que durante quatro anos e meio os jovens portugueses foram esquecidos pelo governo do Partido Socialista e pela bancada do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Rodrigues** (PSD): — E não me esqueço também, Sr. Deputado, de que, na Europa, os jovens portugueses são «só» aqueles que, mais tarde, saem de casa dos pais, são «só» os jovens com mais dificuldades de emancipação e de que temos, hoje, a taxa de desemprego jovem mais elevada da Europa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social** (Helena André): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que, na primeira vez que, como Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, intervenho nesta Casa da República e da Democracia, expresse os meus votos de bom trabalho a todas e a todos vós e aos vários grupos parlamentares, e que manifeste a minha disponibilidade e o meu empenho em estabelecer as melhores relações de trabalho institucional entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Assembleia da República.

As prioridades do XVIII Governo Constitucional são conhecidas! Constan do Programa do Governo apresentado e foram já hoje reafirmadas pelo Sr. Primeiro-Ministro na sessão de abertura deste debate.

Permitam-me, no entanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que identifique de forma clara os três principais desafios que se colocam hoje a Portugal na área do trabalho e da solidariedade social: em primeiro lugar, a promoção do emprego; em segundo lugar, a redução ainda maior das desigualdades e da pobreza; e, em terceiro lugar, o desenvolvimento da protecção social e das políticas públicas que a consagram.

São prioridades claras e inequívocas e são, certamente, objectivos cujos alcance e sucesso exigem do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social capacidade de iniciativa e espírito de concertação.

Mas exigem mais!

Para assegurar o sucesso das políticas que permitem a concretização de tais objectivos é indispensável contar com os resultados positivos que o debate político pode propiciar e que a concertação social pode ajudar a construir. Por isso, estes três objectivos exigem também dos agentes económicos e sociais, em geral, e dos partidos políticos, em particular, um forte envolvimento e responsabilidade.

Os portugueses não perdoarão, penso, àqueles que procurarem bloquear este caminho, de promoção do emprego, de redução da pobreza e das desigualdades, de defesa da sustentabilidade da segurança social pública.

Desde logo, na promoção do emprego, objectivo que, no contexto da crise que abala a economia mundial desde o início de 2008 e que ainda hoje está em desenvolvimento, terá de ser, e é, a primeira das prioridades.

O emprego é, nas sociedades modernas, um aspecto crucial no desenvolvimento e na inclusão social dos cidadãos.

Sem emprego, os cidadãos perdem recursos e correm o risco da periferização social, as sociedades empobrecem económica e socialmente; sem emprego, criam-se fracturas e tensões que fragilizam os sistemas políticos e a democracia; sem emprego, potenciam-se os factores de desigualdade entre cidadãos, entre territórios e engrossam as bolsas de pobreza e de exclusão; sem emprego, perdem-se objectivos de vida, fragilizam-se as relações interpessoais, precarizam-se as relações familiares, condiciona-se o futuro das crianças e dos jovens, hipoteca-se o futuro!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos, pois, que continuar a centrar todas as nossas energias no relançamento da economia e na promoção do emprego, combatendo, por um lado, as debilidades estruturais que resultam das baixas qualificações dos portugueses e, por outro, os desafios da conjuntura em que vivemos.

Os portugueses compreenderam bem a urgência do desafio das qualificações, e é por isso que temos hoje já mais de um milhão de inscritos na Iniciativa Novas Oportunidades. Este é um esforço colectivo que será continuado e aprofundado. O grande desafio será agora o das competências profissionais, que pretendemos reforçar, no quadro da dupla certificação de competências dos portugueses.

Mas precisamos de ir mais longe neste compromisso social pelo emprego.

Precisamos de um pacto gerador de oportunidades de emprego que potencie as iniciativas empreendedoras de criação de emprego centradas na competitividade da nossa economia e que desenvolva as oportunidades de progresso social de que depende a coesão social do nosso país.

Este pacto para o emprego terá como objectivo a criação e manutenção de emprego e será um instrumento de consenso social de resposta aos desafios que se colocam no mercado de trabalho em Portugal.

Para isso, terá de se alicerçar no reforço do papel da contratação colectiva na construção de um equilíbrio social, justo e eficaz entre empresas e trabalhadores, no desenvolvimento das políticas públicas adequadas à situação actual,...

Aplausos do Deputado do PS Francisco de Assis.

... num equilíbrio estrutural que centre a capacidade competitiva das empresas no desenvolvimento dos processos produtivos, na qualificação dos trabalhadores e dos empresários.

Do que falo, na realidade, é de um novo compromisso social, que promova o trabalho digno e a redução das desigualdades de oportunidades entre trabalhadores com diferentes vínculos ou de diferentes escalões etários.

Aplausos do PS.

Nesse sentido, terá de reforçar-se a activação profissional dos que se encontram em situação mais debilitada perante o mercado de trabalho, em particular os desempregados de longa duração, designadamente os muitos afastados do mercado de trabalho, bem como os jovens. Em ambos os casos, deve ser prestada particular atenção à situação dos que, procurando regressar ao mercado de trabalho, ou nele ingressar pela primeira vez, o fazem com fracas qualificações, por serem aqueles para quem as oportunidades mais escasseiam e são de menor qualidade.

Este é, por isso, também o momento de dar uma atenção acrescida ao reforço das qualificações dos desempregados.

Este pacto terá de aproveitar a enorme oportunidade que é a participação reforçada das instituições da economia social na resposta aos problemas económicos e sociais. E é nesse sentido que avançaremos, desde já, com uma medida muito concreta, já anunciada esta manhã pelo Sr. Primeiro-Ministro: a implementação do

programa Inov-Social, que permitirá colocar 1000 jovens-quadros em instituições da economia social, reforçando deste modo a sua capacidade de gestão e resposta aos problemas económicos e sociais do País.

Aplausos do PS.

Este pacto terá de ser, finalmente, construtor de um diálogo social estruturado para a evolução das políticas sociais de médio prazo, sem receio de acompanhar o diálogo social europeu na avaliação dos paradigmas dominantes em matéria de competitividade, de produtividade, de políticas de rendimentos e de distribuição da riqueza.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Numa outra vertente, reafirmamos o objectivo de manter o combate às desigualdades no centro das preocupações e das propostas do Governo, porque estamos absolutamente convencidos de que é o Estado que deve criar as condições para garantir, através das políticas sociais públicas, o reforço do combate à pobreza e às desigualdades. Foi o que fizemos e é isso que vamos continuar a fazer, recalibrando, quando necessário, as políticas públicas, dando prioridade às crianças e aos idosos, àqueles que estão mais afastados do mercado de trabalho, mas pensando também nos que, mesmo a trabalhar, vivem relações laborais precárias ou que não lhes garantem um rendimento de trabalho suficiente para quebrar o ciclo de pobreza em que vivem.

O reforço do combate à pobreza e às desigualdades assentará em políticas de rendimentos e de protecção social que protejam mais quem mais precisa, que sejam dinamizadores da capacitação dos cidadãos e da integração social e profissional, beneficiando igualmente da cooperação entre poderes públicos, sector privado e sector social.

Nesta matéria, trabalharemos em torno destes grandes objectivos: no combate à pobreza, em particular a das crianças e a das famílias trabalhadoras; no reforço do apoio social a cidadãos com deficiência e incapacidades; no enfrentar do envelhecimento demográfico, através da promoção do envelhecimento activo, da protecção e do apoio aos idosos.

Num enunciado necessariamente breve, destaco algumas medidas que ocupam um lugar de relevo na agenda social do Governo. Uma já foi anunciada esta manhã, pelo Sr. Primeiro-Ministro, e tem a ver com a redução de 15 meses para 12 meses do prazo de garantia para o acesso ao subsídio de desemprego.

Pugnaremos, também, pelo aumento da remuneração mínima mensal garantida, no respeito pelos objectivos e princípios estabelecidos no Acordo Tripartido sobre a fixação e evolução da remuneração mínima mensal garantida, celebrado em Dezembro de 2006.

A justeza dos objectivos então traçados — melhorar os baixos salários e combater a pobreza entre os trabalhadores — justifica plenamente a sua validade no momento presente, do mesmo modo que o aprofundamento do diálogo social quanto à sua concretização nos curto e médio prazos desta variável são fundamentais para o que é o salário mínimo nacional.

Criaremos, ao longo da Legislatura, um novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos que tenham rendimentos inferiores ao limiar da pobreza, reforçando deste modo o combate à pobreza entre os trabalhadores com crianças a cargo.

Aplausos do PS.

Garantiremos, no quadro da Legislatura, que nenhuma pessoa com deficiência que motive uma incapacidade total ou muito elevada para o trabalho tenha rendimentos abaixo do limiar de pobreza. E adoptaremos no imediato, como já aqui foi anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro, as medidas necessárias para garantir o aumento das pensões em 2010, em particular das pensões mais baixas, por forma a que se verifique um aumento acentuado do poder de compra dos pensionistas com pensões mais baixas.

Quero ainda referir-me à defesa da segurança social pública e ser muito clara sobre esta matéria: o sistema público de segurança social continuará a ser gerido com o necessário rigor e, para se adaptar às mudanças do nosso tempo, garantindo a sua dimensão inter-geracional e a sua sustentabilidade futura.

Não pactuaremos com as recorrentes tentativas de privatização parcial ou total da segurança social!

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Mas, com igual clareza, quero dizer que é inútil contar connosco para decisões que ponham em causa os delicados equilíbrios e o reforço da sustentabilidade financeira já alcançados.

Não sei se atacam mais a segurança social pública os que de forma clara defendem a sua privatização ou os que, buscando o ganho político fácil e imediato, sistematicamente apresentam propostas que a inviabilizariam financeiramente, pondo em causa a confiança dos cidadãos na segurança social pública.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal será tão mais forte, justo e competitivo quanto melhor conseguir conjugar o apoio ao desenvolvimento económico com a defesa do progresso social.

Foi esta a lição que sempre resultou dos melhores exemplos do modelo social europeu. E é nesse quadro que temos de começar, hoje, a preparar-nos para o desafio maior do amanhã: as alterações demográficas e o envelhecimento da população.

Queremos em Portugal um Estado que saiba apoiar os cidadãos de todas as idades e, em particular, os seus idosos e as suas crianças. Um Estado atento aos problemas dos cidadãos e das famílias, um Estado capaz de influenciar os instrumentos de desenvolvimento e de confiança económica, propiciadores de um ambiente favorável ao crescimento e à coesão social, um Estado que não desista de ninguém, desde os mais excluídos aos mais idosos.

Em suma, queremos honrar e desenvolver as políticas sociais de terceira geração iniciadas pelo XVII Governo Constitucional, promovendo mais e melhor emprego, adequando as instituições de regulação do mercado de trabalho aos desafios dos nossos dias, aprofundando o combate à pobreza e às desigualdades. Queremos preparar o futuro, enfrentando os desafios do presente.

Foi este o mandato que recebemos nas últimas eleições. Contem connosco para a sua concretização!

Espero, Sr.^{as} e Srs. Deputados, poder contar também com a colaboração de todas e todos os que receberam do eleitorado mandato para aqui estarem.

Este é o tempo de todos — que ninguém tenha dúvidas quanto a isso!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos à Sr.^a Ministra inscreveram-se seis Srs. Deputados.

O primeiro pedido de esclarecimentos será formulado pelo Sr. Deputado Jorge Machado, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, é certo e sabido que enfrentamos uma grave crise económica e social. Temos hoje mais de 600 000 desempregados e o trabalho precário cresce a um ritmo assustador — os recibos verdes, o trabalho temporário são usados abusivamente e de forma recorrente.

Face a este cenário, o anterior governo desferiu um dos mais graves ataques aos trabalhadores portugueses desde o 25 de Abril de 1974: a transformação, para pior, da legislação laboral dos trabalhadores da Administração Pública e o Código do Trabalho do PS, elogiado pelos patrões, que em nada ajudou a resolver os graves problemas que hoje enfrentamos, antes pelo contrário!

Sr.^a Ministra, ao analisarmos o Programa do Governo, constatamos que o Pacto para o Emprego, referido pela Sr.^a Ministra várias vezes, diz isto: «Assegurar, através da contratação colectiva, o pleno aproveitamento das possibilidades abertas (...) em matéria de adaptabilidade do tempo de trabalho, como instrumento fundamental de apoio ao emprego (...)».

Sr.^a Ministra, a primeira questão que quero colocar-lhe tem a ver com o seguinte: a contratação colectiva é um direito dos trabalhadores. Como é que vai utilizar algo que não é seu?

Mas, mais importante do que isto, é a orientação que está implícita nesta formulação: para o seu Governo, o caminho para o emprego é a desregulamentação do horário de trabalho, é pôr em causa uma conquista histórica dos trabalhadores portugueses, é trabalhar mais de oito horas por dia e não receber horas extraordinárias.

Sr.^a Ministra, como é que este Código do Trabalho e esta desregulamentação do horário de trabalho vão ajudar a criar emprego? Esta é outra pergunta que lhe deixo.

Explique-me ainda, Sr.^a Ministra, a seguinte frase do Programa do Governo: «Construir um novo equilíbrio social mais justo e mais eficaz na repartição dos custos da diminuição da procura na conjuntura actual, mais justo quer entre empresas, trabalhadores e Estado, quer entre trabalhadores efectivos e precários, quer entre trabalhadores e jovens à procura do primeiro emprego». O que quer dizer, em concreto, esta afirmação? Qual é o caminho? Colocar trabalhadores que são precários contra trabalhadores que são efectivos? Qual é o caminho expresso nesta formulação?

A Sr.^a Ministra falou, por diversas vezes, de emprego. Ainda quanto ao emprego, importa referir que o anterior governo do PS, entre 2005 e 2008, foi directamente responsável pela destruição de mais de 58 000 postos de trabalho na Administração Pública. Sr.^a Ministra, a pergunta que lhe deixo é esta: vai o Governo manter esta orientação, que é desastrosa para a Administração Pública e para os índices de desemprego que temos em Portugal?

Falou do INOV-Jovem, de 1000 novos estágios para os jovens portugueses. Sr.^a Ministra, quando temos mais de 200 000 jovens desempregados, não acha um pouco ridículo abordar o problema com cerca de 1000 estágios profissionais?

Por fim, quanto à precariedade, a Sr. Ministra não disse uma única palavra relativamente a esta matéria na sua intervenção. E o Programa do Governo não fica atrás da intervenção da Sr.^a Ministra. É que este é um dos problemas mais graves que, nomeadamente, os jovens trabalhadores hoje enfrentam e o Programa é um desastre relativamente a este assunto. Refere a diferenciação na taxa contributiva, diz que vai combater os recibos verdes na Administração Pública — e, como já sabemos, o que acontece a estes trabalhadores é ou serem despedidos ou serem obrigados a transformar-se em sociedades comerciais para prestar os mesmos serviços à Administração Pública, e os mesmos serviços em trabalho precário — e, além disto, nada ou muito pouco, Sr.^a Ministra. Portanto, não há qualquer medida em concreto para combater a precariedade laboral.

Em nossa opinião, é urgente e necessário um plano nacional de combate à precariedade. Como é que a Sr.^a Ministra convive com a nulidade que este Programa do Governo representa no que diz respeito ao combate à precariedade laboral?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos.

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Ministra e desejar-lhe sorte nas suas funções.

Sr.^a Ministra, naturalmente partilhamos das prioridades que aqui elencou. Só que também o governo anterior, presidido pelo actual Primeiro-Ministro, colocou como uma das suas principais preocupações os problemas do desemprego e os resultados, mesmo antes da crise, foram desastrosos ao nível das políticas de emprego. Hoje, em termos oficiais, temos 512 000 desempregados — apesar de, em termos reais, atingirmos os 600 000 desempregados —, dos quais 300 000 com subsídio de desemprego e mais de 200 000 fora da protecção social. E destas políticas do anterior governo resultou mais desemprego e mais pobreza, atingindo muitos milhares de famílias das classes médias, e mais desigualdades e injustiças sociais.

Hoje, o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui prometer alguma abertura no que respeita ao subsídio de desemprego e a Sr.^a Ministra insistiu nessa questão. Ora, muito concretamente, o que gostaria de perguntar é que medidas o Governo vai tomar para concretizar, de facto, o alargamento dos critérios e das condições para a atribuição do subsídio de desemprego àquelas pessoas que, hoje, estão fora da protecção social.

Outro pormenor tem a ver com o diálogo social. Mas que diálogo, Sr.^a Ministra? O do anterior governo foi um acto falhado, tendo servido mais para o Governo ter uma tribuna para a sua propaganda do que para convocar os parceiros sociais e com eles estudar e construir respostas participadas para os problemas económicos e sociais que afectam o País.

Por aquilo que ouvimos da sua parte, parece que a Sr.^a Ministra vai protagonizar uma nova prática de concertação social. Pergunto: dessa promessa vão resultar, de facto, compromissos com as confederações empresariais e com as confederações sindicais, sobretudo ao nível do apoio à economia real, às pequenas e

médias empresas, para, a esse nível, se manter o emprego e criar mais emprego? É que, de facto, sem emprego, não damos resposta aos problemas da injustiça social, ao flagelo da pobreza, enfim, aos problemas que hoje afectam milhares e milhares de famílias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra do Trabalho, permita-me dizer-lhe que a senhora chega a este Governo transportando uma pesada herança do anterior governo. É uma herança que traz um Código do Trabalho pior do que o Código feito por Bagão Félix, que traz um Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas igual ao Código do Trabalho de Bagão Félix, que traz uma lei do trabalho temporário que agravou as condições de trabalho dos trabalhadores e que traz um estatuto dos trabalhadores intermitentes para cuja alteração já hoje aqui foi manifestada abertura.

Muitas outras poderão aparecer, mas estas são as quatro pesadas heranças relativamente às quais a Sr.^a Ministra tem de ir fazer um outro programa, que não este, que apresente soluções concretas exactamente para estas questões.

A Sr.^a Ministra fala-nos do Pacto para o Emprego, onde dá um destaque muito grande à questão da adaptabilidade do tempo de trabalho, priorizando mesmo esta questão. Passo a citar uma alínea, que também foi explicada pela Sr.^a Ministra na tribuna, onde se estabelece o seguinte: «Assegurar, através da contratação colectiva, o pleno aproveitamento das possibilidades abertas pelo acordo tripartido e pela reforma laboral em matéria de adaptabilidade do tempo de trabalho (...)». A este propósito, diz a CIP: «Possibilidade de assegurar o quadro laboral ao nível de actividade». Descodificando, do que aqui se trata é de uma reivindicação patronal, que quer transferir tudo o que é a adaptabilidade do tempo de trabalho para a contratação colectiva.

Sr.^a Ministra, isto não é reforço mas, sim, fragilização da contratação colectiva.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — E lanço-lhe um desafio: está a Sr.^a Ministra disposta a rever este Código do Trabalho no sentido que, em tempos, a ouvi defender, ou seja, o de que o trabalhador, numa relação de trabalho, é a parte mais frágil? Está a Sr.^a Ministra disposta a rever o Código do Trabalho no sentido de que as convenções de trabalho não caduquem, como este Código prevê? E está a Sr.^a Ministra disposta a corporizar também o novo equilíbrio social aqui proposto, revendo a flexibilidade de horários?

O segundo desafio que quero deixar-lhe prende-se com a precariedade. Devo dizer que a Sr.^a Ministra do Trabalho tem a obrigação de aconselhar o Governo do Partido Socialista a resolver os problemas da precariedade e a arrumar a sua própria casa. É que, ainda esta semana, veio a público a forma como os trabalhadores precários são tratados nas autarquias: «chutam-se» os recibos verdes, «varrem-se» para debaixo do tapete e os trabalhadores passam de recibos verdes a contratados a prazo.

Sabe, Sr.^a Ministra, houve um governo do Partido Socialista que dizia, num texto de uma lei aprovada, que o recurso a esta prática de emprego era insustentável no plano da legalidade, no plano da moral e no plano da dignidade do Estado,...

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — ... enquanto empregador, e dos cidadãos, enquanto trabalhadores. E foi esta lei que regularizou milhares de trabalhadores precários na Administração Pública.

O desafio que lhe faço, Sr.^a Ministra, é este: está de acordo com a lei de António Guterres, que realmente pôs cobro à precariedade na função pública? Se está, aconselhe, então, o Ministro Teixeira dos Santos a adoptar esta lei.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço as questões colocadas.

Gostaria de começar por dizer que o Código do Trabalho entrou em vigor em 17 de Fevereiro de 2009. Foi alvo de um debate público durante vários anos, foi alvo de análise de vários estudos com os parceiros sociais e foi alvo de um grande debate público.

E o Código do Trabalho foi feito para responder aos problemas estruturais do mundo do trabalho — a segmentação no mercado do trabalho e a necessidade da reconciliação entre a vida privada e a vida profissional — e tem como objectivo relançar a contratação colectiva.

Portanto, parece-me estranho que comecemos já a querer rever o Código do Trabalho, quando ele entrou em vigor há nove meses.

O Governo, obviamente, analisará com grande atenção a forma como este Código do Trabalho vai ser implementado, o impacto que terá no mundo laboral e daí tirará as conclusões e desenvolverá as acções necessárias para corrigir aquilo que houver a corrigir.

Sobre a questão do Pacto para o Emprego, devo dizer que o diálogo social é algo onde organizações patronais e organizações sindicais e, em alguns casos, como é caso do nosso País, o Governo procuram, em conjunto, identificar os desafios para o País e encontrar soluções para responder a esses desafios.

Mas o diálogo social tem também uma parte muito importante, que é a da responsabilização autónoma dos parceiros sociais e da capacidade de negociação de organizações patronais e sindicais aos vários níveis sobre a gestão e a organização do mercado de trabalho.

É nesse sentido que o Código do Trabalho ajuda à promoção da contratação colectiva. A contratação colectiva é fundamental para gerir aquilo que são as necessidades dos trabalhadores e as necessidades das empresas e encontrar a forma de conciliar essas duas necessidades. E nessa negociação colectiva incluo a adaptabilidade. É que é fundamental, hoje, que a adaptabilidade possa servir os interesses de todos aqueles que estão presentes no mercado de trabalho, tanto os interesses dos trabalhadores como os interesses das empresas, mas essa adaptabilidade tem que ser negociada, não pode ser imposta.

Portanto, não deitemos fora o Código do Trabalho, que nos abre oportunidades para modernizarmos a prática de contratação colectiva e de diálogo social.

Sobre as questões dos recibos verdes na Administração Pública, gostaria de relembrar esta Câmara de que, na Legislatura anterior, foram reduzidos, em cerca de 30%, os recibos verdes e foram abertos concursos, por exemplo, nas áreas da saúde e da educação para acabar com cerca de 8000 recibos verdes.

Para terminar, refiro que o INOV-Social é mais uma medida do Governo para promover o emprego dos jovens. Gostaria de relembrar esta Câmara de que há uma Iniciativa Emprego 2009, cujo objectivo é responder às consequências da crise, e um dos eixos dessa Iniciativa é, justamente, a inserção dos jovens no mercado de trabalho. E posso avançar que, neste momento, há já 63 000 jovens inseridos no mercado de trabalho.

Portanto, temos de ter uma visão global das medidas do Governo na área do emprego e do trabalho e não só uma visão parcelar de medidas avulsas. Tudo isto faz parte de uma estratégia integrada cujo objectivo é, obviamente, o de reduzir o desemprego, promover a inclusão social e o respeito dos direitos dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra do Trabalho, V. Ex.^a acaba de afirmar que lhe parece estranho que o Governo proceda já a uma revisão do Código do Trabalho. Estranho poderá parecer, Sr.^a Ministra, mas, segundo o Acórdão n.º 490/2009, publicado hoje no *Diário da República*, V. Ex.^a terá de proceder a uma revisão do Código do Trabalho, porque o artigo 12.º, pelo menos, foi considerado inconstitucional.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Não sabia?!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Este é, portanto, Sr.^a Ministra, um dos sobressaltos ou, se quiser, uma mostra dos sobressaltos que o anterior governo lhe deixa. Só lhe vou pedir uma coisa: não sobressalte mais os portugueses!

V. Ex.^a disse, e bem, que é preciso fazermos todos os esforços no sentido da sustentabilidade do sistema público de segurança social. E o instrumento essencial para isso é o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

No anterior Programa do Governo pelo menos referia-se, na página 76, o Fundo de Estabilização Financeira, dizendo que o Governo ia contratualizar com entidades privadas a gestão de parte de verbas desse Fundo.

Ora, o Fundo é essencial para a estabilização financeira da segurança social, mas — pasme-se! — lemos e relemos o actual Programa do Governo e nem uma palavra, nem uma menção ao Fundo de Estabilização Financeira!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Por isso, Sr.^a Ministra, para além da revisão do Código do Trabalho (também nos há-de dizer alguma coisa sobre isso), terei de a questionar sobre o Fundo de Estabilização Financeira. V. Ex.^a vai ou não prosseguir com o Fundo de Estabilização Financeira? Em que moldes? E, eventualmente, vai ou não contratualizar com privados a optimização de algum dos fundos de que ele dispõe?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Moura Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra do Trabalho, assinalo que não respondeu ao desafio que esta bancada lhe lançou, nomeadamente sobre a integração dos trabalhadores precários da Administração Pública. Estamos a falar de mais de 100 000 num universo de 2 milhões de precários em Portugal. E a verdade é que a maior parte das medidas deste Programa do Governo assentam na promoção da precariedade.

Quero falar-lhe de alguns exemplos.

Quanto às áreas de enriquecimento curricular, o Governo criou uma lei que abre campo a todo o abuso. As pessoas que estão a dar Inglês ou Música na escola pública estão a trabalhar a recibo verde, com contratos temporários, e ainda na semana passada, no Porto, 150 trabalhadores foram angariados numa garagem, sem contrato, para irem dar aulas de Música e de Inglês para as escolas públicas.

Também se falou aqui da segurança social. O *call center* da segurança social de Castelo Branco tem 200 trabalhadores a atender os telefones que trabalham para uma empresa de trabalho temporário, sem direitos. O Instituto Tecnológico Nuclear tem também trabalhadores a recibo verde. O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) obrigou os trabalhadores a constituírem-se como empresas para disfarçar os recibos verdes.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Uma vergonha!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), por exemplo, obrigou os assistentes sociais a transferirem-se para empresas de trabalho temporário. E — pasmemos todos! — a Autoridade para as Condições do Trabalho, que é suposto fiscalizar os abusos à legislação do trabalho, tem 51 juristas que nos escreveram a dizer que estão a trabalhar a falso recibo verde e que, portanto, também eles são precários.

Por isso, Sr.^a Ministra, é preciso perceber o seguinte: vai haver contratos ou vai continuar este abuso, esta ilegalidade no próprio Estado?

O Programa do Governo tem duas intenções contraditórias: por um lado, anuncia que vai combater a precariedade e, por outro lado, diz que vai manter o Código.

Sr.^a Ministra, ou mantém o Código ou combate a precariedade, porque o Código consagra, legitima e estimula a própria precariedade!

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E não é, deixe-me que lhe diga, o Bloco de Esquerda a dizê-lo. Há muitos juristas, economistas, consultores, que o têm dito. Recentemente, foram feitos dois pareceres da PricewaterhouseCoopers para empresas, um deles na última semana, que diz o seguinte: «O objectivo de combater a precariedade com a entrada em vigor das novas medidas não irá ser conseguido.» E, aconselhando as empresas sobre os recibos verdes, diz ainda que «continua a ser muito mais benéfico contratar uma pessoa a recibo verde do que fazer um contrato, porque a solução deste Código do Trabalho foi consagrar os recibos verdes e fazer com que os empresários pagassem uma espécie de multa com a contribuição de 5% para a segurança social.»

Sr.^a Ministra, em relação aos recibos verdes, este Código faz com que este crime, esta ilegalidade compense, legitima-a, faz com que a precariedade continue no trabalho e na vida das pessoas, nos seus direitos e nos seus projectos. Por isso, é hoje impossível a Sr.^a Ministra fugir a esta responsabilidade e a esta escolha: ou combate a precariedade ou mantém o Código do Trabalho e o Código Contributivo. A ausência da sua resposta e o compromisso que aqui fez é uma má notícia para os trabalhadores.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra do Trabalho, depois da sua intervenção, e tendo em conta as questões colocadas pela oposição, não posso deixar de começar a minha intervenção sem voltar a um ponto que é essencial para esta Assembleia e para esta Legislatura, que é o seguinte: neste novo quadro parlamentar não é só o Governo que tem de dizer ao que vem, é também a oposição.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Se na noite eleitoral todos os partidos da oposição reclamaram vitória e anunciaram o regresso da importância do Parlamento, pois bem, cá estamos! E à oposição não basta mais agir só em função do seu eleitorado. À oposição é exigido que prove ser capaz de ajudar a construir as respostas de que o País precisa. Cavalgar a onda de todo e qualquer problema, como aconteceu nos últimos quatro anos, não basta, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Se o tom que marca este debate e este nosso primeiro dia for algum prenúncio do que pode ser esta Legislatura, julgo que ainda vamos ver a oposição, pela sua própria incapacidade de estar à altura do seu papel neste Parlamento, a desejar que regresse a maioria absoluta do PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do BE e do PCP.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Já têm os cartazes impressos!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o emprego, os apoios sociais, as políticas de apoio às famílias e o combate às desigualdades são áreas decisivas quer no curto prazo na resposta à crise quer no longo prazo tendo em conta o País que queremos ser e que queremos construir.

Importa, pois, saber se este Parlamento, não apenas o PS, é capaz de ser mais parte da solução e menos parte do problema.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PS propõe um pacto para o emprego capaz de promover a manutenção e a criação do emprego. Podem os portugueses contar com a oposição para este objectivo?

O PS propõe também, como disse a Sr.^a Ministra, um novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos. Podem os portugueses contar com a oposição para este objectivo?

Permitam-me que me dirija especialmente aos Deputados do PCP e do BE: sabemos que, nos últimos quatro anos e meio, o PS e o Governo nunca puderam contar com as vossas bancadas para apoiar os novos apoios sociais e o reforço dos apoios sociais existentes.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do BE e do PCP.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Os senhores, a cada apoio, a cada medida, se diziam que não apoiavam...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Isso não é verdade!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — ... desvalorizavam, o que vai dar rigorosamente ao mesmo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é mentira!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Portanto, Srs. Deputados, se a realidade mudou, se o Parlamento hoje é outro, a vossa resposta também tem necessariamente de ser outra.

No apoio às famílias, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PS não tem a visão redutora do PSD e do CDS-PP, pelo menos aquela que consta dos respectivos programas eleitorais, ao considerar que existe apenas a noção de família. Temos, claramente, uma noção mais abrangente. Propomos uma estratégia de apoio às famílias e de apoio à natalidade. Uma estratégia que assenta no investimento nas estruturas de apoio às famílias, nos apoios sociais, na política fiscal e nas medidas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Não é possível, mesmo ao português mais incrédulo, acreditar que a oposição não é capaz de, em qualquer um destes pontos, dar o seu contributo positivo.

No fundo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em todas as áreas, o País só precisa que a oposição «saia do armário» da oposição que só diz o que recusa para se assumir como oposição que também é capaz de dizer o que aceita construir e negociar, o que até agora não aconteceu — mas é verdade que estamos a iniciar esta Legislatura.

Por isso, Sr.^a Ministra do Trabalho, o sucesso do seu trabalho, marcado pelo contexto da actual crise, é absolutamente essencial. Assim, gostava de lhe perguntar que condições considera necessárias para combinar o esforço no combate às desigualdades com a necessária sustentabilidade e aprofundamento do nosso modelo social.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para responder, a Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma vez mais obrigada pelas perguntas que me foram colocadas.

O Sr. Deputado Adão Silva sabe tão bem como eu que a publicação do acórdão do Tribunal Constitucional de hoje não implica a revisão do Código do Trabalho.

Sobre o Fundo de Gestão Financeira da Segurança Social, gostava de deixar bem claro que foi o Partido Socialista que reforçou em mais de 900 milhões de euros este Fundo. E, segundo penso saber, no tempo do PSD ele era reforçado com migalhas. Parece-me que os 900 milhões de euros são uma verba significativa.

Relativamente à contratualização com os privados, chegámos à conclusão que não davam valor ao Fundo de Gestão Financeira da Segurança Social.

Também gostava de dizer que a luta contra a precariedade não é uma luta do PCP e do BE.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Pelos vistos não é sua!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Tem de ser uma luta e um objectivo de toda a sociedade portuguesa, porque a qualidade do trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores do nosso país é algo que nos deve interpelar a todos.

Ouvi hoje, durante o debate, ser feito um ataque cerrado ao Código Contributivo da Segurança Social. Relembro esta Câmara que esse é mais um instrumento importante na luta contra a precariedade, e gostaria de pedir aos Srs. Deputados que leiam com atenção o Programa do Governo, onde é claramente dito que propomos a eliminação dos falsos recibos verdes.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Nota-se!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Portanto, penso que os nossos objectivos em matéria de política social exigem um esforço e um entendimento de todos nesta Câmara. E, nesse aspecto, o combate às desigualdades que ainda subsistem no nosso país, na nossa sociedade e no nosso mercado de trabalho tem de ser um objectivo comum e partilhado na promoção da igualdade de oportunidades não só entre homens e mulheres, mas entre todos, no acesso ao emprego e no respeito pleno pelos seus direitos na sociedade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento** (Vieira da Silva): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final deste primeiro dia de debate sobre o Programa do Governo, algumas ilações são possíveis de tirar.

Da parte do Governo, foi apresentada uma estratégia, um programa e um rumo. Da parte dos partidos da oposição, ouvimos apenas uma espécie de repetição da campanha eleitoral. Nada de novo ouvimos por parte das bancadas da oposição.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — O período de encerramento do Programa do Governo é só amanhã!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — O Sr. Deputado Paulo Portas veio apresentar uma leitura, eu diria uma releitura, daquilo que foi uma iniciativa de grande importância que o Primeiro-Ministro de Portugal tomou ainda enquanto Primeiro-Ministro indigitado no sentido de reforçar a sustentabilidade política neste ciclo político que agora estamos a iniciar. Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não se tratou de qualquer encenação. Encenação veio fazer o Sr. Deputado Paulo Portas, porque o Governo, ou, melhor, o Sr. Primeiro-Ministro então indigitado, não convidou qualquer partido para qualquer coligação eleitoral. O que ele fez foi dirigir um convite, um desafio, a todos e a cada um dos maiores partidos com representação parlamentar no sentido de dizerem da sua disponibilidade para iniciar um debate que pudesse conduzir a uma qualquer forma de reforço da sustentabilidade e da estabilidade política em Portugal.

O primeiro sinal desta Legislatura não foi dado neste debate; o primeiro sinal foi dado pelos dirigentes dos partidos da oposição quando a esse convite responderam: «Não! Não estamos disponíveis para nenhum debate. Não estamos disponíveis para nenhum diálogo tendente a encontrar formas de acordo que possam garantir maior sustentabilidade, maior estabilidade política neste ciclo político». Foi, pois, uma tentativa de reescrever o que se passou aquilo que o Sr. Deputado Paulo Portas veio fazer. Não, não foi convidado para uma coligação, foi convidado para um diálogo, e a isso respondeu «não».

Sr.^{as} e Srs. Deputados, para quem tinha dúvidas do carácter genuíno desse convite, havia uma forma simples de o provar, ou seja, bastava que algum dirigente dos partidos da oposição tivesse dito: «Sim, estou disponível para esse diálogo. Vamos encontrar soluções!». Mas, destas bancadas da oposição, nunca ouvimos essa palavra! Este é o teste da verdade, o teste que prova que existiu por parte do Sr. Primeiro-Ministro e do Partido Socialista uma vontade franca e sincera de reforçar a estabilidade política neste ciclo que agora estamos a iniciar.

Já aqui foi dito — mas não posso deixar de repetir — que a todos nós, ao Governo, aos partidos da oposição, neste quadro político exigente, nesta situação económica e social tão difícil que atravessamos, é exigida humildade democrática na procura das soluções de que o País necessita e hoje, neste debate, assistimos a pouca humildade por parte dos partidos da oposição.

O CDS-PP veio procurar ocupar o lugar de líder da oposição da direita, o que é natural devido à falta de comparência de outros concorrentes... Mas não fica bem aquela postura, esta, sim, arrogante, a do alto da tribuna apenas lançar avisos, conselhos, estar menos disponível para o diálogo ao qual disse «não» quando para ele foi convidado.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — De economia, até agora nada!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Da parte do PSD, assistimos a uma cena, a um retrato que poucos julgariam possível; assistimos àquilo que, de alguma forma, foi uma espécie de segunda volta do debate eleitoral.

Protestos do PSD.

Parece que o PSD se esqueceu de que já houve eleições, que já houve votos, que alguém ganhou e que alguém perdeu as eleições.

Protestos do PSD.

Os mesmos argumentos que foram aduzidos aquando da campanha eleitoral foram trazidos pela ainda líder do Partido Social Democrata para este debate, com o mesmo discurso tremendista, com o mesmo discurso de derrota, com o mesmo discurso de desistência.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje, quando atravessamos uma situação difícil, exigente, quando vivemos ainda uma crise das mais severas que o País atravessa (ou atravessou na sua história recente), o que nos é exigido é que criemos as condições para reforçar a confiança.

Felizmente, há indicadores positivos neste sentido. Desde Março que todos os indicadores de confiança dos consumidores têm apresentado uma evolução positiva. Desde Maio que, de uma forma muito consistente, os indicadores do clima económico têm evoluído positivamente.

Pois bem, os discursos tremendistas, os discursos que desvalorizam a capacidade de resposta, os discursos que anunciam a nossa incapacidade de vencer a crise são discursos contra esse movimento, contra a recuperação da confiança, contra os interesses de Portugal e dos portugueses.

Aplausos do PS.

Todos temos de contribuir para a renovação do debate democrático nesta Câmara, nesta Assembleia!

Para nós, estão definidas com clareza as prioridades, que são marcadas antes de mais pelo desafio estratégico de modernizar a economia e a sociedade portuguesas. Sim, assumimos com clareza que o objectivo fundamental deste Governo é reforçar, recuperar, reganhar a competitividade da nossa economia no contexto da competição global em que vivemos. Este é o nosso grande objectivo estratégico. Só assim, só recuperando esta competitividade económica é que podemos trilhar um caminho para a redução do desemprego, para a criação de mais e melhor emprego, para a melhoria das condições de vida, para a redução consistente e duradoura das desigualdades. Só assim poderemos assegurar, de forma real, efectiva, e não em palavras, a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, em particular do desequilíbrio externo.

Fazer da competitividade da economia uma prioridade estratégica é algo que tem de nos mobilizar a todos e tem de ser construído com base numa verdade elementar para o Partido Socialista e para o Governo: a de que essa competitividade passa pelo reforço da competitividade das empresas em Portugal. Sem o reforço dessa competitividade, sem a melhoria da produtividade, sem uma saúde reforçada do nosso tecido empresarial, não será possível vencer a batalha da competitividade nem da modernização da economia portuguesa. Sabemos como construir esse caminho e há uma palavra-chave para este novo ciclo económico: a internacionalização da economia portuguesa.

Precisamos de produzir mais, de produzir melhor, com mais qualidade e quantidade em bens e serviços transaccionáveis para que Portugal possa recuperar a capacidade de crescer mais rapidamente do que os nossos parceiros. A recuperação desta capacidade, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tinha sido iniciada (e poderia citar aqui muitos indicadores) até à eclosão da grave crise de 2008. A criação líquida de emprego, a melhoria da balança tecnológica, o aumento das exportações, a consolidação das contas públicas é um caminho que podemos e somos capazes de voltar a trilhar, com confiança, com consciência das dificuldades e sabendo quais são as nossas prioridades. Apoiar a modernização, sim! Apoiar a modernização que muitas das nossas empresas, milhares das nossas empresas anseiam por concretizar e muitas delas já o estão a fazer. É com elas que conseguimos atingir este caminho, é com todas as que estejam disponíveis para esta modernização, para esta internacionalização, mas sabemos que o que mais interessa, do ponto de vista estratégico, ao nosso País é a valorização do tecido empresarial das empresas, da economia, que apresente um elevado grau de sustentabilidade nas suas apostas estratégicas. Foi por isto que identificámos sectores fundamentais (não são os únicos, são os fundamentais), como a fileira florestal, o pólo turístico, a fileira da energia em todas as suas dimensões, quer aqueles que dizem respeito à melhoria sustentada da nossa independência, quer os que têm a ver com o lançamento de uma nova fileira industrial na vanguarda da inovação tecnológica.

Este é o nosso caminho, é este caminho que convidamos a Assembleia a debater. Temos os instrumentos para esse apoio, muitos deles já aqui foram hoje apresentados. Mas há um que é decisivo: aproximar as políticas públicas da rede de pequenas e médias empresas, porque podem elevar a nossa capacidade competitiva, elevando a nossa capacidade exportadora e a nossa produtividade, se não estiverem contra os grandes investimentos mas articulados com eles.

Aplausos do PS.

Por exemplo, reforçando a rede dos serviços públicos de apoio à internacionalização das pequenas e médias empresas, com a criação das lojas de exportação no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), com a criação de mais 1000 quadros voltados explicitamente para o apoio ao comércio internacional em pequenas e médias empresas.

Este é o nosso caminho. Mas não esquecemos que, se esta é a nossa prioridade estratégica, hoje, a nossa urgência é vencer a crise, e vencer a crise é defender o emprego e as empresas, as que são viáveis, as que, atravessando dificuldades nesta conjuntura, têm fundamentos sólidos para poderem ultrapassar esta crise e sair na frente da recuperação económica.

É difícil perceber como é que a oposição desvaloriza qualquer dado positivo da economia portuguesa!

É certo que viveremos este ano uma severa recessão. Mas, porque não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, valorizarmos aquilo que é reconhecido pela Comissão Europeia nas últimas estatísticas, nas estimativas de Outono? A estimativa de crescimento para a União Europeia foi revista marginalmente: previa-se um decréscimo económico de 4% e passou a 4,1%; em Portugal, previa-se um decréscimo de 3,7% e, na Primavera, passou para 2,9%.

Este é um resultado de grande significado, mas que terá muito mais significado se o soubermos valorizar positivamente, se o ligarmos aos indicadores de confiança, se o ligarmos aos indicadores do clima económico, se os soubermos apoiar, e essa é também uma grande prioridade do Governo no reforço da eficácia do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Temos a noção da urgência de rentabilizar os fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional nos recursos humanos, onde já temos um lugar de vanguarda do ponto de vista da sua utilização, na revitalização do parque escolar e, igualmente, nos investimentos significativos nas áreas de competitividade empresarial onde a crise económica tem constituído um sério travão à aplicação dos fundos estruturais comunitários, mas

também na promoção dos investimentos públicos e na mobilização da vontade de apoio ao desenvolvimento das autarquias locais, seja através dos programas de gestão directa seja naqueles que são contratualizados com os municípios.

Essa vai ser, pois, uma prioridade maior da acção política deste Governo: fazer deste Quadro de Referência Estratégico Nacional um instrumento de combate à crise, um quadro de referência para que se acelere a recuperação da economia, para que se acelere a modernização da economia.

Pela nossa parte, temos consciência das dificuldades, mas temos também consciência de que existe um País que está disponível, que existe um Portugal que quer mudar, que quer avançar.

Esperemos que todos estejam à altura das responsabilidades que o País em nós colocou.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, cinco Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia, confesso que, quando iniciou a sua intervenção, me pareceu que estava a substituir a habitual intervenção do Ministro Augusto Santos Silva na legislatura anterior!...

Risos do PCP.

E, se calhar, não me enganei! É que a sua intervenção confirma a estratégia de chantagem que o Governo e o PS querem usar no debate político nesta Legislatura, porque a única coisa que vos preocupa é dizer, como disse o Sr. Primeiro-Ministro várias vezes, que, para memória futura, o acordo que propuseram e que era idêntico para a esquerda ou para a direita não foi aceite por nenhum partido da oposição.

Mas a verdade, depois, vem ao de cima quando dois elementos da direcção da bancada do Partido Socialista hoje, neste debate, já aqui disseram, em momentos diferentes: acautelem-se, senão haverá eleições e podemos voltar a ter maioria absoluta.

Já percebemos tudo! Aquilo que o Primeiro-Ministro e os ministros dizem em meias palavras a bancada do PS diz com as palavras todas.

E nós dizemos ao Sr. Ministro que, nesta bancada, estaremos aqui para lutar por aquilo que consideramos que é justo e não estaremos aqui para aceitar a continuação de uma política que a perda de maioria absoluta revela que não é aquela que os portugueses querem que continue.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se calhar, é a vossa...!?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Sr. Ministro da Economia falou muito em humildade, mas faltou-lhe um pouco de humildade na análise da situação que temos em cima da mesa. De facto, o Sr. Ministro falou dos indicadores de confiança e quase que se vangloriou por ter esse espantoso resultado de 2,9% de recessão no ano de 2009. Isto é, uma recessão maior do que qualquer crescimento nos quatro anos anteriores do governo do PS. E esta é a coroa de glória do Sr. Ministro!...

Ouvindo o Sr. Primeiro-Ministro e ouvindo o Sr. Ministro falar sobre a situação da economia, de indicadores, de sinais e de outros palpites e alvitre parece a reencarnação do «Sr. Feliz» e do «Sr. Contente» na economia com o estado em que está a economia e a sociedade portuguesas.

Mais: o Sr. Ministro, que nada disse em concreto sobre as PME nacionais, as micro, pequenas e médias empresas nacionais a não ser abordar a questão da internacionalização, não disse como é que vai fazer o aumento da competitividade. Vai bloquear o aumento da electricidade para que as empresas e as famílias não paguem mais dos lucros da EDP? Vai pôr fim ao regabofe do aumento dos combustíveis para que as famílias não paguem os lucros que a Galp tem vindo a ter de forma fraudulenta? Ou vai fazer a competitividade, como se isso fosse possível, à custa, mais uma vez, dos trabalhadores e dos salários, aumentando as desigualdades sociais?

Esta é que é a opção que o Governo tem de tomar e, pelos vistos, o Sr. Ministro saiu do Ministério do Trabalho e passou para o Ministro da Economia mas o seu discurso é o mesmo e os trabalhadores sempre a perder direitos e os lucros das grandes empresas sempre a aumentar na balança do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. **Almeida Henriques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Economia, antes de mais, uma nota prévia. Esperávamos da sua parte um tom consentâneo com a situação da economia portuguesa e não esse tom «comicieiro» na intervenção que fez na Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

Esperávamos também que a mudança de ministro também pudesse significar uma melhor atenção aos problemas reais da economia portuguesa.

Sr. Ministro, não se esqueça que 75% das empresas portuguesas facturam abaixo do meio milhão de euros — esta é a realidade nua e crua que o País tem. De facto, um dos problemas mais graves dessas empresas é o problema de liquidez, que é reconhecido no Programa do Governo, mas, depois, na prática, atira-se para a legislatura o objectivo de pagar a tempo e horas às empresas.

Por outro lado, o Programa do Governo não contempla, desde já, a possibilidade das compensações de crédito, isto é, aquilo que pode ter efeito na liquidez das empresas em termos imediatos e que pode permitir salvar algumas dessas empresas da falência.

Quanto às exportações, Sr. Ministro, não é por apresentar 30 medidas para dinamizar as exportações que o problema das exportações se vão resolver por si, porque as questões básicas, as questões do dia-a-dia continuam por resolver. Por exemplo, Sr. Ministro, resolveu o problema dos seguros dos créditos às exportações das empresas? Que eu saiba não resolveu — aliás, continuo a ter todos os dias as empresas a queixarem-se que não vêem aprovados os seus seguros de crédito às exportações. Ora, se não o fazemos como é que as empresas podem exportar?

Sr. Ministro, no Programa do Governo não se atacam os problemas estruturais. Como é que se quer exportar mais se, por exemplo, se investe no TGV, em vez de se investir numa rede de transporte ferroviária que embarateça os custos das exportações?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Almeida Henriques** (PSD): — Esta é que era uma política acertada! É preciso resolver os problemas!

Por exemplo, fala-se em exportações, mas não se resolvem os problemas de justiça, que iriam introduzir credibilidade no sistema para que, efectivamente, os empresários exportassem mais.

Por outro lado, também não se vê no Programa do Governo qualquer política que vise apoiar e puxar para cima essas tais micro, pequenas e médias empresas. Aliás, Sr. Ministro, em Portugal só há 831 empresas grandes e todas as outras são micro, pequenas e médias empresas.

Última nota: li o Programa do Governo de alto a baixo e em 130 páginas não vi uma única referência a um dos problemas mais graves que o País tem, que é o dos centros históricos e da modernização do comércio de proximidade. Não vi uma linha! Será que este não é um problema cadente do País? Não é só o problema urbanístico; é também o problema da desertificação e da dinamização do comércio de proximidade. Mas não vi uma linha a referir-se a esta situação que é de emergência.

Portanto, este Programa do Governo não vem ao encontro daquela que é a situação de emergência do País no domínio das empresas e o Sr. Ministro quando vem para aqui com esses indicadores macro é porque não está no terreno a viver as dificuldades que hoje têm as tais micro, pequenas e médias empresas do País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Pureza.

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Economia, ao ouvir a sua intervenção pareceu-me estar a reviver um tempo de cinema a preto e branco em que de um lado estão os tremendistas e do outro lado estão os bons. Para quem tem acusado esta bancada de moralismo, não está nada mal!...

O Sr. Ministro da Economia introduziu aqui uma divisão entre os bons de um lado e os tremendistas do outro e é justamente de tremendismo que eu gostaria de falar, porque não deixa de pasmar que seja o Sr. Ministro da Economia, que é o autor do Código do Trabalho, que introduziu na sociedade portuguesa e nas camadas mais vulneráveis da sociedade portuguesa aspectos de dilaceração extraordinários, não deixa de ser tremendo, dizia, que seja o Sr. Ministro da Economia a trazer essa linguagem para esta Câmara.

Queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que se engana, do meu ponto de vista, no seu diagnóstico da crise. O Sr. Ministro, como, aliás, o Governo a que pertence e a bancada do partido que apoia este Governo têm insistido muito — aliás, no mesmo registo da campanha eleitoral — na ideia de que a crise começou em 2008 e que só a crise económica internacional é que veio introduzir factores de crise na nossa vida colectiva.

Sr. Ministro, creio que aqueles que sofrem mais a crise no seu quotidiano não lhe perdoarão por esse erro de análise. Essas pessoas sabem bem que esta crise profunda em que vivemos começou há muito mais tempo e que o senhor não está ilibado de responsabilidades nessa matéria.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Mas, já agora, queria voltar à questão do tremendismo para falar de uma ideia que o Sr. Ministro aqui trouxe, ou seja, a de que é necessário valorizar as estatísticas.

Tem toda a razão, Sr. Ministro, e é justamente sobre a valorização das estatísticas que eu gostaria de tratar na parte final desta minha breve intervenção, dizendo-lhe que, de facto, me surpreende enormemente que uma queda absoluta do Produto em 2,9% no corrente ano seja para o Governo e, em especial, para o Sr. Ministro da Economia uma boa notícia. Isto é, realmente, qualquer coisa que me causa enorme surpresa e que não devo deixar de registar.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — A realidade é a realidade!

O Sr. **José Manuel Pureza** (BE): — Todavia, acrescento que, se queremos ir até ao fim na valorização das estatísticas, valeria a pena levar em conta que as mesmas estatísticas da mesma Comissão Europeia apontam para mais anos à frente de 2009. E desse ponto de vista queria sublinhar que as previsões, as estatísticas, a que se refere o Sr. Ministro em matéria de défice oscilam entre 8 a 9% até 2011 e que, em matéria de crescimento, cresceremos metade da média da União Europeia entre 2010 e 2011.

Isto é valorizar as estatísticas até ao fim, Sr. Ministro, e desse ponto de vista creio que só poderemos tirar uma conclusão: não é o discurso desta bancada que é tremendista, é a realidade que o Governo a que o senhor pertenceu criou. Esta é que é a fonte de verdadeiro tremendismo que as pessoas sentem no seu quotidiano.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia.

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardino Soares, tenho de começar por lhe agradecer a comparação que fez com o Sr. Ministro Augusto Santos Silva. Fico muito honrado com essa comparação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Eu logo vi que ia gostar!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Sr. Deputado, aquilo que eu fiz foi, com o direito que me assiste de estar aqui neste debate, analisar as intervenções que foram feitas neste primeiro dia de discussão.

Não estive a caracterizar nem psicologias, isso serve para as várias intervenções que vieram dessas bancadas, nem a caracterizar nenhuma tipologia de atitudes relativamente à situação actual. Analisei intervenções e aquilo que me parece estranho — e já percebi que a oposição não compreende —, não é que eu cite os números, nomeadamente a estimativa de Outono da União Europeia, é que, parece, os Srs. Deputados querem fazer crer aos portugueses que uma alteração de estimativa para este ano, para a crise que estamos a viver, em indicadores tão importantes como os da criação de riqueza não tem importância nenhuma.

Na verdade, os senhores preferem valorizar as estimativas do ano que vem, mas, repare, face a este ano, na Primavera, a mesma estrutura, a Comissão Europeia, dizia que Portugal ia recuar 3,7%; agora, em Outubro, diz que vai recuar... Estivemos em recessão técnica e estamos em crise. Alguma palavra da minha intervenção, alguma parte do que eu disse da tribuna, contrariou a gravidade da situação que vivemos? Agora não é do interesse de Portugal, não é do interesse das portuguesas e dos portugueses, das empresas portuguesas que se desvalorizem os sinais positivos.

E reduzir a dimensão de uma recessão para Portugal, quando ela é a maior dos últimos 80 anos, quando ela significa 4% na União Europeia, é uma má notícia? Para os senhores, que gostam apenas que tudo seja o pior possível, talvez seja uma má notícia,...

Vozes do PCP: — Ah!...

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — ... mas para Portugal melhorar as estimativas é uma boa notícia!

Aplausos do PS.

E não é uma boa notícia que os indicadores de confiança cresçam desde Março?! Não é uma boa notícia que os indicadores de clima económico cresçam, de forma muito significativa, todos os meses desde Maio?! É uma má notícia?! Como é que se sai de uma crise, Sr.^{as} e Srs. Deputados?! Têm alguma varinha mágica?!

Vozes do PCP: — Não!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — É um clique?! É um qualquer «muro»?! É um «muro» que nos distingue?! Não, Sr. Deputado! É assim que saímos da crise!

Aplausos do PS.

É recuperando! É invertendo a situação! É invertendo os sinais! Esta é a realidade.

Estes são sinais que devemos encorajar, que devemos empurrar, que devemos transformar em alavancas de mudança e não desvalorizar como coisa pouca, desvalorizar como se não interessasse a ninguém, porque interessa, porque menos 0,8% na recessão quer dizer menos desemprego, maior capacidade de recuperar, e é isso que interessa a Portugal e aos portugueses, mas não sei, sinceramente, se interessa a essas bancadas.

Sr. Deputado Almeida Henriques, V. Ex.^a acusou-me de vir fazer um discurso «comicieiro»? Sr. Deputado, a sua bancada era a última que podia fazer essa crítica. Depois de ouvir a intervenção da Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, porque essa, sim, foi uma intervenção pura de comício,...

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — ... desactualizada, passada no tempo, uma intervenção de debates pré-eleitorais, que lhe correram como todos sabemos, vir da sua bancada

uma acusação de que estou a fazer um discurso «comicieiro» não pega, Sr. Deputado, e também cansa. E aí tenho de reconhecer que entre o Bloco de Esquerda e o PSD há uma certa parecença.

Risos do PS.

Essa noção de que só os senhores é que sabem tudo, de que só os senhores é que conhecem as empresas, de que só os senhores é que estão próximos dos problemas... O senhor acredita mesmo nisso?! Julga que eu não sei qual é a situação que se vive em Portugal?! Julga que eu não sei quais são as dificuldades que estamos a enfrentar?!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Não parece!

O Sr. **Ministro das Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Julga que eu não sei quais são as respostas que temos de construir?! Foi por isso que apresentámos este Programa e estas respostas! Sei que está muito próximo das pequenas e médias empresas, não lhe nego essa qualidade, mas foi por isso que só este ano já foram apoiadas mais de 45 000, enquanto, no passado, o Estado se relacionava com 1500 empresas. Não é isto uma resposta à crise?! Não é este o caminho que devemos prosseguir?!

Mas não leu no Programa do Governo que há um reforço no investimento da rede ferroviária destinada à circulação de mercadorias e os objectivos que lá são fixados? Eles estão lá! Não leu com atenção o Programa? Os investimentos não são apenas o TGV, são também a colocação da rede de transportes numa estratégia de aproximação ao centro, porque esse é o factor decisivo, não apenas para as PME,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço-lhe que conclua.

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — ... mas, principalmente, para as PME, porque as grandes empresas mais facilmente lá chegam. As PME é que precisam mais das infra-estruturas públicas. E é porque insistimos em infra-estruturas públicas que, na sua região, hoje podemos verificar que há empresas que estão agora a iniciar a actividade e que o fazem aí porque, hoje, têm acessibilidades. É isso que queremos para o País inteiro e é isso que não deixaremos de fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, em 10 segundos, quero agradecer-lhe a importância que no seu discurso dá à bancada do CDS. Aliás, ficou bastante à vista que havia, de facto, uma encenação só pelo facto de o Sr. Ministro acusar o toque que a bancada do CDS deu.

Mas registei que, no seu discurso, o Sr. Ministro esteve 10 minutos a falar do CDS e 9 minutos a falar sobre economia, e, curiosamente, mesmo nesse tempo todo, não conseguiu falar do grande elemento que existe de ligação entre os dois aspectos, que são as pequenas e médias empresas.

Aplausos do CDS-PP.

Pelos vistos, há qualquer coisa no Ministério da Economia que leva a que os ministros, quando chegam aqui ao Parlamento, se transfigurem, não sejam os mesmos, têm uns gestos ou umas palavras que, de facto, não são consentâneas com o que conhecemos.

Por isso mesmo, Sr. Ministro, eu, mais consentâneo com o que conheço de si, gostava de o interrogar sobre os números que invoca. O Sr. Ministro invoca os números da Comissão Europeia para dizer que Portugal desce menos do que os outros parceiros europeus, e isso, certamente, é uma coisa positiva, mas gostava de ouvir o seu comentário relativamente aos números da Comissão Europeia que dizem que, quando existir crescimento económico, o crescimento de Portugal vai ser metade do crescimento dos nossos parceiros

europeus, dizendo, provavelmente, que os outros países da União Europeia se estão a preparar muito melhor do que nós para saírem da crise. E sobre essa matéria, o Sr. Ministro, que gosta muito de falar com o CDS, não fala. Gostava agora de ouvir o seu comentário sobre o crescimento de 0,3%, que é metade do possível crescimento de 0,7% dos nossos parceiros da União Europeia.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, quero saudar a sua intervenção e o Governo por terem percebido tão bem quanto a questão económica é uma prioridade fundamental para o País

E, falando com seriedade, é evidente que há aqui duas dimensões da crise: há uma dimensão, mais imediata, mais aguda, de uma gravíssima crise internacional que nos assola, assim como aos demais países europeus, que exige a adopção de medidas como aquelas que têm vindo a ser adoptadas pelo Governo, e, por detrás desta crise, há uma crise estrutural da economia portuguesa, que tem antecedentes históricos conhecidos e que tem de ser enfrentada com rigor e com grande tenacidade, como também tem vindo a ser feito pelo anterior governo.

E o Governo, ao definir claramente, como sua prioridade, combater a crise, promover o crescimento económico e contribuir por isso para a criação de emprego, identifica talvez aquela que é hoje a questão central para o nosso país numa altura em que a inevitável internacionalização das economias torna mais graves as nossas debilidades estruturais.

Ora, falar da resposta económica significa convocar praticamente todos os aspectos da área da governação, que hoje aqui foram referidos no discurso do Sr. Primeiro-Ministro. Não podemos ter uma economia sólida, moderna e a progredir se não valorizarmos a qualificação das pessoas, porque esse é um dos problemas históricos que temos. É a falta de qualidade, a mediocridade das qualificações de grande parte da população portuguesa que conduzem precisamente a esta situação se não investirmos no combate às insuficiências da Administração Pública, se não promovermos uma política séria de infra-estruturação do território nacional, para que ele possa também concorrer para reforçar a competitividade da nossa economia.

Quero, justamente, salientar isto, porque foi isto que aqui foi dito já hoje de manhã e também agora, neste final de tarde, por parte do Sr. Ministro da Economia.

Sr. Deputado Bernardino Soares, Srs. Deputado do PCP e do Bloco de Esquerda, aproveito esta circunstância para dizer que nós não procuramos chantagear seja quem for e orgulhamo-nos de apoiar um Governo que também se não deixa chantagear seja por quem for...

Aplausos do PS.

... e que não se demite da sua obrigação de governar o País, com uma linha de orientação, com um rumo, com um determinado projecto, que hoje, de forma clara, apresentou aqui, ao Parlamento, e tem vindo a apresentar ao País

Devo dizer-lhes que lamento muito, e lamento genuinamente, que um dos problemas que temos no relacionamento possível entre as várias esquerdas que existem na esquerda portuguesa tenha, do nosso ponto de vista, a ver com o facto de os senhores continuarem a manter um pensamento económico petrificado...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o pensamento de esquerda!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — ... em torno de dogmas, que, quando aplicados, conduziram sempre a resultados absolutamente ruins.

Aplausos do PS.

De facto, uma diferença profunda entre nós é a vossa incapacidade histórica de compreender que o mundo mudou, que o mundo em que os senhores se reviam também mudou e mudou tanto que até caiu, há muitos anos atrás, quando caíram as últimas pedras do Muro de Berlim, porque o que estava a cair não era apenas o modelo político, era o modelo económico, de organização económica, em que, infelizmente, os senhores parecem continuar a rever-se.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vou mandar-lhe o nosso programa eleitoral!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — E é isso que vos impede de dar o contributo que seria desejável e, seguramente, útil para o País, para uma modernização económica séria, sólida e que tenha sempre uma fortíssima componente social.

Risos do BE e do PCP.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É o Código!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Mas felizmente que este Governo assentou nessas duas componentes. E o próprio facto de o Sr. Ministro da Economia ser um homem que tem uma trajectória muito ligada à componente social dá-nos essas garantias de que vamos prosseguir este esforço de modernização da nossa economia, de robustecimento do nosso tecido empresarial, mas sempre com uma fortíssima componente social, que é verdadeiramente o que nos marca e o que hoje nos identifica: soluções economicamente viáveis e soluções socialmente justas.

É isto que nos distingue de uma esquerda com muita retórica, de uma esquerda que tem sempre muitos dogmas, mas de uma esquerda que, infelizmente, concorre muito pouco para resolver os problemas reais do País e, concretamente, os problemas reais dos mais pobres, dos mais desfavorecidos do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, V. Ex.^a perguntou-nos como é que nós sairíamos da crise e eu tenho de dizer, muito simplesmente, que era rompendo com as políticas que o PS, o PSD e o CDS realizaram ao longo destes 30 anos, que conduziram o País à triste situação, ao triste estado em que ele se encontra.

Aplausos do PCP.

Mas, Sr. Ministro, nestes breves segundos que tenho, gostaria de lhe fazer uma pergunta muito concreta: os senhores anunciam que vai haver transparência em matéria de apoios do Estado, dizem mesmo que vão divulgar *on line* todos os apoios prestados às PME, como instrumentos de transparência dos apoios públicos. Muito bem, Sr. Ministro.

E sobre os apoios às grandes empresas, Sr. Ministro? Sobre os apoios aos grupos económicos e ao capital estrangeiro também vai passar a haver transparência? Por exemplo, vamos, finalmente, conhecer todos os apoios dados ao Grupo Amorim? Todos os apoios dados nos negócios da AICEP? Todas as ajudas financeiras e benefícios fiscais que constam de protocolos, de resoluções do Conselho de Ministros, de negociações com grandes grupos económicos? Garanta-nos, Sr. Ministro, que a transparência não se vai limitar às pequenas empresas. E, já agora, informe-nos a partir de quando vamos passar a ter *on line* todos, mas todos, os dados sobre esses apoios do Estado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Soares, muito obrigado. Registei que o Sr. Deputado, quando eu falei no CDS, considerou que eu não estava a falar de economia. É uma interpretação. Eu estava a falar do CDS e dos outros partidos porque estava a fazer a minha reflexão, no direito que me assiste, sobre o contributo de cada força política para a estabilidade, a forma como se coloca, a atitude que assume face à necessidade de estabilidade, e esse é um valor profundamente económico, Sr. Deputado.

Agora, o Sr. Deputado não me ouviu falar acerca das PME. Sr. Deputado, há muita gente que hoje fala em PME, é, aliás, um discurso que, nos últimos tempos, em algumas bancadas, passou a ser uma paixão – um pouco serôdia, mas, enfim, uma paixão.

Mas aquilo que eu vos disse já há pouco, Sr. Deputado, é que a prova dos factos é aquilo que está a acontecer, é como é que este Governo se compromete com objectivos, com instrumentos, para ajudar a reforçar o capital para a autonomia financeira das empresas, ajudar na internacionalização, no acesso ao crédito ou ajudar na renovação do seu capital humano, nos seus recursos humanos – são estas as estruturas –, fazendo-o de uma forma que talvez tenha alguma inovação, isto é, muito próximo das empresas e das suas associações, apoiando a sua internacionalização, com as associações empresariais, como estamos a fazer e como iremos reforçar. Não há outra forma de o fazer, e o Sr. Deputado sabe-o bem.

É desta forma que iremos fazer e é dessa forma que iremos estimular o papel das empresas, que são decisivas para a modernização da nossa economia, para a mudança do nosso padrão de especialização e para a melhoria do nosso desequilíbrio externo.

Adianta pouco falar muito do endividamento e do desequilíbrio externo se depois as ideias que vêm das bancadas da oposição para resolver esse problema estrutural da nossa economia e até da nossa sociedade são tão escassas, tão pobres.

Risos do CDS-PP.

Não foi desse lado que saíram os sinais positivos para investir nas áreas estratégicas para a redução das desigualdades, para a melhoria da balança tecnológica, para o aumento da eficiência energética, para o que é essencial para que, sustentadamente, possamos reduzir o endividamento externo. Foi deste lado que essas ideias vieram.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Mais humildade era impossível!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — O Sr. Deputado faz as intervenções que entende. Nós conhecemos a humildade do CDS-PP e do seu líder em particular. É um traço que está indelevelmente colado à sua personalidade: a humildade.

Risos do PS.

Reconhecemo-lo. Mas passemos em frente.

De facto, Sr. Deputado Francisco de Assis, é com investimento na recuperação económica que melhor se concilia a resposta à crise com a superação dos nossos défices estruturais, dos nossos défices estratégicos, investindo na tecnologia, na evolução, na inovação, nas pessoas. Há quem fale muito em superar o padrão de especialização baseado em salários baixos, em mão-de-obra desvalorizada. Há quem fale muito, mas há poucos que digam como é que isso se faz. Só conheço uma forma: investindo nas pessoas, investindo na sua qualificação, investindo na qualificação das empresas, dos territórios do País.

Protestos do PCP.

É assim que os salários podem subir, não é de outra forma, não é de forma artificial, não é de forma livresca que estas questões se resolvem, é mobilizando a sociedade. E, Srs. Deputados, podem estar descansados que os contratos de incentivos fiscais, nomeadamente os de apoio ao investimento externo, que tanto ferem a sensibilidade do PCP, são contratos públicos, que são aprovados e conhecidos.

Protestos do PCP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não! Está enganado! Têm é que ser bons!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — Srs. Deputados, tenham calma!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**: — E naturalmente que os apoios públicos às empresas serão incluídos nessa política de transparência que está apresentada no Programa do Governo.

Não temos dúvidas que, principalmente nesta fase de crise, é importante apoiar as empresas. É importante para que elas defendam o emprego, para que elas possam ultrapassar a recessão e saírem, como disse há pouco, na linha da frente.

Este é o nosso caminho e não nos vamos desviar dele.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 10 horas, e tem como ponto exclusivo o encerramento do debate do Programa do XVIII Governo Constitucional.

Boa noite a todas e a todos. Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto

Bloco de Esquerda (BE):

Fernando José Mendes Rosas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL